

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO EM FILOSOFIA

IURI COELHO OLIVEIRA

A TEORIA DA CAUSALIDADE NO ARGUMENTO TEÍSTA DE JOÃO DUNS SCOTUS

Porto Alegre
2017

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

IURI COELHO OLIVEIRA

**A TEORIA DA CAUSALIDADE NO ARGUMENTO TEÍSTA DE JOÃO DUNS
SCOTUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich

Porto Alegre

2017

Ficha Catalográfica

O48 Oliveira, Iuri Coelho

A teoria da causalidade no argumento teísta de João Duns Scotus
/ Iuri Coelho Oliveira . – 2017.

137 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
Filosofia, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich.

1. Argumento Teísta. 2. Teoria Causal. 3. João Duns Scotus. I. Pich,
Roberto Hofmeister. II. Título.

Para minha Mãe e meu Vô.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

À minha Mãe e ao meu Vô.

Ao professor Dr. Roberto Hofmeister Pich, pela orientação.

Ao professor Dr. Alessandro Ghisalberti, pela solicitude e cortesia.

Aos professores Drs. Luís Evandro Hinrichsen e Pedro Gilberto da Silva Leite Junior e à Me. Renata Floriano de Souza, pelas sugestões feitas após leitura de versão anterior do texto.

Ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS em geral, e à Andréa da Silva Simioni.

À Biblioteca Central Irmão José Otão, da PUCRS, em especial à Joyce Ferrari Pinheiro.

À Biblioteca do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA-Santa Maria), bem como aos demais que ali trabalham, mas em especial à sua Bibliotecária Paula Schoenfeldt Patta e à Eunice de Oliveira.

Ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudos.

RESUMO

Este estudo tem em vista desenvolver dois conceitos-chave para o argumento teísta de João Duns Scotus, a saber, o de causas essencialmente ordenadas (*ceo*) e o de causas acidentalmente ordenadas (*cao*). Estes conceitos aparecem tanto nas diferentes versões de seu argumento (*Lect.*, *Ord.*, *Rep.* I-A e *TPP*) quanto em uma passagem de seu comentário à *Metafísica* de Aristóteles. Assim, em primeiro lugar, é preciso tratar em sentido geral das características destes textos e onde, nos mesmos, aqueles conceitos aparecem, além de indicar como a estrutura do argumento teísta de Scotus leva-o à causalidade. Em segundo, é importante dedicar um pouco de atenção às fontes doutrinárias em que Scotus se baseou para formulá-los, a saber, Aristóteles e Avicena, mostrando em que as noções scotistas se aproximam e em que se afastam das de suas fontes, além de esclarecer as diferenças indicadas por Scotus entre as *ceo* e as *cao*, de um lado, e as causas *per se* e *per accidens*, de outro. Por fim, trata-se exclusivamente das *ceo* e das *cao*, inicialmente, apresentando as características dos membros de cada série causal em seus respectivos processos de atuação; a seguir, estuda-se como estas causas se estruturam enquanto séries, onde se inicia o tratamento do vínculo de ambas com a Causa Primeira através de três proposições em que se prova a finitude das *ceo*, a possível infinidade das *cao* e como a Causa Primeira atua em relação a estas duas séries causais. Conclui-se então o capítulo tratando das características exclusivas da *Causa Prima* em sua relação com as outras (*ceo* e *cao*), e de como estas duas séries contribuem para uma teoria causal no argumento teísta de Duns Scotus.

PALAVRAS-CHAVE: Argumento Teísta; Teoria Causal; João Duns Scotus.

ABSTRACT

This study aims to develop two key concepts for the theistic argument of John Duns Scotus, namely that of essentially ordered causes (*ceo*) and that of accidentally ordered causes (*cao*). These concepts appear in both the different versions of his argument (*Lect.*, *Ord.*, *Rep. I-A e TPP*) as well as in a passage from his commentary on Aristotle's *Metaphysics*. Thus, first of all, it is necessary to treat in a general sense the characteristics of these texts and to say where, in themselves, those concepts are found, besides indicating how the frame of the theistic argument of Scotus leads him to causality. Secondly, it is important to devote a little attention to the doctrinal sources on which Scotus based himself to formulate his own concepts, namely on Aristotle and Avicenna. In this chapter it is also shown in which the Scotistic notions approach and depart from those of his sources. In addition, the differences indicated by Scotus between the *ceo* and *cao*, on the one hand, and *per se* and *per accidens* causes, on the other, are clarified. Finally, it deals exclusively with *ceo* and *cao*, initially, presenting the characteristics of the members of each causal series in their respective processes of action; then, it is studied how these causes are structured as series, where the treatment of the bond of both with the First Cause is initiated through three propositions in which the fineness of the *ceo* is proved, the possible infinity of the *cao* and how the First Cause acts in relation to these two causal series. This chapter is finished discussing the exclusive characteristics of the *Causa Prima* in its relation to the others (*ceo* and *cao*), and saying how these two series contribute to a causal theory in theistic argument of Duns Scotus.

KEYWORDS: Theistic Argument; Causal Theory; John Duns Scotus.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. OS ESCRITOS DE DUNS SCOTUS E A TEMÁTICA CAUSAL EM SEU ARGUMENTO TEÍSTA.....	14
1.1 A VIDA E A OBRA DE SCOTUS EM GERAL.....	14
1.2 OBRAS, EDIÇÕES E CONTEXTOS DA PROBLEMÁTICA CAUSAL NO ARGUMENTO TEÍSTA DE DUNS SCOTUS	17
1.2.1 <i>Lectura e Ordinatio</i>	18
1.2.1.1 Os textos	18
1.2.1.2 O argumento teísta, as <i>ceo</i> e as <i>cao</i> na <i>Lectura</i>	20
1.2.1.3 O argumento teísta, as <i>ceo</i> e as <i>cao</i> na <i>Ordinatio</i>	21
1.2.2 <i>Reportatio Parisiensis I-A</i>	23
1.2.2.1 Os textos	24
1.2.2.2 O argumento teísta, as <i>ceo</i> e as <i>cao</i> na <i>Rep. I-A</i>	26
1.2.3 O <i>Tractatus de Primo Principio</i>	28
1.2.3.1 O texto.....	28
1.2.3.2 O argumento teísta, as <i>ceo</i> e as <i>cao</i> no <i>TPP</i>	30
1.2.4 O Comentário à <i>Metafísica</i>	31
1.2.4.1 O texto.....	32
1.2.4.2 As <i>ceo</i> e as <i>cao</i> nas <i>QM</i>	33
1.2.5 Prioridade e Convergência Doutrinal dos Diferentes Textos	35
1.3 A ESTRUTURA DO ARGUMENTO SCOTISTA	36
1.3.1 Necessidade de uma prova da existência de Deus	37
1.3.2 A demonstração utilizada no argumento de Duns Scotus	39
1.3.3 A escolha das propriedades mais adequadas.....	40
1.3.4 O argumento da eficiência e a objeção à sua contingência	46
1.4 A PRINCIPAL OBJEÇÃO AO ARGUMENTO DE SCOTUS: HÁ REGRESSO CAUSAL AO INFINITO?	50
2. CAUSAS <i>PER SE/PER ACCIDENS</i> E <i>CEO/CAO</i>: FONTES DOUTRINAIS E COMO A EXPOSIÇÃO SCOTISTA DIFERE UMAS DE OUTRAS	54
2.1 FONTES DOUTRINAIS	55
2.1.1 Aristóteles: As Diferentes Causas e seu Modo de Atuação	55
2.1.1.1 As causas <i>per se</i>	56
2.1.1.2 As causas <i>per accidens</i>	57
2.1.2 Avicena: A Distinção entre os Fins	60
2.1.2.1 Fins essenciais e fins acidentais necessários	61
2.1.2.2 Distinção e número dos fins para a natureza	62
2.2 A EXPOSIÇÃO SCOTISTA.....	65

2.2.1 A Terminologia Empregada por Duns Scotus	66
2.2.2 Em que Diferem Causas <i>per se</i> e Causas <i>per accidens</i> de <i>ceo</i> e <i>cao</i>	68
2.2.3 Os Conceitos Aristotélicos e a Acepção Scotista	77
2.2.4 Os Conceitos Avicenianos e a Acepção Scotista	79
2.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO	82
3. CEO E CAO: SEUS MEMBROS, AS SÉRIES, A INFINIDADE POSSÍVEL E A CAUSA PRIMEIRA	85
3.1 CEO E CAO: RELAÇÕES E INTER-RELAÇÕES	85
3.1.1 Observação Preliminar sobre os Referentes das <i>ceo</i> e das <i>cao</i>	86
3.1.2 As Características dos Respective Membros das Duas Séries Causais ou As Três Diferenças entre <i>ceo</i> e <i>cao</i>	91
3.1.2.1 Dependência	91
3.1.2.2 Perfeição Essencial	94
3.1.2.3 Tempo	100
3.1.3 Limites e Sentido da Infinitude nas Causas Ordenadamente Consideradas ou As Três Proposições sobre a Infinitude em Ambas as Séries Causais	103
3.1.3.1 Proposição “a”: “É impossível que as <i>ceo</i> sejam infinitas”	104
3.1.3.2 Proposição “b”: “É impossível que as <i>cao</i> sejam infinitas, a menos que esta série se interrompa na das <i>ceo</i> ”	110
3.1.3.3 Proposição “c”: “Se a ordem essencial for negada, ainda assim a infinitude será impossível”	115
3.1.4 As Características da Causa Primeira em Relação às Ordens Causais ou A Continuidade da Argumentação Scotista	116
3.1.4.1 Incausabilidade	117
3.1.4.2 Existência verdadeiramente atual	118
3.1.4.3 Primazia absoluta no âmbito da eficiência, necessidade e unicidade	119
3.2 SÍNTESE DO CAPÍTULO	120
CONCLUSÃO	124
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131

INTRODUÇÃO

O frade franciscano escocês João Duns Scotus (1255/6-1308), também conhecido como Doutor Sutil, ocupou-se, entre outros temas, de provar a existência de Deus, ou de formular um argumento teísta, como esta temática vem sendo mais recentemente chamada. Até onde se sabe atualmente, seu argumento teísta recebeu quatro versões diferentes e um dado comum a todas elas, e também a certa passagem de um comentário scotista a uma obra aristotélica, é a presença de dois conceitos fundamentais para o referido argumento, a saber, o de causas essencialmente ordenadas (*ceo*) e o de causas acidentalmente ordenadas (*cao*)¹. Apesar de estes conceitos também ser usados por Duns Scotus em outros contextos em que ele trata da causalidade², o objetivo deste trabalho, porém, é estudá-los especificamente no âmbito de seu argumento teísta.

Somadas as quatro versões do referido argumento à passagem pertinente do comentário scotista, chega-se a um total de cinco obras a considerar. No entanto, do mesmo modo que há semelhanças entre todas, assim também há diferenças, e sopesar umas e outras será de grande importância para apreender com precisão aqueles conceitos, sem deixar de lado a fidedignidade ao pensamento do autor.

Sendo assim, pode-se dizer que os passos seguidos por Scotus, em resumo, são estes: após formular seu argumento, suscita-lhe duas objeções, uma que defende um regresso causal ao infinito, e outra que ataca o caráter contingente do mesmo³; aqui, convém dar mais atenção à primeira objeção, porque, segundo Scotus, a infinidade de que ali se fala só é possível nas *cao*, mas não nas *ceo*. Além disso, o Doutor Sutil inicia sua solução dizendo ser preciso saber que uma coisa são as causas *per se* e *per accidens*, e outra as *ceo* e as *cao*; depois, acrescenta que as *ceo* diferem em três aspectos das *cao*, os quais lhe permitiram desenvolver em proposições o porquê de somente as *cao* poder ser numericamente infinitas e como disso se segue que há uma Causa Absolutamente Primeira, i.e., Deus.

Levando em conta estes dados, o trabalho está dividido em três capítulos, os quais visam contemplar, de modo amplo, respectivamente, os seguintes temas: a princípio, alguns dados da vida de Scotus, das obras scotistas em geral, e daquelas que servirão de base para a

¹ Para mais detalhes sobre esta abreviatura, cf. *infra* 2.2.1.

² Com efeito, em *Ord.* I d. 3 p. 3 q. 2 nn. 495-6 (ed. Vat. III, 293-4), Scotus também emprega essa dupla conceitual, mas aí seu contexto é o cognoscitivo. Cf. também *infra* nota 262.

³ Para os detalhes relativos, quer ao número de objeções, quer aos locais em que elas se encontram, quer ao seu conteúdo específico, cf. *infra* nota 148.

presente pesquisa; depois, as fontes doutrinárias para as causas *per se* e *per accidens*, bem como para as *ceo* e as *cao*, e em que as duas primeiras noções diferem das duas últimas; e, por fim, a partir das três diferenças entre *ceo* e *cao*, e das proposições que se seguem das mesmas e de outros dados indicados por Scotus em relação à *Causa Prima*, explicar a função deste conjunto de dados no argumento scotista e considerar como se pode falar em uma “teoria causal” no mesmo. Apresentados os conteúdos dos capítulos em sentido amplo, pode-se indicar com alguns detalhes, i.e., de modo mais específico, como isso é feito.

Em primeiro lugar, dado que serão estudados trechos de cinco obras do frade escocês, é oportuno familiarizar-se com cada uma. Assim, quanto ao tipo de texto em questão, três destas são comentários às *Sentenças (Lectura, Ordinatio e Reportatio Parisiensis I-A)*; outra é o *Tractatus de Primo Principio* – estas quatro comportam o referido argumento; e a última é parte de seu comentário à *Metafísica* de Aristóteles.

Desse modo, no capítulo um, mencionam-se, inicialmente, de modo sucinto, alguns dados biográficos do Doutor Sutil, seguidos de uma apresentação geral de sua obra, entendida em seu todo, indicando dados que lhe dizem respeito, como o ensino em sua época e os textos provenientes deste período de sua formação. Isto feito, centra-se a atenção nas cinco obras referidas acima. Neste momento, cada obra é estudada individualmente, de modo que são considerados dois aspectos das mesmas, a saber, os textos, e onde aparecem as *ceo* e as *cao*. Ao tratar dos textos, são indicadas, em cada obra, as características de seus trechos pertinentes à pesquisa, bem como as suas edições – quer as disponíveis de que se soube, quer as utilizadas como referência neste trabalho. Ao considerar os locais em que aquela dupla conceitual aparece, resume-se o contexto do argumento – se se tratar de uma de suas formulações – e precisa-se onde as *ceo* e as *cao* se situam em cada uma das diferentes obras.

Depois de ver em que os textos scotistas diferem em suas grandes linhas, pode-se traçar seguramente a ordem de prioridade entre os mesmos, pois claramente há maior maturidade doutrinário-conceitual de uns em relação aos outros. Neste contexto, pode-se perceber por que, apesar de o comentário à *Metafísica* aristotélica não ser uma das versões do argumento scotista, este texto está na relação de obras em que constam as *ceo* e as *cao* e está diretamente vinculado àquele argumento.

A propósito, após mencionar tantas vezes o argumento teísta, é importante ter presente sua estrutura. Com efeito, ao formular sua prova da existência de Deus, o frade franciscano, antes de qualquer outra coisa, investiga se esta existência não é evidente ao ser humano tão logo seja enunciada em uma proposição. Constatado que ela não o é, e que por meio de uma

demonstração é possível conhecê-la, não resta senão dedicar-se ao tipo de demonstração a utilizar e às propriedades mais adequadas a empregar em sua formulação. Esses dados são importantes porque permitem entender por que e como a causalidade se mostra tão relevante para a construção do argumento scotista.

Com isto claro, pode-se então considerar o argumento propriamente dito, e ver que ele é formulado tomando a causalidade eficiente como referência. Nesta passagem também se compreende como, mesmo apoiando-se em um dado contingente (quer metafísica, quer logicamente), a necessidade daquele argumento está assegurada. Todavia, ainda resta um ponto a esclarecer neste primeiro capítulo, a saber, como a causalidade, tão importante neste argumento, torna-se um problema para Scotus. De fato, o problema que a causalidade suscita ao Doutor Sutil consiste no risco de um regresso causal ao infinito, algo que se pode defender a partir de certos filósofos, como Aristóteles e Averróis, e que é expresso na primeira objeção dirigida ao argumento scotista. Ora, se esta objeção se mantiver, não há como formular um argumento teísta que conclua com necessidade e verdade. Em outras palavras, é precisamente o problema trazido por esta objeção que tem de ser cuidadosamente trabalhado, e o modo como Scotus o faz serve de base para a continuidade expositiva deste trabalho.

De fato, em segundo lugar, importa considerar que, ao pensar as causas *per se* e *per accidens*, Scotus tem em mente Aristóteles, e ao conceber as *ceo* e as *cao* tem presente Avicena. Além disso, certas oscilações em sua terminologia ao se referir a umas e outras permitem esclarecer em que ambas as duplas conceituais diferem entre si. Por fim, importa saber como os conceitos causais aristotélicos e avicenianos são tomados pelo frade franciscano.

Assim, no capítulo dois, inicialmente, trata-se das fontes doutrinárias para os conceitos causais mencionados por Scotus em seu argumento, apresentando, primeiramente, como e onde Aristóteles expõe as quatro diferentes causas, e, especificamente, as causas *per se* e *per accidens*; depois, fazendo o mesmo em relação a Avicena, o qual, ao discutir a noção de causa final, distingue fins essenciais (*fe*) de fins acidentais necessários (*fan*) e os aplica à natureza, mostrando que são os *fe* e os *fan* para esta.

A seguir, considera-se a exposição scotista, pois a maneira como o frade escocês se refere aos conceitos causais (*per se/per accidens* e *ceo/cao*) dá margem a certa confusão, sobretudo, entre os primeiros membros de cada uma destas duplas; ao longo desse tópico, porém, percebe-se que a oscilação terminológica remete, na verdade, a alguns aspectos semelhantes, principalmente entre causas *per se* e *ceo* (mas que também se podem aplicar por

semelhança às causas *per accidens* e *cao*), apesar de haver clara diferença quando se comparam as *ceo* e *cao*, de um lado, às causas *per se* e *per accidens*, de outro; esclarecidas estas diferenças e semelhanças, pode-se ver como Scotus concebe os conceitos, quer aristotélicos, quer avicenianos, indicando em que as noções scotistas se afastam e se aproximam das aristotélicas e avicenianas.

Dessa forma, em terceiro, cabe se voltar especificamente às *ceo* e às *cao*. Neste terceiro capítulo, há três aspectos a considerar: a princípio, os elementos de ambas as séries; a seguir, as próprias séries; depois, alguns dados da própria *Causa Prima*. Assim, inicialmente, impõe-se tratar daqueles três aspectos em que *ceo* diferem de *cao*, e que são, em resumo, a forma como dependem em seus respectivos processos causais, como se dá o grau de perfeição essencial dos membros destas duas séries, e como seus processos se desenvolvem em relação ao tempo. Isto feito, pode-se estudar as ordens causais tomando-as enquanto séries, considerando também, de modo inicial, como elas se relacionam, tanto entre si, quanto com a Causa Primeira. Por fim, resta dedicar algumas palavras à incausabilidade, à atualidade, à necessidade e à unicidade desta Causa que ocupa o posto mais elevado, em virtude de não depender de nenhuma outra, quer para existir, quer para causar ou atuar de acordo com qualquer uma das três primazias, i.e., eficiência, finalidade e eminência. Após considerar todos esses dados, pode-se indicar se o papel das *ceo* e das *cao* permitiu a Duns Scotus estruturar uma teoria causal em seu argumento teísta.

1. OS ESCRITOS DE DUNS SCOTUS E A TEMÁTICA CAUSAL EM SEU ARGUMENTO TEÍSTA

De acordo com o curso expositivo seguido, nas próximas páginas desta primeira seção, há, basicamente, quatro temas a considerar. Em primeiro lugar, apresentam-se algumas informações biográficas sobre João Duns Scotus e alguns dados de sua obra em geral. Em segundo, são analisados as obras, as edições e o contexto em que as *ceo* e as *cao* aparecem nas cinco obras diretamente relacionadas ao seu argumento teísta, estabelecendo-se, ainda, que textos têm prioridade e em que os mesmos convergem doutrinalmente.

Em terceiro, cabe dedicar certa atenção especificamente à estrutura do mesmo argumento, detalhando a necessidade de tal prova, os elementos argumentativos envolvidos (como o tipo de demonstração e as propriedades empregadas em sua elaboração), além da objeção voltada ao caráter contingente do argumento scotista. Por fim, em quarto, e levando em conta o que já se estudou até então, é possível entender como a causalidade torna-se problemática para o argumento de Scotus a partir da objeção do regresso causal ao infinito, e como ele propõe solucionar esta dificuldade.

Observe-se, ademais, que o primeiro dos quatro tópicos tem caráter extremamente geral, e, por isso, muito do que ali é apenas mencionado, em especial quanto às obras scotistas, será desenvolvido com maior detalhamento nos tópicos seguintes, onde tem-se em vista enfatizar mais suas especificidades.

1.1 A VIDA E A OBRA DE SCOTUS EM GERAL

O que se sabe de certo a respeito da vida do Doutor Sutil são apenas algumas datas documentadas, a partir das quais é possível conjeturar outras⁴. Situação não muito diversa se

⁴ Entre as datas certas, contam-se, por exemplo: a ordenação sacerdotal de Duns Scotus, em 17 de março de 1291; a inscrição de seu nome em documento que indicava frades para ouvir confissões, em 6 de julho de 1300, em Oxford; a indicação, em 1302, pelo Capítulo Geral, para estudos e promoção em Paris; a expulsão da França, em 25 de julho de 1303, por se opor ao rei Filipe IV, o Belo, que queria apoio para convocar um concílio a fim de depor o Papa Bonifácio VIII; a indicação, em 18 de novembro de 1304, para ser regente em Paris; o fato de já ser leitor em Colônia, em 20 de fevereiro de 1308; e o dia de sua morte, em Colônia: 8 de novembro de 1308, quando tinha aproximadamente quarenta e dois anos (Cf. DE BONI, Luis Alberto. 'Sobre a vida e a obra de Duns Scotus' (pp. 7-31). In: IDEM; PICH, Roberto Hofmeister. (Orgs.). João Duns Scotus (1308-2008). *Veritas*. Porto Alegre, v. 53, n. 3, jul./set. 2008, p. 8 (doravante DE BONI, 2008; e também HONNEFELDER, Ludger. *João Duns Scotus*. São Paulo: Edições Loyola, 2010, pp. 25-6 (doravante HONNEFELDER, 2010).

dá quanto à datação de sua obra, pois há documentos que indicam sua passagem pelas universidades de Cambridge, Oxford e Paris⁵ – apesar de se saber mais de sua estadia nas duas últimas, em especial na última, do que na primeira⁶.

As pesquisas desenvolvidas pela Comissão Scotística (*Commissio Scotistica*)⁷, desde a sua formação, e sob a presidência de Carlos Balić (O.F.M.), fizeram com que muito do que se sabia a respeito de Scotus fosse revisto, do mesmo modo que muito do que se desconhecia

Para mais informações sobre as datas relativas tanto à vida quanto à obra de Duns Scotus, além das fontes indicadas, pode-se consultar WILLIAMS, T. ‘Introduction: The Life and Works of John Duns Scotus’ (pp. 1-14). In: ID. (Ed.). **The Cambridge Companion to Duns Scotus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. A propósito, esta obra foi recentemente traduzida ao português (WILLIAMS, Thomas (Org.). **Duns Scotus**. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2013), estando às pp. 17-34 a referida “Introdução”.

⁵ Por exemplo, o frequentemente referido texto do colofão do manuscrito 66 do Merton College de Oxford, fo. 120v, (*apud* DE BONI, 2008, n. 19, p. 12, a tradução também é do professor De Boni), que diz o seguinte: “Haec de Ordinatione Venerabilis fratris Joannis Duns, de Ordine Minorum, qui floruit Cant[abrigiae], Oxon[i] et Parisius et obiit in Colon[ia]” [“Isto foi tomado da *Ordinatio* do venerável frei João Duns da Ordem dos Frades Menores, que floriu em Cambridge, Oxford, Paris e faleceu em Colônia”].

A respeito da menção a Cambridge neste texto, DE BONI (2008, n. 57, p. 25) resume alguns dos problemas vistos por especialistas a respeito da interpretação do ‘*Cant*’ que ali consta, e quanto ao fato de se aquela partícula se refere, de fato, a “Cambridge”.

⁶ Cf. FRANK, William A.; WOLTER, Allan B. ‘Life and Works’ (chapter one, pp. 1-16). In: ID.; ID. **Duns Scotus, metaphysician**. West Lafayette, Indiana: Purdue University Press, 1995, p. 4 (doravante FRANK & WOLTER, 1995).

A propósito, Guilherme de Vaurillon (**Sent.**, epilogus; ed. Venetiis, 1496, fol. 316b *apud* HONNEFELDER, 2010, p. 25) assim sintetizou a vida de Scotus “No início fez-te nascer a Escócia, depois te educou a Inglaterra, onde primeiramente expuseste o *Livro das Sentenças*, e então novamente a França te acolheu, mas mantém-te no túmulo de Colônia” (“*Te primitus Scotia genuit, te postmodum Anglia docuit, ubi primo Sententias legisti, rursus suscepit Francia, sed Colonia tenet in tumulo*”). Precisamente no túmulo de Duns Scotus, na igreja dos Frades Menores de Colônia (*Minoritenkirsche*), que esta síntese foi assim resumida: “A Escócia me gerou / A Inglaterra me criou / A França me ensinou / Em Colônia repousei” (“*Scotia me genuit / Anglia me suscepit / Gallia me docuit / Colonia me tenet*”).

⁷ A *Comissão Scotística*, com sede na Universidade Antonianum, em Roma, foi criada em 1938 pela Ordem Franciscana com o propósito de publicar as “Obras Completas” (*Opera Omnia*) de Duns Scotus. Para tanto, inicialmente, deu continuidade a estudos realizados anteriormente, fazendo, por sua vez, um levantamento e a consequente análise dos manuscritos existentes da obra scotista. Este trabalho foi desenvolvido por meio do método histórico-crítico e de cálculos matemáticos, e que resultou, primeiramente, na elaboração do catálogo de obras autênticas de Duns Scotus, e, em seguida, em publicações de obras do Doutor Sutil. A descrição das obras deste catálogo se encontra no texto introdutório de seu primeiro volume publicado, a saber, PATRES EDITORES. ‘De Ordinatione I. Duns Scoti. Disquisitio Historico-Critica’ (pp. 3*-329*). In: DUNS SCOTI, Ioannis. **Ordinatio: Prologus**. Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis, 1950, vol. I. (doravante DH-C). No entanto, apesar de o propósito inicial ter se voltado à toda obra de Scotus, os textos até então publicados por esta edição (cujos volumes e conteúdos estão detalhados *infra* notas 23 e 24) respondem tão somente pela obra teológica do Doutor Sutil (cf. MERINO, José Antonio. **Juan Duns Escoto: Introducción a su pensamiento filosófico-teológico**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2007(doravante MERINO, 2007) pp. xi.xx; e DE BONI, 2008 p. 19.).

Além disso, um trabalho empreendido por V. Richter tem o objetivo de isolar um texto primário de Duns Scotus, que seria anterior aos acréscimos, correções e observações, cf. RICHTER, V. ‘Textstudien zum Prolog des Oxforder Sentenzenkommentars von Johannes Duns Scotus’ (pp. 24-65). In: **Zeitschrift für Katholische Theologie**, 110, 1988, cf., ademais, KRAML, H.; LEIBOLD, G.; RICHTER, V. ‘Einleitung’ (pp. ix-xxxii). In: KRAML, H.; LEIBOLD, G.; RICHTER, V. (Org. e trad.). **Johannes Duns Scotus: Über die Erkennbarkeit Gottes**. Texte zur Philosophie und Theologie. Lateinisch-Deutsch. Hamburg, 2000, que é considerado criticamente por MODRIC, L. ‘I testi di Duns Scoto sulla dimonstrazione di Dio in una strana edizione’ (pp. 312-44). In: **Antonianum**, vol. 65, 1990 *apud* HONNEFELDER, 2010, nota 22, p. 30.

fosse descoberto. Sobre a vida de Duns Scotus, por exemplo, textos que foram tomados como referenciais tiveram sua fidedignidade seriamente contestada⁸, do mesmo modo que a referida Comissão encontrou importantes textos do mestre franciscano⁹.

Pode-se notar que as obras de Scotus estão estreitamente ligadas às suas atividades acadêmicas, das quais há textos decorrentes de sua atuação docente. A maior parte dos textos que se têm hoje provém de seus estudos teológicos, mas há também comentários a textos filosóficos¹⁰. Além disso, quaisquer desses comentários foram compostos na forma de questões (*quaestiones*)¹¹, nas quais se levava em conta determinado tema, sobre o qual se discutia.

Um exemplo de texto em que essas “questões” estavam presentes eram os comentários aos *Quatro Livros das Sentenças*¹². Estes *Livros* eram uma compilação de textos dos Padres da Igreja, feita por Pedro Lombardo (1095-1160), que foram adotados por volta de 1220 para o ensino de Teologia na Universidade de Paris, por Alexandre de Hales (1185-1245). Desde então, e progressivamente, as outras universidades também os adotaram e a eles os bacharéis em Teologia faziam comentários. Inicialmente, esses comentários foram bastante literais, mas com o passar do tempo vieram a permitir elaborações onde a letra do texto lombardino já não era seguida tão rigorosamente, dando lugar a composições originais no interior da estrutura dos *Livros das Sentenças*, ou a outras obras¹³.

⁸ Cf. WOLTER, Allan B. (O.F.M.). ‘Introduction’ (pp. xiii-xxxiii). In: DUNS SCOTUS, John. **Philosophical Writings: A Selection**. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 1987, p. xiv (doravante WOLTER, 1987): “The more specific details of his [Scotus’s] parentage, his early schooling at Haddington and the story of his entry into the Franciscan order, however, as found in the so-called Tweedy transcription of the Chronicle of the Scottish Franciscans preserved in the eighteenth century *Monasticon Scoticanum* by Marianus Brockie, O.S.B., can no longer be trusted”.

⁹ Para mais detalhes sobre este ponto específico, cf. *infra* 1.2.1.

¹⁰ Para mais informações, cf. *infra* 1.2.4.

¹¹ Estas se constituíam basicamente em uma estrutura triádica, onde, em primeiro lugar, eram enunciados argumentos pro e contra o tema da questão – os também chamados ‘argumentos iniciais’ – apoiando-se em autoridades como os Padres da Igreja, a Sagrada Escritura, Aristóteles, ou ainda em outro(s) mestre(s) e/ou autor(es) que tivesse(m) escrito a respeito; em segundo, no chamado ‘corpo da questão’, eram desenvolvidos os argumentos do próprio autor; por fim, vinham as respostas aos argumentos iniciais, que tinham como base a abordagem dada no corpo da questão e onde se explicava em que medida aquelas se aproximavam ou se afastavam dos argumentos das autoridades citadas (cf. FRANK & WOLTER, 1995, nota 7, pp. 12-3).

¹² Em cada um destes livros tratava-se assuntos específicos, os quais, segundo DE BONI (2008, p. 21), com suas respectivas distinções, eram os seguintes: “Livro I, Introdução (d. 1), a Trindade (d. 2-34) e os principais atributos divinos (d. 35-48); Livro II, a criação (d. 1-20) e o pecado (d. 21-44); Livro III, a encarnação (d. 1-22) e a vida da graça (d. 23-40); Livro IV, os sacramentos (d. 1-42) e a escatologia (d. 43-50)”. Cada um desses assuntos era distribuído em certo número de ‘distinções’ (d.); as d. dividiam-se em um determinado número de ‘questões’ (q.), com seus respectivos parágrafos (números = n.). Como se pode perceber, tais comentários possuíam uma estrutura complexa e seus editores, cientes disso, numeraram os parágrafos das questões, e no caso da edição crítica das obras de Scotus, dividiram-nas também em partes (p.).

¹³ Cf. DE BONI, 2008, p. 21.

Sabe-se que tais comentários poderiam receber mais de uma elaboração – a qual poderia resultar do trabalho de uma ou mais pessoas – e eram denominados de acordo com o modo de sua redação. Assim, quando o bacharel lia os livros das *Sentenças*, redigia uma primeira leitura a fim de expô-la a seus alunos. Essa primeira versão chamava-se *lectura*. No caso de revisar este texto e entregá-lo aos livreiros, com a finalidade que estes fizessem cópias para publicação, tratava-se de uma *ordinatio*. Ademais, se a exposição do mestre fosse anotada por um secretário ou aluno, o texto era chamado *reportatio*¹⁴; e se este último texto fosse revisado pelo professor, passava a se chamar *reportatio examinata*¹⁵.

Há textos scotistas sob quase todas essas formas¹⁶, além de outras obras¹⁷. Assim, de posse dessas informações, pode-se passar ao tópico seguinte.

1.2 OBRAS, EDIÇÕES E CONTEXTOS DA PROBLEMÁTICA CAUSAL NO ARGUMENTO TEÍSTA DE DUNS SCOTUS

Vistos os dados biobibliográficos em geral, pode-se passar agora às obras em que Duns Scotus desenvolve seu argumento teísta e os temas que lhe dizem respeito de modo próximo. Com efeito, devido à pluralidade de textos, é importante analisar o contexto das diferentes obras, o que é feito voltando a atenção, inicialmente, aos textos propriamente ditos (o que implica tratar de suas edições) e, em seguida, ao contexto geral em que o argumento

¹⁴ Cf. DE BONI, *ibid.*

¹⁵ Cf. WOLTER, 1987, p. xxiii. Observe-se, contudo, que a explicação dos nomes *lectura*, *ordinatio* e *reportatio* deve-se a BALIĆ, C. ‘The Life and Works of John Duns Scotus’ (pp. 1-27). In: BONANSEA, B. (org.). **John Duns Scotus 1265-1308**. Washington: The Catholic University of America, 1965, especialmente pp. 18-23 *apud* DE BONI, 2008, p. 21.

¹⁶ Para um maior detalhamento, cf. *infra* 1.2.2, o que se diz sobre a única *reportatio examinata* atribuída a Scotus.

¹⁷ Além dos comentários às *Sentenças* (cf., a seguir, 1.2.1 e 1.2.2), a textos filosóficos (cf. *infra* 1.2.4) e de dois tratados, o *Tractatus de Primo Principio* e os *Theoremata* (sobre o primeiro, cf. *infra* 1.2.3; sobre o outro, cf. *infra* nota 121), há outras obras de Scotus que chegaram aos dias atuais. Entre as quais estão: (i) as *Quaestiones Quodlibetales*, um tipo de disputa realizada às vésperas do Advento e na Quaresma – as de Scotus foram compostas em vinte e uma questões (cf. os vols. XXV e XXVI da edição Vivès – sobre a qual se falará mais adiante; cf. também DUNS ESCOTO, Juan. **Obras del Doctor Subtil: Cuestiones Cuodlibetales**. Edición bilingüe. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1968); (ii) as *Collationes*, constituídas de pequenos tratados, que permanecem sem edição crítica e que somam, ao todo, 43 *collationes* (destas, 24 foram redigidas em Oxford, e 19 em Paris, tendo sido 37 publicadas na ed. Vivès, vol. V, pp. 131-312, cinco outras por C. Harris e há ainda uma outra que permanece inédita, cf. DE BONI, 2008, nota 65, p. 27, e p. 28); e (iii) as *Additiones Magnae* (um conjunto de questões completas sobre os livros I e II das *Sentenças*, provenientes da leitura parisiense de Scotus, que incluem suplementos da *Ordinatio* e que foram elaboradas por seu secretário, Guilherme de Alnwick, cf. WOLTER, 1987, p. xxv; para o texto, cf. ed. Vivès, vol. XX, pp. 1-512 correspondente ao livro I das *Sentenças*, já a parte relativa ao livro II, ainda não foi editada), as quais, apesar de não ser de Scotus têm vínculo com o pensamento scotista, e foram, durante séculos, consideradas muito importantes.

teísta se dá – se se tratar de uma de suas versões – e então ao contexto específico em que as *ceo* e as *cao* aparecem em cada uma das diferentes obras. Seguindo essas diretrizes, em primeiro lugar, trata-se de *Lectura e Ordinatio*; em segundo, da *Reportatio Parisiensis* I-A; a seguir, do *Tractatus de Primo Principio*; e, por fim, do comentário scotista à *Metafísica* de Aristóteles.

1.2.1 *Lectura e Ordinatio*

Trata-se de um dado facilmente admissível que os diferentes textos do argumento scotista só pelo fato de tratar do mesmo assunto são similares entre si. Todavia, essas similaridades variam de um em relação a outro, uma vez que se, por um lado, os assuntos os unem, por outro, cada qual pertence não só a uma época diferente, como também a um contexto distinto. Para além disso, porém, é possível identificar entre eles, versões que estão mais próximas umas das outras sob certos aspectos.

Assim, tomando como critério, por exemplo, não tanto o conteúdo específico, mas, sobretudo, a estrutura, pode-se observar que as versões do argumento que se encontram na *Lectura* e na *Ordinatio* se aproximam uma da outra. É claro que, de acordo com o critério que se toma, a proximidade pode ser maior ou menor, pois se se comparar estes mesmos textos quanto à extensão e à profundidade doutrinal, será fácil notar grande diferença entre eles. No entanto, estruturalmente estas versões estão muito próximas. Em virtude disso, as versões do argumento contidas nestas obras serão estudadas no mesmo tópico, de modo que se desenvolve o que ambas têm em comum ao se apresentar seus textos, reservando-se, contudo, um tópico para cada uma no que se refere a seus traços específicos em relação ao argumento teísta, às *ceo* e às *cao*.

1.2.1.1 Os textos

Sabe-se que Duns Scotus foi altamente reconhecido em seu meio e época, o que lhe rendeu tanto admiradores quanto opositores¹⁸, quer durante sua vida, quer depois de sua

¹⁸ As divergências eram, sobretudo, de natureza teológico-doutrinal a respeito da interpretação de Cristo e da Imaculada Conceção de Maria. Opuseram-se declaradamente a ele, por exemplo, mestre Hervé de Nédélec (O.P.) e Jean de Pully, um mestre secular, que o acusou de heresia e recomendou que as teses scotistas sobre a

morte¹⁹. Apesar destes últimos, foram, sem dúvida, os primeiros os responsáveis pela continuidade de seu pensamento. No entanto, as circunstâncias nas quais Scotus redigiu sua obra e o tempo que teve para compô-la e dar-lhe certa ordem foram insuficientes para que um todo organizado fosse concluído e disposto. O trabalho que seria seu *opus magnum*, a *Ordinatio*, ficara inconcluso.

Após sua morte, seus discípulos viram-se então diante de um conjunto de textos nos quais o mestre franciscano não havia dado a última palavra. Ávidos para vê-los concluídos, incumbiram-se da tarefa, guardaram-lhe a obra, fazendo e refazendo cópias ao longo do tempo. Disso resultou, por um lado, uma considerável tradição manuscrita, e, por outro, obras que refletem seu pensamento em diferentes estágios de sua carreira universitária²⁰.

A propósito, entre as edições que a obra do Doutor Sutil recebeu, a mais conhecida é a de Lucas Wadding, em doze volumes e publicada em 1639²¹, da qual se fez, em 1968, uma reprografia (Hildesheim, Olms Verlag) e uma reedição, em Paris, entre 1891 e 1895, a cargo de Ludovico Vivès, conhecida como edição Vivès²², em vinte e seis volumes. Mais recentemente, porém, a Comissão Scotística vasculhou todas as bibliotecas europeias que pôde para encontrar tantos daqueles manuscritos quantos houvesse e poder compor a versão mais próxima do que seria a *Ordinatio*²³ de Duns Scotus, recorrendo a outros textos como à *Lectura*²⁴ e às versões que se têm das *Reportata* ou *Reportationes*²⁵.

Imaculada Conceção de Maria deviam ser combatidas por outros meios que não os meramente discursivos (cf. FRANK & WOLTER, 1995, pp. 6-8).

¹⁹ Há registros de destruição de textos scotistas existentes em Oxford, realizada por Richard Layton, em 1535, sob as ordens de Olivier Cromwell. Era costume da Ordem que, após a morte do mestre, seus textos fossem enviados para o lugar em que o mesmo iniciara sua carreira acadêmica e, no caso de Scotus, este lugar era exatamente Oxford (cf. DE BONI, 2008, pp. 18-19).

²⁰ Cf. FRANK & WOLTER, 1995, p. 9; além do estado inconcluso dos textos de Duns Scotus, outro fato que contribuiu para tornar “difícil uma imagem confiável da doutrina scotista” foram textos de outra autoria considerados por muito tempo como provenientes de Scotus, por exemplo, a *Grammatica speculativa* de Tomás de Erfurt (cf. ed. Vivès I: 1a-50b), sobre a qual, aliás, Martin Heidegger (1889-1976) fez, em 1916, seu trabalho de habilitação, julgando tratar-se de um texto do frade escocês *apud* HONNEFELDER, 2010, pp. 23.31.

²¹ Cf. R. P. F. JOHANNIS DUNS SCOTI, DOCTOR SUBTILIS. **Opera Omnia**. Lugduni: sumptibus Laurentii Durand, 1639 *apud* WOLTER, 1987, nota 29, p. xxx.

²² Cf. JOANNIS DUNS SCOTUS, DOCTOR SUBTILIS, ORDINIS MINORUM. **Opera Omnia**. Parisiis: apud Ludovicum Vivès, 1891-1895 *apud* WOLTER, 1987, nota 30, p. xxx.

²³ Parte dos resultados do trabalho da Comissão Scotística se vê na edição de muitos textos de Duns Scotus que ela vem publicando desde 1950, edição esta que é conhecida como edição Vaticana. Os textos referentes ao livro I da *Ordinatio* (*Ordinatio* I) ocupam os volumes I-VI desta edição; da *Ordinatio* II, os vols. VII-VIII; da *Ord.* III, os vols. IX-X.

²⁴ Os textos de *Lectura* I estão nos vols. XVI-XVIII da edição Vaticana; de *Lect.* II, nos vols. XVIII-XIX; e de *Lect.* III, nos vols. XX-XXI; pois não existe, ou ainda não foram encontrados, os textos de *Lect.* IV.

²⁵ Cf. DE BONI, 2008, pp. 18-19; embora aqui se trate do aspecto geral desta obra, mais detalhes a seu respeito podem ser encontrados *infra* 1.2.2, onde a mesma é considerada mais especificamente.

Embora haja outras edições²⁶, as mencionadas ainda hoje são referenciais para a pesquisa. Aliás, continuarão tendo seu valor apreciado, talvez mesmo após a conclusão daquela que é a edição crítica das obras (teológicas) de Duns Scotus²⁷, a edição Vaticana. Além disso, é preciso registrar que muitos dos critérios de que a Comissão Scotística se serviu tiveram como árbitro Carl Balić²⁸, critérios estes que têm sido objeto de discussão entre estudiosos²⁹.

1.2.1.2 O argumento teísta, as *ceo* e as *cao* na *Lectura*

No que se refere ao texto da *Lectura*, é importante ressaltar que esta consiste em uma primeira versão de comentário às *Sentenças* feito por Scotus e, geralmente, traz de uma forma menos desenvolvida o que foi tratado posteriormente com mais detalhes. O argumento teísta, que ali representa uma pequena parte³⁰, é consideravelmente menor, em relação às outras versões, mas substancialmente o mesmo, apesar das diferenças.

Na *Lectura*, o argumento scotista segue os seguintes passos. No início da segunda distinção, do livro I, na primeira parte, Scotus desenvolve três questões, a primeira pergunta: “Há algum ente infinito em ato entre os entes?”; a segunda: “A existência de algum ente infinito, como a existência de Deus, é *per se nota*?”; já a questão três indaga: “Há somente um único Deus?”³¹. Ao contrário do que a ordem natural sugere, Scotus apenas apresenta os

²⁶ Entre as edições não-críticas das *opera omnia* de Scotus de que se tem notícia estão a preparada por G. Lauriola, que eliminou da edição Wadding-Vivès os textos espúrios (DUNS SCOTI, Ioannis. **Opera omnia, Editio Minor**. Alberobello: AGA Arti, 1998-2003 *apud* DE BONI, 2008, p. 19) e uma dos livros I e II da *Ordinatio*, editada por M. Fernando Garcia (O.F.M.) (DUNS SCOTUS, I. **Commentaria Oxoniensia**. Ad Claras Aquas [Quaracchi]: Collegii S. Bonaventurae, 1913-1914 *apud* WOLTER, 1987, p. xxx).

²⁷ Cf. FRANK & WOLTER, 1995, p. 10.

²⁸ O qual, aliás, foi responsável por editar outros trabalhos de Scotus, bem como por muito do que sabe sobre o frade escocês, entre os quais podem ser mencionados, além do já citado na nota 15: BALIĆ, C. **Les Commentaires de Jean Duns Scot sur les quatre livres des Sentences**. Bureaux de la Revue, 1927; ID. ‘De Collationibus Ioannis Duns Scoti, Doctor Subtilis ac Mariani’ (pp. 185-219). In: **Bogoslovni Vestnik** 9, 1929; ID. (ed.). **Ioannes Duns Scotus Doctor Immaculatae Conceptionis: Textus Auctores**. Roma: Academia Mariana Internationalis, 1954, entre outros.

²⁹ Novamente, remete-se a 1.2.2, pois ali esta obra é estudada com mais detalhes.

³⁰ Cf. DUNS SCOTI. *Lectura* I, d. 2, p. 1, qq. 1-2, nn. 1-7.38-63 (ed. Vat. XVI: 111-2.124-34).

³¹ Respectivamente: “Utrum in entibus sit aliquod ens actu infinitum?”; “Utrum aliquod ens esse, ut Deum esse, sit per se notum?”; e “Utrum sit tantum unus Deus?”, cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 q. 3 nn. 96-135 (ed. Vat. XVI: 146-57). As traduções acima dos títulos destas questões da *Lectura*, bem como dos títulos das questões das outras obras de Scotus citadas neste trabalho e de passagens das mesmas, salvo indicação contrária, são minhas. Apesar de não se ter notícia de uma tradução publicada em português destas três questões, há uma tradução em espanhol feita por Félix Alluntis (O.F.M.), com o texto latino ao lado, da questão um da segunda distinção de *Lectura* I às

argumentos iniciais da questão um³², e passa à questão dois, desenvolvendo-a integralmente³³. A seguir, volta à primeira questão, e estabelece as primazias de que se servirá para provar a existência de um ente primeiro: a de eminência (i.e. de perfeição) e as de causalidade, que incluem a eficiência e a finalidade³⁴.

Depois, toma como referencial a causalidade eficiente e, após alguns esclarecimentos³⁵, apresenta o argumento principal da prova³⁶ – primeiro passo para provar que aquele ente é primeiro – ao qual suscita três objeções: uma que diz haver petição de princípio na ordem das causas³⁷; outra que acusa o argumento de não ser demonstrativo em sentido estrito, porque parte de premissas contingentes, e para sê-lo teria de partir de premissas necessárias³⁸; e a última que questiona a forma da demonstração, que é *quia*, enquanto uma demonstração teria de ser *propter quid*³⁹. Responder a essas objeções constitui a continuidade do texto da *Lectura*⁴⁰. Na resposta à primeira objeção Scotus distingue, inicialmente, as causas *per se* das *ceo* e as causas *per accidens* das *cao*⁴¹, e então apresenta três diferenças entre *ceo* e *cao*⁴². Na sequência de seu texto, desenvolve-se a prova da infinitude atual do primeiro ente⁴³.

1.2.1.3 O argumento teísta, as *ceo* e as *cao* na *Ordinatio*

Como já indicado, do ponto de vista estrutural, a versão da *Ordinatio* está bem próxima da versão da *Lectura*, de tal forma que não só suas perguntas se assemelham às desta

páginas 183-223 in: DUNS ESCOTO, Juan. **Tratado acerca del Primer Principio**. Edición bilingüe. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1989.

³² Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 1-7 (ed. Vat. XVI: 111-2).

³³ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 8-37 (ed. Vat. XVI: 113-24).

³⁴ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 38-9 (ed. Vat. XVI: 124-5).

³⁵ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 40 (ed. Vat. XVI: 125-6).

³⁶ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 41 (ed. Vat. XVI: 126).

³⁷ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 42 (ed. Vat. XVI: 127).

³⁸ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 43 (ed. Vat. XVI: 127).

³⁹ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 44 (ed. Vat. XVI: 127): “Item, cum non sit demonstratio ‘propter quid’, videtur etiam quod non sit demonstratio ‘quia est’, quia quando demonstratur aliqua conclusio demonstratione ‘quia est’, semper e converso potest fieri demonstratio ‘propter quid’, a causa ad effectum; sed ex esse primae causae non potest concludi ‘propter quid’ esse aliorum; igitur nec e contra demonstratione ‘quia’”. Sobre os pressupostos demonstrativos de Scotus em seu argumento teísta, cf. *infra* 1.3.2.

⁴⁰ A resposta à primeira objeção ocupa os nn. 45-55 (ed. Vat. XVI: 127-31); à segunda, os nn. 56-7 (ed. Vat. XVI: 131-2); e à terceira, o n. 58 (ed. Vat. XVI: 132).

⁴¹ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 45 (ed. Vat. XVI: 127).

⁴² Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 46-8 (ed. Vat. XVI: 128).

⁴³ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 64-86 (ed. Vat. XVI: 134-42).

última⁴⁴, como também se repete na *Ordinatio* a inversão na ordem das duas primeiras questões, como se dá na *Lectura*⁴⁵. Assim, na questão um, deixa-se claro desde o início que a demonstração será *quia*⁴⁶ e a escolha das primazias não difere da *Lectura*, uma vez que as provas se dão em torno das primazias eminente (i.e. perfectiva), causal eficiente e causal final⁴⁷.

Observe-se que há uma estrutura mais sistemática nesta versão do argumento, porque cada uma das primazias comporta três conclusões. A primazia da causalidade eficiente é usada como referência para as demais, de modo que ao tratá-las apenas se faz remissão à primeira. Ao tratar (1) da causalidade eficiente, procede-se do seguinte modo: prova-se (a) que pode haver uma causa eficiente primeira⁴⁸, (b) que ela é incausável⁴⁹ e (c) que ela existe em ato⁵⁰; quanto (2) à causalidade final, prova-se (a) que pode haver uma causa final primeira⁵¹, (b) que ela é incausável⁵² e (c) que ela existe em ato⁵³; com (3) a primazia eminente dá-se o mesmo, pois, primeiro, se prova (a) que há uma causa eminente primeira⁵⁴, depois (b) que ela é incausável⁵⁵ e, por fim, (c) que ela existe em ato⁵⁶.

⁴⁴ Os títulos das três primeiras questões da segunda distinção, respectivamente, são: “Utrum in entibus sit aliquid existens actu infinitum?” (“Há entre os entes algum infinito atualmente existente?”), “Utrum aliquod infinitum esse sit per se notum?” (“A existência de algum ente infinito é *per se nota*?”) e “Utrum sit tantum unus Deus?” (“Há somente um único Deus?”; cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 q. 3 nn. 157-90 (ed. Vat. II: 222-43). Note-se, ademais, que há tradução em português, com notas, das questões 1 e 3 de *Ord.* I d. 2 p. 1, feita pelo professor Raimundo Vier, às páginas 41-69 (q. 1 nn. 1-9.39-101.105-56) e 71-80 (q. 3 nn. 157-90) in: DUNS SCOT, John; OCKHAM, William of. **Seleção de Textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1989. (Coleção Os Pensadores).

⁴⁵ Os argumentos iniciais da questão um estão em *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 1-9 (ed. Vat. II: 125-8); a questão dois está toda em *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 10-38 (ed. Vat. II: 128-48).

⁴⁶ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 39 (ed. Vat. II: 148).

⁴⁷ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 40 (ed. Vat. II: 149). É interessante notar que tanto na *Lectura* (I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 39; ed. Vat. XVI: 124-5) quanto na *Ordinatio* (I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 40; ed. Vat.: II, 149) menciona-se a causalidade exemplar, mas ela é deixada de fora. Isso se deve ao seguinte, para Duns Scotus, a causalidade exemplar não é senão uma forma da causalidade eficiente, como ele expõe in *Ord.* I d. 36 q. un. n. 23 (ed. Vat. VI: 279-80) e *Lect.* I d. 36 q. un. n. 19 (ed. Vat. XVII: 466), opondo-se à interpretação de Henrique de Gand *Summa* a. 22 q. 4 (vol. I, ff. 132M e 133 P), segundo o qual há diferença entre as causalidades eficiente e a exemplar. Cf. também PRENTICE, Robert (O.F.M.). **The Basic Quidditative Metaphysics of Duns Scotus as Seen in his De Primo Principio**. Roma: Edizioni Antonianum. 1997, pp. 121-3 (doravante PRENTICE, 1997).

⁴⁸ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 43-56 (ed. Vat. II: 151-62).

⁴⁹ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 57 (ed. Vat. II: 162-4).

⁵⁰ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 58 (ed. Vat. II: 164-5). Acrescendo-se um corolário (cf. n. 59; ed. Vat. II: 165), que compreende as três conclusões.

⁵¹ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 60 (ed. Vat. II: 165-6).

⁵² Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 61 (ed. Vat. II: 166).

⁵³ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 62 (ed. Vat. II: 166-7). Acrescendo-se um corolário (cf. n. 63; ed. Vat. II: 167), que compreende as três conclusões.

⁵⁴ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 64 (ed. Vat. II: 167).

⁵⁵ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 65 (ed. Vat. II: 167-8).

⁵⁶ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 66 (ed. Vat. II: 168). Acrescendo-se um corolário (cf. n. 67; ed. Vat. II: 168), que compreende as três conclusões.

Após enunciar o argumento principal⁵⁷, que se dá em (1)(a), são suscitadas duas objeções: uma, que é a dos “filosofantes”, segundo a qual é possível ascender infinitamente nas causas, como se dá com as gerações infinitas⁵⁸; a outra se refere ao ponto de partida ser contingente, caso em que, segundo se objeta, não há demonstração propriamente dita⁵⁹; a solução às objeções ocupa as páginas seguintes desta versão⁶⁰. Depois disso, Scotus prova que o ente primeiro é infinito em ato⁶¹. Note-se que no início da solução à primeira objeção fala-se nas *ceo* e nas *cao*⁶², contrapondo-as às causas *per se* e às causas *per accidens*⁶³ e, logo em seguida, apresentam-se três diferenças entre *ceo* e *cao*⁶⁴.

Vistos os dados de *Lectura e Ordinatio*, pode-se passar à *Reportatio Parisiensis* I-A.

1.2.2 *Reportatio Parisiensis* I-A

A versão da *Reportatio Parisiensis* I-A também poderia ser posta ao lado das de *Lectura e Ordinatio*, se se considerasse sua estrutura como critério, uma vez que há semelhanças quanto a isso entre as três. Todavia, apesar dessa similaridade, preferiu-se tratar este texto separadamente, em virtude de algumas das características que o distinguem significativamente dos demais.

Com efeito, é preciso ter presente, que há diversas versões de *reportationes parisienses*; some-se a isso que a *Reportatio Parisiensis* I-A foi considerada por muito tempo como provindo diretamente da pena de Duns Scotus e, por isso, tendo uma importância maior do que qualquer outro texto scotista, uma vez que os textos do Doutor Sutil que chegaram aos dias atuais, em sua maioria, tiveram uma transmissão conturbada como se indicou ao tratar dos textos de *Lectura e Ordinatio*, i.e., contando com muitas cópias feitas com critérios distintos dos das modernas edições críticas.

Mais recentemente, porém, o fato de se discutir sobre a obra scotista, por exemplo, a partir das conclusões propostas pela Comissão Scotística a respeito dos textos de origem

⁵⁷ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 43 (ed. Vat. II: 151-2).

⁵⁸ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 44 (ed. Vat. II, 152-3).

⁵⁹ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 45 (ed. Vat. II, 153).

⁶⁰ A resposta à primeira se dá nos nn. 46-55 (ed. Vat. II: 153-61), e à segunda, no n. 56 (ed. Vat. II: 161-2).

⁶¹ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 74-147 (ed. Vat. II: 174-215).

⁶² Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 46 (ed. Vat. II: 153).

⁶³ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 47 (ed. Vat. II: 153).

⁶⁴ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 48-51 (ed. Vat. II: 154-5).

parisiense, passou-se a questionar muito do que se dava por certo em relação àqueles textos, e importantes propostas interpretativas vêm se firmando.

Como consequência disso, a seguir, são apresentados dados sobre os diferentes textos parisienses de Scotus; isto feito, foca-se na *Reportatio Parisiensis* I-A, levando em conta a consagrada interpretação segundo a qual o frade franciscano tê-la-ia revisado, bem como as discussões que esta atribuição tem suscitado. Por fim, vê-se como o argumento teísta, as *ceo* e as *cao* têm lugar nesta versão do argumento.

1.2.2.1 Os textos

Como já se teve oportunidade de indicar, as *reportationes* de Duns Scotus são frutos de sua atividade acadêmica em Paris, quando ali esteve comentando as *Sentenças* – daí o nome *Reportata Parisiensia* ou *Reportationes Parisienses*; e, se se tratar de apenas uma, simplesmente *Reportatio Parisiensis* (doravante abreviada como *Rep.*). Viu-se, ademais, que quatro eram os *Livros das Sentenças* e, na forma de *reportationes*, há comentários scotistas a todos eles.

Sabe-se que do livro I há cinco versões: 1) *Rep.* I-A (5 manuscritos⁶⁵), 2) *Rep.* I-B (1 ms.), 3) *Rep.* I-C (1 ms.), 4) *Rep.* I-D (1 ms.) e 5) *Rep.* I-E (1 ms.)⁶⁶. A primeira foi publicada, inicialmente, por Allan B. Wolter (O.F.M.) e Marilyn McCord Adams⁶⁷, a segunda o foi em Paris, em 1517, enquanto as demais permanecem inéditas. Quanto ao livro II, tem-se seu conteúdo na edição Vivès (vol. XXII, p. 513-XXIII, p. 233; 7 mss.)⁶⁸. Do livro III, há quatro versões: 1) *Rep.* III-A (ed. Vivès XXIII, p. 234-530; 4 mss.), 2) *Rep.* III-B (1 ms.), 3) *Rep.* III-C (2 mss.) e 4) *Rep.* III-D (1 ms.) – as três últimas versões ainda não foram editadas⁶⁹. Por

⁶⁵ Cf. *infra* nota 72.

⁶⁶ Cf. DH-C, p. 145*.

⁶⁷ Cf. WOLTER, Allan B.; ADAMS, Marilyn McCord. 'Duns Scotus' Parisian Proof for the Existence of God' (pp. 248-321). In: **Franciscan Studies**, vol. 42, 1982 (este texto traz as quatro primeiras questões da segunda distinção daquele livro em edição/tradução latim-inglês; doravante ed. WA. Será esta a edição referencial da *Rep.* I-A neste trabalho). Registre-se ainda que esta edição foi base para outra publicação (FRANK, William A.; WOLTER, Allan B. 'Parisian Proof for the Existence of God' (chapter three; Latin-English text: pp. 40-73; commentary: pp. 74-107). In: ID.; ID. **Duns Scotus, Metaphysician**. West Lafayette, Indiana: Purdue University Press, 1995), a qual, apesar de trazer o mesmo trecho, omite muitos parágrafos – doravante ed. FW) e para a edição e tradução do mesmo A. B. Wolter, mas com Oleg V. Bychkov (DUNS SCOTUS, John. **The Examined Report of The Paris Lecture – Reportatio I-A**. Latin text and English translation by Allan B. Wolter and Oleg V. Bychkov. New York: The Franciscan Institute Publications, St. Bonaventure University. 2004 (vol. I), 2007 (vol. II). Ambos os volumes trazem integralmente o texto de *Rep.* I-A – doravante ed. WB).

⁶⁸ Cf. DH-C, p. 146*.

⁶⁹ Cf. DH-C, p. 148*.

fim, do livro IV, há duas versões: 1) *Rep.* IV-A (ed. Vivès XXIII, p. 531-XXIV; 5 mss.) e 2) *Rep.* IV-B (Paris, 1518; 4 mss.)⁷⁰. Posto que o trecho de maior interesse, no momento, é parte do livro I, é oportuno considerá-lo especificamente.

Muito se tem discutido acerca das versões do primeiro livro, em especial sobre *Rep.* I-A. Com efeito, o que há de mais problemático é que esta *reportatio* foi considerada por muito tempo como a única revisada pelo próprio Scotus, pois o *explicit* do manuscrito V (de Viena) traz essa informação⁷¹. Além disso, a edição deste texto levou em conta certos critérios – como que manuscrito(s) priorizar e por que⁷² – que vêm sendo questionados por alguns pesquisadores⁷³. Dentre os quais, destaque-se K. Rodler⁷⁴, que, após seu estudo dos prólogos de *Rep.* I-A, I-B, I-C⁷⁵ e o das *Additiones Magnae*, concluiu que estes quatro textos têm tamanha semelhança entre si que só podem ter a mesma fonte; além disso, a formulação dos mesmos é, em muitas passagens, substancialmente a mesma, variando apenas, por vezes, sua ordem e redação. A partir disso, pode-se dizer que estes textos não são oriundos de diferentes cursos ministrados por Scotus, mas seriam redações cujas diferenças dever-se-iam a redatores distintos (assistentes ou alunos), que tê-las-iam copiado ou registrado durante as aulas ministradas em Paris.

⁷⁰ Cf. DH-C, *ibid.* A propósito, há uma edição recente das duas primeiras partes de *Rep.* IV-A, que compreendem as distinções 1-17: DUNS SCOTUS, John. **The Reportatio of the Paris Lecture – Reportatio IV-A**. Latin text and English translation by Oleg V. Bychkov and R. Trent Pomplun (vol. I, parts 1 and 2). New York: The Franciscan Institute Publications, St. Bonaventure University, 2016.

⁷¹ Cf. ed. WA, p. 249: “Codex V is a 14th century manuscript from the Staatsbibliothek of Viena (cod. lat. 1453) and is described in detail by the editors of the critical Vatican edition (vol. I, p. 125*-126*). On folio 125va we read ‘Explicit Reportatio super primum Sententiarum, sub magistro Ioanne Scoto, et examinata cum eodem venerando doctore’”.

⁷² De modo resumido, e segundo a importância atribuída pelos editores (cf. ed. WA, pp. 248-9), são estes os cinco mss. de *Rep.* I-A: o de Viena (V), o de Roma (R), o de Turim (T), o do Merton College, de Oxford (M) e o do Balliol College (B), também de Oxford. Tenha-se presente que as outras duas publicações citadas também priorizam o ms. V e partem, para sua edição de *Rep.* I-A, do dado que esta *reportatio* foi revisada por Scotus (cf. ed. FW, p. 75; e ed. WB, *Introduction*, p. xxiv).

⁷³ Cf. RICHTER, W. **Stutien zum literarischen Werk von Johannes Duns Scotus**. München: Bayerische Akademie der Wissenschaften, 1988, LEIBOLD, Gerhard. “Zur Kontroverse zwischen den Philosophen und Theologen in der ersten Quaestio des Prologs der ‚Ordinatio‘ von Johannes Duns Scotus” (pp. 629-636). In: AERTSEN, J.; SPEER, Andreas (Orgs.). **Miscellanea Mediaevalia (band 26)**. Was ist Philosophie im Mittelalter?/ Qu’est ce que la philosophie au Moyen Âge?/ What is Philosophy in the Middle Ages? Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1998, SÖDER, Joachim R. **Johannes Duns Scotus – Parisier Vorlesung über Wissen und Kontingenz**. Freiburg: Herder, 2005, RODLER, K. **Die Prologe der Reportata Parisiensis des Johannes Duns Scotus. Untersuchung zur Textüberlieferung und kritische Edition**. Innsbruck: Universitätsverlag, 2005 *apud* DE BONI, 2008, nota 57, pp. 24-5.

⁷⁴ Cf. RODLER, 2005, pp. 41-2 *apud* DE BONI, 2008, n. 57, p. 24.

⁷⁵ Cf. RODLER (*ib.* *apud* DE BONI, 2008, n. 57, p. 24) deixou de fora de seu estudo a *Rep.* I-D, porque, já na edição Vaticana (cf. ed. Vat. IV: 1*-46*), reconsiderou-se a posição segundo a qual a *Rep.* I-C seria resultado da passagem de Scotus pela Universidade de Cambridge (como exposto em: ed. WA, p. 249), julgando idênticas as redações de I-D e I-C; Rodler também não considerou I-E pelo fato de esta *reportatio* consistir em transcrição de textos de Henrique de Harclay, um contemporâneo de Duns Scotus, falecido em 1317.

Rodler⁷⁶ ainda constatou recíproca influência entre *Rep. I-A* e *Additiones Magnae*, e como estas últimas foram compostas por Guilherme de Alnwick, após a morte do mestre⁷⁷, concluiu que os mss. que se têm hoje da *Rep. I-A* não podem ser notas de ouvintes que foram revisadas por Scotus, como indica o ms. V. No entanto, considerando seguro este dado, os editores da *Rep. I-A* tomaram-na como a *reportatio* mais importante e que conteria o pensamento definitivo do frade escocês. A importância desta versão não é negada por Rodler⁷⁸, o qual, aliás, apenas relativiza ter ela sido examinada por Scotus, dizendo que, se houve esta revisão, não se tem testemunho disso⁷⁹.

1.2.2.2 O argumento teísta, as *ceo* e as *cao* na *Rep.*

I-A

Postos os dados relativos às edições de *Rep. I-A*, bem como alguns problemas que têm sido levantados por pesquisas recentes, passa-se agora à estrutura do trecho desta *reportatio* que diz respeito de modo mais direto ao presente estudo.

Com efeito, *Rep. I-A*, em sua segunda distinção, ocupa-se com três temas amplos, a saber, a existência de Deus, Sua unicidade e a Trindade das Pessoas em Deus, dedicando a cada um, uma parte⁸⁰. Assim, na primeira, há três questões, que indagam: 1) “Há entre os entes algum absolutamente primeiro?”; 2) “A primazia absoluta pode pertencer a entes de diferente razão (i.e., classe)?”; e 3) “Há algum ente absoluto e infinito em ato?”⁸¹. A segunda parte compõe-se de uma única questão: “O ente primeiro é único em número?”⁸². Já a terceira e última parte desta distinção compreende quatro questões sobre a Trindade⁸³.

⁷⁶ Cf. RODLER, 2005 *apud* DE BONI, n. 57, p. 24.

⁷⁷ Cf. *supra* o item (iii) da nota 17.

⁷⁸ Cf. RODLER, 2005, pp. 53-63 e 114-26 *apud* DE BONI, 2008, pp. 24-5.

⁷⁹ Cf. *id.*, *ibid.* *apud* DE BONI, 2008, n. 57, p. 25.

⁸⁰ Cf. *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 nn. 1-2 (ed. WA: 252-3).

⁸¹ Respectivamente: “Utrum sit aliquid ens primum simpliciter universitate entium?”; “Utrum primitas simpliciter possit competere entibus alterius rationis?”; “Utrum sit aliquod ens simpliciter et actu infinitum?”.

⁸² “Utrum primum ens sit tantum unicum numero?”.

⁸³ A saber: 1) “Utrum personae divinae repugnet quaecumque productio intrinseca realis?” (cf. ed. WB, vol. I: 148-60); 2) “Utrum in natura divina possint esse plures productiones intrinsecae?” (cf. ed. WB, vol. I: 160-173); 3) “Utrum in Deo possint esse plures productiones intrinsecae eiusdem rationis?” (cf. ed. WB, vol. I: 174-8); e 4) “Utrum sint tantum tres personae in natura divina?” (cf. ed. WB, vol. I: 178-186).

As três primeiras questões da primeira parte têm seus argumentos iniciais apresentados em conjunto logo no início⁸⁴, esclarecendo que a forma argumentativa será uma demonstração *quia*⁸⁵. A primeira questão é desenvolvida a partir de quatro primazias do primeiro ente, a saber, eficiente⁸⁶, eminente⁸⁷, final⁸⁸ e exemplar⁸⁹, ou seja, argumenta-se sobre a existência de um ente que é tanto o mais eminente (i.e. perfeito) em uma hierarquia de naturezas, quanto nas causalidades eficiente, final e exemplar⁹⁰.

A questão seguinte ocupa-se com as razões em que se pode entender a natureza primeira, provando que o atributo da primazia ‘absoluta’ pertence a um único ente de uma só razão (i.e., de uma só classe)⁹¹. A questão três, por seu turno, volta-se à infinitude do primeiro ente, demonstrando que o mesmo é infinito em sentido absoluto⁹². Por fim, a questão única da segunda parte tem em vista a unicidade daquele ente, e mostra que só pode haver um ente infinito em ato⁹³.

O argumento principal da questão um⁹⁴ ocorre enquanto se trata a causalidade eficiente⁹⁵, ao qual são levantadas duas objeções. De acordo com a primeira, é possível que se ascenda infinitamente em produções de mesma razão ou classe⁹⁶, como o filho depende do pai, este de outro e, assim, ao infinito; já a segunda nega que se possa formular uma demonstração, cuja conclusão seja necessária, partindo de premissas contingentes⁹⁷. Ao

⁸⁴ Para os argumentos iniciais da questão um: cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 nn. 3-5 (ed. WA: 252-3); para os da questão dois: cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 nn. 6-7 (ed. WA: 254-5); e para os da questão três: cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 8 (ed. WA: 254-5).

⁸⁵ Cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 10 (ed. WA: 256-7).

⁸⁶ Cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 nn. 12-29 (ed. WA: 258-69).

⁸⁷ Cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 30 (ed. WA: 268-9).

⁸⁸ Cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 31 (ed. WA: 268-71).

⁸⁹ Cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 32 (ed. WA: 270-1).

⁹⁰ Cf. ed. FW, *Commentary*, p. 77. Note-se que nesta versão do argumento teísta faz-se uma ressalva em relação à causalidade exemplar (cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3, n. 11; ed. WA: 256), ressalva também presente na *Lectura* e na *Ordinatio* (cf. *supra* nota 47). Todavia, diferentemente do ocorre nas últimas, aqui, esta primazia é desenvolvida e não parece casual que o seja, pois podem ser indicados três motivos pelos quais a exemplaridade tem lugar de destaque nesta versão da prova scotista: 1) há uma prova para ela; 2) faz-se referência a quatro e não a apenas três primazias; e 3) ela volta a ser tratada na questão única da segunda parte da segunda distinção do livro I (cf. PRENTICE, Robert. ‘The One and Unique Nature Possessing the Four Primacies of Efficiency, Eminence, Finality and Exemplarity according to the *Reportata Parisiensis* of Duns Scotus’ (pp. 278-98). In: **Antonianum**, vol. 41, 1966, especialmente pp. 281-2. Esses motivos permanecem pertinentes, mesmo que as edições citadas pelo autor – ed. Vivès, vol. XXII, pp. 63-9 e ms. V – difiram das aqui usadas como referência).

⁹¹ Cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 nn. 35-42 (ed. WA: 272-81).

⁹² Cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 nn. 43-80 (ed. WA: 280-307).

⁹³ Cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 nn. 81-106 (ed. WA: 306-21).

⁹⁴ Cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 12 (ed. WA: 258).

⁹⁵ Cf. *supra* nota 86.

⁹⁶ Cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 13 (ed. WA: 258); para a resposta a esta objeção, cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 nn. 15-27 (ed. WA: 258-66).

⁹⁷ Cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 14 (ed. WA: 258); para a resposta a esta objeção, cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 nn. 28-9 (ed. WA: 266-8).

iniciar a solução da primeira objeção, mencionam-se as *ceo* e as *cao*⁹⁸, indicando que estas diferem das causas *per se* e *per accidens*⁹⁹, e dizendo-se que há três diferenças entre *ceo* e *cao*¹⁰⁰.

Considerado o que se refere à *Rep. I-A* pode-se ver o que diz respeito ao *Tractatus*.

1.2.3 O *Tractatus de Primo Principio*

Esta versão do argumento scotista está mais próxima, quanto ao conteúdo e à estrutura da versão da *Ordinatio*, ainda que haja semelhança com as outras versões sob outros aspectos. Por exemplo, o tratado se aproxima da *Lectura* quanto à ênfase metafísica no tratamento da prova da existência de Deus. No entanto, apesar de sua proximidade com a *Ordinatio* não pareceu conveniente tratá-los em conjunto, quer pelos motivos alegados para apresentar *Ordinatio* e *Lectura* no mesmo tópico, quer porque o texto do *Tractatus*, mesmo sendo muito similar ao da *Ordinatio*, não apenas conta com algumas partes que não encontram nesta última desenvolvimento similar, como também a própria disposição de seu texto é-lhe muito própria.

Como se pode perceber, mais uma vez, semelhanças e diferenças podem ser indicadas entre esta e as outras versões do argumento scotista, mas, levando em conta as particularidades deste tratado, preferiu-se analisá-lo separadamente, de modo que suas características mais pertinentes à presente pesquisa são consideradas no próximo tópico.

1.2.3.1 O texto

O *Tractatus de Primo Principio (TPP)*¹⁰¹, obra cuja autoria a tradição sempre reconheceu como devida a Duns Scotus¹⁰², guarda, em seu conteúdo, como já se teve

⁹⁸ Cf. *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 15 (ed. WA: 258).

⁹⁹ Cf. *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 16 (ed. WA: 260).

¹⁰⁰ Cf. *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 nn. 18-20 (ed. WA: 260-3).

¹⁰¹ Edição crítica: MUELLER, Marianus (O.F.M.). **Joannis Duns Scoti Tractatus de Primo Principio**. Friburgi Brisgoviae: Herder, 1941. Deste texto, sabe-se que há, em português, pelo menos uma tradução parcial de seu segundo capítulo (cf. *infra* nota 107), e duas traduções integrais: 1) DUNS ESCOTO, João. **Tratado do primeiro princípio**. Lisboa: Edições 70. 1998; e 2) DUNS SCOT, João. **Tratado do Primeiro Princípio**. Edição bilíngue latim-português. São Paulo: É Realizações, 2015. Todavia, a edição que será utilizada como referência aqui é: DUNS SCOTO, Giovanni. **Il Primo Principio degli Esseri**. Padova: Liviana Editrice, 1973, doravante ed. SCAPIN.

oportunidade de mencionar, considerável semelhança com certos trechos da *Ordinatio*¹⁰³. Naturalmente, essa semelhança não passou despercebida e se conjecturou sobre qual procederia de qual, o que, por sua vez, levou a atribuir o texto daquela a este, baseando-se em normas hermenêuticas, segundo as quais o que é mais breve e condensado – estado do *TPP* – é uma versão mais primitiva do que está mais desenvolvido – estado da *Ordinatio*¹⁰⁴. Esta hipótese, contudo, já foi descartada, havendo certeza quanto à dependência do tratado em relação ao comentário.

As diferenças textuais entre ambas as obras se devem, sobretudo, à sua distinta finalidade, pois o *TPP* é um tratado filosófico-metafísico, enquanto a *Ordinatio* é uma obra teológica – não obstante a presença de numerosas questões filosóficas em seu interior. Com efeito, apesar de provir textualmente da *Ordinatio*, o *TPP* tem suas características próprias, como é o caso do desenvolvimento que ali é dado à ordem essencial, algo ausente na *Ordinatio*, por exemplo¹⁰⁵. Ademais, houve a mencionada redistribuição do texto, a qual não foi feita, porém, sem problemas, porque Scotus parece ter indicado a outrem os trechos a inserir no tratado, e quem o fez, provavelmente um secretário ou aluno seu, fê-lo de modo a confundir, eliminar e omitir o que considerou supérfluo¹⁰⁶. De modo geral, talvez a principal dificuldade do texto, fora a densidade conceitual, seja a brevidade de certas passagens – algo, contudo, muito comum nos textos scotistas.

Além disso, um dado interessante é que tudo indica que o *TPP* foi o primeiro opúsculo dos séculos XIII e XIV a se voltar exclusivamente à problemática da existência de Deus, através de uma elaboração filosófica¹⁰⁷. E, de fato, neste pequeno tratado, objetiva-se conhecer a Deus, considerando os limites e recursos de que dispõe a inteligência humana, isto

¹⁰² Cf. WOLTER, Allan B., O.F.M. ‘Introduction’ (pp. ix-xxiii). In: DUNS SCOTUS, John. **A Treatise on God as First Principle**. 2.ed. Chicago: Franciscan Herald Press, 1982, p. ix (doravante WOLTER, 1982).

¹⁰³ Boa parte do texto do *TPP* provém do livro I da *Ordinatio*, mais especificamente, “da distinção dois, parte 1, questão 1; da distinção 8, parte 1, questão 1, e da distinção 3, parte 1, questão 2” , cf. SCAPIN, Pietro. ‘Introduzione’ (pp. 5-55). In: DUNS SCOTO, Giovanni. **Il Primo Principio degli Esseri**. Padova: Liviana Editrice, 1973, p. 39. (Doravante SCAPIN, 1973; tradução minha); cf. também WOLTER, 1982, p. x.; e, para mais detalhes, cf. PRENTICE, 1997, pp. 12-7

¹⁰⁴ Cf. WOLTER, 1982, pp. x-xii.

¹⁰⁵ Cf. *infra* as notas 108-10.

¹⁰⁶ Cf. WOLTER, 1982, pp. xii-xiii.

¹⁰⁷ Cf. nota 1, p. 91 de: DUNS SCOTUS, João. ‘*Tractatus de Primo Principio* – Capítulo II’ (pp. 91-117), tradução e comentários em notas por Luis Alberto De Boni. In: DE BONI, Luis Alberto; PICH, Roberto Hofmeister. (Orgs.). João Duns Scotus (1308-2008). **Veritas**. Porto Alegre, v. 53, n. 3, jul./set. 2008.

é, racionalmente¹⁰⁸. Com este propósito, o texto foi dividido em quatro capítulos de desigual extensão, os quais, com exceção do primeiro, são subdivididos em conclusões rigorosamente concatenadas. Resultou, então, de o segundo capítulo ter dezesseis conclusões, o terceiro, dezenove e o quarto, onze.

Quanto à temática, o capítulo um introduz a ordem essencial como a propriedade do ente mais eficaz para se provar a existência de Deus, pois a ordem essencial é uma relação mútua entre todos os entes do universo, compreendendo-os em uma ou outra de suas subdivisões¹⁰⁹. O capítulo dois é dedicado à explicação das relações existentes entre os diferentes membros da ordem essencial, enquanto o terceiro capítulo estabelece a anterioridade absoluta de uma única natureza¹¹⁰. O último capítulo da obra mostra que há somente um único membro que é o anterior em sentido absoluto¹¹¹.

1.2.3.2 O argumento teísta, as *ceo* e as *cao* no *TPP*

O trecho do *TPP* a que convém dar mais atenção em relação ao argumento teísta está no terceiro capítulo. Efetivamente, ali se demonstra, em primeiro lugar, a existência de uma causa eficiente primeira¹¹², de uma causa final última¹¹³ e de um ente supremamente perfeito (eminente)¹¹⁴, provando também que cada uma dessas primazias é incausável e que existe em ato; em segundo, demonstra-se que estas três primazias convêm a uma natureza primeira atualmente existente¹¹⁵.

¹⁰⁸ Cf. *TPP* c. 1 (ed. SCAPIN: § 1-2, pp. 63, 65 e 67): “Primum rerum Principium mihi ea credere, sapere ac proferre concedat, quae ipsius placeant maiestati et ad eius contemplationem elevent mentes nostras. Domine Deus noster, Moysi servo tuo, de tuo nomine filiis Israel proponendo, a te Doctore veracissimo [scil. verissimo] sciscitanti, sciens quid posset de te concipere intellectus mortalium, nomen tuum benedictum reserans, respondisti: EGO SUM, QUI SUM. Tu es verum esse, tu es totum esse. Hoc, si mihi esse possibile, scire vellem. Aduva me, Domine, inquerentem ad quantam cognitionem de vero esse, quod tu es, possit pertingere nostra ratio naturalis ab ente, quod de te praedicasti, inchoando. [§ 2, p. 65] Quamvis entis sint plurimae passiones, quarum consideratio valeret ad propositum prosequendum, tamen de ordine essentiali [p.67] tamquam de medio foecundiori [...]”.

¹⁰⁹ Cf. PRENTICE, 1997, p. 16.

¹¹⁰ Cf. id., ib.

¹¹¹ Cf. id., ib.

¹¹² Cf. *TPP* c. 3 concls. 1-4 (ed. SCAPIN: §§ 44-54, pp. 122-37). Na sequência, acresce-se: um corolário (cf. *TPP* c. 3 concl. 4 (ed. SCAPIN: § 55, pp. 136-9); provando-se, ainda, que o incausável existe de modo necessário (cf. *TPP* c. 3 concl. 5 (ed. SCAPIN: § 56, pp. 138-9); e que esta necessidade pertence a uma única natureza (cf. *TPP* c. 3 concl. 6 (ed. SCAPIN: §§ 57-9, pp. 140-5).

¹¹³ Cf. *TPP* c. 3 concls. 7-10 (ed. SCAPIN: §§ 61-3, pp. 144-7). Na concl. 10, adapta-se o corolário da concl. 4 à primazia final.

¹¹⁴ Cf. *TPP* c. 3 concls. 11-4 (ed. SCAPIN: §§ 65-8, pp. 146-9). Na concl. 14, adapta-se o corolário da concl. 4 à primazia eminente.

¹¹⁵ Cf. *TPP* c. 3 concls. 15-9 (ed. SCAPIN: §§ 69-78, pp. 148-63).

Pois bem, após enunciar o argumento principal¹¹⁶, que toma a causalidade eficiente como referência, suscita-se uma objeção, na qual os “filosofantes” defendem a possibilidade de se ascender infinitamente nas causas, como ocorre com as coisas que se geram de modo infinito, sem que a ação causal seja circular¹¹⁷. Vem então a resposta a esta objeção, na qual, inicialmente, se mencionam as *ceo* e as *cao*¹¹⁸; em seguida, diz-se que elas se distinguem das causas *per se* e das causas *per accidens*¹¹⁹, e, por fim, que há três diferenças entre *ceo* e *cao*¹²⁰.

Resta então tratar do comentário scotista à *Metafísica* aristotélica.

1.2.4 O Comentário à *Metafísica*

Indubitavelmente, este texto tem elementos que o distinguem dos demais. Apesar de esta afirmação ser igualmente válida sob certos aspectos em relação às outras versões do argumento teísta de Scotus, a singularidade da obra que se vai considerar agora também está assegurada. E o motivo é simples, a saber, diferentemente dos textos estudados até então, este comentário scotista não comporta uma outra versão do argumento do Doutor Sutil que tem em vista provar a existência de Deus.

Vê-se, desse modo, que este comentário merece especial atenção, uma vez que é preciso entender por que um texto que não traz uma nova formulação àquele argumento, ainda assim se ocupa com as *ceo* e as *cao*. E, mais do que isso, o faz em um contexto tal que torna legítimo incluí-lo na relação de obras em que aquelas duas noções causais têm papel de suma relevância para o argumento teísta poder concluir devidamente. Sendo assim, não há outro meio para entender a presença deste texto aqui, bem como de sua contribuição à questão da causalidade do argumento scotista, senão avançando na análise da passagem mais diretamente relacionada a este trabalho. Antes, porém, faz-se relevante ver algumas das características gerais desta obra scotista e da edição adotada como referência.

¹¹⁶ Cf. *TPP* c. 3 concl. 1 (ed. SCAPIN: §§ 44.46, p. 123.125).

¹¹⁷ Cf. *TPP* c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 47, p. 125). Para a resposta a esta objeção, cf. *TPP* c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: §§ 47-52, pp. 125-35).

¹¹⁸ Cf. *TPP* c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 47, p. 125).

¹¹⁹ Cf. *TPP* c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 48, p. 127).

¹²⁰ Cf. *TPP* c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 48, p. 127.129).

1.2.4.1 O texto

Se, por um lado, a Comissão Scotística é responsável pela edição da obra teológica de Duns Scotus, por outro, o Instituto Franciscano da Universidade São Boaventura (*Franciscan Institute Saint Bonaventure University*), em Nova York, e a Universidade Católica da América (*Catholic University of America*), situada em Washington, encarregaram-se, entre 1997 e 2006, da edição e publicação de suas obras filosóficas (as *Opera Philosophica*). Estas, por sua vez, são constituídas fundamentalmente por comentários a textos filosóficos, realizados ao longo da carreira acadêmica de Scotus. Sua edição completa, em cinco volumes, inclui os controversos *Theoremata*¹²¹, o comentário ao *De anima* de Aristóteles¹²², além do comentário ao *Isagoge* de Porfírio¹²³ e às obras lógicas do estagirita¹²⁴.

Além destas, há o comentário scotista à *Metafísica* de Aristóteles, as suas *Quaestiones super libros Metaphysicorum Aristotelis* (doravante abreviada como *QM*), que ocupam

¹²¹ Cf. DUNS SCOTI, B. Ioannis. ‘*Theoremata*’ (pp. 567-767). In: ETZKORN, Girard J.; GREEN, Romuald; NOONE, Timothy B. (Editores Generalis). **B. Ioannis Duns Scoti Opera Philosophica II**. St. Bonaventure, N.Y.; Washington, D.C.: The Franciscan Institute, St. Bonaventure University; The Catholic University of America, 2004; obra que despertou muita divergência entre os intérpretes, em virtude de seu caráter aporético, e por certa postura distinta quanto à prova da existência de Deus. De fato, nesta o autor utiliza uma demonstração *propter quid*, isto é, uma demonstração que parte da causa para o(s) efeito(s), enquanto em todas as outras versões, Duns Scotus o faz por uma demonstração *quia*, a qual segue processo inverso (cf. DE BONI, 2008, p. 27).

¹²² DUNS SCOTI, Ioannis. ‘*Quaestiones super secundum et tertium De Anima*’. In: NOONE, Timothy B. (Editor Generalis). **B. Ioannis Duns Scoti Opera Philosophica V**. Washington, D.C.; St. Bonaventure, N.Y.: The Catholic University of America Press; The Franciscan Institute Publications, St. Bonaventure University, 2006 – obra cuja autenticidade foi posta em dúvida por muito tempo e que esta edição conseguiu datar como proveniente do início da carreira de Scotus, acabando definitivamente com qualquer controvérsia acerca de sua autenticidade (cf. DE BONI, 2008, p. 20).

¹²³ DUNS SCOTI, B. Ioannis. ‘*Quaestiones in librum Porphyrii Isagoge*’ (pp. 1-245). In: ETZKORN, Girard (General Editor). **B. Ioannis Duns Scoti Opera Philosophica I**. St. Bonaventure, N.Y.: The Franciscan Institute Publications, St. Bonaventure University, 1999.

¹²⁴ Entre os quais estão: DUNS SCOTI, B. Ioannis. ‘*Quaestiones super Praedicamenta Aristotelis*’ (pp. 247-645). In: ETZKORN, Girard (General Editor). **B. Ioannis Duns Scoti Opera Philosophica I**. St. Bonaventure, N.Y.: The Franciscan Institute Publications, St. Bonaventure University, 1999; IDEM. ‘*Quaestiones in libros Perihermenias*’ (*Quaestiones in primum librum Perihermeneias*, pp. 41-132; *Quaestiones in duos libros Perihermeneias Aristotelis: in librum primum*, pp. 133-90, *in librum secundum*, pp. 191-254); ‘*Quaestiones super librum Elenchorum Aristotelis*’ (pp. 255-566). In: ETZKORN, Girard J.; GREEN, Romuald; NOONE, Timothy B. (Editores Generales). **B. Ioannis Duns Scoti Opera Philosophica II**. St. Bonaventure, N.Y.; Washington, D.C.: The Franciscan Institute Publications, St. Bonaventure University; The Catholic University of America, 2004.

Observe-se, ademais, que, recentemente, descobriu-se um outro comentário scotista aos *Tópicos* de Aristóteles (cf. PINI, G. ‘Duns Scotus’ Commentary on the Topics: New Light on his Philosophical Teaching’ (pp. 225-43). In: Archives d’Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen-Âge, vol. 66, 1999; e ANDREWS, R. ‘The *Notabilia Scoti in Libros Topicorum*: An Assessment of Authenticity’ (pp. 65-75). In: **Franciscan Studies**, vol. 56, 1998 *apud* HONNEFELDER, 2010, nota 23, p. 31).

integralmente os volumes III¹²⁵ e IV¹²⁶ desta edição. Neste longo texto, Scotus leva em conta o conteúdo dos livros I-IX da obra aristotélica, cujos temas são discutidos por ele na forma de “questões” – a cuja estrutura já se aludiu¹²⁷. Apesar de se ter pensado por muito tempo tratar-se de um comentário que compreendia também os assuntos dos livros X-XII da mesma *Metafísica*, a edição crítica concluiu que estes últimos tinham, na verdade, outra autoria; concluindo, além disso, que Scotus trabalhou ao longo de toda a vida nesse texto e que os livros VII-IX são obra de sua maturidade, enquanto os demais pertencem a fases anteriores de sua vida¹²⁸.

Cabe agora ver como as *ceo* e as *cao* têm lugar nas *QM*.

1.2.4.2 As *ceo* e as *cao* nas *QM*

Desta volumosa obra, contudo, o trecho que importa reter aqui se situa no interior de um pequeno bloco de questões¹²⁹. Com efeito, as questões 4-6 ao livro II perguntam, respectivamente: “É necessário admitir que haja um no qual toda classe de causas se interrompa?”; “É possível proceder ao infinito nos efeitos, de modo que aí haja um infinito atual?”; e “Podemos conhecer o infinito?”¹³⁰. Vê-se que o ‘infinito’ perpassa as três questões e, com isso presente, Scotus, a princípio, apresenta os argumentos iniciais de cada questão em

¹²⁵ Cf. DUNS SCOTI, B. Ioannis. ‘*Quaestiones super libros Metaphysicorum Aristotelis (Libri I-V)*’. In: ETZORN, Girard J. (General Editor) **B. Ioannis Duns Scoti Opera Philosophica III**. St. Bonaventure, N.Y.: The Franciscan Institute Publications, St. Bonaventure University, 1997. Doravante este texto será designado *QM* seguido dos números do livro, da(s) questão(ões), do parágrafo e da página respectivos (com exceção do livro, referido em algarismos romanos, os demais o são em algarismos arábicos); esta edição será designada pela sigla ‘Oph.’ (*Opera Philosophica*). Desta obra há tradução em inglês: DUNS SCOTUS, John. **Questions on the Metaphysics of Aristotle**. Translated by Girard J. Etzkorn and Allan B. Wolter, O.F.M. vol. I, Books one-five. St. Bonaventure, NY: The Franciscan Institute Publications, St. Bonaventure University, 1997.

¹²⁶ Cf. DUNS SCOTI, B. Ioannis. ‘*Quaestiones super libros Metaphysicorum Aristotelis (Libri VI-IX)*’. In: ETZORN, Girard J. (General Editor) **B. Ioannis Duns Scoti Opera Philosophica IV**. St. Bonaventure, N.Y.: The Franciscan Institute Publications, St. Bonaventure University, 1997. Da qual também há tradução inglesa: DUNS SCOTUS, John. **Questions on the Metaphysics of Aristotle**. Translated by Girard J. Etzkorn and Allan B. Wolter, O.F.M. vol. II, Books six-nine. St. Bonaventure, NY: The Franciscan Institute Publications, St. Bonaventure University, 1998.

Alem disso, mencione-se que, recentemente, também se descobriu um outro comentário de Duns Scotus à *Metafísica* aristotélica (cf. PINI, G. ‘Notabilia Scoti super Metaphysicam: Una testimonianza ritrovata dall’insegnamento di Duns Scoto sulla “Metafísica”’ (137-80). In: **Archivum Franciscanum Historicum**, vol. 89, 1996 *apud* HONNEFELDER, 2010, nota 23, p. 31).

¹²⁷ Cf. *supra* nota 11.

¹²⁸ Cf. *Introduction*, pp. xxxii-xxxviii (Oph. III); cf. também DE BONI, 2008, p. 20.

¹²⁹ Cf. *QM* II qq. 4-6 nn. 1-162 (Oph. III: 239-84). É também relevante uma breve passagem do livro V, cf. *infra* nota 277.

¹³⁰ Respectivamente: “Utrum necesse sit ponere statum in omni genere causarum?”; “Utrum sit procedere in infinitum in effectibus ita quod actualis infinitas sit?”; e “Utrum infinitum possit cognosci a nobis?”.

sua ordem natural¹³¹; a seguir, ocupa-se com o infinito em geral e com os conceitos pertinentes ao mesmo¹³²; por fim, responde a cada uma das questões¹³³.

Neste texto, após responder aos argumentos iniciais da questão quatro¹³⁴, há um bloco que a edição crítica intitulou “*solutio posterior*”, isto é, uma solução acrescida depois do restante do texto¹³⁵, e que se situa entre a resposta àqueles argumentos e aos da quinta questão¹³⁶. Este bloco das *QM* certamente constitui um texto singular, porque, apesar da correspondência com passagens presentes no argumento teísta, tem um curso próprio, o qual, guardadas as diferenças, concorda doutrinalmente com os outros textos onde se encontra o argumento scotista. A propósito, é precisamente neste trecho que Scotus diz que não são a mesma coisa as causas *per se* e as *ceo*¹³⁷, e depois expõe três diferenças entre *ceo* e *cao*¹³⁸; além disso, há aqui elementos que, ou não estão nos outros textos scotistas, ou corroboram passagens que também lá se encontram, e que oportunamente serão vistos mais detalhadamente.

A partir do que se viu das cinco obras referenciais, cabe pontuar alguns de seus aspectos, tomando-as no que há de mais importante para o presente estudo.

¹³¹ Para os argumentos iniciais da questão quatro: cf. *QM* II qq. 4-6 nn. 1-3 (OPh. III: 239-40); para os da questão cinco: cf. *QM* II qq. 4-6 nn. 4-10 (OPh. III: 240-2); para os da questão seis: cf. *QM* II qq. 4-6 nn. 11-7 (OPh. III: 242-3). Observe-se, ademais, que os dois primeiros argumentos (i.e., nn. 1 e 2, respectivamente) defendem que não há um primeiro nas classes causais e, portanto, que as mesmas são infinitas, enquanto o terceiro (i.e., n. 3) defende que há um primeiro nas causas. A propósito, o conteúdo do primeiro argumento inicial afirma infinidade causal a partir da geração; o segundo através da infinita distância entre os extremos – o que ocasionaria que as causas intermediárias, ou médias, seriam infinitas; e o terceiro alega que Aristóteles diz o oposto, i.e., que há um primeiro nas classes causais.

¹³² Cf. *QM* II qq. 4-6 nn. 18-60 (OPh. III: 244-54).

¹³³ Para a resposta à questão quatro: cf. *QM* II qq. 4-6 nn. 61-101 (OPh. III: 255-65); à questão cinco: cf. *QM* II qq. 4-6 nn. 102-28 (OPh. III: 265-73); e à questão seis: cf. *QM* II qq. 4-6 nn. 129-62 (OPh. III: 273-84). É interessante considerar que a resposta scotista à questão quatro possui três partes (para a primeira, cf. *QM* II qq. 4-6 nn. 61-75, OPh. III: 255-8; para a segunda, cf. nn. 76-9, OPh. III: 258-9; para a terceira, cf. nn. 80-101, OPh. III: 259-65). Dada a complexidade desse bloco textual, os conteúdos das três partes desta resposta podem ser resumidos como segue. Na primeira parte, Scotus expõe um argumento de Averróis sobre a infinidade nas causas (n. 61), cinco objeções a este argumento (nn. 62-6), um argumento de Aristóteles (n. 67), uma objeção (n. 68) e a réplica a ela (n. 69), um modo de salvar o argumento averroísta a partir do aristotélico (n. 70) e, a partir disso, responde às cinco objeções ao argumento de Averróis (nn. 71-5). Na segunda, Scotus responde aos dois primeiros argumentos da q. 4 (cf. *supra* nota 130). Além disso, embora não o diga explicitamente, a terceira parte da resposta à q. 4, chamada pela edição crítica de “*solutio posterior*”, é inteiramente dedicada ao terceiro argumento inicial da mesma q. 4 (i.e., n. 3).

¹³⁴ Cf. *QM* II qq. 4-6 nn. 76-9 (OPh. III: 258-9).

¹³⁵ Cf. *QM* II qq. 4-6 nota 100 (OPh. III: 259).

¹³⁶ Cf. *QM* II qq. 4-6 nn. 80-101 (OPh. III: 259-65).

¹³⁷ Cf. *QM* II qq. 4-6 n. 80 (OPh. III: 259).

¹³⁸ Cf. *QM* II qq. 4-6 nn. 82-4 (OPh. III: 260).

1.2.5 Prioridade e Convergência Doutrinal dos Diferentes Textos

Pode-se afirmar seguramente que o fato de haver vários textos-base para estudar tem basicamente duas implicações, de um lado, há mais fontes para consultar e se pode colher mais dados, mas, por outro, essa mesma variedade requer certo critério ao escolher certa passagem de uma ou mais obras e não a de outra(s).

Efetivamente, este é o presente caso, pois como vem sendo enfatizado, sobretudo no início da análise de cada obra, é possível identificar tanto similaridades quanto disparidades entre os diferentes textos em estudo. No entanto, apesar de ser possível traçar tanto umas quanto outras, é preciso considerá-las de acordo com um critério que permita classificar os diferentes textos para seu melhor emprego. Mas que critério utilizar?

A resposta pode ser encontrada em alguns dados já indicados, e que permitem estabelecer uma boa forma de distinguir os textos que vêm sendo estudados. De fato, o principal aspecto a considerar é a maturidade conceitual que a obra em questão expressa. Assim, a partir disso, e levando em conta o caráter que um texto de *ordinatio*, por exemplo, possui, pode-se afirmar que a *Ordinatio* scotista é uma fonte de primeiro plano – apesar das especificidades de sua elaboração e difusão. Segue-se à *Ordinatio* o *TPP*, o qual, além de ser-lhe posterior, dependeu de longas passagens suas para ser composto, mesmo que o tratado possa ser mais maduro em alguns pontos, como no uso da ordem essencial tomada enquanto uma propriedade do ente.

Além destas, outra obra que testemunha grande maturidade conceitual é a *Rep. I-A*, a qual, aliás, tem grande afinidade com a *Ordinatio*, guardadas suas particularidades, como o fato de aquela fazer da causalidade exemplar a quarta primazia – algo ausente não só na *Ordinatio*, mas em todas as outras versões do argumento. Quanto à *Lectura*, vê-se seu aspecto menos maduro já por sua redação, que é, em geral, mais breve e menos desenvolvida do que as passagens paralelas nas outras obras. Por fim, as *QM*, no trecho pertinente, também evidenciam menor maturidade, visto que os temas ali tratados são-no com menor sistematicidade, comportando, às vezes, mais de uma retomada, além de ser um texto bem mais especulativo.

Em síntese, do ponto de vista doutrinal, *Lectura* e *QM*, comparadas à *Ordinatio*, ao *TPP* e à *Rep. I-A*, estão mais próximas a cadernos de anotações do que a textos preparados para publicação, o que, contudo, não as impede de trazer formulações conceituais e/ou dados

de grande importância para este estudo, como será visto mais adiante. De qualquer modo, em sentido amplo, e levando em conta sua maturidade conceitual, a sequência *Ordinatio*, *TPP*, *Rep. I-A*, *Lectura* e *QM* reflete a ordem de prioridade, em ordem decrescente, das obras desta pesquisa.

Além disso, reitere-se que as passagens citadas de *Lectura*, *Ordinatio*, *Rep. I-A* e *TPP* constituem quatro diferentes versões do argumento teísta, mas este não é o caso da passagem citada das *QM*. Com efeito, nas *QM*, Scotus não tem em vista provar a existência de um ente primeiro, i.e., Deus – e, depois, Sua infinitude, como naqueles textos – mas aqui ele se ocupa com o tema do infinito, ou da infinitude, tratando: do infinito no âmbito das causas (questão quatro), da existência de um infinito atual entre efeitos que se seguem ao infinito (questão cinco) e se o ser humano pode conhecer o infinito (questão seis). Assim, não há, neste trecho das *QM*, outra versão do argumento teísta, mas ali se desenvolvem, isto sim, alguns tópicos que estão presentes nas versões do referido argumento, como é o caso, por exemplo, das *ceo* e das *cao*.

Ademais, há um ponto a esclarecer e que está relacionado à pluralidade de textos scotistas aqui considerados. Com efeito, cinco textos que tratam de temática semelhante e pertencem a diferentes períodos, obrigatoriamente apresentam diferenças entre si. Estas diferenças, por sua vez, podem indicar, desde um simples acréscimo sem grandes consequências doutrinárias até um posicionamento mais maduro em relação ao tema em questão. Em virtude disso, na exposição que se segue, sobretudo nas notas de rodapé, quando se mencionam os textos-base, tem-se o objetivo de apresentar o tópico em discussão do modo mais completo possível e, por isso, recorre-se a diferentes passagens dos mesmos textos, as quais podem trazer dados que permitem uma noção mais clara e precisa do assunto em apreço.

Assim, depois de considerar que texto(s) de Scotus priorizar e por que, não resta senão voltar a atenção ao referido argumento, explorando seus pressupostos e sua estrutura.

1.3 A ESTRUTURA DO ARGUMENTO SCOTISTA

Ao formular seu argumento, Duns Scotus o apoia em uma estrutura teórica que, guardadas as oscilações, mantém-se muito similar ao longo de suas diferentes versões. Assim, a estrutura comum do argumento scotista conta, em primeiro lugar, com a indagação sobre se

é realmente preciso que tal argumento seja elaborado, i.e., questiona se uma proposição que afirme a existência de Deus não é evidente ao ser enunciada. Em segundo, visto ser preciso elaborá-lo, Scotus preocupa-se com a demonstração a empregar, afinal há diferentes formas demonstrativas e é importante utilizar a que está mais de acordo com o tema a se desenvolver. Em terceiro, mais uma vez é relevante atentar para a demonstração, mas desta vez tem-se em vista o tipo de propriedades a escolher, pois havendo propriedades diferentes com base nas quais se possa argumentar, impõe-se partir das que melhor se integram na forma demonstrativa adotada – aliás, é aqui que a causalidade começa a mostrar seu papel no argumento de Scotus. Em quarto, depois de vistos os dados referentes à formulação, é o momento de considerar o próprio argumento scotista, resumindo-o e expondo a objeção à sua contingência.

1.3.1 Necessidade de uma prova da existência de Deus

Duns Scotus não se põe a formular uma prova da existência de Deus sem estar certo que é realmente preciso fazê-lo. De fato, na *Ordinatio* e na *Lectura*, a ordem natural das duas primeiras questões da segunda distinção do livro I chega a ser invertida¹³⁹ para se investigar se a proposição “Deus existe” (“*Deus est*”) é “conhecida por si” (“*per se nota*”).

Em primeiro lugar, Scotus se ocupa em definir que é uma proposição *per se nota*; em segundo, indaga-se se ‘Deus existe’ é uma proposição *per se nota*¹⁴⁰. No primeiro aspecto, o resultado a que chega é que *per se nota* é aquela proposição evidente por seus próprios termos¹⁴¹. Quanto ao segundo aspecto, o frade franciscano diz claramente em ambas as obras

¹³⁹ Cf. *supra* as notas 33 (*Lect.*) e 45 (*Ord.*); cf. também *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 10 (ed. WA: 254.256). No *TPP* e nas *QM* não se constata este questionamento específico.

¹⁴⁰ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 15 (ed. Vat. II: 131): “Quia secundum Philosophum II *Metaphysicae* ‘absurdum est simul quaerere scientiam et modum sciendi’ [ARIST. *Metaph.* II c. 3, 995a 13-4], primo respondeo ad secundam quaestionem, quae inquit de modo cognosendi istam ‘Deus est’. Et quantum ad solutionem suam, primo assigno rationem propositionis per se notae [...]”; cf. também *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 13 (ed. Vat. XVI: 114): “Ad istam quaestionem secundam est primo dicendum. Ad cuius solutionem primo videndum est quae est ratio propositionis per se notae; et, secundo, erit manifestum si ista ‘Deus est’ sit per se nota, vel alia in qua enuntiatur ‘esse’ de eo quod convenit Deo, ut ‘ens infinitum est’”.

¹⁴¹ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 22-4 (ed. Vat. II: 136-7): “[...] sed dicitur propositio per se nota quia quantum est de natura terminorum nata est habere evidentem veritatem contentam in terminis etiam in quocumque intellectu concipiente terminos. Si tamen aliquis intellectus non concipiat terminos, et ita non concipiat propositionem, nonminus est per se nota quantum est de se: et sic loquimur de per se nota. [n. 23:] Ex hoc etiam patet quod nulla est distinctio de per se nota in se et naturae et nobis, quia quaecumque est in se per se nota, cuicumque intellectui, licet non actu cognita, tamen quantum est ex terminis est evidenter vera et nota si termini concipiuntur. [n. 24:] Nec valet illa distinctio quod aliquae sunt per se notae primi ordinis, aliquae secundi, quia

que, se “*Deus est*” for concebida pelo intelecto divino, trata-se de uma proposição *per se nota*, pois este dispõe dos meios requeridos para concebê-la enquanto tal¹⁴². No entanto, ao intelecto humano a mesma proposição não é *per se nota*¹⁴³ e são citados três argumentos para explicar o porquê disso.

De acordo com o primeiro, o ser humano não dispõe de um conhecimento *a priori* da essência divina, algo de que o próprio Deus disporia ao conceber aquela proposição¹⁴⁴; conforme o segundo, para que a mesma fosse *per se nota* aos seres humanos, teria de ser evidente por seus próprios termos (de acordo com a definição vista mais acima), mas proposições como ‘Deus existe’, ou ‘o Ente Infinito existe’ não são evidentes por seus próprios termos ao intelecto humano, só sendo possível admiti-las por meio da fé, ou como resultado de uma prova racional¹⁴⁵; o terceiro argumento, por seu turno, considera que

quaecumque propositiones sunt per se notae conceptis terminis propriis sicut sunt termini, habent evidentem veritatem in ordine suo”; e *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 14.19.20 (ed. Vat. XVI: 115.116.116-7).

¹⁴² Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 25 (ed. Vat. II: 137-8): “Ex his ad quaestionem dico quod propositio illa est per se nota quae coniungit extrema ista, esse et essentiam divinam ut haec est sive Deum et esse sibi proprium, quo modo Deus videt illam essentiam et esse sub propriissima ratione qua est in Deo hoc esse, quo modo nec esse a nobis nunc intelligitur nec essentia, sed ab ipso Deo et a beatis, quia propositio illa ex suis terminis habet evidentem veritatem intellectui, quia illa propositio non est per se secundo modo, quasi praedicatum sit extra rationem subiecti, sed per se primo modo et immediate ex terminis est evidens, quia est immediatissima, as quam resolvuntur omnes enuntiantes aliquid de Deo quomodocumque concepto. Est igitur ista ‘Deus est’ sive ‘haec essentia est’ per se nota, quia extrema illa sunt nata facere evidentiam de ista complexione cuilibet apprehendenti perfecte extrema istius complexionis, quia esse nulli perfectius convenit quam huic essentiae. Sic igitur intelligendo per nomen Dei aliquid quod nos non perfecte cognoscimus nec concipimus ut hanc essentiam divinam, sic est per se nota ‘Deus est’”; e *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 21 (ed. Vat. XVI: 117).

¹⁴³ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 26 (ed. Vat. II: 138-9): “Sed si quaeratur an esse insit alicui conceptui quem nos concipimus de Deo, ita quod talis propositio sit per se nota in qua enuntiatur esse de tali conceptu, puta ut de propositione cuius extrema possunt nobis cognosci, puta, potest in intellectu nostro esse aliquis conceptus dictus de Deo, tamen non communis sibi et creaturae, puta necessario esse vel ens infinitum vel summum bonum, et de tali conceptu possumus praedicare esse eo modo quo a nobis concipitur, – dico quod nulla talis [scil. ‘necessario esse’, ‘ens infinitum’, ‘summum bonum’] est per se nota [...]”; e *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 22 (ed. Vat. XVI: 117).

¹⁴⁴ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 27 (ed. Vat. II: 138-9): “Primo, quia quaelibet talis est conclusio demonstrabilis, et propter quid. Probatio: quidquid primo et immediate convenit alicui, de quolibet quod est in eo potest demonstrari propter quid per illud cui primo convenit tanquam per medium. Exemplum: si triangulus primo habeat tres angulos, aequales duobus rectis, de quolibet contento in triangulo potest demonstrari quod habeat tres angulos demonstratione propter quid per medium quod est triangulus, puta quod aliqua figura haberet tres, etc., de qualibet etiam specie trianguli quod habeat tres, licet non primo. Esse autem primo convenit huic essentiae ut haec quomodo videtur essentia divina a beatis; ergo de quolibet quod est in hac essentia quod potest a nobis concipi, sive sit quasi superius sive sit quasi passio, potest demonstrari esse per hanc essentiam sicut per medium demonstratione propter quid, sicut per hanc ‘triangulus habet tres’ demonstratur quod aliqua figura habet tres; et per consequens non est nota per se ex terminis, quia tunc non demonstraretur propter quid”; e *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 22 (ed. Vat. II: 117-8). Sobre o fato de o ser humano não ter acesso a um conceito da essência de Deus, cf. também HONNEFELDER, 2010, p. 104.

¹⁴⁵ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 28 (ed. Vat. II: 140): “Secundo sic: propositio per se nota, cuilibet intellectui ex terminis cognitum est per se nota. Sed haec propositio ‘ens infinitum est’ non est evidens intellectui nostro ex terminis; probatio: terminos enim non concipimus antequam eam credamus vel per demonstrationem sciamus, et illo priori non est nobis evidens; non enim certitudinaliter eam tenemus ex terminis, nisi per fidem vel demonstrationem.”; e *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 23 (ed. Vat. II: 118).

proposições *per se notae* só podem ser compostas por conceitos *simpliciter simplices*, i.e., conceitos que não se decompõem em conceitos anteriores ou mais simples, mas os conceitos que o ser humano é capaz de formular a respeito de Deus são *non simpliciter simplices*, i.e., conceitos que se decompõem em outros – os quais só podem vir a ser *per se notos* se o for a união de suas partes¹⁴⁶. Portanto, ‘*Deus est*’ ou ‘*ens infinitum est*’ não constituem proposições *per se notae*.

Estes argumentos, por sua vez, conduzem ao tipo de demonstração em que o argumento scotista é formulado.

1.3.2 A demonstração utilizada no argumento de Duns Scotus

O primeiro argumento de Scotus para dizer por que “Deus existe” não é *per se nota* expõe uma das características da demonstração *propter quid*, a qual pressupõe um conceito *a priori*, e em cujo processo demonstrativo se parte da causa para o efeito. Sendo assim, caso se se possuísse este conceito, seria possível utilizá-lo como termo-médio naquela forma demonstrativa, o que, no presente caso, implicaria a plena possibilidade de unir “Ente Infinito” e “existência atual”, chegando à conclusão “o Ente Infinito existe”¹⁴⁷, equivalente a “Deus existe”.

Todavia, se o intelecto em questão for o humano, isso é inviável. De fato, tratando-se da existência de Deus, o ser humano não tem, segundo Scotus, nenhum conceito *a priori* da essência divina que lhe possa servir como base para uma demonstração *propter quid*; considere-se, ademais, que ‘Deus existe’ não lhe é proposição *per se nota* e que os conceitos que podem ser usados para concebê-la dependem de outros conceitos. Como, então, dentro destes limites, demonstrar que Deus existe?

A resposta que se obtém a partir dos textos scotistas pode ser sintetizada do seguinte modo. Se, por um lado, não é possível formular uma demonstração *propter quid* para provar a

¹⁴⁶ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 29 (ed. Vat. II: 140-1): “Tertio, quia nihil est per se notum de conceptu non simpliciter simplici nisi sit per se notum partes illius conceptus uniri; nullus autem conceptus quem habemus de Deo proprius sibi et non conveniens creaturae est simpliciter simplex, vel saltem nullus quem nos distincte percipimus esse proprium Deo est simpliciter simplex; ergo nihil est per se notum de tali conceptu nisi per se notum sit partes illius conceptus uniri: sed hoc non est per se notum, quia unio istarum partium demonstratur, per duas rationes [scil. nn. 27 et 28]”; e *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 24 (ed. Vat. II: 118-9). Quanto aos conceitos *simpliciter simplices*, cf. HONNEFELDER, 2010, p. 84.

¹⁴⁷ Cf. PRENTICE, 1997, nota 33, 136.

existência de Deus, por outro, pode-se fazê-lo por meio de uma demonstração *quia*. Esta forma demonstrativa, por seu turno, parte da existência do efeito para a existência da causa, e requer tão somente um conceito *a posteriori*. Dito de outro modo, ao invés de provar *por que* algo é como é – caso de uma demonstração *propter quid* – pode-se demonstrar *que* algo é assim, formulando a premissa com base no efeito e não na causa¹⁴⁸, pois parte-se de uma propriedade do efeito para se chegar a uma propriedade da causa¹⁴⁹.

Uma vez claro o tipo demonstrativo a empregar, importa considerar que propriedade(s) cumpre(m) os requisitos de uma demonstração *quia*.

1.3.3 A escolha das propriedades mais adequadas

As propriedades que podem fazer parte deste argumento ou são as propriedades absolutas ou as propriedades relativas do Ente Infinito. As primeiras são aquelas que Lhe são exclusivas, ou seja, somente o Ente Infinito as possui, independentemente da existência de

¹⁴⁸ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 39 (ed. Vat. II: 148): “Ad primam quaestionem sic procedo, quia de ente infinito sic non potest demonstrari esse demonstratione propter quid quantum ad nos, licet ex natura terminorum propositio est demonstrabilis propter quid. Sed quantum ad nos bene propositio est demonstrabilis demonstratione quia ex creaturis”; *Rep.* I-A d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 10 (ed. WA: 254.256): “Quantum ad primum dico quod, ut dictum est prius, de Deo secundum nullum conceptum nobis possibilem de eo in via est per se notum de eo esse [nec notum] demonstratione propter quid, quia medium ad esse est nobis ignotum, scilicet essentia Dei ut haec vel deitas sub ratione deitatis; et ideo haec propositio ‘Deus est’ non est per se nota nec nobis nota propter quid, nec desperatum a nobis cognosci. Ergo demonstratione quia tantum potest a nobis cognosci modo, ut medium sumitur ab effectu”. Cf. também PRENTICE, 1997, nota 34, p. 137.

Observe-se, ainda, que, na *Lectura*, ao argumento da causalidade eficiente são levantadas três objeções (cf. *supra*, respectivamente, as notas: 37 para a 1ª objeção; 38 para a 2ª; e 39 para a 3ª; para as respostas scotistas a estas objeções, cf. *supra* nota 40), onde as duas últimas questionam a forma argumentativa empregada por Duns Scotus. Já na *Ordinatio*, as objeções são apenas duas (cf. *supra*, respectivamente, as notas 58 e 59; para as respostas a estas objeções, cf. *supra* nota 60), deixando-se claro, desde o início da exposição, que se partirá de uma demonstração *quia* (cf. o primeiro trecho citado desta nota); na *Rep.* I-A, se passa algo semelhante, pois também são duas as objeções (cf. *supra*, respectivamente, as notas 96 e 97, em cujas notas também se indicam as respostas às mesmas objeções), esclarecendo desde o início que a demonstração será *quia* (cf. o segundo trecho citado desta nota).

Sobre a distinção entre demonstração *propter quid* e *quia*, cf. HONNEFELDER, 2010, p. 69.

¹⁴⁹ “A demonstração *propter quid* ou do ‘porquê’ conclui da causa para o efeito, tomando-se ‘causa’ em sentido amplo, i.é, como incluindo o que hoje chamaríamos de ‘fundamento’ (lógico ou ontológico); ‘efeito’, por sua vez, incluiria o que chamamos de ‘conseqüência’. Assim, se conhecêssemos a quiddidade ou essência em si do Ser Infinito [ou Ente Infinito], poderíamos demonstrar-Lhe a existência a partir da essência, pois saberíamos, não só ‘que’ (*quia*), mas ‘por que’ (*propter quid*) não poderia não existir. Sua existência revelar-se-ia como inclusa na própria essência; em suma, poderíamos deduzir-Lhe, analiticamente, a existência da essência conhecida. Na demonstração *quia*, ao contrário, não procedemos dedutivamente, da análise do sujeito-causa, mas redutivamente, da análise do modo de existir do efeito concluímos para a existência da causa e da análise das propriedades do efeito para as propriedades da causa” (cf. nota 15, p. 44 da trad. de Raimundo Vier in DUNS SCOT, 1989).

Sobre o papel da demonstração enquanto tal, segundo Duns Scotus, a qual, aliás, apesar de considerar os *philosophi*, i.e., Aristóteles e Averróis, é feita de modo crítico, rigoroso e tendo muito clara a revelação cristã, cf. HONNEFELDER, 2010, pp. 74-6.

qualquer outro ente. Diferentemente destas, as propriedades relativas são, precisamente, as que O põem em relação com os outros entes, i.e., com as criaturas, e, assim, guardadas as devidas proporções, estes outros entes também as possuem. Ambas as classes de propriedades são classicamente conhecidas como os Seus atributos *ad intra* (i.e., as propriedades absolutas) e *ad extra* (i.e., as propriedades relativas)¹⁵⁰.

A partir disso, Scotus escolhe as propriedades relativas do Ente Infinito para provar-lhe a existência, pois estas estão mais próximas, do que as propriedades absolutas, ao que constitui o termo-médio da demonstração *quia*. Ora, através das propriedades relativas se pode concluir de modo mais imediato Sua existência do que se fossem utilizadas as propriedades absolutas. Isso ocorre também em virtude da chamada “lei dos correlativos”, segundo a qual partindo da existência de um relativo, conclui-se a existência de seu correlativo¹⁵¹. Assim, estabelecida a classe de propriedades, resta saber quais propriedades escolher.

¹⁵⁰ Cf. PRENTICE, 1997, p. 135.

¹⁵¹ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 39 (ed. Vat. II: 148-9): “[...] Proprietates autem infiniti entis relativae ad creaturas immediatius se habent ad illa quae sunt media in demonstratione quia quam proprietates absolutae, ita quod de illis proprietatibus relativis concludi potest immediatius esse per ista quae sunt media in tali demonstratione quam de proprietatibus absolutis, nam immediate ex esse unius relativi sequitur esse sui correlativi [...]”; *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 38 (ed. Vat. XVI: 124): “Ad primam vero quaestionem dicendum est quod, quia in ente infinito sunt proprietates respectivae ad creaturas, et ex esse respectivo esse concluditur aliud esse, ideo proprietates respectivae Dei ad creaturas sunt propriae viae cognoscendi esse Dei et eius infinitatem; et huiusmodi proprietates oportet ostendere”; *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 10 (ed. WA: 256): “[...] Immediatius autem sunt nobis notae proprietates respectivae in causa quam proprietates absolutae, quia secundum proprietates respectivas dicimus eum respicere omnem effectum ut secundum proprietates causalitatis et producibilitatis; et ideo ex huiusmodi proprietatibus primo propositum est ostendendum”.

Observe-se que há variação no modo como Scotus se refere às propriedades comuns a Deus e às criaturas, ora chamando-as de “relativas” (“*relativae*”), como ocorre na *Ordinatio* (cf. primeira citação nesta nota), ora de “respectivas” (“*respectivae*”), como se dá em *Lectura* e *Rep. I-A* (cf., respectivamente, a segunda e a terceira citações nesta nota). Dado que nestes três textos a doutrina é a mesma, sigo aqui a designação da *Ordinatio*.

Já a “lei dos correlativos”, chamada por Wolter de “lei dos disjuntivos” (cf. WOLTER, Allan B. (O.F.M.). **The Transcendentals and their Function in the Metaphysics of Duns Scotus**. Nova York: The Franciscan Institute St. Bonaventure, 1946, pp. 132.137 e 159-61 *apud* PRENTICE, 1997, nota 25, p. 130), consiste no seguinte: quando se consideram dois extremos que dividem o ente (p. ex., “necessário” ou “contingente”, de modo que todo ente existe tendo intrinsecamente um ou outro desses atributos – daí a ideia de uma “disjunção”), se o extremo imperfeito (neste caso, ‘contingente’) se encontra nas criaturas, pode-se concluir que o extremo perfeito (neste caso, ‘necessário’) se encontra em Deus (cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 40 (ed. Vat. XVI: 125): “[...] Unde quorum extrema dividenda ens imperfecte inveniuntur in creatura, eorum opposita concludunt extrema perfecta in Deo [...]”).

Outra dupla disjuntiva é a que já vem sendo mencionada, i.e., infinito-finito. Esta dupla, aliás, segundo Duns Scotus, constitui a primeira divisão (“*prima divisio*”) do ente anterior às outras determinações categoriais, ou seja, aquela entre ente finito e Ente Infinito (cf. *Ord.* I d. 8 p. 1 q. 3 nn. 136-9 (ed. Vat. IV: 221ss.) e *Lect.* I d. 8 p. 1 q. 3 n. 125 (ed. Vat. XVII: 44s.) *apud* HONNEFELDER, 2010, p. 128-9)

Invariavelmente, porém, nos textos do argumento teísta, sempre estão presentes três propriedades: uma de eminência e duas de causalidade, a saber, eficiência e finalidade¹⁵². Note-se de antemão que a escolha destas propriedades está em pleno acordo com o plano de trabalho scotista, como se pode ver a seguir.

Em primeiro lugar, é preciso ter presente que, como a meta de Scotus é chegar ao Ente Infinito, e como se considera a lei dos correlativos, é razoável, portanto, partir do ‘ente finito’. Em segundo, se se sabe que duas propriedades disjuntivas como ‘simples’ e ‘composto’, por exemplo, pertencem intrinsecamente aos entes, sabe-se também que seu caráter disjuntivo traça uma distinção muito clara, a saber, que todo ente ou é ‘simples’ ou é ‘composto’. Em terceiro, tendo em mente, ademais, que os membros em questão são o ‘Ente Infinito’, de um lado, e o(s) ‘ente(s) finito(s)’, de outro, é correto considerar que enquanto o atributo disjuntivo

¹⁵² Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 39 (ed. Vat. XVI: 124-5): “Duae autem sunt proprietates Dei respectu creaturarum, scilicet eminentia in bonitate et causalitas. Eminentia indivisa remanet, sed causalitas dividitur, et secundum aliquos dividitur in causam exemplarem, efficientem et finalem; et dicunt quod causa exemplaris ponit rem in esse quiditativo. Sed dico nunc, et inferius latius dicitur [scil. in *Lect.* I d. 36 n. 19], quod causa exemplaris non ponit in numerum cum causa eficiente; causa enim exemplaris in mente artificis non ponit rem in esse nisi quatenus concurrat cum causa eficiente; unde si aliqua sit causa formalis, dicitur eminentia magis causa formalis, quia eminentius continet in virtute formas aliorum et unitive continet alia. Unde in Deo sunt ista tria: eminentia, efficientia et finalitas”; *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 39 (ed. Vat. II: 149): “Quantum ad primum [articulum] dico: proprietates relativae entis infiniti ad creaturas aut sunt proprietates causalitatis aut eminentiae; causalitatis duplicis, aut efficientis, aut finis. Quod additur de causa exemplari, non est aliud genus causae ab efficiente, quia tunc essent quinque genera causarum; unde causa exemplaris est quoddam efficiens, quia est agens per intellectum, distinctum contra agens per naturam, de quo alias [scil. *Ord.* I d. 36 q. un. n. 5]”; *Rep.* I-A d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 11 (ed. WA: 256): “[...] Aliae enim sunt primitates quae non includunt aliquam imperfectionem, ut primitas eminentiae et triplicis causalis independentiae, scilicet efficientis, formalis vel exemplaris, et finalis. [...] Primitas etiam exemplaris non distinguitur a primitate efficientiae, quia primum exemplans alia in esse intelligibili, non est nisi primum efficiens per intellectum; et sicut naturale efficiens non distinguitur contra efficiens, immo continetur sub eo, sic nec exemplaris distinguitur ab efficiente. Sunt ergo duae causalitates contra se distinctae, scilicet causae efficientis et finalis. [...]”; *TPP* c. 3 (ed. SCAPIN: § 43, pp. 121) “De sex quippe ordinibus essentialibus supradictis [scil. eminentia, finale, efficiente, materiale, formale et conditionale], tres placet ligere; duo causalitatis extrinsecae [scil. efficientis et finalis], et unum eminentiae, atque in istis tribus ordinibus aliquam naturam unam simpliciter primam esse, si dederis, demonstrare [...]”.

É preciso que se façam aqui suas observações, a primeira sobre a *Rep.* I-A e a segunda sobre o *TPP*. Em primeiro lugar, portanto, recorde-se-se que o texto da *Rep.* I-A tem a particularidade de acrescentar a exemplaridade ao seu conjunto de primazias, cf. *supra*, sobretudo, nota 47, mas também nota 90, e *infra* nota 255.

Em segundo, destaque-se que a passagem supracitada do *TPP* pertence ao seu capítulo três, e aí se acha, de fato, uma doutrina equivalente às das outras obras quanto a ser eficiência, finalidade e eminência as propriedades escolhidas por Scotus para provar a existência e a natureza de Deus. No entanto, é importante dizer que apesar dessa equivalência entre o *TPP* e os outros textos scotistas, em seu primeiro capítulo, lê-se que a ordem essencial é a propriedade mais fecunda do ente para provar a existência e a natureza de Deus (cf. *supra* notas 108-10). Desse modo, não há como não estranhar, por um lado, a semelhança do terceiro capítulo do *TPP* com as outras obras de Scotus e, por outro, a diferença que trazem seus capítulos um e dois em comparação àqueles mesmos textos. Em virtude disso, e do curso que a presente exposição adota, pode-se adiantar somente que o *TPP* traz uma abordagem à temática da existência e da natureza de Deus que não apenas integra o conteúdo das demais obras, como também o amplia, precisamente pelo fato de este tratado considerar a ordem essencial como uma propriedade do ente. Em relação a esta diferença, que não contradiz a doutrina das outras obras scotistas, cf. PRENTICE, 1997, p. ex., pp. 99.102.

‘simples’ se aplica Àquele, o atributo ‘composto’ se aplicará a este(s) – algo que se segue da lei dos correlativos¹⁵³.

Sendo assim, algo ser, por exemplo, ‘composto’, é um traço próprio do que é imperfeito, enquanto algo ser, por exemplo, ‘simples’, é um traço próprio do que é perfeito. Com base nisso, afirma-se que a ‘composição’ é um traço próprio do ‘ente finito’, i.e., das criaturas, enquanto a ‘simplicidade’ é própria do ‘Ente Infinito’, i.e., de Deus. Em resumo, o ‘Ente Infinito’ é ‘simples’, enquanto o ‘ente finito’ é ‘composto’, porque aquele é perfeito e este imperfeito.

Cabe, contudo, indagar: Que determina esta imperfeição do ‘ente finito’? A isso não se pode responder senão que ela se deve à sua própria constituição, pois alguns elementos que o compõem trazem-na em si, o que o faz ser essencialmente imperfeito. Em outras palavras, há causas que são responsáveis pela composição de cada ‘ente finito’, de modo que sua existência depende, mais precisamente, da cooperação destas causas. Que causas são estas? São as famosas quatro causas, i.e., eficiente, final, material e formal. Todavia, duas destas são essencialmente perfeitas, i.e., não incluem imperfeição, enquanto as demais são essencialmente imperfeitas, i.e., incluem imperfeição. As duas primeiras também são chamadas de causas extrínsecas, enquanto as outras também são designadas causas intrínsecas.

Note-se, ademais, que aqui se faz presente a interpretação scotista das quatro causas, que pode ser resumida da seguinte maneira. Basicamente, a imperfeição essencial, quer da materialidade, quer da formalidade, i.e., da causalidade ligada à matéria e da causalidade ligada à forma, deve-se tanto a cada membro individualmente como ao conjunto formado por ambas. Quanto a cada membro, matéria e forma são essencialmente imperfeitas, porque são necessariamente menos do que o composto que constituem, i.e., o composto hilemórfico; além disso, quando tomadas em conjunto, mantêm-se sua imperfeição essencial, bem como a ausência de meios para sua autossuficiência, ou seja, ambas ainda dependem de outro(s) para que se sua união possa ocorrer. De modo imediato, o composto formado por ambas depende da causalidade eficiente, de modo que a causalidade eficiente é responsável por unir matéria e forma, mas a atuação causal eficiente depende, por sua vez, da causalidade final.

¹⁵³ É preciso ter claro, ademais, que o tratamento dado por Scotus à infinitude de Deus é textual e teoricamente posterior ao seu tratamento do argumento teísta. De fato, só se pode rigorosamente falar em Ente Infinito ou em provas da infinitude de Deus depois que o argumento teísta estiver concluído, pois este é, aliás, um pressuposto para aquele. Por isso, a distinção aqui feita entre Ente Infinito e ente finito tem em vista apenas destacar o processo por meio do qual Scotus escolhe as propriedades que usará em seu argumento, não constituindo um dado do argumento teísta, enquanto tal, a consideração da infinitude divina.

A partir disso, é possível constatar que todo o âmbito do mundo material, cuja composição se dá por meio de matéria e forma, requer o âmbito da eficiência, que lhe é externo, o qual, por seu turno, requer o âmbito da finalidade. E, assim, a causalidade eficiente responde tanto por seu âmbito quanto pelo da matéria e da forma; mas como a eficiência depende da finalidade, esta última também está associada às outras três¹⁵⁴.

Vê-se, portanto, que, se a causalidade materialidade e a formal¹⁵⁵ são essencialmente imperfeitas, por outro, eficiência e finalidade (e eminência) são primazias essencialmente perfeitas, de modo que estas últimas podem constituir, em virtude dessa característica, propriedades do Ente Infinito, e propriedades que também estão presentes, guardadas as devidas proporções, nos entes finitos. Tenha-se presente ainda que o desenvolvimento de eficiência, finalidade e eminência permitirão a Scotus chegar a um primeiro de acordo com cada um destes aspectos, o que não significa que se trate de três primeiros, mas sim de uma Natureza Absolutamente Primeira, essencialmente única e necessária, que atua por meio destes três aspectos¹⁵⁶.

¹⁵⁴ Para uma breve exposição sobre a cooperação das quatro causas, cf. **Rep.** I-A d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 11 (ed. WA: 256): “Respondeo ergo ad primam quaestionem quod est aliquod primum simpliciter omni primitate quae non includit aliquam imperfectionem, cuius est primitas materiae vel formae respectu compositi; pars enim semper est imperfectior toto et tamen prior; pars enim participat entitatem totius et non est ipsum totum. [...] Sunt ergo duae causalitates contra se distinctae, scilicet causae efficientis et finalis. Et istae primitates omnes, quae attribuímus Deo, nullam includunt imperfectionem”; cf. também o trecho da *Rep.* I-A citado *supra* nota 152; uma exposição um pouco mais longa encontra-se na segunda conclusão da causalidade eficiente, mas aqui o contexto é o da segunda conclusão da causalidade eficiente, na qual se prova a incausabilidade do Efetivo Primeiro possível a que chegou a primeira conclusão (cf. **Ord.** I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 57; ed. Vat. II: 162-4): “[...] si primum [p. 163] illud est ineffectibile, ergo incausabile, quia non est finibile, nec materiabile, nec formabile. Probat consequentia prima, scilicet quod si est ineffectibile, ergo est infinibile, quia causa finalis non causat nisi quia causa movet metaphorice ipsum efficiens ad efficiendum, nam alio modo non dependet entitas finiti ab ipso ut a priori; nihil autem est causa per se nisi ut ab ipso tamquam a priori essentialiter dependet causatum. – Duae autem aliae consequentiae, scilicet quod si est ineffectibile, ergo est immateriabile et informabile, probantur simul, quia cuius non est causa extrinseca, nec intrinseca, quia causalitas causae extrinsecae dicit perfectionem sine imperfectione, causalitas vero causae intrinsecae necessario dicit imperfectionem annexam, quia causa intrinseca est pars causati; igitur ratio causae extrinsecae est naturaliter prior ratione causae intrinsecae. Negato igitur priori negatur et posterius. – Probat etiam eadem consequentiae, quia causae intrinsecae [p. 164] sunt causatae ab extrinsecis vel secundum esse earum vel in quantum causant compositum, vel utroque modo, quia causae intrinsecae non se ipsis sine agente constituunt compositum. – Ex istis dictis satis patet conclusio secunda”; cf. passagem paralela in **TPP** c. 3 concl. 3 (ed. SCAPIN: §53, p. 135); todavia, para o maior desenvolvimento sobre a função e a atuação das quatro causas, no que se refere às suas características próprias e em relação ao composto hilemórfico (trecho a que a referência do **TPP** remete), cf. **TPP** c. 2 concls. 4-8 (especialmente a 8ª concl.) (ed. SCAPIN: §§ 17-25, pp. 87-101); sobre a imperfeição essencial da materialidade e da formalidade, cf. também PRENTICE, 1997, pp. 119-21; sobre o papel de cada uma das quatro causas na constituição do composto hilemórfico, pode-se consultar: SCAPIN, Pietro (OFMConv.). ‘La causalità nel pensiero di Scoto’ (pp. 103-146). In: **Rivista Miscellanea Franciscana**: Contributi Scotistici: Storia, Dottrina, Spiritualità. Roma, t. 66, 1966, especialmente pp. 120-43 [374-97].

¹⁵⁵ Além da condicionalidade e da exemplaridade, se se considerar o **TPP** (cf. PRENTICE, 1997, pp. 119-21).

¹⁵⁶ Cf. **Lect.** I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 62 (ed. Vat. XVI: 133); **Ord.** I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 68-73 (ed. Vat. II: 168-73); **Rep.** I-A d. 2 p. 1 qq. 1-3 nn. 39-40 (ed. WA: 276.278); **TPP** c. 3 concls. 6.15-19 (ed. SCAPIN: §§ 57-9.69-78, pp. 141-5.149-63).

Consideradas estas características, evidencia-se então por que eficiência, finalidade e eminência figuram entre as propriedades relativas do Ente Infinito que servem adequadamente como termo-médio da demonstração *quia* em que o argumento scotista é formulado. Todavia, pode-se dizer, de modo mais geral, que é a causalidade que constitui a propriedade escolhida por Scotus para fazê-lo, porque, como se disse acima, os argumentos que fundamentam a eficiência também o fazem em relação à finalidade e à eminência, ainda que esta última não seja uma forma causal¹⁵⁷.

A propósito, tanto a presença quanto a função da causalidade ficarão mais evidentes se se vir o próprio argumento scotista.

¹⁵⁷ Cf., por exemplo, *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 11 (ed. WA: 256): “[...] Primitas autem eminentiae non est primitas causalitatis; non enim ex hoc quod unum ens praeeminet alteri, est causa illius. Nam primum in quolibet genere praeeminet alteri posteriori illius generis, et tamen non est causa illius. [...]”.

Além disso, apesar de o *TPP* trazer, no cap. 3, uma leitura muito próxima à de *Ord.* (mas também concordante com a de *Lect.* e *Rep. I-A*), em relação às três primazias (i.e., que são duas de causalidade e uma de eminência; distinguindo-as no início para uni-las depois como pertencentes à mesma natureza (*Lect.*, *Ord.* e *Rep. I-A*), natureza esta que também é única (*Ord.* e *Rep. I-A*; sobre a não inclusão da *Lectura* neste aspecto, cf. PRENTICE, 1966, p. 278 e a nota 2 na mesma p.)), é preciso considerar certas especificidades suas, pois, além de sua estrutura geral (resumida, acima, nas notas 108-10), a relação entre causalidade e eminência é exposta com desenvolvimentos ausentes nas outras obras mencionadas.

De fato, pode-se observar que desde seu cap. 1, o *TPP* considera a ordem essencial como a propriedade do ente mais fecunda para se provar a existência do Ente Infinito (*TPP* c. 1; ed. SCAPIN: § 2, pp. 65.67); por isso, a entende como uma relação de equiparação composta por um ‘anterior’ e um ‘posterior’ (*TPP* c. 1; ed. SCAPIN: § 3, pp. 69.71); em seguida, divide a ordem essencial em ordem de eminência, que tem seu anterior e seu posterior (*TPP* c. 1; ed. SCAPIN: § 5, pp. 71.73), e em ordem de dependência (*TPP* c. 1; ed. SCAPIN: § 6, p. 73) (a qual contempla a condicionalidade sob as duas formas pelas quais ela pode se dar (*TPP* c. 1; ed. SCAPIN: §§ 7-9, pp. 73.75.77)), e a causalidade, sob as quatro formas por que ela pode se dar, as quais compreendem as famosas quatro causas, que constituem os anteriores, e seus respectivos efeitos, que constituem seus posteriores (*TPP* c. 1; ed. SCAPIN: § 10, p. 79)); já em seu cap. 2, há uma longa discussão sobre as relações que os membros das seis ordens que compõem a ordem essencial estabelecem entre si, e próximo do fim do cap. 2 há uma conclusão (*TPP* c. 2 concl. 16; ed. SCAPIN: §§ 39-41), “*Omne finitum est excessum*” (que poder-se-ia traduzir: “Todo posterior na ordem da causalidade final também o é na ordem da eminência”), que permite identificar, os posteriores das relações de finalidade e de eminência (apesar de se ter prometido também fazê-lo em relação aos posteriores da eficiência e da eminência, cf. *TPP* c. 2 concl. 15 (ed. SCAPIN: § 38, p. 133) *apud* PRENTICE, 1966, nota 1 [ou “8”, se se considerar as notas em sequência], p. 283), algo inexistente nas outras formulações do argumento scotista.

Ademais, e como se pode perceber a partir disso, o conteúdo do cap. 2 do *TPP* tem grande importância para explicar alguns pressupostos do argumento teísta de Scotus, porque é o lugar em que se mostra com mais detalhes o processo por meio do qual são escolhidas apenas a eficiência, a finalidade e a eminência para a prova da existência do Ente Infinito, como se indicou mais acima (cf. os textos referentes à – e os referidos na – nota 154).

1.3.4 O argumento da eficiência e a objeção à sua contingência

Como já se assinalou, a primazia causal eficiente é referencial para as demais. Por isso, para tratá-las é suficiente fazê-lo através da eficiência. Esta primazia, aliás, a partir do texto da *Ordinatio* (que é seguido quase literalmente pelo *TPP*, e concorda, em seu sentido, com as passagens paralelas de *Lectura* e *Rep.* I-A) tem três conclusões. De acordo com a primeira, ‘há algum efetivo absolutamente primeiro, que não é efetível, nem o é em virtude de outro efetivo por si’; com a segunda: ‘o efetivo absolutamente primeiro é incausável’; e com a terceira: ‘o primeiro efetivo existe em ato e alguma natureza verdadeiramente existente em sentido atual é deste modo efetiva’¹⁵⁸.

Em relação a estas conclusões é importante considerar alguns dados. Em primeiro lugar, sua formulação envolve o termo “efetivo” (“*effectivum*”), que se refere ao que *está apto a* efetuar ou efetivar, i.e., a causar um efeito. Em segundo, a concatenação destas conclusões tem um curso muito peculiar, no qual, em sentido amplo, se vai da possibilidade da Natureza Eficiente Primeira à Sua atualidade através de Sua incausabilidade, de modo que ao fim da terceira conclusão pode-se dizer que o que existe atualmente é a Natureza Eficiente Primeira. Em terceiro, e detalhando o curso seguido pela mesma, observe-se que, ao basear as conclusões no efetível (que não é senão o modo como Scotus se refere ao ‘ente finito’) e no efetivo (cujo primeiro não é outro senão o que mais adiante será denominado ‘Ente Infinito’), parte-se da ordem dos fatos contingentes para a ordem do possível; a seguir, para a ordem das naturezas, na qual se vê que é um traço próprio da Primazia Efetiva ser atual, uma vez que ela é incausável.¹⁵⁹

Posto que, no momento, importa apenas ter presente como se dá no primeiro argumento da causalidade eficiente, i.e., o que Duns Scotus chama de a primeira conclusão da eficiência, não é preciso ir além desta. Com efeito, esta conclusão consiste basicamente no seguinte. Como se sabe, de acordo com Scotus, ‘há um efetivo absolutamente primeiro, de modo que ele não é efetível, nem sua existência se deve a ação de outro efetível que o seja por

¹⁵⁸ Cf. *supra* as respectivas referências nas notas 48, 49 e 50. Considere-se, ademais, que o texto referido na nota 49 é citado na nota 154.

¹⁵⁹ Cf. PRENTICE, Robert (OFM). ‘Primary Efficiency and Its Relation to Creation, Infinite Power and Omnipotence in the Metaphysics of John Duns Scotus’ (pp. 395-441). In: **Antonianum**, vol. 40, 1965 (doravante PRENTICE, 1965), p. 398.; cf. também O’CONNOR, Timothy. ‘Scotus on the Existence of a First Efficient Cause’ (pp. 17-32). In: **International Journal of the Philosophy of Religion**, 33, Kluwer Academic Publishers, Netherlands, 1993, p. 22 *in principio et medio* (doravante O’CONNOR, 1993).

si'. A prova disso é que algum ente é efetível, e, desse modo, ou este ente existe por si, ou por nada ou por algum outro ente. Não se dão os dois primeiros casos, porque um efeito – caso do ente em questão – não pode ser responsável por sua existência, uma vez que se isso se desse, ele então seria anterior e posterior em relação a si ao mesmo tempo – o que é impossível; tampouco o nada pode responder pela existência daquele ente, pois o que nada é não pode causar nada; assim, aquele ente só pode sê-lo por outro. Chame-se este outro de *A*; e assim, se *A* for primeiro no sentido exposto acima, i.e., se for absolutamente primeiro, então está provado o que se propusera; se, porém, *A* não tiver este sentido, então ele será um efetivo posterior, o qual, por seu turno, é efetível pela ação de outro, que se pode chamar de *B*. Sendo assim, é preciso argumentar em relação a *B* do mesmo modo que se fez em relação a *A*. De acordo com o mesmo procedimento, ou se continua argumentando ao infinito, de modo que todo efetivo encontrado torne-se, por sua vez, um efetível; ou se para em uma natureza efetiva que não tenha nenhum anterior a ela e seja, portanto, um efetivo absolutamente primeiro. Todavia, não há processo ascendente ao infinito no âmbito dos efetivos. Desse modo, tem-se de necessariamente afirmar um Efetivo Primeiro, que o seja realmente, tal que ele não dependa de nenhum outro em qualquer sentido, pois se não houvesse um Primeiro como este, seria possível haver circularidade nas causas – o que é impossível no presente caso.¹⁶⁰

¹⁶⁰ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 43 (ed. Vat. II: 151-2): “[...] aliquod effectivum sit simpliciter primum ita quod nec sit effectibile, nec virtute alterius a se effectivum. Probatio, quia aliquod ens est effectibile. Aut ergo a se, aut a nihilo vel ab aliquo alio. Non a nihilo, quia nullius est causa illud quod nihil est, nec a se, quia nulla res est quae se ipsam faciat vel gignat, I *De Trinitate* I [AUGUSTINUS. *De Trin.* I c. 1 n. 1 (PL 42, 820)]; ergo ab alio. Illud aliud sit *a*. Si est *a* primum, hoc modo exposito, propositum habeo; si non est primum, ergo est posterius effectivum, quia effectibile ab alio vel a virtute alterius effectivum, quia si negetur negatio ponitur affirmatio. Detur illud alterum et sit *b*, de quo arguitur sicut de *a* argutum est, et ita aut proceditur in infinitum, quorum quodlibet respectu prioris erit secundum, aut statur in aliquo non habente prius; infinitas autem impossibilis est in ascendendo, ergo primitas necessaria, quia non habens prius nullo posteriore se est posterius, nam circulum in causis esse est inconveniens”; cf. também as outras versões deste argumento in: *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 41 (ed. Vat. XVI: 126): “[...] Aliquod ens est non-aeternum, et ideo non a se nec a nihilo, quia nihil producit se ipsum; igitur est ab alio ente. Aut igitur illud ens dat esse in virtute alterius, aut non; et iterum aut suum esse capit ab alio, aut non. Si neque sic nec sic – quod nec dat esse in virtute alterius nec capit esse ab alio – ipsum est primum efficiens, quia haec est ratio primi efficientis. Si sic [scil. ‘si dat esse in virtute alterius, et capit esse ab alio’], quaero de illo alio ut prius, et non est procedere in infinitum; igitur stabitur in aliquo primo efficiente quod non causat in virtute alterius, nec capit esse ab alio”; *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 12 (ed. WA: 258): “Quod autem Deus sit primum omnium ista primitate proba: et primo de primitate efficientiae sic: Aliquod ens est effectum, quia productum; aut igitur producit a se, vel a nihilo vel ab alio. Non a nihilo, quia nihil nullius est causa; nec a se, quia nihil est quod seipsum gignat vel producat, I *De Trinitate*, capitulo nono [cf. AUGUSTINUS. *De Trin.* I c. 1 n. 1 (PL 42, 820)]. Ergo, ab alio. Si ab alio, ergo illud producit a nihilo vel a se vel ab alio, et sic procedetur in infinitum. Ergo oportet stare ad aliquid non productum, nec virtute alterius producens sed virtute propria; et hoc voco primum”; *TPP* c. 3 concl. 1 (ed. SCAPIN: §§ 44, p. 123): “Aliqua est natura in entibus effectiva. Quod ostenditur: aliqua est effectibilis; ergo aliqua effectiva. Consequentia patet per natura correlativorum. Antecedens probatur: tum, quia aliqua est contingens; igitur possibilis esse post non esse; ergo non a se, nec a nihilo: utroque modo ens foret a non ente; ergo ab alio effectibilis: tum, quia aliqua natura est mobilis vel mutabilis, quia possibilis carere aliqua perfectione possibili sibi inesse; ergo terminus motus potest incipere, et ita effici” e *TPP* c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 46, p. 125): “Aliquod effectivum est simpliciter

Depois disso, Duns Scotus levanta duas objeções principais¹⁶¹ a este argumento: uma que se refere ao regresso causal ao infinito – sobre a qual se tratará logo adiante – e outra que se dirige à contingência que o constitui¹⁶². De acordo com esta última, objeta-se que ao se formular “algum efetível existe, então existe algum efetivo”, este argumento não conclui com necessidade, em virtude do caráter contingente de sua premissa, pois um argumento que possua uma premissa contingente terá uma conclusão contingente, e não necessária, como se pretende no presente caso¹⁶³.

primum. Hoc est: nec effectibile, nec in virtute alterius effectivum. – Probatum ex prima [conclusionem]: aliquid est effectivum; sit A. Si est primum, hoc modo exposito, propositum mox habetur; si non, igitur est posterius effectivum, quia effectibile ab alio, vel in virtute alterius effectivum. Si negatur negatio, ponitur affirmatio. Detur illud alterum sit B, de quo arguatur sicut de A argutum est, aut procedatur in infinitum in effectivis, quorum quodlibet respectu prioris erit secundum, aut stabitur in aliquo non habente prius – infinitas est impossibilis ascendendo; ergo primitas necessaria, quia non habens prius, nullo posteriore se est posterius, nam circulum in causis destruit conclusio secunda secundi [capituli]”. Cf. também O’CONNOR, 1993, p. 23.

Apesar de nas passagens supracitadas ler-se na *Lectura* “ente não-eterno” (“*ens non-aeternum*”), na *Rep.* I-A: “efeito” (“*effectum*”) e na *Ordinatio* e no *TPP* “efetível” (“*effectibile*”), pode-se genericamente dizer que seu sentido é equivalente, mas, se se analisar mais de perto, uma diferença entre essas formulações está no seu modo intrínseco, pois em alguns casos elas são formuladas em termo atuais, enquanto em outros são em termos possíveis. Para as formulações (A) na ordem de atualidade: (i) na prova básica da eficiência, cf.: *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 41 (ed. Vat. XVI: 126); *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 12 (ed. WA: 258); (ii) na réplica à segunda objeção, cf.: *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 56 (ed. Vat. II: 161-2); *TPP* c. 3 concl. 1 (ed. SCAPIN: 45, p. 123). Já para as formulações (B) na ordem da possibilidade: (i) na prova básica da eficiência, cf.: *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 43 (ed. Vat. II: 151-2); *TPP* c. 3 concl. 1 (ed. SCAPIN: § 44, p. 123); (ii) na réplica à segunda objeção, cf.: *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 57 (ed. Vat. XVI: 131-2); *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 28 (ed. WA: 266.268).

¹⁶¹ Para os textos, quer das objeções, quer das respostas a elas nos textos scotistas (i.e., *Lect.*, *Ordinatio* e *Rep.* I-A), cf. *supra* nota 148.

¹⁶² Observe-se, porém, que, enquanto aqui a contingência se insere no contexto de uma objeção dirigida ao argumento teísta, à qual também é formulada uma resposta mais adiante (cf. *supra* notas: 38 (*Lect.*), 59 (*Ord.*), 97 (*Rep.* I-A)), depois de se concluir esta parte da argumentação, a prova da infinitude do Ente Primeiro inicia precisamente discutindo a contingência (cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 75-110 (ed. Vat. II: 175-88; *TPP* c. 4 concls. 4-8 (ed. SCAPIN: §§ 89-113, pp. 180-213)). No princípio deste último contexto, Scotus tem em vista basicamente pensá-la em relação à ação de Deus, em conformidade com o modo de ver cristão, o qual, além de levá-la em conta, também considera a liberdade e a individualidade. Tendo isso muito presente, o Doutor Sutil se volta ao chamado necessitarismo greco-árabe, baseado na filosofia grega – sobretudo aristotélica, mas com desdobramentos, por exemplo, em Averróis e seus seguidores – cuja concepção metafísica se articula em torno de ideias como o mundo ser eterno, haver movimento necessário no mundo supralunar, explicando, então, a contingência por meio da característica material do mundo sublunar (cf. HONNEFELDER, 2010, p. 37). Dito de outro modo, este necessitarismo explica o mundo a partir do movimento, e, portanto, a partir da física e da cosmologia aristotélicas, o que leva a concluir em um primeiro Motor Imóvel necessário, em função do qual todos os demais entes se movem, mas que não estabelece com nenhum deles uma relação direta, por exemplo, enquanto anterior absoluto (cf. *id.*, *ib.*, bem como PRENTICE, 1997, pp. 70.110). Assim, é diante dessa problemática que Scotus se posiciona considerando muito claramente a revelação cristã, e argumentando de modo inovador a contingência (cf. HONNEFELDER, 2010, pp. 124) para apresentar a ação criadora de Deus como um ato livre e, portanto, contingente. Pode-se acrescentar que, nesse sentido, o movimento não constitui mais do que uma de suas expressões, e, sem dúvida, uma expressão menor do que a de conceder existência aos entes (sobre o ato de atribuir movimento e existência cf. *infra* nota 246). Ainda quanto à contingência, cf. MERINO, 2007, pp. 13-6, onde o autor resume a situação do frade escocês, a partir do prólogo à *Ordinatio*, tanto como filósofo quanto como teólogo e explica como Duns Scotus concilia ambas as posturas por meio de sua interpretação da ciência metafísica, a qual, segundo ele, não é uma ciência que vem depois da física, nem é filosofia primeira, nem tem Deus como objeto específico, mas estuda o ente enquanto tal.

¹⁶³ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 45 (ed. Vat. II, 153): “Secundo, videtur quod procedat ex contingentibus et ita non sit demonstratio. Antecedens probatur, quia praemissae assumunt esse de aliquo causato; omne tale

Sem dúvida alguma, Scotus não ignora a contingência da premissa, mas não a considera como algo que impeça o argumento de concluir devida e necessariamente, pois, segundo ele, se, por um lado, trata-se de uma premissa contingente, por outro, esta mesma contingência constitui um dado perfeitamente necessário e permite, portanto, que o argumento conclua com necessidade.

De acordo com Doutor Sutil – e aqui o texto da *Lectura* se mostra particularmente pertinente – quando se consideram os entes finitos a partir de sua existência atual, estes são, de fato, atualmente contingentes em relação ao Ente Infinito, mas o caso é outro, se se considerar sua existência potencial. Em outras palavras, aquilo que se diz ser contingente tomando como referência sua existência atual, diz-se ser necessário tomando como referência sua existência potencial, i.e., sua existência possível. Por exemplo: ainda que o fato de o homem existir seja contingente, esta mesma existência enquanto ‘existência possível’ é um fato metafisicamente necessário, porque não contradiz ao ente que o seja deste modo. Ora, algum ente, que não o Ente Infinito, ‘ser possível’ é algo necessário, porque o ente se divide em ‘possível’ e ‘necessário’¹⁶⁴, e, do mesmo modo que a necessidade é um traço essencial do ente necessário, assim também a possibilidade é um traço essencial do ente possível¹⁶⁵.

contingenter est”; **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 14 (ed. WA: 258-9): “Item, omnis demonstratio non demonstrans quia sed propter quid est ex necessariis; haec non est ex necessariis sed ex rationibus producentis et producti, quae sunt termini contingentes; ergo non demonstrans”; **Lect.** I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 43 (ed. Vat. XVI: 127): “Item, non videtur esse demonstratio, quia procedit ex praemissa contingente [...] et demonstratio est ex necessariis”.

¹⁶⁴ ‘Possível’ e ‘necessário’, do mesmo modo que ‘simples’ e ‘composto’, são atributos disjuntivos do ente. Para mais detalhes, cf. *supra* nota 151.

¹⁶⁵ **Lect.** I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 56 (ed. Vat. XVI: 131-2): “Ad illud quod secundo [scil. n. 43] arguitur contra rationem praefatam [scil. n. 41], quod ‘arguitur ex contingente, scilicet quod sit aliquod ens aliud a Deo’, – philosophi dicerent quod hoc est necessarium propter ordinem essentialem causati ad causam. Dico tamen primo sic, quod licet sit contingens respectu Dei, est tamen contingens evidentissimum, ut qui neget aliquod ens esse quod non sit aeternum, indigent sensu et paena; et ideo ex tali contingente potest ostendi aliquod necessarium, quia ex contingente sequitur necessarium, licet non e contra. Item, dico quod licet entia alia a Deo actualiter sint contingentia respectu esse actualis, non tamen respectu esse potentialis. Unde illa quae dicuntur contingentia respectu actualis existientiae, respectu potentialis sunt necessaria, ut licet hominem esse sit contingens, tamen ipsum esse ‘possibile esse’ est necessarium, quia non includit contradictionem ad esse; aliquid igitur ‘possibile esse’, aliud a Deo, est necessarium, quia ens dividitur in possibile et necessarium, et sicut enti necessario ex sua habitudine sive quidditate est necessitas, ita enti possibili ex sua quidditate est possibilitas. Fiat igitur ratio, quae prior [scil. n. 41], cum possibilitate essendi, et erunt propositiones necessariae sic: ‘Possibile est aliquid aliud a Deo esse, et non a se (quia tunc non esset possibile esse) nec a nihilo; igitur ab alio potest esse. Illud alio aut potest agere in virtute sui, et non alterius, et esse non ab alio, – aut non. Si sic, igitur potest esse primum; et si potest, igitur est, sicut prius probatur [scil. n. 41]. Si non, et non est processu in infinitum, igitur aliquando stabitur.”; **Ord.** I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 56 (ed. Vat. II: 161-2): “Ad secundam instantiam, supra positam, quae dicit quod ratio procedit ex contingentibus et ita non est demonstratio, respondeo quod posset sic argui: aliqua natura est effecta quia aliquod subiectum mutatur, et ita terminus mutationis incipit esse in subiecto, et ita ille terminus vel compositum producitur sive efficitur; ergo est aliquod efficiens, per naturam correlativorum, et tunc potest esse secundum veritatem prima [scil. n. 43] contingens, sed manifesta. – Potest tamen sic argui, probando primam conclusionem sic: haec est vera ‘aliqua natura est effectibilis, ergo aliqua est effectiva’. Antecedens probatur, quia aliquod subiectum est mutabile, quia aliquod entium est possibile distinguendo possibile contra necessarium, et sic procedendo ex necessariis. Et tunc probatio primae conclusionis est de esse quidditative sive

Sendo assim, a contingência dos entes finitos permite que se acesse um dado que lhes é intrínseca e, portanto, essencialmente necessário: sua possibilidade de existir. Ora, o fato de os entes finitos ser possíveis é algo inalterável; e se, em meio à sua contingência, acha-se um dado necessário, é também necessário dizer que se um efetível (que não é senão um ente finito) pode existir, ou seja, se é necessária sua existência possível, então também é necessária a existência possível de um efetivo, i.e., do ente responsável pela ação eficiente que pode dar origem ao efetível.

Como se pode perceber, chega-se a este resultado levando em conta todos os passos previamente indicados, desde a necessidade de prova da existência do Ente Infinito, o tipo de demonstração, a classe de propriedades, os membros mais adequados desta classe, e a eficiência como a forma primaz referencial.

No entanto, antes de encerrar esta seção, há ainda um importante ponto a explorar: a primeira objeção.

1.4 A PRINCIPAL OBJEÇÃO AO ARGUMENTO DE SCOTUS: HÁ REGRESSO CAUSAL AO INFINITO?

Embora a segunda objeção, relativa à contingência, presente no argumento da causalidade eficiente, tenha seu papel e grande relevância para a prova scotista, sem dúvida

de esse possibili, non autem de existentia actuali. [...]”; **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 28 (ed. WA: 266.268): “Ad secundam instantiam quae dicit quod non demonstro, quia procedo ex contingentibus, cum dico: aliqua natura est producta vel effecta, ergo aliquid est producens vel efficiens, etc., respondeo quod in demonstratione quia possum accipere praemissam de inesse vel de possibili. Si accipitur de inesse, est demonstratio contingens et non ex necessariis; ut cum dico: ‘Aliquid est productum, ergo aliquid est producens’; ostensum enim est ad sensum. Si autem accipiatur praemissa pro possibile esse sic: ‘Aliqua natura est possibilis fieri, sive effectibilis vel productibilis, ergo aliqua natura est effectiva vel productiva’, est demonstratio ex necessariis. Nam antecedens est necessarium et consequens similiter, quia aliquod subiectum est mutabile et aliquid entium est possibile – distinguendo possibile contra necessarium. Et concludit probatio istis rebus de esse quidditativo vel de esse possibili sic: ‘Aliquid potest fieri, ergo aliquid est productivum vel causativum eius; et si aliquid simpliciter effectivum, erit actu existens’; ainda que o *TPP* não traga esse mesmo dado enquanto uma objeção, também o registra, cf. primeira citação do *TPP* na nota 160, bem como *TPP* c. 3 concl. 1 (ed. SCAPIN : § 45, p. 123): “In hac conclusione et quibusdam sequentibus possem proponere actum sic: aliqua natura est efficiens, quia aliqua est effecta, quia aliqua incipit esse, quia aliqua est terminus motus et contingens; sed malo de possibili proponere conclusiones et praemissas, illis quippe de actu concessis, istae de possibili conceduntur; non e converso. Illae etiam de actu sunt contingentes, licet satis manifestae, istae de possibile sunt necessariae; illae ad ens existens, istae ad ens etiam quidditative sumptum possunt proprie pertinere. Et ex natura illius quidditatis inferius ostenditur, de qua nunc ostenditur efficientia”.

Quanto aos conceitos de “possível”, “contingente” e “necessário”, e como eles se relacionam entre si, cf. HONNEFELDER, 2010, pp. 112-23.

alguma, de maior importância ao presente estudo é a primeira objeção dirigida àquele argumento.

Com efeito, Scotus considera que, segundo os “filosofantes”, i.e., os filósofos, o processo causal da eficiência se dá nos mesmos moldes em que se desenvolvem as gerações, ou seja, como no caso de um filho, cuja causa é o pai, o qual, por sua vez, também é filho e, conseqüentemente, também tem um pai. Em outras palavras, de acordo com este raciocínio, tomando um dado elemento como referência, sempre é possível regredir ao seu anterior, ao anterior a este, ao anterior a este último. Desta forma, independentemente do membro da seqüência causal que se considere, ele sempre virá depois de outro, de modo que o curso segue regredindo infinitamente. E é precisamente isso que, segundo os mesmos filósofos, ocorre sem que haja circularidade no processo causal¹⁶⁶. Sendo assim, como enfrentar esta objeção e resolver o problema que ela comporta?

Duns Scotus tem muito claros os problemas que esta objeção carrega. Por isso, para ele, esta não constitui apenas *um* problema teórico, mas *o* problema teórico que tem de ser resolvido, uma vez que se esta objeção não for refutada, simplesmente se torna impossível formular lógica, metafísica e/ou apenas razoavelmente uma prova da existência de algo que ocupe alguma primazia, quer eficiente, quer final, quer eminente, quer de qualquer outra natureza.

¹⁶⁶ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 44 (ed. Vat. II, 152-3): “Contra istam rationem instatur dupliciter: primo, quia secundum philosophantes infinitas est possibilis in ascendendo, sicut ponunt exemplum de generationibus infinitis, ubi nullum est primum sed quodlibet secundum, et tamen hoc ab eis sine circulo ponitur”; *TPP* c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 47, p. 125): “Hic instatur, quod secundum philosophantes est possibilis infinitas ascendendo, sicut ipsi ponerent de generantibus infinitis, quorum nullum esset primum, sed quodlibet secundum, et tamen hoc ab eis sine circulo poneretur”; *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 13 (ed. WA: 258-9): “Contra istam rationem instatur dupliciter: Primo, quia non est inconveniens procedere in infinitum in productionibus eiusdem rationis, secundum philosophos – ut quod filius iste sit ab isto patre et iste ab alio, et sic in infinitum”; *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 42 (ed. Vat. XVI: 127): “Primo, quia videtur petere: petit enim statum et ordinem in causis; nunc autem si non esset aliquod primum efficiens, negandus esset status et ordo in causis”.

Os “*philosophi*” ou “*philosophantes*” a que se faz referência aqui parecem ser Aristóteles (*De Gen et Corrupt.* II cap. 10, 336a 23-337a 33; cap. 11 337a 34-338b 19) e Averróis (cf. seu comentário à mesma passagem; e *Phys.* V comm. 13). O primeiro é considerado e chamado por Scotus de *Commentator* (i.e., “Comentador”) de Aristóteles, enquanto este, por sua vez, é, em geral, chamado pelo franciscano simplesmente de *Philosophus* (i.e., “o Filósofo”). Além disso, Scotus também alude ao caráter contraditório da compreensão averroísta quanto às causas in *QM* II qq. 4-6 n. 63: “Item, COMMENTATOR exponit sic: ‘per rectitudinem’ forte intendit ea quae sunt unius speciei, ut homo est ab homine; sed illae sunt causae accidentaliter ordinatae. Et tamen ponit quod causae sic ordinatae in eadem specie sunt finitae, et post dicit quod causae accidentaliter ordinatae sunt infinitae, et videtur quod dicat contradictoria”; o trecho de Averróis a que se faz referência aqui é sua *Metaph.* II com. 5 (ed. Iuntina VIII f. 15ra): “Et intendit per ‘secundum rectitudinem’, ut causae sint existentes insimul, quasi in una linea recta. Et intendit per ‘secundum speciem’, ut causae sint una post aliam, non insimul ad modum rerum attributarum uni speciei, scilicet ut una earum sit post aliam, scilicet ut quando fuerit posterior, ut prior corrumpatur. Et forte intendit ‘per rectitudinem’ ea quae sunt unius speciei, verbi gratia ut homo fit ab homine. Et per ‘secundum speciem’ ea quae sunt de diversis speciebus collocatis sub uno genere”.

Scotus começa a solucioná-la por um esclarecimento aparentemente simples, mas de grandes e importantes consequências. Segundo ele, ao afirmar que as causas são infinitas, os filósofos só podem estar se referindo às *cao*, mas jamais às *ceo*, pois somente aquelas podem efetivamente sê-lo¹⁶⁷.

Todavia, a solução em sentido mais próprio requer que se sigam alguns passos com certo método. Desse modo, antes de qualquer outra coisa, é preciso saber que causas são estas das quais se está falando, o que, segundo o frade escocês, significa saber que uma coisa são as causas *per se* e as causas *per accidens*, e outra as *ceo* e as *cao*¹⁶⁸; depois, é preciso expor que é cada uma, e então se vê em que causas *per se* e *per accidens* diferem das *ceo* e das *cao*; uma vez que se tenham claras estas distinções, pode-se passar às seguintes, que consistem basicamente em traçar três diferenças existentes entre as *ceo* e as *cao*¹⁶⁹, a partir das quais pode-se tratar de resolver a problemática relativa à infinidade causal.

Este conjunto textual é de grande importância tanto para o propósito scotista, quanto para o propósito deste estudo. Com efeito, nestes trechos, Scotus tem em vista tratar a causalidade, enfrentando o a questão da infinidade que aí pode se apresentar, delimitando em que sentido e que causas podem ser numericamente infinitas. Quanto à presente pesquisa,

¹⁶⁷ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 46: “Ad primam instantiam excludendam dico quod philosophi non posuerunt infinitatem possibilem in causis essentialiter ordinatis sed tantum in causis accidentaliter ordinatis”; *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 15 (ed. WA: 258): “Excludo primam consequentiam: dico quod non est processus in infinitum in essentialiter ordinatis; nec umquam philosophi in talibus concesserunt infinitatem, licet in accidentaliter ordinatis hoc concesserint”; *TPP* c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 47, p. 125): “Hanc instantiam excludendo dico quod philosophi non posuerunt infinitatem possibilem in causis essentialiter ordinatis, sed tantum accidentaliter”. Registre-se que nas passagens paralelas da *Lectura* e das *QM* não se faz alusão aos “*philosophi*” ou aos “*philosophantes*” (como visto na nota *supra*). No entanto, em ambas há desenvolvimentos em que se analisam argumentos dos filósofos, quer de Aristóteles e Avicena, como no caso de uma breve passagem da *Lectura* (cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 49-51; ed. Vat. XVI: 128-30), onde Scotus reformula, de forma bem resumida, o argumento aristotélico de *Met.* II cap. 2, 994a 11-3, 13-5 e 15-8 e o aviceniano de *Met.* VIII cap. 1, f. 97rb-va (p. 376, linhas 10-5 na moderna edição latina da obra aviceniana, cuja referência se encontra *infra* nota 194), quer de Aristóteles e Averróis, como se dá, mais longamente, nas *QM* (cf. *QM* II qq. 4-6 n. 61-79; OPh. III: 255-9 e *QM* II qq. 4-6 nn. 86-93; OPh. III: 260-3 – este último trecho, aliás, está muito próximo ao texto citado logo acima da *Lectura*).

¹⁶⁸ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 45 (ed. Vat. XVI: 127): “Ad horum igitur solutionem primo est sciendum quod non sunt idem causae per accidens et causae accidentaliter ordinatae, nec etiam sunt idem causae per se et causae essentialiter ordinatae”; *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 47 (ed. Vat. II: 153): “Et ad propositum melius ostendendum, sciendum quae sunt causae essentialiter et accidentaliter ordinatae. Ubi notandum quod aliud est loqui de causis per se et per accidens et aliud est loqui de causis per se sive essentialiter et accidentaliter ordinatis”; *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 16 (ed. WA: 260): “Ad hoc autem demonstrandum praemitto unum, scilicet quod non est idem loqui de causis per se et per accidens, et de causis essentialiter et accidentaliter ordinatis”; *TPP* c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 48, p. 127): “Sed ad propositum ostendendum expono, quae sint causae essentialiter, quae accidentaliter ordinatae. – Ubi sciendum, quod aliud est loqui de causis per se et per accidens, et de causis per se sive essentialiter et accidentaliter ordinatis”; *QM* II qq. 4-6 n. 80 (OPh. III: 259): “Pro ampliori solutione illius quaestionis primae [scil. quartae] est notandum quod aliud est loqui de causis per se, et de causis per se ordinatis”.

¹⁶⁹ Cf. *supra* notas 42 (*Lect.*), 64 (*Ord.*), 100 (*Rep. I-A*), 120 (*TPP*) e 138 (*QM*).

estes mesmos textos concentram seu material mais fundamental, e por um motivo muito simples: a teoria causal do argumento teísta de Duns Scotus ocorre precisamente neste contexto.

Assim, dado que estes textos são a base na qual repousa tanto o conceito de *ceo* quanto o de *cao* impõe-se considerá-los especificamente. No entanto, antes de voltar a atenção detidamente a estes dois conceitos, parece adequado levar em conta a distinção que o próprio Scotus faz questão de sempre mencionar entre as *ceo* e as *cao* em relação às causas *per se* e *per accidens*. Para tanto, será preciso entender, em primeiro lugar, as fontes doutrinárias em que Scotus se apoia, quer para as causas *per se* e *per accidens*, quer para as *ceo* e as *cao*; além disso, mostra-se importante ter clareza quanto à exposição scotista acerca destes quatro conceitos, pois não há uniformidade no modo como se faz referência a eles em seus textos; restando ver, ainda, como Scotus os interpreta e distingue as causas *per se* e *per accidens* das *ceo* e das *cao*. Isto feito, pode-se então, em seguida, tratar exclusivamente das *ceo* e das *cao* e explorar seu papel e sua importância para a teoria causal no referido argumento scotista.

2. CAUSAS *PER SE/PER ACCIDENS* E *CEO/CAO*: FONTES DOUTRINAIS E COMO A EXPOSIÇÃO SCOTISTA DIFERE UMAS DE OUTRAS

Como visto nas páginas anteriores, quando Duns Scotus inicia a resposta à objeção dos filósofos, diz que a infinidade causal se refere às *cao*, e não às *ceo*. Para tornar a distinção entre as duas ordens causais mais precisa, ele cita, em algumas obras¹⁷⁰, uma passagem do filósofo e médico persa ' Abū 'Alī al-Ḥussain ibn 'Abd Allāh ibn 'al-Ḥassan ibn 'Alī ibn Sīna, conhecido no Ocidente simplesmente como Avicena (980-1037). No entanto, complementa Scotus, deve-se antes distinguir as *ceo* e as *cao* das causas *per se* e das *per accidens*¹⁷¹.

A partir disso, há dois pontos a esclarecer: um relativo às fontes que Scotus tem em conta para estes quatro conceitos; outro tocante à forma como os mesmos são expostos e interpretados nos textos scotistas. Em relação ao primeiro, é preciso ter presente que, apesar de isto não vir explícito, as noções de causas *per se* e de causas *per accidens* têm como fonte o filósofo e também médico estagirita Aristóteles (384-322 a.C.); além disso, e como o próprio Scotus menciona, as *ceo* e as *cao* vêm, em certa medida, de Avicena, a partir do tratamento dado por este a problemas relativos à causalidade final¹⁷².

A respeito do segundo ponto, importa dizer que a terminologia empregada nos textos scotistas varia, e considerar o porquê disso permite precisá-la. Estando esta mais precisa, ao comparar as concepções aristotélicas e avicenianas relativas à causalidade e levar em conta as causas *per se* e *per accidens*, de um lado, e as *ceo* e as *cao*, de outro (estas últimas somente na medida do estritamente necessário), as quais Duns Scotus diz ser importante distinguir inicialmente, torna-se mais fácil ponderar sobre a formulação de seus conceitos. De fato, a partir disso, pode-se atribuir com um pouco mais de propriedade que pertence a Aristóteles, que pertence a Avicena e que é a interpretação do frade franciscano.

¹⁷⁰ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 46 (ed. Vat. II: 153): “[...] dico quod philosophi non posuerunt infinitatem possibilem in causis essentialiter ordinatis sed tantum in accidentaliter ordinatis, sicut patet per Avicennam VI *Metaphysicae* cap. 5, ubi loquitur de infinitate individuorum in specie”; *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 15 (ed. WA: 258): “[...] dico quod non est processus in infinitum in essentialiter ordinatis; nec umquam philosophi in talibus concesserunt infinitatem, licet in accidentaliter ordinatis hoc concesserint, ut patet per Avicennam, VI *Metaphysicae*, capitulo quinto”; e *TPP* c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 47, pp. 125 e 127): “[...] dico quod philosophi non posuerunt infinitatem possibilem in causis essentialiter ordinatis, sed tantum accidentaliter, sicut patet per Avicennam 6^o *Metaphysicae* 5^o, ubi loquitur de infinitate individuorum in specie”.

¹⁷¹ Para os textos pertinentes, cf. *supra* a nota 168.

¹⁷² Cf. *supra* nota 170.

2.1 FONTES DOUTRINAIS

Foi possível constatar que a brevidade da vida de Scotus o impediu de dar um tratamento mais acabado a seus textos. A escrita que se registra nas obras que lhe são atribuídas, caracteriza-se por um estilo bastante sintético e formal, quer em relação às palavras nas orações, quer em relação a certos detalhes, como suas fontes. Trata-se, pois, de um fato que, assim como cada período histórico tem suas particularidades, assim também cada autor tem seu modo de expor o que pensa.

No entanto, parece que, apesar de os textos scotistas não poder ser mudados em termos de clareza, o caso pode ser diferente em relação a alguns de seus detalhes, os quais, se identificados, podem auxiliar em sua compreensão. Em virtude disso, estuda-se, a seguir, como o tratamento de Aristóteles e Avicena a questões relativas à causalidade influenciou o Doutor Sutil em seu argumento teísta. De fato, recorrer a estes autores traz um duplo benefício, porque, além de esclarecer os conceitos, por assim dizer, em seu nascedouro, permite identificar como certos aspectos de suas teorias se aproximam e se distanciam do desenvolvimento que Duns Scotus deu aos conceitos que emprega em sua exposição.

2.1.1 Aristóteles: As Diferentes Causas e seu Modo de Atuação

Sabe-se que a distinção *per se/per accidens* é um recurso de que Aristóteles se serve em diferentes contextos, sobretudo, quando analisa semanticamente os conceitos com que pretende trabalhar¹⁷³. Quando o estagirita se volta à causalidade não é diferente, afinal é preciso ter clareza quanto a que se faz referência ao se dizer que algo é causa de alguma coisa. É então que os conceitos de causa *per se* e causa *per accidens* são desenvolvidos por Aristóteles¹⁷⁴.

¹⁷³ Pode-se tomar como exemplo o livro V (Δ) da *Metafísica*. De fato, este livro é uma espécie de dicionário filosófico, ao longo do qual diversos conceitos são analisados em seus diferentes sentidos, e entre as distinções ali feitas, os mesmos são tomados enquanto *per se* (de acordo com a forma latina; *kath'hautó*, conforme a grega) e/ou *per accidens/secundum accidens* (de acordo com o latim; e *katà symbebékós*, em conformidade com o grego).

¹⁷⁴ Cf. ARISTÓTELES. *Física* II (B) c. 3, 195a 27-195b 3 e c. 5 196b 24-9; e *Metafísica* V (Δ) c. 2, 1013b 29-1014a 6 (estas referências seguem a numeração, respectivamente, das páginas, dos lados das folhas e das linhas da edição de I. Bekker do *corpus aristotelicum*: BEKKER, I. (Hrsg.): *Aristotelis Opera*, 5 Bde. Berlin 1831-1870 (Bde. I, II: griech. Text; Bd. III: lat. Renaissance-Übersetzungen; Bd. IV: Scholia; Bd. V: Fragmente)). Observe-se que o trecho aí referido da *Metafísica* corresponde quase literalmente ao de *Fís.* II 3. Para ser mais

Com efeito, em *Fís.* II 3, Aristóteles reúne os resultados a que chegou ao longo dos capítulos e do livro anteriores, e que o levaram a afirmar que os processos naturais e o movimento, no âmbito dos seres sujeitos à geração e ao perecimento, se dão em virtude de quatro causas: material, formal, eficiente (motora) e final. Assim, por exemplo, o bronze é causa material da estátua; a forma é o modelo, i.e., a definição da essência, e o que lhe diz respeito, como a relação de dois para um na música é causa de uma oitava; o escultor é a causa eficiente da estátua, e, em geral, o que faz algo é responsável pelo perfazimento deste algo; da mesma maneira que o fim é aquilo em vista de que se faz alguma coisa, como caminhar para ter saúde¹⁷⁵.

Há, contudo, diferentes modos pelos quais a atuação causal pode ocorrer. Assim, quando ela se dá de acordo com a natureza da causa, como as indicadas acima e o que lhe for relativo¹⁷⁶, diz-se que a causa em questão atuou enquanto causa própria, i.e., como causa essencial ou *per se*. Outro modo pelo qual as causas podem atuar é de forma accidental, i.e., enquanto causas *per accidens* e o que lhe for relativo¹⁷⁷, caso em que a atuação causal não se dá em pleno acordo com a natureza da mesma.

Cabe agora ver com alguns detalhes que Aristóteles entende por causa *per se* e por causa *per accidens*.

2.1.1.1 As causas *per se*

Para a noção de causa *per se*, pode-se tomar como exemplo a estátua, cuja causa eficiente *per se* é o escultor. Se se considera um dado escultor, por exemplo, Policleto¹⁷⁸, este só pode ser causa eficiente *per accidens* da estátua, uma vez que a causa eficiente *per se* daquela é o escultor. O motivo pelo qual Policleto não pode ser causa eficiente *per se* da

exato, *Met.* V 2, 1013b 29-1014a 6 corresponde a *Fís.* II 3, 194b 23-195b 12 (o texto todo de *Fís.* II 3 compreende 194b 16-195b 31). Até onde se apurou, *Fís.* II 5 não encontra, como *Fís.* II 3, correspondente literal na *Metafísica*. A partir disso, e de acordo com o propósito com que se trabalha, pode-se restringir a análise a *Fís.* II 3 (uma vez que compreende o conteúdo de *Met.* V 2) e a *Fís.* II 5.

¹⁷⁵ Cf. ARIST. *Fís.* II 3, 194b 23-195a 3; cf. também HÖFFE, Otfried. **Aristóteles**. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 107. A propósito, o texto de Aristóteles será citado de acordo com a seguinte edição: ARIST. **Física**. Introducción, traducción y notas de Guillermo R. de Echandía. Madrid: Editorial Gredos 2002, pp. 141-2. Doravante ed. ECHANDÍA, 2002. As eventuais traduções deste texto são minhas.

¹⁷⁶ Cf. *Fís.* II 3, 195a 4-33 (ed. ECHANDÍA, 2002, pp. 142-4).

¹⁷⁷ Cf. *Fís.* II 3, 195a 33-4 (ed. ECHANDÍA, 2002, p. 144).

¹⁷⁸ Na Antiguidade, Policleto foi um célebre escultor grego vinculado à escola pitagórica (cf. ed. ECHANDÍA, 2002, nota 39, p. 144). Parece que, em virtude de sua fama, Aristóteles serve-se de seu nome para usá-lo como exemplo (cf. *Fís.* 195a 34, b 11).

estátua deve-se às diferentes formas pelas quais se considera(m) a(s) causa(s). Assim, a causa eficiente de uma estátua – como no exemplo acima – pode ser:

1) A causa própria [i.e., *per se*] individual ('um escultor'); 2) o gênero da causa própria individual ('um artesão'); 3) a causa acidental [i.e., *per accidens*] individual (p. ex., 'Policleto'); 4) o gênero da causa acidental individual ('um homem'); 5) a combinação da causa própria individual e da causa acidental individual ('um escultor Policleto'); 6) a combinação do gênero da causa própria individual e do gênero da causa acidental individual ('um homem artesão').¹⁷⁹

Além disso, cada uma dessas formas se desdobra em duas, pois pode existir em ato ou em potência, donde resulta um total de doze casos possíveis.¹⁸⁰

Dito de outro modo, o fato de o escultor ser um “homem” (i.e., um ser humano), é algo secundário em relação ao fato de ser escultor, se se considerar o resultado da arte do homem, enquanto escultor – e não enquanto homem. Desse modo, e neste caso, o critério preponderante é o que diz respeito à arte e a quem a executa enquanto possuidor desta arte, o qual, por sua vez, pode ser entendido de diferentes maneiras.

Por isso, caso se considere a estátua enquanto gênero, sua causa eficiente *per se* será o escultor, sendo acidental se o escultor é Policleto ou algum outro versado nesta arte. Se, porém, a estátua for considerada enquanto indivíduo (i.e., enquanto ‘esta estátua’), cujo autor tiver sido Policleto (i.e., ‘este escultor’), então, neste caso, Policleto será sua causa eficiente *per se*. Vê-se então que a classificação da causa depende do ponto de partida, pois é possível tratar a questão, quer a partir do indivíduo, quer do gênero, quer de uma combinação de ambos – sem esquecer que qualquer um desses casos pode ser tomado em ato ou em potência.¹⁸¹

2.1.1.2 As causas *per accidens*

Então, depois de estabelecer, em *Fís.* II 4, que são quatro as causas, Aristóteles volta sua atenção à sorte¹⁸² e ao acaso¹⁸³, pois estes são entendidos por muitos como causas¹⁸⁴.

¹⁷⁹ Cf. ed. ECHANDÍA, 2002, nota 40, p. 145.

¹⁸⁰ Cf. *Fís.* II, 195b 4-6 (ed. ECHANDÍA, 2002, p. 144).

¹⁸¹ Cf. *Fís.* II, 195b 13-30 (ed. ECHANDÍA, 2002, pp. 145-6).

¹⁸² Em grego, *týché*; em latim, *fortuna*.

¹⁸³ Em grego, *autómaton*; em latim, *casus*.

¹⁸⁴ ECHANDÍA (2002, nota 42, pp. 146-7), ao indicar as escolhas para sua tradução – as quais, dada a equivalência com o português, foram adotadas neste trabalho – explica os sentidos de ambos os termos, dizendo que: “[...] Aristóteles busca conceituar desde su esquema causal la *týchē* y lo *autómaton*, pues para muchos

Após breve levantamento das opiniões de seus predecessores a respeito, dedica-se, no capítulo 5, ao sentido em que se pode dizer que sorte e acaso são causas.

Observe-se que enquanto as quatro causas de que já se falou são determinadas e próprias, sorte e acaso só são causas em sentido accidental, além de ser indeterminadas. O fato de as causas *per se* poder ser chamadas de determinadas deve-se à sua natureza, porque há regularidade em sua atuação, algo que, ou ocorre necessariamente, i.e., sempre, ou na maioria dos casos, i.e., frequentemente¹⁸⁵; daí se segue, portanto, que são facilmente determináveis. Já as causas *per accidens* não ocorrem sempre, nem frequentemente, mas por uma espécie de desvio.

Com efeito, o que ocorre sempre ou com frequência é realizado em vista de um fim, um propósito, deva-se este à natureza ou à inteligência¹⁸⁶. No entanto, entre as coisas que não ocorrem de modo necessário ou frequente, há as que ocorrem com um propósito, ou seja, com um fim¹⁸⁷. Ora, o que se costuma atribuir à sorte ocorre dessa maneira¹⁸⁸, pois essas ações se dão tendo algo em vista, de tal modo que a sorte é uma causa *per accidens*, e os atos atribuídos a ela têm lugar de forma meramente similar aos que se devem à inteligência e à natureza¹⁸⁹, i.e., ao modo de atuação de causas *per se*.

Como exemplo de causa *per accidens*, Aristóteles cita o caso do credor que vai à praça pública¹⁹⁰ – sem a pretensão de receber a soma que emprestou – e lá encontra seu devedor, o qual, por sua vez, paga-lhe o valor pendente. Note-se que sua ida à praça é a causa de ter

pensadores anteriores eran la verdadera razón de todo acontecer, en íntima conexión con la idea de necesidad; además, desde los tiempos homéricos los grandes poetas habían dicho que lo divino se manifiesta como *týchē* (y como *moîra*), que la experiencia de lo divino es la experiencia de la *týchē*. Ambos vocablos, sobre todo *týchē*, pertenecían al fondo de la manera griega de sentir y concebir el mundo, y es muy difícil traducirlos sin que pierdan parte de su significado. Los romanos tradujeron *týchē* por *fortuna*, pues creyeron que su antigua diosa *Fortuna* se correspondía con la griega *Týchē*, y *autómaton* lo tradujeron por *casus* (casualidad), en ocasiones también por *spontaneus* (así, *génesis autómatē* por *generatio spontanea*); ambas traducciones son parciales. *Autómaton* (del que derivan ‘automático’ y ‘automata’) había tenido entre los griegos un uso más profano pero no menos inquietante, como el que encontramos entre los hipocráticos: algo es *autómaton* cuando se produce ‘de suyo’, por la sola trama de causas y concausas que lo determinan, ‘espontánea’ y ciegamente, como a lluvia o la autocuración de una enfermedad. Aquí lo traducimos por ‘casualidad’, a pesar de que con esta palabra sólo se cubre una parte del campo semántico de *autómaton*, la referida a los efectos extrínsecos del hecho, pues ni para los griegos ni para nosotros la lluvia o la erupción de un volcán sería un hecho casual o azaroso, pero sí *autómaton* y también necesario: lo ‘casual’ estaría en sus posibles efectos concretos sobre tal o cual cosa, lo que Aristóteles llama *tò apò autómatou*, no en la trama causal que lo determina; [...]. *Týchē* lo traducimos por ‘suerte’, que también tiene la limitación de hacer referencia a los efectos, lo que aquí se llama *tò apò týchēs*, ‘lo fortuito’; aquí también hay que decir que *týchē* no hace referencia primariamente a los efectos, sino a la ‘trama’ de la cual éstos resultan, y en este sentido un griego no ve ninguna oposición entre *týchē* y necesidad.”

¹⁸⁵ Cf. *Fís.* II 5, 196b 10-3 (ed. ECHANDÍA, 2002, p. 151).

¹⁸⁶ Cf. *Fís.* II 5, 196b 21-2 (ed. ECHANDÍA, *ibid.*).

¹⁸⁷ Cf. *Fís.* II 5, 196b 19-21 (ed. ECHANDÍA, *ibid.*).

¹⁸⁸ Cf. *Fís.* II 5, 196b 21-4 (ed. ECHANDÍA, 2002, pp. 151-2).

¹⁸⁹ Cf. *Fís.* II 5, 197a 6-7 (ed. ECHANDÍA, 2002, p. 153).

¹⁹⁰ Cf. *Fís.* II 5, 196b 33-197a 5 (ed. ECHANDÍA, 2002, pp. 152-3).

recebido o dinheiro que lhe era devido, mas trata-se de uma causa accidental, porque não foi até lá com esse fim em mente. No entanto, esta mesma causa deixaria de ser *per accidens* e passaria a ser *per se*, por exemplo: a) se ele costumasse ir à praça várias vezes, b) ou se fosse sempre lá, c) ou se soubesse que quem lhe devia lá estaria com dinheiro suficiente para pagá-lo etc.

Assim, *de certo modo*, pode-se dizer que a sorte é uma causa, pois há coisas que provêm dela, mas é uma causa accidental. No entanto, *propriamente falando*, a sorte não é causa de nada¹⁹¹. O acaso, por sua vez, segundo Aristóteles, distingue-se da sorte por ser mais abrangente, uma vez que a sorte é atribuída apenas às atividades humanas, enquanto o acaso se estende a todos os animais e às coisas inanimadas¹⁹². Ora, como sorte e acaso são causas accidentais e “nada accidental é anterior ao que é por si [i.e., *per se*], é evidente que nenhuma causa accidental é anterior a uma causa por si. Acaso e sorte são, portanto, posteriores em relação à inteligência e à natureza”¹⁹³, ou seja, têm-nas como suas causas anteriores.

Tenha-se presente, ademais, que Aristóteles está tratando conceitualmente do que se refere à natureza, ao mundo físico, e aplica os conceitos de causas *per se* e *per accidens* a este contexto e a outros similares. Por isso, natureza e inteligência são causas *per se*, enquanto sorte e acaso são causas *per accidens*, de modo que as primeiras ocupam lugar e importância consideravelmente maiores do que as segundas. O interesse de Aristóteles é mostrar que há, na natureza, ordem e organização sistemáticas, onde acaso e sorte não constituem senão causas em sentido derivado e dependente, além de ocupar um pequeno e restrito espaço no âmbito do que acontece na natureza e no mundo.

Em suas linhas gerais, parece ser este o entendimento aristotélico a respeito das causas *per se* e das causas *per accidens*. A seguir, passa-se à problemática com que Avicena se defrontou e cuja solução influenciou Scotus na formulação de suas *ceo* e *cao*.

¹⁹¹ Cf. *Fís.* II 5, 197a 11-4 (ed. ECHANDÍA, 2002, p. 153).

¹⁹² Cf. *Fís.* II 6, 197b 14 (ed. ECHANDÍA, 2002, p. 156).

¹⁹³ Cf. *Fís.* II 6, 198a 6-10 (ed. ECHANDÍA, 2002, p. 158).

2.1.2 Avicena: A Distinção entre os Fins

Avicena também se ocupou com as quatro causas de que tratara Aristóteles, de tal forma que as analisa no sexto livro de sua *Metafísica*¹⁹⁴. No entanto, apesar das interessantes considerações que lhes dedica, no presente momento, de maior relevância é o tratamento dado por ele à causalidade final.

Com efeito, quando Avicena chega à causa final – a última das quatro estudadas – surge uma questão que requer bastante atenção, “saber se tudo no mundo se orienta a um fim, ou se há eventos que escapam desta tendência”¹⁹⁵. Resolver essa dificuldade, contudo, não é tão simples, porque ela envolve muitos outros problemas, afinal é relativamente fácil, por exemplo, admitir que (i) há coisas produzidas ao acaso e que parecem fora de qualquer finalidade. Considere-se também (ii) haver ações que se podem atribuir à sorte, cuja realização não parece pressupor consciência e/ou utilidade.

Poder-se-ia ampliar o questionamento e indagar: (iii) O movimento dos céus e o ciclo de gerações e perecimentos, tendo um fim, cessariam depois que o mesmo fosse atingido? (iv) Ou há uma sequência infinita de fins, sem que nenhum se sobreponha aos demais? (v) Neste caso, há um fim último? (vi) A causa final é anterior ou posterior às demais? (vii) Ela é o bem? Seja como for, não há dúvida que, se ela for o bem – e tudo estiver orientado a um fim – será de grande importância conhecer a natureza deste fim.¹⁹⁶

Como se pode ver, há muitos pontos envolvidos na discussão aviceniana da causalidade final. Apesar de se reconhecer seu papel na concepção de Avicena, dar-se-á maior ênfase ao item mais importante para o presente trabalho, a saber, o item (iv), servindo os outros elementos, que o antecedem e sucedem, para esclarecer o contexto em que o autor perscruta os expõe.

Note-se que novamente sorte e acaso vêm à tona, os quais já foram distinguidos por Aristóteles¹⁹⁷, para quem o que ambos têm em comum é realizar um fim distinto daquele ao

¹⁹⁴ Cf. AVICENNA LATINUS. **Liber de Philosophia Prima sive Scientia Divina V-X**. Édition critique de la traduction latine médiévale par S. Van Riet. Introduction doctrinale par G. Verbeke. Louvain/Leiden: E. Peeters/E.J. Brill, 1980. Esta obra ficou conhecida como a *Metafísica* de Avicena, por isso, doravante, será designada AVICENNA. *Met.* Acresça-se que todos os grifos em trechos citados deste texto são meus.

¹⁹⁵ Cf. VERBEKE, G. ‘Une Nouvelle Théologie Philosophique’ (pp. 1*-114*). In: AVICENNA LATINUS. **Liber de Philosophia Prima sive Scientia Divina V-X**. Édition critique de la traduction latine médiévale par S. Van Riet. Introduction doctrinale par G. Verbeke. Louvain/Leiden: E. Peeters/E.J. Brill, 1980, p. 25* (doravante VERBEKE, 1980). Esta e as outras traduções deste texto são minhas.

¹⁹⁶ Cf. AVICENNA. *Met.* livro VI, capítulo 5, páginas 326-7, linhas 55-72; cf. também VERBEKE, 1980, pp. 25*-26*.

¹⁹⁷ Cf. *supra* notas 182, 183, 192 e 193.

qual “o processo natural ou o ato consciente livre os orientava”¹⁹⁸. Segundo Aristóteles, e como já visto (cf. 2.1.1.2), tais desvios são raros e excepcionais, e constituem causas acidentais, que só podem explicar eventos extraordinários. A propósito, em relação a Aristóteles e Avicena, diga-se que ambos compartilham a doutrina segundo a qual tudo no mundo se orienta a um fim, e que a validade desta doutrina não fica comprometida, em sua opinião, porque, em certos casos, algumas ações se realizam de modo diverso do fim que ser-lhes-ia próprio.¹⁹⁹

Quanto (i) ao acaso, Avicena, em sua *Metafísica*²⁰⁰, apenas remete à sua *Física*, mas ocupa-se, na mesma *Metafísica*, com os atos que se podem denominar fortuitos, i.e., aqueles relativos (ii) à sorte²⁰¹. Com efeito, o filósofo persa indaga-se se a existência de atos fortuitos põe em xeque a existência de uma finalidade universal. Pensando não ser este o caso, inicia a análise de um exemplo de atividade humana (o ato de caminhar), descrevendo e explicando os diversos elementos ali presentes, referentes às distintas formas pelas quais se constata a finalidade, tanto neste caso quanto em outros semelhantes²⁰². Depois disso, e antes de se voltar (iv) ao problema do número infinito de fins, Avicena esclarece, em primeiro lugar, os conceitos que lhe dizem respeito e, em segundo, mostra por que essa ideia não se sustenta. São estes pontos que merecem certa atenção a partir de agora.

2.1.2.1 Fins essenciais e fins acidentais necessários

Segundo o filósofo persas, impõe-se estabelecer uma distinção entre fim essencial (*fe*) e fim necessário, que não é senão um tipo de fim acidental²⁰³ (*fan*). De fato, o *fe* é aquele que se tem em vista por si mesmo, enquanto o *fan* em questão se insere em três casos: 1) algo que precisa existir para que haja o fim, enquanto é, de certo modo, causa deste fim (como a rigidez da lâmina de uma faca, pois aquela tem de existir para que esta possa realizar seu fim, i.e., cortar); 2) algo que tem de existir para que haja o fim, mas sem ser sua causa, como as manchas e a coloração na lâmina de uma faca, que se devem à oxidação, a qual, por sua vez, é

¹⁹⁸ Cf. VERBEKE, 1980, p. 26*.

¹⁹⁹ Cf. VERBEKE, 1980, p. 27*.

²⁰⁰ Cf. AVICENNA. *Met.* VI 4, p. 327, 74-6.

²⁰¹ Cf. VERBEKE, 1980, p. 27*.

²⁰² Cf. AVICENNA. *Met.* VI 5, p. 327, 76 - p. 332, 2.

²⁰³ Cf. AVICENNA. *Met.* VI 5, p. 333, 4-5: “[...] differentiam inter finem per essentiam et finem necessarium, qui est unus ex finibus qui sunt per accidens”.

própria do metal de que a lâmina se constitui, de modo que a oxidação é, portanto, um *fan* do corte; e 3) algo cuja existência esteja necessariamente ligada à causa final, por exemplo, case-se para gerar filhos e segue-se necessariamente desta geração o amor dos pais por suas crianças, ou seja, não se casa para amar os filhos, mas para gerá-los, entretanto, dado que à geração segue-se o amor pelos mesmos, este amor é um *fan* do casamento²⁰⁴. É preciso, então, saber distinguir entre o fim que é essencial (*fe*) e o fim que é necessário, mesmo que acidental (*fan*), pois os distintos fins têm diferentes papéis na natureza.

2.1.2.2 Distinção e número dos fins para a natureza

Considerando esta distinção, Avicena argumenta que (iii) os indivíduos gerados cuja existência se presume (iv) ser em número infinito, não são *fe* da natureza. Ora, quem pensa que o sejam julga que tanto o indivíduo quanto a natureza têm o mesmo fim. Importa ter claro, contudo, que um indivíduo é parte de uma classe a que pertencem outros indivíduos, onde todos têm características semelhantes e, por isso, integram a mesma classe. Já a natureza é algo consideravelmente mais amplo e não se limita a um único indivíduo, ou a uma só classe de indivíduos, mas compreende-os a todos.

Que é, então, o *fe* da natureza? Este fim, responde Avicena, é algo como a substância ou a espécie (a essência, também poder-se-ia dizer), por exemplo, do homem, do cavalo, ou da planta, desde que entendida enquanto algo estável – o que é impossível a um indivíduo²⁰⁵. Com efeito, tudo o que for gerado é necessária e inerentemente corruptível, i.e., perecível, em virtude de sua composição corporal. E como nenhum indivíduo pode possuir o requisito

²⁰⁴ Cf. AVICENNA. *Met.* VI 5, p. 333, 5-18: “Differentia autem inter haec est quod finis per essentiam est causa quae quaeritur propter seipsam, necessarium vero est unumquodlibet ex tribus, quia [1] vel est aliquid quod necesse est esse ad hoc ut sit finis, inquantum ipsum est causa aliquo modo, sicut durities ferri ad hoc ut perficiatur incidere; [2] vel est aliquid quod necesse est esse ad hoc ut sit finis, non quod ipsum sit causa, sed quia est comitans causam, sicut hoc quod necesse est corpus fuscum, ad hoc ut sit incidere, non fuit autem corpus fuscum necessarium ad incidendum cum eo propter suam obscuritatem, sed quia comitatur ferrum, quod necessarium est ad incidendum cum eo; [3] vel est aliquid cuius esse necessario comitatur ipsam causam finalem, sicut causa finalis coniugii est generatio filiorum, deinde generationem sequitur amor filiorum et comitatur eum, non quod coniugium fuerit propter amorem filiorum. Hi omnes sunt fines per accidens necessarium non per accidens casuale”.

²⁰⁵ Cf. AVICENNA. *Met.* VI 5, p. 334, 31-5: “[...] individua generata quae sunt infinita, non sunt fines essentialis naturae. Nam finis essentialis naturae, verbi gratia, est ut sit substantia quae est homo vel equus vel palma, et ut illud esse sit stabile esse; hoc autem fuit impossibile in uno individuo designato”.

exigido para ser um *fe* da natureza, cabe, portanto, atribuir este posto à espécie²⁰⁶, i.e., ao que representa todos os indivíduos de uma determinada classe.

Note-se que o fato de os indivíduos se suceder em sua geração significa que este é o fim de algo particular²⁰⁷, ou seja, é o modo como se dá a geração dos indivíduos desta ou daquela classe. No entanto, não se segue daí que, em virtude desta característica, estes ou aqueles indivíduos *tenham de ser* numericamente infinitos. Como se viu, o propósito da natureza é que a substância (i.e., a espécie ou essência) humana permaneça, bem como as demais, e este fim é a causa da realização da natureza universalmente considerada. Para que este fim seja atingido é necessário que haja indivíduo após indivíduo, sem que se interrompa a sequência. Portanto, a infinidade numérica dos indivíduos não é senão um *fan* para a natureza, como os três vistos acima²⁰⁸. Além disso, segundo Avicena, o movimento que tende ao infinito é por continuidade, e o fim visado pela natureza com este movimento não é o próprio movimento, mas a durabilidade, que é, por seu turno, um fim dependente de coisas cujo número *pode* seguir indefinidamente.²⁰⁹ Vê-se, portanto, pelas razões expostas, que, apesar de os indivíduos não *ter de* ser infinitos, não há um impedimento que *possam* sê-lo.

Considere-se, ainda, que, conforme Avicena, é próprio da causa final chegar ao seu termo e cessar, algo que se aplica a um agente e a uma ação, ou seja, há um termo no qual este

²⁰⁶ Cf. AVICENNA. *Met.* VI 5, p. 334, 35-7: “[...] omne enim quod generatur comitatur necessario corruptio, scilicet generatum ex hyle corporali. Postquam autem hoc prohibitum fuit in individuo, remansit in specie”.

²⁰⁷ Cf. AVICENNA. *Met.* VI 5, p. 334, 44- p. 335, 52: “Si enim possibile esset hominem permanere semper, sicut permanet sol et caelum, profecto non esset opus generatione et multiplicatione per generationem; quamvis enim concesserimus quod intentio naturae non est infinitas individuorum, tamen infinitas individuorum est intentio alia ab intentione cuiuslibet individui; hoc enim quod individua veniunt sine fine post individua non fit ad hoc ut sit infinitas. Item individuum quod inducit ad aliud individuum et deinde ad tertium et quartum, non est ipsum finis naturae universalis, sed naturae particularis”.

²⁰⁸ Cf. *supra* nota 204 e AVICENNA. *Met.* VI 5, p. 334, 38-44: “Prima igitur intentio naturae est ut permaneat natura humana et alia huiusmodi vel individuum perpetuum non designatum, et illa intentio est causa perfecta actionis naturae universalis. Ad hoc autem ut hoc unum permaneat in esse, necesse est ut sint individua post individua sine fine. Igitur infinitas individuorum numero erit *accidentalis* secundum intentionem necessariam in parte divisionis prima et secundum quod est *accidens* per se”. Segundo a edição latina consultada (cf. *supra* nota 194), o termo árabe *arad* corresponde ao latino *accidens* (francês: “accident”; português: “acidente”, “algo acidental”), enquanto o termo árabe *gharad* corresponde ao latino *intentio* (fr.: “but”; port.: “fim”, “objetivo”, “meta”). Ocorre então de o texto latino trazer *accidentalis* (veja-se o primeiro grifo no texto latino desta nota) para traduzir o que o texto árabe expressa por *gharad* (cf. AVICENNA. *Met.* nota 42, p. 334); além disso, registra-se no texto latino *accidens* (cf. o segundo grifo no texto latino desta nota), traduzindo o árabe *arad*, de acordo com uma edição (a do Cairo), enquanto, segundo outra edição (a de Teerã), *accidens* traduz *gharad* (cf. AVICENNA. *Met.*, nota 44, p. 334). Com base nessas indicações, interpreta-se que Avicena diz, na última frase da citação, que “a infinidade dos indivíduos será um fim como o fim acidental e necessário na primeira parte da divisão, na qual também se fala do fim *per se* [i.e., do fim essencial]”.

²⁰⁹ AVICENNA. *Met.* VI 5, p. 335, 58-63: “Motus autem qui tendit in infinitum est unus per continuationem, sicut nosti in naturalibus [scil. AVICENNA. *Liber primus de naturalibus*, (*Sufficiencia*) II, 1, edição de Veneza 1508, folio 23v (cf. nota às linhas 59-60, p. 335)] , et etiam intentio naturae quae est in illo motu non est ipsemet motus, in quantum est iste motus, sed intentio est ibi durabilitas, et haec durabilitas est una intentio cuius esse pendet ex rebus quarum numerus conceditur esse sine fine”.

processo se interrompe. No entanto, não pode ocorrer de um agente natural ou volitivo agir permanentemente tendo em vista um fim depois de outro, sem parar em nenhum fim. Caso houvesse um princípio do qual proviesse uma ação após outra nestes moldes, ele certamente seria um agente diferente, em relação à ação posterior, do que fora a respeito da ação anterior, apesar de permanecer o mesmo enquanto sujeito e segundo sua essência.

Se, contudo, isso ocorresse, poder-se-ia multiplicar seus fins, de tal forma que em relação a qualquer fim que tivesse sido realizado por ele, ainda assim teria em vista outro fim, e depois outro, e assim sucessivamente. Desse modo, se se admitisse a existência deste agente, e que, após sua existência, ele fosse responsável pela existência de outro, num processo que seguisse infinitamente, então seus fins também seguiriam ao infinito.

A hipótese, contudo, é claramente absurda, porque um mesmo agente teria de ser ele e outro ao mesmo tempo, ou então ter outros agentes que dessem sequência à sua busca por um fim após outro – mas então já não se trataria do mesmo agente; além disso, teria de visar fins que se multiplicassem indefinidamente. Ora, em qualquer um dos casos indicados, os pressupostos não podem ser atendidos por um indivíduo gerado e, portanto, perecível²¹⁰, mas podem-no por uma substância, i.e., por uma espécie ou essência.

Quanto às outras questões colocadas à causalidade final, cabe dizer que, segundo Avicena, (vi) o fim é superior às outras causas²¹¹, sendo, aliás, causa daquelas²¹². Com efeito, deve-se à causa final toda a atividade das demais, uma vez que estas desempenham suas respectivas funções tendo em vista a realização do fim²¹³. Avicena ainda admite que o fim é mesmo realizado pela ação das outras causas, na medida em que é considerado como o resultado a que chega o processo das mesmas²¹⁴.

²¹⁰ AVICENNA. *Met.* VI 5, p. 335, 65-p. 336, 75: “[...] dicimus quod causa finalis terminatur et cessat, hic est scilicet quod causa finalis, quae est secundum unum agentem et unam actionem, terminatur. Non potest enim esse ut agens naturalis vel voluntarius agat actionem permanentem propter finem post finem, ita ut non cesset apud aliquem finem. Si enim ex uno principio proveniret actio post actionem, profecto ipse secundum unamquamque actionem esset agens alius ab agente qui erat secundum aliam actionem, quamvis nec per essentiam nec per subiectum esset alius a se; unde possent multiplicari eius fines, et, secundum unumquodque quod fieret ab eo, esset agens propter alium finem. Si autem conceditur quod ipsum esse agentem, consideratum post suum esse agentem, fit esse alium a se, usque in infinitum, tunc eius fines erunt usque in infinitum”.

²¹¹ Cf. AVICENNA. *Met.* VI 5, p. 348, 20-1: “Si autem de unaquaque istarum causarum esset scientia per se, utique nobilior inter eas esset scientia de finali”.

²¹² Cf. AVICENNA. *Met.* VI 5, p. 337, 90-1: “Igitur causalitas causae finalis est causa esse aliarum”.

²¹³ Cf. AVICENNA. *Met.* VI 5, p. 337, 5-6: “Iam igitur facile est intelligere quod causa finalis in causalitate praecedit causas agentes < et > recipientes”.

²¹⁴ Cf. AVICENNA. *Met.* VI 5, p. 338, 21-3: “Igitur causa finalis non est causata ceterarum causarum secundum quod est causa finalis, sed secundum quod iam est aliquid in effectum; cum enim non habet esse in effectum, non est causata ullo modo”.

Assim, posto que tudo no mundo se orienta um a fim e que os *fe* não podem se multiplicar ao infinito, é forçoso admitir (v) que há um fim último, ao qual se dirige tudo o que existe e acontece. A propósito, este fim, de acordo com Avicena, (vii) é o bem supremo, que não se subordina a nenhum outro e é buscado por si mesmo.²¹⁵

Perceba-se que o raciocínio aviceniano envolve o que permite a relação entre o universal e o particular, a saber: a espécie ou essência. Com efeito, tanto o universal quanto o particular não têm sentido, se desconsiderada a existência de uma ordem natural, “necessariamente finita, e que compreenda um número limitado de categorias específicas”²¹⁶, i.e., de espécies ou essências dos diferentes indivíduos existentes.

Destaque-se também que Avicena não se opõe que haja um número infinito de causas, desde que não sejam infinitas as causas essenciais²¹⁷. Dito de outro modo, o que ele rejeita obstinadamente é que haja uma multiplicação indefinida de causas essenciais, sem haver uma causa primeira²¹⁸. Finidade esta que ele não restringe à causalidade final, ao contrário, estende-a às causalidades eficiente, material e formal²¹⁹.

Feitas as considerações relativas a duas fontes nas quais Scotus se baseia, pode-se avançar para o seu entendimento acerca das causas *per se* e *per accidens* e à distinção que estas mantêm com as *ceo* e as *cao*, considerando, então, a exposição scotista. Todavia, antes de entrar nestas questões é oportuno tratar da terminologia de Scotus ao se referir às causas em questão.

2.2 A EXPOSIÇÃO SCOTISTA

Já se teve oportunidade de mencionar algumas características gerais do modo de escrita dos textos scotistas. Como se sabe, certamente os fatores que, por um lado, permitiram

²¹⁵ Cf. AVICENNA. *Met.* VI 5, p. 345, 61-2: “acquisitio enim boni in omni re, [...] hoc est quod acquiritur sibi absolute”.

²¹⁶ Cf. AVICENNA. *Met.* VIII 3, p. 395, 4-11: “Causa etiam quae est rei formalis facile sciri potest esse finita ex his quae dicta sunt in logica, et fortassis scietur ex definitione partium quae sunt rei in effectum secundum ordinem eius aliquem naturalem, et ex hoc quod forma rei integra una est et quod multitudo cadit in eam propter communitatem et proprietatem et quod communitas et proprietas continent ordinem naturalem; quicquid autem habet ordinem naturalem iam scitur esse finitum. Considerare igitur hoc tantummodo sufficit ne sit opus prolixitate”.

²¹⁷ Cf. AVICENNA. *Met.* VI 2, p. 303, 60-2: “Causas enim non essentielles vel non propinquas non nego procedere in infinitum, immo facio debere hoc”.

²¹⁸ Cf. AVICENNA. *Met.* VIII 1, p. 376, 11-2 *apud* VERBEKE, 1980, p. 34*: “[...] causae omnibus modis finitae sunt, et [...] in unoquoque ordine earum est principium primum”.

²¹⁹ Cf. AVICENNA. *Met.* VIII 1, p. 378-9, 60-1 *apud* VERBEKE, 1980, p. 34*: “[...] in omnibus ordinibus causarum finitio est [...]”.

que seus textos chegassem aos dias de hoje, por outro, legaram escritos em que se registram interferências alheias. No entanto, estes mesmos textos vêm sendo editados com muito rigor nas modernas edições críticas, das quais têm resultado obras que estão mais próximas de Scotus, uma vez que trazem, se não a expressão exata de suas palavras, pelo menos o que está mais de acordo com seu pensamento.

Com efeito, é a partir destes textos que se torna possível ver com um pouco mais de detalhe como o Doutor Sutil, ao se voltar à causalidade nas versões de seu argumento teísta e em textos afins, serve-se de uma terminologia similar para tratar os diferentes conceitos causais com que trabalha. Ainda que seja lícito pensar que este contraste possa prejudicar o entendimento dos conceitos em questão, parece correto considerar, contudo, que, para além das diferenças entre os referidos conceitos, precisamente aquilo que os aproxima por meio dos termos utilizados, permite, na verdade, distingui-los mais claramente e, por conseguinte, entendê-los no contexto que lhes é próprio.

2.2.1 A Terminologia Empregada por Duns Scotus

É um dado próprio dos textos scotistas em estudo, especialmente no trecho em que se trata a objeção do regresso causal ao infinito²²⁰, haver mais de uma forma de se referir às *ceo* e às *cao*. Se se toma a *Lectura* como exemplo, lê-se em uma passagem sua que “não são a mesma coisa as *causas per accidens* e as *causas accidentalmente ordenadas*, nem as *causas per se* e as *causas essencialmente ordenadas*”²²¹; logo em seguida, apresentam-se três diferenças entre as duas ordens causais, onde se fala em “*causas per se ordenadas* e *causas accidentalmente ordenadas*”²²²; a seguir, ao se tratar da segunda diferença, volta-se a usar “*causas essencialmente ordenadas*”²²³, repetindo esta designação em outros casos posteriores²²⁴; mais adiante, porém, registra-se “*causas essenciais*”²²⁵; depois, usa-se

²²⁰ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 45-55 (ed. Vat. XVI: 127-31); *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 46-55 (ed. Vat. II: 153-61); *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 nn. 15-27 (ed. WA: 258-67); *TPP* c. 3 concls. 1-2 (ed. SCAPIN: §§ 44-52, pp. 122-35); e *QM* II qq. 4-6 nn. 80-101 (OPh. III: 259-65).

²²¹ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 45 (ed. Vat. XVI: 127): “[...] non sunt idem *causae per accidens* et *causae accidentaliter ordinatae*, nec etiam sunt idem *causa per se* et *causae essentialiter ordinatae*”. (Salvo indicação contrária, estes e os demais grifos nos textos de Scotus, neste trabalho, são meus).

²²² Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 46 (ed. Vat. XVI: 128): “sequitur triplex differentia inter *causas per se ordinatas* et *causas accidentaliter ordinatas*”.

²²³ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 47 (ed. Vat. XVI: 128): “[...] *causis essentialiter ordinatis* [...]”.

²²⁴ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 48.49 (ed. Vat. XVI: 128).

²²⁵ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 52 (ed. Vat. XVI: 130): “[...] causalitates omnium *causarum essentialium* simul concurrant ad causandum aliquod causatum [...]”.

novamente “*causas essencialmente ordenadas*”²²⁶; e, um pouco a frente, escreve-se “exclui-se a petição [de princípio] no [argumento do] primeiro [eficiente] e na *ordem das causas essenciais*”²²⁷. Semelhante alternância se verifica na *Ordinatio*²²⁸, onde, em muitas passagens aparece “*causas per se ou essencialmente ordenadas*” e “*causas per accidens ou acidentalmente ordenadas*”²²⁹ – embora esta última ocorrência seja menos frequente. E algo similar ocorre no *TPP*²³⁰, na *Rep. I-A*²³¹ e nas *QM*²³².

Constata-se, portanto, uso equivalente das expressões “causas essencialmente ordenadas” (“*causae essentialiter ordinatae*”), “causas *per se* ordenadas” (“*causae per se ordinatae*”) e “ordem das causas essenciais” (“*ordo causarum essentialium*”). Usam-se também como equivalentes as expressões “causas acidentalmente ordenadas” (“*causae accidentaliter ordinatae*”), “causas *per accidens* ordenadas” (“*causae per accidens ordinatae*”), ou simplesmente *per accidens*, com o sentido de *cao*, quando a passagem pressupõe tratar-se de causas deste modo ordenadas²³³.

Sem dúvida, o contexto pode esclarecer a equiparação entre os diferentes modos de enunciar os mesmos conceitos, mas há alguns motivos para se chamar a atenção para as variantes. Em primeiro lugar, porque, em todos os textos scotistas em apreço, lê-se ser importante distinguir as causas *per se* e *per accidens* das *ceo* e *cao*²³⁴. Em segundo, porque se essa variação não se deve às vicissitudes pelas quais as obras de Scotus passaram, então, talvez ela se deva à semelhança entre os conceitos em questão.

Antes de avançar, convém uma breve explicação sobre a terminologia que se vem empregando e que manter-se-á na continuidade deste trabalho. De fato, para evitar qualquer eventual confusão, e posto que foram indicados os casos em que expressões equivalentes são utilizadas, decidiu-se que quando se fizesse referência às causas essencialmente ordenadas, far-se-ia uso da sigla *ceo*, e que as causas acidentalmente ordenadas seriam referidas pela sigla *cao*, sem que se tenha feito, e sem que se faça daqui em diante, alusão às suas variantes,

²²⁶ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 35 (ed. Vat. XVI: 130): “[...] sed si sit processus in infinitum in *causis essentialiter ordinatis* [...]”.

²²⁷ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 55 (ed. Vat. XVI: 131): “Ex his excluditur petitio in statu et *ordine causarum essentialium*”.

²²⁸ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 47.48.49.50.51 (ed. Vat. II: 153.154.155).

²²⁹ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 48 (ed. Vat. II: 154): “Et differunt *causae per se sive essentialiter ordinatae a causis per accidens sive accidentaliter ordinatis*”.

²³⁰ Cf., p. ex., *TPP* c. 2 concl. 2 (ed. SCAPIN, § 48, p. 127).

²³¹ Cf., p. ex., *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 nn. 18.19.20 (ed. WA: 260.262), onde prevalece “*causas essencialmente ordenadas*” (“*causae essentialiter ordinatae*”).

²³² Cf., p. ex., *QM* II qq. 4-6 nn. 82.83.84.85.86.93.94.95.96.97.98.99.100 (Oph. III: 259.260.263.264).

²³³ Cf., p. ex., *QM* II qq. 4-6 nn. 82.83.84.85 (Oph. III: 260).

²³⁴ Cf. *supra* nota 168.

a menos que isso se faça relevante. Já as expressões *per se* e *per accidens* foram reservadas exclusivamente às suas respectivas formas causais.

É importante dizer que o segundo motivo para se atentar ao uso de diferentes expressões que se referem aos mesmos conceitos, parece encontrar sua justificativa não somente na definição scotista das causas *per se* e *per accidens* – presente em todos os textos já mencionados – mas também em um trecho das *QM*²³⁵, que pode contribuir muito para entender, além disso, a concepção de Scotus acerca das *ceo* e das *cao*.

2.2.2 Em que Diferem Causas *per se* e Causas *per accidens* de *ceo* e *cao*

Antes de qualquer outra coisa, advirta-se que, embora o objetivo das próximas linhas seja especificamente diferir causas *per se* e *per accidens*, de um lado, de *ceo* e *cao*, de outro, em virtude da natureza das noções causais envolvidas será preciso entrar um pouco na definição das duas ordens causais, cujo desenvolvimento detalhado, contudo, é assunto para o próximo capítulo.

Assim, voltando a atenção às causas *per se* e *per accidens*, tais como presentes nos textos scotistas pertinentes, vê-se que, apesar de a *Rep.* I-A trazer a exposição mais extensa, incluindo até exemplos²³⁶, todos eles têm substancialmente o mesmo conteúdo, se desconsiderados os detalhes que os distinguem²³⁷. A partir disso, pode-se dizer que, em todos, causa *per se* é definida como a que atua de acordo com sua natureza, i.e., com sua essência, cumprindo o fim que lhe é próprio, enquanto causa *per accidens* se define como a que não atua em conformidade com sua natureza, mas por uma espécie de desvio de seu fim próprio.

²³⁵ Cf. *infra* nota 241.

²³⁶ Cf. e *Rep.* I-A d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 16 (ed. WA: 260): “Nam in primo [scil., in causis per se et per accidens] est tantum comparatio unius ad unum, scilicet causae ad effectum et est causa per se quando aliquid secundum naturam propriam et non secundum aliquid sibi accidens causat, ut subiectum est per se causa suae passionis, et in multis aliis, ut album disgregat et aedificator aedificat; sed causa per accidens est e converso, ut Policletus aedificat”.

²³⁷ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 45 (ed. Vat. XVI: 127): “Quia cum dico causam per se aut causam per accidens, solum exprimitur comparatio unius ad unum, scilicet causae ad effectum”; *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 47 (ed. Vat. II: 153-4): “Nam in primo [scil. de causis per se et per accidens] est tantum comparatio unius ad unum, scilicet causae ad causatum: et est causa per se quae secundum naturam propriam et non secundum aliquid sibi accidens causat, et causa per accidens e converso[...]”; *TPP* c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 48, p. 127): “Nam in primo [scil. in causis per se et per accidens] est tantum comparatio unius ad unum, causae ad causatum; et est causa per se, quae secundum naturam propriam, non secundum aliquid accidens, causat”; *QM* II qq. 4-6 n. 81 (OPh. III: 259): “Causae per se sunt, quae secundum propriam naturam – et non per aliquid sibi accidens – causant; ita quod ibi est comparatio unius ad unum”.

Além disso, segundo estes textos, tanto uma causa *per se* quanto uma causa *per accidens* estabelecem com seus respectivos efeitos uma relação que compreende somente estes dois termos, ou seja, a causa e seu efeito.

Quanto às *ceo* e *cao*, apesar da concordância geral da maioria dos textos scotistas²³⁸ em dizer que esta dupla conceitual difere da outra (i.e., das causas *per se* e *per accidens*), há passagens específicas da *Lectura* e das *QM* que se destacam, não somente por caracterizar aqueles conceitos de modo mais extenso, como também por caracterizá-los de modo significativamente mais claro. Com efeito, a partir da *Lectura*²³⁹ pode-se dizer que no contexto das duas ordens causais estão presentes três elementos, a saber, duas causas e um efeito. A propósito, aqui se faz necessário abrir um parêntese, porque, ainda que este texto afirme que quando se consideram as causas em sentido ordenado, fale-se em apenas duas, há razões para pensar que poder-se-ia formular esta definição dizendo que há “no mínimo, duas causas”, quer se faça referência às *ceo*, quer às *cao* – mesmo que haja diferença quanto à ordenação de seus respectivos membros.

De fato, e apenas a título de exemplo, se se levar em conta o composto hilemórfico, de que se falou anteriormente (cf. 1.3.3), vê-se um caso em que não há apenas duas, mas sim quatro causas que se ordenam essencialmente entre si para produzir o composto de matéria e forma, i.e., seu efeito. Se, porém, se afirmasse que este exemplo se refere única e exclusivamente às *ceo*, dir-se-ia-se que há passagens em que, ao tratar de ambas as séries, as *cao* são exemplificadas pelos componentes do processo de geração, a saber, “avô”, “pai” e “filho”, os quais também somam, dependendo de quão se recua ou se avança, pelo menos, três elementos, sendo os dois primeiros, a seu modo, causas, e o último o efeito – ainda que o segundo membro indicado (o “pai”) também seja “efeito” em relação ao primeiro (o “avô”)²⁴⁰.

²³⁸ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 47 (ed. Vat. II: 154): “in secundo [scil. in causis essentialiter et accidentaliter ordinatis] est comparatio duarum causarum inter se, in quantum ab eis est causatum”; cf. *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 17 (ed. WA: 260): “In secundo [scil. in causis essentialiter et accidentaliter ordinatis] est comparatio duarum causarum inter se in quantum ab eis est aliquod tertium ut causatum [...]”; cf. *TPP* c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 48, p. 127): “In secundo [scil. in causis essentialiter et accidentaliter ordinatis] est comparatio duarum causarum inter se, in quantum ab eis est causatum”; cf. *QM* II qq. 4-6 n. 82 (OPh. III: 259): “Causae per se ordinatae dicuntur respectu alicuius effectus causati ab ambabus”.

²³⁹ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 45 (ed. Vat. XVI: 127-8): “[...] sed cum dicitur ‘causae accidentaliter vel essentialiter ordinatae’, comparantur duae causae ad unum effectum, unde ibi est comparatio duorum ad unum. Unde causae ‘essentialiter ordinatae’ sunt causae quarum una ordinatur ad aliam ut causant tertium effectum; sed causae ‘accidentaliter ordinatae’ sunt quarum una non ordinatur ad aliam respectu effectus causandi, ut pater et avus respectu filii”.

²⁴⁰ Para o texto da *Lectura*, único em que se menciona o “avô”, cf. *supra* nota 239; cf. também *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 18.19 (ed. WA: 260): “[...] in accidentaliter ordinatis non sic dependet in causando licet in esse vel in

Assim, fica assentado que na atividade das *ceo* há, *pelo menos*, duas causas, além do efeito que lhe decorre, o que significa que o número de causas pode ser maior do que este. Do mesmo modo se pode pensar em relação às *cao*, pois o fato de se tratar de causas ordenadas também implica, neste caso, que haja, *no mínimo*, duas, não havendo impedimento para que seu número seja maior. Em suma, o importante, neste momento, é reter que o fato de se tratar de causas *em sentido ordenado*, implica que há, *no mínimo*, duas. Feche-se o parêntese.

Além disso, e como indicado anteriormente, em cada uma das ordens causais em apreço, a relação das causas para com seus respectivos efeitos se dá de um modo. Com efeito, sabe-se – também a partir da *Lectura* – que nas *ceo* uma causa tem de se ordenar essencialmente à outra para que ambas causem o efeito, como visto no caso do composto hilemórfico, enquanto nas *cao* uma causa não precisa se ordenar essencialmente à outra para causar, como ocorre com o exemplo do “avô” e do “pai” em relação à ação causal do “filho”, o qual não depende, em seu ato causal, quer de seu “pai”, quer de seu “avô” (cf. 3.1.2.1).

Acresçam-se agora os dados da referida passagem das *QM*²⁴¹, que visam explicar como uma causa está essencialmente ordenada à outra. Para entender este processo, antes de qualquer outra coisa, é preciso considerar o caso de uma causa *per se* ou essencial. Como se sabe, toda causa *per se*, enquanto causa, ordena-se *per se* ao seu efeito, uma vez que lhe é

aliquo alio dependeat. Filius enim licet secundum esse dependeat a patre, non tamen in causando, quia patre mortuo potest agere sicut ipso vivo [...] [n. 19] [...] sed non sic in accidentaliter ordinatis, quia ita potest filius generare sicut pater, nec dependet in causando nisi a causa eiusdem rationis, non a causa perfectiori”. Este mesmo exemplo não aparece na passagem paralela das *QM*, onde se alude apenas ao exemplo do fogo (cf. *QM* II qq. 4-6 n. 83 (OPh. III:260): “[...] Et iuxta hanc dicitur quod causae per se ordinatae sunt diversae speciei; per accidens eiusdem. Sed non oportet, quia diversus modus habendi formam eiusdem speciei, sicut ignis habet calorem et alia, sufficit forte ad ordinem per se causarum”. Já na *Ord.* e no *TPP*, o exemplo da geração não aparece no trecho das três diferenças, mas é citado na chamada proposição ‘b’ (para mais detalhes, cf. 3.1.3.2), cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 54 (ed. Vat. II: 159): “[...] quia infinitas accidentalis si ponitur, hoc non est simul, patet, sed successive tantum, ut alterum post alterum, ita quod secundum aliquo modo fluit a priore. Non tamen dependet ab ipso in causando; potest enim causare illo non existente sicut illo existente, sicut filius generat patre mortuo sicut ipso vivo [...]”; cf. *TPP* c. 2 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 51, pp. 133): “[...] quia infinitas accidentalis, si ponatur, hoc non est simul, patet, sed successive tantum, alterum post alterum, ita quod secundum, licet aliquo modo fuerit a priore, tamen non dependet ab ipso in causando. Potest enim causare illo non existente, sicut filius generat, patre mortuo, sicut ipso vivo [...]”).

²⁴¹ Cf. *QM* II qq. 4-6 n. 94 (OPh. III: 263): “Notandum quod quaelibet per se causa ordinatur per se ad suum effectum, quia per se causa est per se prius; per se prius est per se ordinatum. Sed si accidit tali, in quantum causatum, quod sit causa (esset enim causa si esset incausatum), tunc causa eius non ordinatur per se ad ipsum in quantum causa, et ita causa eius et ipsum non erunt *causae per se ordinatae*, quia non in quantum causae, licet sint causa et effectus per se ordinata. Si autem causatum ab aliquo vel non, in quantum tamen causa per se dependet ab alia causa, puta quia est instrumentum et dependet a principali, tunc dicuntur *causae per se ordinatae*, quia in causando ordinantur et faciunt omnes unam causam sufficientem”. Note-se que, como indicado mais acima, neste texto também ocorre de o que se vem chamando neste trabalho *ceo* ser designado como *causas per se ordenadas* (veja-se os grifos); e cf. também *QM* II qq. 4-6 n. 101 (OPh. III: 265): “[...] causae ordinatae dicuntur, non quia una causa alterius, sicut probat argumentum [scil. n. 98], sed quia una, non in quantum causa in communi sed in quantum talis causa, est prior causá altera, in quantum talis causa; ita quod prioritas et posterioritas per se determinant causalitatem. Non sic de causa et effectu.”

anterior e, sendo assim, de certa forma, pode-se dizer que se ordena essencialmente a ele. No entanto, se, por um lado, ocorrer de o efeito de uma causa *per se* vir a se tornar causa – pois também sê-lo-ia, se fosse incausado – sua causa não se ordenaria a ele essencialmente, se este fosse entendido enquanto causa. Então, o mesmo efeito e sua causa não constituiriam propriamente *ceo*, em primeiro lugar, porque não estariam ordenados entre si enquanto causas, e, em segundo, porque são causa e efeito *per se* e estão ordenados um ao outro enquanto tais.

Por outro lado, se o mesmo efeito tivesse sido causado por uma outra causa – ou mesmo se não fosse causado – na medida em que ele fosse uma causa que dependesse de outra, como um instrumento que depende de algo principal, então estas duas causas poderiam ser *ceo*. Note-se que estas mesmas causas, ao causar seu efeito, ordenar-se-iam essencialmente entre si, de modo que sua atuação em conjunto formaria a causa suficiente, i.e., a causa total, do efeito decorrente de ambas.

Antes de avançar, há algumas observações a fazer em relação a esta passagem deste texto. Em primeiro lugar, recorde-se que aqui tecem-se comparações entre as causas *per se* e as *ceo*, sem fazer nenhuma referência explícita, quer às causas *per accidens*, quer às *cao*, nem em distinguir as duas primeiras formas causais destas últimas – a propósito, a comparação entre *ceo* e causa *per se* não aparece no trecho mencionado da *Lectura*, nem em qualquer outro das demais obras. Além disso, em segundo, não se cita aqui nenhum exemplo, mas tão-somente esclarece-se a distinção entre o mecanismo de funcionamento de uma causa *per se* e o das *ceo* com seus respectivos efeitos. Não obstante, como ver-se-á a seguir, esta passagem ainda assim é de grande valia, não só para distinguir – como ela enuncia – a atividade de causas *per se* da de *ceo*, mas também para distinguir as próprias *ceo* das *cao*, e até, por associação, para entender o processo das causas *per accidens* – do qual tão pouco se fala.

Com efeito, é no mínimo curioso que o texto das *QM* seja o único dos cinco em estudo em cuja apresentação das diferenças entre *ceo* e *cao*, esta última ordem causal não seja assim mencionada²⁴², mas fale-se apenas em diferenciar as *ceo* das causas *per se*. Todavia, ao se atentar à passagem em que esta distinção é especificamente considerada e comparar a exposição ali feita das características das causas *per se* às das *cao*, vê-se que os dados são, em certa medida, os mesmos em ambos os contextos causais. De fato, para começar, reconhece-se nesta passagem das *QM* que o vínculo entre uma causa *per se* e seu efeito, mesmo sendo

²⁴² Cf. *supra* nota 137.

essencial, quando este se torna, por sua vez, uma causa, ambas, enquanto causas, mantêm entre si um vínculo meramente acidental, porque o efeito que se torna causa independe de sua causa para atuar – o que constitui uma forma de dependência parcial daquele em relação a esta (cf. 3.1.2.1).

Ademais, se se preencher a explicação da mesma passagem com o exemplo para as *cao* explicitamente citado por Scotus alhures²⁴³, cujos membros são o “avô”, o “pai” e o “filho”, fica ainda mais evidente a semelhança que, sob certos aspectos, existe entre o que o frade escocês está chamando neste trecho das *QM* de “causa *per se*” (que se ordena a seu efeito, o qual, por sua vez, pode se tornar outra causa *per se*) e as “*cao*” de seus outros textos. A fim de esclarecer esta passagem, faça-se o referido emprego dos termos daquele exemplo à esta explicação.

Pois bem, considere-se, inicialmente, certo indivíduo, chamado “João”, como uma causa *per se*, cujo efeito será seu filho, “Mateus”. Ora, “João”, enquanto causa *per se*, ordena-se essencialmente, i.e., *per se*, a “Mateus”, sendo, portanto, seu anterior imediato, enquanto este é-lhe, conseqüentemente, posterior. Todavia, se, por um lado, “Mateus” tornar-se pai, e então atuar enquanto causa *per se*, por exemplo, de seu filho “Marcos”, a relação entre “João” e “Mateus” não será como a vigente entre *ceo*, porque “João” é causa de “Mateus”, e, pelo fato de este ser efeito daquele, ele mantêm com o mesmo a relação de efeito para com sua causa. Este é um caso. Se, por outro lado, “Mateus” for novamente tomado enquanto causa *per se* e estabelecer uma relação de dependência com outra causa *per se*, que não seja a sua (por exemplo, com “Joana”), para dar origem a um outro efeito, por exemplo, à “Maria”, então “Mateus” e “Joana”, ambos enquanto autênticas causas *per se* – e não enquanto causa e efeito, porque, de fato, não o são – serão verdadeiramente *ceo*. Este, como se constata, é outro caso.

Assim, veja-se que, no primeiro caso, tem-se “João”, o qual, enquanto causa *per se*, causa o efeito “Mateus”; no segundo, tem-se “Mateus”, não mais tomado enquanto efeito de “João”, ainda que continue a sê-lo, mas como causa *per se*, que, enquanto tal, concorre com uma outra causa *per se* (no caso: “Joana”), para dar origem a um outro efeito, a saber, “Maria”. Desse modo, apesar de “Mateus” ter dependido de “João” para existir, quando tomado enquanto causa *per se* (i.e., causa essencial) que concorre com outra causa *per se* para fazer surgir um efeito, sua relação com “João” não é a de *ceo*, mas a de *cao*, porque enquanto

²⁴³ Cf. *supra* notas 239 e 240.

efeito de “João”, “Mateus” não está ordenado a “João”, senão acidentalmente, porque entre ambos há apenas a ordenação da causa ao efeito, ou seja, a relação entre *uma causa per se* e seu efeito. Algo diverso ocorre no segundo caso, onde “Mateus” e “Joana”, enquanto causas essenciais cooperam também essencialmente para causar “Maria”, efeito cuja existência dependeu necessária e diretamente de suas duas causas essenciais, enquanto no primeiro caso, apesar de “Mateus” depender de “João” para existir, “Marcos” não dependerá, quer de “Mateus”, quer de “João” para exercer sua causalidade.

No entanto, mesmo que “Mateus” passe a atuar enquanto causa *per se*, a relação com sua causa (i.e., seu anterior imediato) se mantém tal como era, na medida em que na relação entre uma causa *per se* e seu efeito – o que também se pode aplicar ao caso de uma causa *per accidens* e seu efeito – não cabe nenhum outro elemento, como consta em todos os textos scotistas em estudo. Todavia, se “Mateus” for tomado enquanto causa *per se* e estabelecer com outra causa *per se* (“Joana”) uma relação na qual ambos atuem em conjunto, e enquanto autênticas causas essenciais – contanto que haja cooperação causal essencial entre os mesmos para formar o efeito que lhes é decorrente – então, de acordo com a passagem das *QM*, trata-se realmente de *ceo*.²⁴⁴

²⁴⁴ É preciso ter presente aqui a noção de geração com a qual Duns Scotus trabalha e da qual parte para descrever a atuação das *cao*. Em virtude disso, é necessário que se considerem três coisas: (i) como se entendia a geração em sua época; (ii) como Scotus também a pensou no sentido de *ceo*; por fim, e o mais importante para o presente propósito, (iii) como ele a entende ao conceber as *cao* em seu argumento teísta.

(i) Em relação à sua época, cabe dizer que a escolástica medieval, fortemente influenciada pela biologia de Aristóteles, atribuiu ao indivíduo masculino papel ativo no processo da geração humana, e ao indivíduo feminino um papel meramente passivo – entendimento este que perdurou até muito recentemente, pois foi só na metade do século XIX que se descobriu a existência e a função do óvulo (o gameta sexual feminino) no processo generativo, e se pôde compreender, portanto, que este é uma das duas células envolvidas na geração de um novo ser.

Apesar de o período em que viveu ter esta maneira de ver a questão, (ii) quando Scotus fala das *ceo* no contexto cognoscitivo (para a referência, cf. *supra* nota 2; para o texto, cf. *infra* nota 262), usa como exemplo a mesma geração, atribuindo à mãe e ao pai o papel de causas essenciais e que se ordenam essencialmente no processo generativo do filho (ainda que haja diferença perfectiva entre as causas envolvidas neste processo – devido à própria noção de *ceo* (cf. 3.1.2.2)).

Todavia, (iii) no contexto do argumento teísta, a geração humana serve como exemplo das *cao*, e isto, em face de seu emprego também enquanto *ceo*, requer um esclarecimento. Teve-se ocasião de observar, quer no corpo do texto, quer nas notas de rodapé, que quando Duns Scotus se refere ao processo de geração neste último contexto, menciona apenas os indivíduos masculinos, i.e., avô, pai e filho (ainda que se pudesse crescer, por exemplo, bisavô etc.). E o motivo parece ser o seguinte: ao tomá-los separadamente (e este é um dado importante), Scotus está considerando tanto o vínculo que os liga enquanto tais (i.e., como se ordenam entre si), quanto o modo como ocorre o processo causal de cada um desses indivíduos, ou seja, leva em conta, por um lado, a relação de um com o outro e como cada qual exerce sua causalidade. Com base nisso, o frade franciscano constata que a cooperação vigente entre os mesmos é acidental: em primeiro lugar, porque, apesar de sua atuação individual independer de seu anterior (i.e., de seu antepassado) imediato, cada um desses membros é, contudo, dependente daquele, na medida em que sua existência se deve ao seu anterior imediato; em segundo, mantém-se o caráter acidental desta série, porque o exercício da causalidade de seus componentes, individualmente considerados, não traz nenhum acréscimo em termos de perfeição, uma vez que tanto uma causa (p. ex., o pai) quanto outra (p. ex., o filho) são quididativamente idênticas (cf. 3.1.2.2); em terceiro, a acidentalidade da série se confirma mais uma vez, não só

Levando estes dados em conta, pode-se reconhecer que a noção de causa *per se*, além de estar estreitamente ligada à de *cao*, também o está à de *ceo*. Vê-se, portanto, que a noção de causa *per se* é comum a ambas as séries causais, enquanto o que as difere parece se dever ao modo como seus respectivos membros se relacionam entre si. Reitere-se, contudo, que avançar neste tema implicaria desenvolver que são e como atuam as *ceo* e as *cao*, e este não é o objetivo neste momento, no qual se tem em vista tratar daquilo em que diferem as causas que se relacionam exclusivamente com seu respectivo efeito (caso das causas *per se* e *per accidens*) das que são tomadas em sentido ordenado (caso das *ceo* e das *cao*).

Sendo assim, e considerando os dados fornecidos por todos os textos scotistas – sobretudo, *Lectura*, *QM* e *Rep.* I-A – pode-se afirmar que as causas *per se* e *per accidens* diferem das *ceo* e das *cao* em três aspectos, a saber: quanto ao número; por conseguinte, quanto ao modo de ordenação ser simples ou complexo; e, finalmente, quanto ao consequente tipo de ordenação que seus respectivos membros mantêm entre si.

Assim, *em primeiro lugar*, diferem em virtude do número de elementos que compõem seus respectivos mecanismos de funcionamento. Como se sabe, uma causa *per se* e seu respectivo efeito, bem como uma causa *per accidens* e seu efeito, compreendem, em cada caso, dois elementos, os quais completam o número de membros de seus processos, enquanto as *ceo* e as *cao* pressupõem, pelo menos, duas causas e seu respectivo efeito, ou seja, no mínimo, três componentes.

Em segundo, e como consequência do primeiro, há o modo de ordenação entre os termos das diferentes formas causais. Com efeito, quer uma causa *per se*, quer uma *per accidens*, estabelece relação única e exclusivamente com seu respectivo efeito, o que as torna ordenadas a ele, mas isso se aplica somente aos dois termos integrantes de cada um destes processos e considerando seu respectivo *status* de “causa” e de “efeito”. Assim, a relação que qualquer destas causas estabelece com seu efeito é uma *relação causal simples*, porque abarca tão-somente os dois termos que integram o contexto causal que lhes é próprio. Ademais, é por isso que não bastaria reunir muitas destas relações causais simples, seja de causas *per se* e seus efeitos, seja de causas *per accidens* e seus efeitos, julgando que desta maneira constituir-

por levar em conta as outras duas características já apontadas, mas também porque as mesmas causas atuam sucessivamente, de modo que, de acordo com seu processo causal, cada causa dá origem a um efeito de cada vez, i.e., um depois do outro ao longo do tempo, e não simultaneamente (cf. 3.1.2.3). Por tudo isso, um conjunto de causas – como o formado por filho, pai, avô, bisavô etc. – constitui uma autêntica série de *cao*. Em suma, mais do que determinar quais são os referentes de uma ou de outra série causal, o importante é considerar que tipo de relação os mesmos mantêm entre si, porque é a partir desta que se pode estabelecer se eles se ordenam essencial ou acidentalmente entre si (cf. 3.1.1).

se-iam, respectivamente, *ceo* e *cao* (ao menos é o que se pode pensar a respeito das causas *per accidens* em relação às *cao*, se se tomar como referência que, unicamente segundo o texto das *QM*, um conjunto formado por muitas causas *per se* e seus efeitos não equivale sem atender certos requisitos ao de *ceo*).

Já nas *ceo* e nas *cao*, como sua designação indica, há ordenação entre suas respectivas causas, ainda que não seja a mesma em ambos os casos. Ora, como se viu, o fato de se tratar de causas tomadas em sentido ordenado pressupõe que haja no mínimo duas, além do efeito, e, portanto, ao menos três elementos ao todo. Consequentemente, as causas ordenadamente consideradas não podem constituir relações causais simples, como as causas *per se* e *per accidens*, mas têm de constituir *relações causais complexas*, ou ainda *séries causais*, pois seu contexto sempre pressupõe um número igual ou maior do que o de duas causas ordenadas entre si, quer essencial, quer acidentalmente.

E, então, *em terceiro*, há o tipo de ordenação de cada forma causal na atuação que lhe é característica. Ora, uma causa *per se*, e assim também uma causa *per accidens*, constituindo com seus respectivos membros relações causais simples, têm uma *ordenação causal individual*, porque cada causa se volta tão somente ao seu respectivo efeito, ação causal esta que ocorre de indivíduo em indivíduo e que pode seguir tanto quanto possível.

Ao se pensar nas causas ordenadamente consideradas, tem-se o seguinte quadro. No caso das *ceo*, requer-se que uma causa atue essencialmente com outra(s), de modo a haver, portanto, concorrência causal, no sentido de causas que, enquanto tais, atuam em conjunto para formar seu efeito. Quanto às *cao*, por um lado, seu processo é, em parte, similar ao das causas *per se* e *per accidens*, uma vez que cada um de seus membros está relacionado propriamente apenas ao seu imediato, seja enquanto anterior, seja enquanto posterior; mas, por outro lado, seu processo de atuação, em parte difere do das causas *per se* e *per accidens*, na medida em que estas formas causais vinculam-se tão-somente a seu membro imediato, enquanto as *cao*, apesar de se ordenar entre si acidentalmente, ainda assim, há entre as mesmas uma forma de ordenação causal que as liga umas às outras. Sendo assim, embora haja semelhança no modo de operar das causas *per se* e *per accidens* em comparação ao das *cao*, e embora haja diferença no modo de ordenação das *ceo* e das *cao*, o fato de os processos destas duas últimas pressupor uma pluralidade de causas, implica que os mesmos se deem por meio de uma *ordenação causal serial*, a qual, contudo, ocorre essencialmente no caso das *ceo*, e acidentalmente no caso das *cao*.

Percebe-se assim que, caso a variação dos termos nos diferentes textos scotistas não se deva às peculiaridades de manutenção e transmissão das obras de Scotus ao longo do tempo, é possível que a passagem relativamente breve das *QM*, além de permitir reconhecer a semelhança entre o processo das causas *per se* e o das *cao*, também permita entender o porquê da oscilação terminológica anteriormente vista (cf. 2.2.1). Com efeito, parece se dever ao fato de a noção de causa *per se* estar na base tanto da de *ceo* quanto na de *cao*, que Scotus possa falar em “causas *per se* ordenadas”, ou em “ordem de causas essenciais” para se referir às *ceo*.

Ora, uma causa *per se* também é dita “essencial”, porque seu modo de atuar se dá segundo sua essência, i.e., segundo seu fim próprio; e uma causa *per accidens* pode ser designada como “acidental” justamente porque sua ação ocorre de modo a desviar-se do fim que ser-lhe-ia próprio, i.e., essencial ou *per se*. Todavia, mesmo que se perceba a razão da semelhança entre causas *per se* ordenadas e *ceo*, o frade escocês faz questão de enfatizar que isso não significa que sempre haja identidade quanto ao sentido de ambas as expressões, do mesmo modo – poder-se-ia acrescentar à sua ressalva – que não se pode inferir que algumas causas *per accidens* reunidas constituam *cao*.

O motivo disso fica evidente ao se considerar que, segundo Scotus, toda *ceo*, bem como toda *cao*, é uma causa que atua de acordo com sua natureza, i.e., de acordo com o que lhe é próprio, e, neste sentido, portanto, cada *ceo* e cada *cao* é uma causa *per se*. No entanto, ao se considerar o tipo de relação que diferentes causas estabelecem com seus efeitos e/ou entre si, é que se constata as diferenças entre as causas *per se* e *per accidens*, de um lado, e as *ceo* e *cao*, de outro. Dito de outro modo, para se ter clareza de que forma causal se trata, impõe-se levar em conta o número de causas em questão, que acarreta se o modo de sua ordenação será simples ou complexo, bem como, conseqüentemente, se o tipo de sua ordenação é individual ou serial. São, pois, estes dados, oriundos do cotejo dos diferentes textos, que permitem distinguir as quatro formas causais, quer enquanto constituem duplas, quer enquanto compõem-se de membros cuja atuação ocorre por meio de processos causais bem específicos.

A partir destes dados, pode-se presumir claro por que, nos textos scotistas, faz-se sempre tanta questão de destacar que as causas *per se* e as causas *per accidens* diferem das *ceo* e das *cao*, ainda que se possam apontar também algumas semelhanças importantes entre estes conceitos. Isto posto, pode-se agora fazer algumas considerações sobre como Scotus se posiciona em relação aos conceitos aristotélicos e avicenianos sobre cuja interpretação ele formulou os seus.

2.2.3 Os Conceitos Aristotélicos e a Acepção Scotista

Com esses dados em mente, ao se comparar as concepções aristotélica e scotista de causas *per se* e *per accidens*, vê-se que, apesar da *doctrina communis* nas diferentes obras de Scotus que vêm sendo analisadas, e do fato de este concordar textualmente com Aristóteles a respeito daquelas duas noções (a ponto de mencionar “Policleto” como exemplo na *Rep.* I-A²⁴⁵), o frade franciscano parece ter em vista um contexto diferente.

Ora, a semelhança na forma pode não se estender ao conteúdo, por isso é importante considerar o caso. Com efeito, enquanto Aristóteles pensa aqueles conceitos no âmbito da Física ou Filosofia da Natureza, cuja investigação se volta ao movimento, e que permite chegar a um Primeiro Motor, i.e., a um primeiro no âmbito do movimento e da mudança, Scotus os menciona em certos trechos de textos, cujo propósito é provar que há uma Causa Primeira, e no exato ponto em que se põe a refutar a objeção segundo a qual as causas regridem ao infinito.

Todavia, a Causa Primeira, cuja existência Scotus tem em vista provar, não apenas concede movimento e/ou mudança – ou *esse fluens*, em suas palavras – como o faz o Primeiro Motor aristotélico, mas ela concede o próprio ser – ou *esse simpliciter*, segundo sua designação – âmbito este que o Doutor Sutil diz claramente ser o da Metafísica. Ademais, e, por conseguinte, o frade escocês considera a eficiência, não a partir de seu sentido físico, mas enquanto uma propriedade metafísica, pois, segundo ele, tomá-la neste sentido permite-lhe tratar a questão em um plano mais elevado e, portanto, mais próprio ao ente do qual sua prova se ocupa, e é por isso que ele escolhe a via da eficiência para a prova básica de seu argumento teísta²⁴⁶.

²⁴⁵ Cf. *supra* notas 178 e 179 para a referência a Aristóteles e a nota 236 para a referência ao texto de Scotus.

²⁴⁶ Cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 40 (ed. Vat. XVI: 125-6): “Efficientia autem potest considerari vel ut est passio metaphysica vel passio physica, et in plus est ut est passio metaphysica quam physica, quia in plus est dare esse alteri quam dare esse per motum et mutationem, licet non haberet aliquid esse nisi per motum et mutationem; tamen una non est intentio alterius. Et via efficientiae, ut pertinet ad metaphysicum, est via efficacior ad concludendum esse de Deo quam ut est passio physica, quia plures passiones sunt in metaphysica quibus potest ostendi esse Dei quam in physica, ut per compositionem et simplicitatem, per actum et potentiam, et per unum et multa, et per illa quae consequuntur ens. Unde quorum extrema perfecta dividuntur ens imperfecte inveniuntur in creatura, eorum opposita concludunt extrema perfecta in Deo [...] immo verius et multiplicius potest ostendi per passiones metaphysicas, quae consequuntur ens. Cuius probatio est: primum efficiens non solum dat hoc esse fluens, sed dat esse simpliciter, quod est communius et perfectius; nunc autem ex primitate inferioris non sequitur primitas superioris nisi illud inferioris sit nobilissimum (unde non sequitur ‘est asinus nobilissimus, igitur est animal nobilissimum’, sed sequitur ‘est homo nobilissimus, igitur est animal nobilissimum’); ideo ex

Voltando, contudo, às posições aristotélica e scotista, cabe indagar: Em que coincidem e em que divergem os dois autores em suas concepções sobre a causalidade? Sem dúvida, Duns Scotus concorda com a concepção aristotélica (tanto que repete sua formulação), mas vai um pouco além, pois a amplia. Ora, tal como presente nos textos do estagirita, as causas *per se* e *per accidens* só são suficientes para o contexto da Física, e, neste caso, seu escopo é muito limitado. Scotus, por seu turno, entende esta relação como composta tão-somente por dois membros, causa e efeito, os quais, de acordo com a classificação exposta (cf. 2.2.2), formam uma relação causal simples, cuja ordenação é individual, pois cada um de seus componentes vincula-se de modo próprio somente a um outro, tal como os elos de uma corrente.

Além disso, a ampliação realizada por Scotus considera que, se o contexto daqueles conceitos for elevado à Metafísica, eles passam a ter um escopo maior, no qual são compreendidos, pelo menos, três elementos, duas causas e um efeito, onde se pode estabelecer uma relação causal complexa, i.e., própria a séries causais, além de, conseqüentemente, o tipo de ordenação vigente entre seus membros poder se dar essencial ou acidentalmente.

Por isso, se é verdadeiro afirmar que Scotus toma as causas *per se* e *per accidens* em conformidade com o sentido que Aristóteles lhes atribuíra, será igualmente verdadeiro dizer que, ao considerar especialmente a causa *per se* e, em primeiro lugar, situá-la no âmbito da Metafísica, para, em segundo, tomá-la como base para pensar as duas séries causais que emprega em seu argumento, então, evidencia-se que seu propósito requer conceitos cuja compreensão seja maior (ou talvez bem maior) do que a abrangência obtida pelos conceitos aristotélicos. Dito de outro modo, Scotus precisa de conceitos que lhe permitam explicar um contexto mais amplo de relações causais, onde pode haver um número maior de causas – o que só se torna possível por meio de noções causais adequadas a este propósito.

Vistos os dados referentes às concepções causais aristotélicas que influenciaram Duns Scotus, passe-se agora aos dados sobre a causalidade final, a partir do entendimento aviceniano, que parecem ter repercussão no argumento teísta do frade franciscano.

proprietate entis nobilissimi magis potest argui primitas entis quam ex primitate moventis primi”. Na passagem omitida aqui pelos colchetes, o texto suscita a controvérsia sobre se é a Física (opinião de Averróis) ou a Metafísica (opinião de Avicena) que deve provar a existência de Deus. Scotus se decide pela posição aviceniana. Para mais detalhes, quer em relação aos textos destes autores, quer sobre a preferência scotista pela metafísica e sua recusa da física, cf. PRENTICE, 1997, pp. 124-32.

2.2.4 Os Conceitos Avicenianos e a Acepção Scotista

Com base no que se expôs até então, é possível considerar agora alguns dados, com o objetivo de evidenciar em que os conceitos avicenianos de *fe* e de *fan* têm influência sobre as *ceo* e as *cao* scotistas. Para tanto, convém indicar em que se aproximam e em que se afastam as noções de Avicena em relação às de Duns Scotus, visto que, de acordo com os textos destes autores, é correto dizer que do mesmo modo que há pontos convergentes entre estas concepções, também há pontos em que elas divergem – ou, ao menos se diferenciam – e são tanto os aspectos gerais, quanto os particulares que importa indicar, ainda que brevemente.

Comece-se com as convergências. De modo amplo, ambos os pensadores estão diante de uma mesma problemática central, a saber, a infinidade no âmbito causal – Duns Scotus, ao tratar da causalidade em geral a partir da eficiência (cf. 1.3.4 e 1.4), e Avicena, discutindo-a, a princípio, no âmbito da causalidade final (cf. 2.1.2.2). Além disso, ambos têm suas reservas em afirmar que as causas são infinitas, e, por isso, antes de iniciar o tratamento propriamente dito da questão, põem-se a distinguir claramente as noções causais com as quais vão trabalhar²⁴⁷.

Ademais, e agora em sentido mais específico, há os seguintes dados convergentes entre os conceitos de Scotus e os de Avicena. Primeiramente, os referentes, i.e., aquilo de que as séries causais scotistas e os fins avicenianos se compõem. Com efeito, tanto as *ceo* de Scotus, quanto os *fe* da natureza, como Avicena os denomina e entende, são essências ou substâncias, enquanto as *cao* e os *fan* são os indivíduos de uma mesma espécie²⁴⁸ – embora Scotus não veja como algo de extrema necessidade determinar quais são os referentes das *ceo* e das *cao* (cf. 3.1.1).

Observe-se também que tanto as *ceo*, quanto os *fe* têm de ser numericamente finitos, enquanto as *cao* e os *fan* podem ser infinitos em sentido descendente²⁴⁹. Note-se, ainda, que o processo que pauta a possível continuidade *ad infinitum*, quer das *cao*, quer dos *fan*, segue um curso sucessivo, i.e., um depois de outro²⁵⁰. Ademais, os *fan* vinculam-se necessariamente aos

²⁴⁷ Para os textos de Scotus, cf. *supra* notas 41-2 (*Lect.*), 62-4 (*Ord.*), 98-100 (*Rep.* I-A), 118-20 (*TPP*) e 137-8 (*QM*); para o texto de Avicena, cf. 2.1.2.1.

²⁴⁸ Para os textos scotistas, cf. *infra* nota 251; para os avicenianos, cf. *supra* nota 205-6.

²⁴⁹ Para os textos do frade franciscano, cf. 3.1.3.1 e 3.1.3.2, bem como suas respectivas notas; para os do filósofo persa, cf. *supra* notas 207-9 e 216-9.

²⁵⁰ Para as passagens relativas a Duns Scotus, cf. 3.1.2.3 e suas notas; para as relativas a Avicena, cf. *supra* notas 207-10.

fe, necessidade também existente da parte das *cao* em relação às *ceo*²⁵¹, embora os exemplos de Avicena considerem um único *fan* atrelado a um único *fe*²⁵², enquanto as *ceo* e as *cao* de Scotus envolvem um número maior de elementos (cf. 2.2.2). Leve-se em conta também que a forma de dependência constituída pela condicionalidade, descrita no *TPP* e que se aplica a certas relações que os membros da ordem essencial mantêm entre si, contempla igualmente o tipo de relação que o *fan* mantêm com o *fe*, como visto nos exemplos avicenianos²⁵³.

Além disso, tanto através dos fins de Avicena, quanto das causas ordenadas de Scotus, de um modo ou de outro, chega-se a um elemento absolutamente primeiro²⁵⁴, que está relacionado àqueles e a estas, em seus respectivos sistemas. Por fim, quanto aos dados comuns, do mesmo modo que Avicena aplica o raciocínio de seu tratamento da causalidade final às outras formas causais das quais se ocupara (neste caso: eficiência, materialidade e formalidade), Duns Scotus igualmente emprega o que utilizou ao tratar da eficiência para as outras formas primazes, com que formula seu argumento teísta (neste caso: finalidade e eminência)²⁵⁵.

Vejam-se então certas divergências entre as concepções causais do frade franciscano e as do filósofo persa. Com efeito, algo que há na *ceo* e nas *cao*, mas que parece não haver nos *fe*, nem nos *fan*, é a noção de ordem entre os respectivos membros destas classes – pelo menos não como ocorre nos conceitos scotistas, onde são traçadas diferenças, quer entre os membros de cada série (cf. 3.1.2), quer entre as próprias séries (cf. 3.1.3), quer entre estas e a Causa Primeira (cf. 3.1.4).

Além disso, não parece haver no texto aviceniano o trabalho de unificar as diferentes formas causais (no caso: eficiência, formalidade, materialidade e finalidade), tal que se chegue a uma Natureza que as possua e atue de acordo com elas. Como se sabe, em seu argumento, Scotus não apenas se propõe a provar que há uma Causa Primeira, mas – mais do que isso – que há uma Natureza Primeira, a qual, além de ser una e atuar por meio das

²⁵¹ Para as referências a Scotus, cf., sobretudo, 3.1.3.2, mas também 3.1.3.3 e suas respectivas notas; para as a Avicena, cf. *supra* nota 208, pois a permanência dos *fe* está relacionada à sucessividade dos *fan* (cf. nota *supra* imediata).

²⁵² Cf. nota *infra in fine*.

²⁵³ Para a referência e o **sentido da condicionalidade**, cf. *supra* notas 157 *in medio et infra* nota 273 *in fine* e 3.1.2.1 *in principio*; para os exemplos avicenianos, cf. *supra* nota 204.

²⁵⁴ Para os textos de Scotus, cf. 3.1.3.1 e 3.1.3.2, bem como suas respectivas notas; para os de Avicena, cf. *supra* notas 215 e 218.

²⁵⁵ Para os textos de Avicena, cf. *supra* notas 218 e 219. Para a causalidade final nos textos scotistas, cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 60 (ed. Vat. XVI: 132-3); e *supra* notas 51-3 (*Ord.*), 88 (*Rep.* I-A) e 113 (*TPP*); para a eminência, cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 61 (ed. Vat. XVI: 133); *et supra* notas 54-6 (*Ord.*), 87 (*Rep.* I-A) e 114 (*TPP*). Quanto à causalidade exemplar, que acarreta a primazia da exemplaridade e que se encontra somente na *Rep.* I-A, cf. *supra*, sobretudo, nota 47, mas também as notas 90 e 152 *in medio*.

primazias eficiente, final e eminente, também é única e necessária (cf. 1.3.3 *in fine et* 3.1.4). Reitere-se, contudo, que, os apontamentos aqui feitos têm presente precisamente o trecho do texto aviceniano estudado, o que implica que, se Avicena expressou algo diverso, fê-lo, provavelmente, ou em outra passagem da mesma obra, ou então em outro texto seu.

Segue-se de tudo isso, portanto, que Scotus, ao elaborar suas noções de *ceo* e de *cao*, levou em consideração os conceitos de *fe* e de *fan* de Avicena, mas do mesmo modo que em relação aos conceitos aristotélicos, fê-lhes alguns acréscimos. Com efeito, em primeiro lugar, o frade franciscano insere suas noções no contexto de relações causais complexas ou de séries causais, o que o leva a empenhar-se em detalhar, não somente as características individuais dos membros de suas *ceo* e *cao*, mas também suas características enquanto séries, além de como se relacionam entre si, enquanto séries, e com a Causa Primeira.

Ora, o fato de constituir séries ou ordens causais – cujo sentido aqui é o mesmo – tem como consequência que há, em última instância, hierarquia entre as causas, na medida em que estas se relacionam entre si, quer entre seus pares, quer com causas que lhes sejam diferentes em algum aspecto. A hierarquia, por sua vez, determina a anterioridade e a posterioridade tanto das causas que se ordenam de modo essencial, quanto das que o fazem de modo accidental, além de ter papel importante para a defesa da finidade das *ceo* e a consequente afirmação da Causa Primeira (cf. 3.1.3.1). Ademais, e a título de menção, segue-se da descrição minuciosa das relações entre as causas, que haja, em Scotus, provas da unidade e da unicidade da Causa/Natureza Primeira, uma vez que a prova de Sua existência é construída por meio daquelas.

Desse modo, e tendo presente o propósito deste tópico, pode-se dizer que a estrutura formada por todo este conjunto causal, a que se faz referência aqui, está presente, e é desenvolvida, em maior ou menor grau, em todos os textos scotistas em apreço, cujo início ocorre com as três diferenças entre as *ceo* e as *cao*²⁵⁶, a partir das quais se prova que somente as *cao* podem ser infinitas, contanto que dependam das *ceo* (cf. 3.1.3.2), e que ambas as ordens causais dependam, por sua vez, da Causa/Natureza Primeira (3.1.4).

Assim, levando em conta tanto dados gerais quanto específicos do que diz Avicena em relação aos *fe* e aos *fan*, Scotus formula suas *ceo* e *cao*, entendendo-as não apenas enquanto formam uma mera sequência ou somente um conjunto de causas afins, mas propriamente inserindo-as no contexto complexo e inter-relacionado de ordens ou séries causais, onde há as

²⁵⁶ Cf. *supra* nota 169.

que se ordenam acidentalmente entre si (suas *cao*), as que se ordenam essencialmente entre si (suas *ceo*), além da Causa Primeira absolutamente anterior à qualquer outra, e da qual aquelas séries dependem.

2.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Quando se dedica a provar que há uma Causa Eficiente Primeira – o que constitui a prova básica de seu argumento referencial – Duns Scotus distingue causas *per se* e *per accidens* de *ceo* e *cao*. Antes, porém, de indicar em que elas diferem, é oportuno, em primeiro lugar, ter presente os conceitos causais dos autores que o influenciaram a pensar tanto nas primeiras quanto nas últimas. Em segundo, cabe esclarecer algumas características da exposição scotista, contemplando também as semelhanças e as diferenças entre as noções causais scotistas e as dos autores cujos conceitos ele levou em conta ao formular os seus.

Com efeito, para as causas *per se* e *per accidens*, Scotus se apoia em Aristóteles, o qual as desenvolve em sua *Física*, ao discutir as causas do movimento no mundo dos fenômenos físicos – âmbito dos seres sujeitos à geração e ao perecimento. Neste contexto, a causa *per se* é a que realiza o ato que lhe é próprio, i.e., segundo sua natureza ou essência, enquanto a causa *per accidens* é a que age como por um desvio, atuando de modo diverso do que seria próprio à sua natureza. Para as *ceo* e as *cao*, o frade franciscano volta sua atenção a Avicena, pois este se ocupou com problemas similares aos que ele tinha de resolver. De fato, a distinção aviceniana entre *fe* e *fan* permite-lhe contemplar todos os fenômenos que envolvem a finalidade, pois, os *fan* dizem respeito ao que é particular, e podem ser infinitos, os quais estão sujeitos aos *fe*, que dizem respeito ao que é universal e que são numericamente finitos, e, ainda, ambas as classes de fins estão sujeitas a um fim supremo.

No entanto, ao tratar das *ceo* e das *cao*, os textos scotistas registram variações ao se referir a elas, as quais, se não resultam das peculiaridades relativas às obras de Scotus, podem ser reflexo da semelhança dos conceitos com que seu autor trabalhou. Efetivamente, mesmo que se entenda a que os diferentes termos se referem, através de seu contexto, é preciso ter algum cuidado, porque certo conjunto de causas *per se*, ou de causas *per accidens*, não constitui, respectivamente, um conjunto de *ceo*, ou de *cao*, como poderiam sugerir algumas variantes em seus textos. Por isso, importa ter presente que é possível identificar três diferenças entre causas *per se* e *per accidens* em relação às *ceo* e às *cao*: (1) a atuação das

causas *per se* e *per accidens* compreende somente dois termos (a causa e seu efeito), enquanto a das *ceo* e a das *cao* compreende, pelo menos, três (i.e., pelo menos duas causas, além de seu efeito); conseqüentemente, (2) o modo de ordenação das causas *per se* e *per accidens* caracteriza-se por ser uma relação causal simples, visto envolver apenas dois termos, já as *ceo* e as *cao* constituem, cada uma, relações causais complexas ou séries causais, uma vez que seu processo causal conta com, no mínimo, duas causas; por fim, e conseqüentemente, (3) o tipo de ordenação das causas *per se* e *per accidens* faz com que seus elos constituam relações causais individuais, porque cada um de seus indivíduos relaciona-se estritamente a um outro, enquanto nas *ceo* e nas *cao* o tipo de ordenação é serial, posto que sua atuação requer que as causas cooperem entre si para causar seu efeito, de modo a formar uma série. Mencione-se, ademais, que os dados referentes à distinção entre causas *per accidens* e *cao* foram obtidos por dedução do que os textos scotistas trazem da distinção entre causas *per se* e *ceo*. A propósito, ainda quanto às causas *per se*, cabe dizer que são elas que compõem, quer as *ceo*, quer as *cao*, porque, em sentido geral, em ambos os processos, as causas têm de atuar de acordo com o que lhes é essencial – o que é característico de causas *per se* – e, em sentido específico, o que as difere, mais do que somente as causas em questão, é o modo como elas se ordenam entre si.

Esses conceitos não apenas influenciam Duns Scotus, como também o ajudam num ponto crucial de seu argumento teísta: refutar que as causas possam regredir ao infinito. Como aqueles conceitos colaboram com o propósito scotista? No caso das causas *per se* e *per accidens*, observa-se que Scotus não refuta a compreensão aristotélica das mesmas, mas as pensa em outro âmbito, transferindo-as da Física para a Metafísica. Esta mudança altera o escopo das causas *per se* (visto que as *per accidens* não têm papel relevante no argumento scotista), e se deve ao fato de Scotus ter em vista algo maior, que excede o modo como Aristóteles as entendera, e que exige, portanto, uma estrutura conceitual mais abrangente, para a qual contribuíram muitos elementos da concepção de Avicena sobre causalidade final. De fato, há semelhança entre a problemática enfrentada por Avicena e a que Scotus tem diante de si em todas as versões de seu argumento teísta e no trecho das *QM* onde se ocupa com tema semelhante. Para ambos, efetivamente, a infinidade causal tem de ser tratada e resolvida, sendo delimitado seu escopo e as causas a que ela pode ser devidamente atribuída ou não. Além disso, constata-se que há, por um lado, estreito vínculo entre alguns pormenores nos conceitos de ambos os autores, como os referentes, as atribuições de finidade e de infinidade às classes causais similares, a relação existente entre as duas séries entre si, a aplicação de

uma forma causal de referência às demais, enquanto, por outro, não se vê em Avicena – ao menos não no trecho estudado – a preocupação em descrever as características e ordenar, quer os membros entre si, quer os grupos causais entre si, nem em unificar as diferentes formas causais no elemento primeiro supremo, como se vê em Scotus.

3. CEO E CAO: SEUS MEMBROS, AS SÉRIES, A INFINIDADE POSSÍVEL E A CAUSA PRIMEIRA

Com base nos dados até então vistos, pôde-se iniciar o tratamento da causalidade, indicando em que diferem, segundo Scotus, as causas *per se* e *per accidens* das *ceo* e das *cao*. Isto feito, é possível dar continuidade ao estudo da causalidade no argumento teísta do frade escocês voltando a atenção exclusivamente às séries causais.

Pois bem, Scotus inicia o tratamento específico das *ceo* e das *cao* com a apresentação de três diferenças entre elas, as quais fornecem importantes informações para três proposições em que Doutor Sutil se dispõe a refutar a infinidade nas *ceo* e determinar em que sentido as *cao* podem ser infinitas. Se se considerar a sequência textual em que a argumentação se desenvolve, vê-se que só depois disso e da réplica à objeção da contingência (cf. 1.3.4), é que vem a segunda conclusão da causalidade eficiente (segundo a qual “o Primeiro Efetivo é incausável”) e então a terceira (na qual se prova que o mesmo “existe verdadeiramente em ato”²⁵⁷).

Assim, embora de maior proximidade ao que se pretende aqui desenvolver – i.e., as noções de *ceo* e de *cao* no argumento teísta do frade franciscano – seja a exposição das três diferenças entre as mesmas e das três referidas proposições, é preciso que levar em conta que as duas últimas conclusões da eficiência, bem como certos pontos posteriores também são pertinentes a este propósito. Por isso, na medida em que estes últimos dados trouxerem sua contribuição àquelas noções, eles também serão considerados.

3.1 CEO E CAO: RELAÇÕES E INTER-RELAÇÕES

Se se quisesse resumir que faz Scotus ao tratar das duas séries causais, poder-se-ia dizer que ele se ocupa com “o modo como estas causas se ordenam entre si”. Todavia, é preciso esclarecer que a frase, assim formulada, sintetiza realmente a atitude scotista, mas é igualmente verdadeiro que a “ordenação” ali presente se refere a mais de um contexto. Com

²⁵⁷ Para a prova da incausabilidade no âmbito da eficiência, cf. *supra* notas 49 e 154 (para o texto da *Ordinatio*) e 112 e 115 (para o do *TPP*), bem como 3.1.4.1; para a prova da existência em ato, cf. *supra* nota 50 (*Ord.*), as mesmas notas 112 e 115 (*TPP*), e também 3.1.4.2. Observe-se, contudo, que a “sequência textual” a que se faz referência aqui é a da *Ordinatio*, a qual difere, em alguns aspectos da do *TPP* (para alguns detalhes quanto a isso, cf. *infra* nota 296 *ab medio ad finem*).

efeito, é possível identificar pelo menos cinco casos nos quais as “causas se ordenam”, a saber, há: (i) o vínculo que as *ceo* mantêm umas com as outras; (ii) aquele que as *cao* mantêm umas com as outras; além disso, (iii) o que uma série causal mantêm com a outra; (iv) há, ainda, o vínculo de cada série causal com a Causa Primeira; e, vice-versa, (v) aquele que a Causa Primeira mantêm com ambas as séries causais.

Nota-se, portanto, a existência de uma complexa rede causal em que Duns Scotus desenvolve as noções de *ceo* e de *cao*. Sendo assim, e como se tem em vista desenvolvê-las no interior dos limites traçados por este estudo, será preciso adotar certa ordem para fazê-lo. Desse modo, o tratamento destas noções causais começa com a apresentação das características das duas séries, cujo conteúdo consiste, inicialmente, nas três diferenças que os membros das *ceo* têm em relação aos das *cao*. Observe-se, pois, que, além de este primeiro passo constituir indiscutivelmente a base para todo o restante, precisamente por isso, aqui são explorados os dados relativos à atuação dos membros de ambas as ordens causais, tocando mais sensivelmente os conteúdos dos pontos (i) e (ii).

A seguir, explora-se como um conjunto causal se relaciona com o outro e ambos com a Causa Primeira. A propósito, no texto scotista tomado como referência, a *Ordinatio*, estes temas são desenvolvidos em três proposições, e é exatamente aí que a infinidade é posta em discussão, apresentados os seus limites e, conseqüentemente, seu sentido no argumento teísta de Scotus. Ao se somar a esta temática algumas características próprias à Causa Primeira em sua relação com as demais, tem-se o tratamento que abrange os pontos (iii), (iv) e (v).

No entanto, antes de avançar, e para ter clareza quanto ao conteúdo deste capítulo, é importante ter presente algumas particularidades sobre os referentes de ambas as séries causais. De fato, este tema diz respeito à definição daqueles conceitos e pode permitir, além disso, que se entenda por que Scotus parece não se importar muito em explicitar quais são os componentes daquelas duas séries de causas.

3.1.1 Observação Preliminar sobre os Referentes das *ceo* e das *cao*

Como se indicou nas páginas precedentes, em todos os textos scotistas que vêm sendo estudados, são feitas muitas menções às *ceo* e às *cao*²⁵⁸. Entretanto, não há nestes trechos uma

²⁵⁸ Cf. *supra* nota 247.

exposição detalhada, onde se diga que são umas e outras, i.e., que constitui cada uma destas ordens ou séries causais. Em virtude disso, mostra-se relevante fazer também um esclarecimento preliminar sobre a definição das *ceo* e das *cao*, especialmente no que toca aos seus referentes. Diga-se, inicialmente, que se lê, nos lugares indicados, que as *ceo* se constituem de essências ou naturezas e as *cao* de indivíduos de mesma espécie²⁵⁹. Todavia, se, por um lado, não parece haver grande dificuldade quanto às *cao*, por outro, as *ceo* dão margem a certos questionamentos.

Levando em conta esses dados, pareceria correto afirmar que os membros das *ceo* são entes de ordem inteligível, enquanto os das *cao* são-no de ordem concreta – o que se pode confirmar por certos trechos um pouco mais extensos dos mesmos textos. Por exemplo, nas *QM*, especificamente na passagem em que se trata a infinidade numeral, consta que as *ceo* (ali mencionadas de modo mais amplo, pois se fala em “espécies” ou “coisas” essencialmente ordenadas²⁶⁰) são entendidas como o sentido secundário desta forma de infinidade, cujo sentido primário, como se depreende, pertence aos números (indubitavelmente, entes de ordem inteligível). Além disso, na *Rep.* I-A também são feitas muitas comparações entre os entes (que ali equivalem tanto a “essências” quanto a “naturezas”) e os números²⁶¹ – mais uma vez um âmbito inteligível.

²⁵⁹ Cf., por exemplo: *QM* II qq. 4-6 n. 97 (OPh. III: 264): “[...] Ordo per se respicit naturas, ordo per accidens individua”; *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 64 (ed. Vat. II: 167): “[...] Aliqua natura eminens est simpliciter prima secundum perfectionem. Hoc patet, quia inter essentias ordo essentialis, quia secundum Aristotelem formae se habent sicut numeri, VIII *Metaphysicae* [scil. *Met.* VIII (H) cap. 3, 1043b 33-1044a 14]”; *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 55 (ed. Vat. XVI: 130): “[...] illae enim causae accidentaliter ordinatae sunt in individuis eiusdem speciei [...]”.

Observe-se, ademais, que entender a ordem essencial ou as *ceo* como compostas por “essências” ocorre, por exemplo, in PRENTICE (1997, sobretudo, pp. 74-6) e O’CONNOR, 1993, especialmente p. 22 e nota 6, p. 31. Com efeito, para o primeiro esta interpretação está de acordo com sua leitura quiddadiva da metafísica de Scotus a partir do *TPP*, já para segundo, que também leva em conta o contexto do *TPP*, ao detalhar a primeira conclusão do capítulo 3, o termo “natureza” (“*natura*”) é tomado como equivalente de “uma essência cuja exemplificação é logicamente possível”. E, apesar disso, este último reconhece a dificuldade em se precisar que Scotus tem em mente ao conceber as *ceo* (cf. id., ib., p. 23).

²⁶⁰ Cf., por exemplo, *QM* II qq. 4-6 nn. 21 (OPh. III: 245): “De multitudine sive numero videndum est quod infinitum negative non invenitur in numeris, sed in principio numeri. [...]”; *QM* II qq. 4-6 nn. 26 (OPh. III: 246): “De multitudine transumptive dicta, quae est in speciebus essentialiter ordinatis in omni genere, simile est de duobus modis quoad infinitum, scilicet negative et privative”; *QM* II qq. 4-6 nn. 41 (OPh. III: 250): “De multitudine essentiali, scilicet specifica eorum quae habent ordinem essentialem, quod ibi non est infinitas negative, nec privative.[...]”.

Quanto ao contexto completo da infinidade numeral ou pluralidade infinita (“*De infinitate numerali seu de multitudine infinita*”), cf. *QM* II qq. 4-6 nn. 21-50 (OPh. III:245-52). Além desta, a outra forma de infinidade aí discutida é a grandeza infinita (“*De magnitudine infinita*”), cf. *QM* II qq. 4-6 nn. 51-60 (OPh. III: 252-4), em cujo último n. se fala da grandeza de perfeição (“*De magnitudine perfectionis*”).

²⁶¹ Cf., por exemplo, *Rep.* I-A d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 33 (ed. WA: 270 e 272): “Ad rationem in oppositum de similitudine numerorum et entium dico quod licet ordo essentiarum in multis assimiletur ordini numerorum in dependendo in communi, ut sicut omnia entia dependent ad primum ens, et ita omnes numeri ad primum numerum, non tamen tenet similitudo dependentiae in speciali, sed modo contrario, quia numeri posteriores

Pode-se perceber, portanto, que a noção de *ceo* tem mesmo um âmbito inteligível, o que se pode julgar corroborado por sua aplicação ao contexto cognoscitivo, bem como ao sentido secundário que tem em relação ao número quando se discute a infinidade deste. Sendo assim, se fosse o caso de indicar uma designação adequada aos membros das *ceo* esta não seria senão a de “naturezas”, pois além de se contemplar os sentidos indicados de *ceo* em seus diferentes contextos, quando aplicada ao caso do argumento teísta, estar-se-ia contemplando também os possíveis vínculos que as *ceo* mantêm, quer entre si, quer com outras causas (*cao* e a Causa Primeira).

Entretanto, o mesmo texto em que as *ceo* expressam a relação de causalidade no ato cognoscitivo traz como exemplo desta série causal o movimento da bola rebatida por um bastão²⁶². Com efeito, os elementos essencialmente ordenados ali são (1) o braço de quem

dependent a priori sicut ab imperfectiori, quia prior numerus est pars numeri posterioris, et [p. 272] pars imperfectior toto. Sicut ergo totum dependet a parte ut ab imperfectiori, sic maior numerus a minori. *In entibus* autem e converso, sive ordinatis essentialiter sive accidentaliter, quia ens imperfectius non est pars entis perfectioris nec ens perfectius est aliquod totum aggregatum ex entibus imperfectioribus, sed est quoddam totum continens virtualiter et essentialiter perfectiones omnium entium imperfectorum et praehabens omnia eminenter. Similiter omnia entia citra primum dependent ad primum ut ad simpliciter perfectius, quia ipsamet eminentius sunt in primo quam in seipsis; et omnes numeri posteriores dependent ad primum ut ab aliquid imperfectius. *Non est ergo simile de essentiis et de numeris*”.

Observe-se que na passagem indicada pelo primeiro grifo *supra*, fala-se em uma comparação entre “entes e números”, o texto segue, o contexto é o mesmo, e, no segundo grifo, faz-se mais uma vez referência à mesma comparação, mas agora, ao invés de se aludir aos “entes” (“*entibus*”), alude-se às “essências” (“*essentiis*”) em seu lugar. Portanto, nesta passagem, como em outras em que o contexto permitir, “essência” e “ente” são equivalentes.

Além disso, outras referências à comparação entre o âmbito dos entes/essências/naturezas e o dos números podem ser encontradas in **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 nn. 3.33.36.91 (ed. WA: 252.270 e 272.274 e 276.310).

²⁶² Cf. *supra* nota 2, i.e., **Ord.** I d. 3 p. 3 q. 2 nn. 495-6 (ed. Vat. III, 293-4): “[n. 495] Qualiter autem hoc sit intelligendum, distingo de pluribus causis concurrentibus ad eundem effectum. [n. 496] Quaedam enim ex aequo concurrunt, sicut duo trahentes aliquod idem corpus. Quaedam non ex aequo, sed habentes ordinem essentialem, et hoc dupliciter: [1] vel sic quod superior moveat inferiorem, ita quod inferior non agit nisi quia mota ex superiore, et [a] quandoque causa talis inferior habet a superiore virtutem illam seu formam qua movet, [b] quandoque non, sed formam ab alio, et a causa superiore solam motionem actualem, ad producendum effectum; [2] quandoque autem superior non movet inferiorem, nec dat ei virtutem qua movet, sed superior de se habet virtutem perfectiorem agendi, et inferior habet virtutem imperfectiorem agendi. Exemplum primi membri huius divisionis [1]: de potentia motiva quae [p. 294] est in manu, et baculo et pila; exemplum secundi [2]: si mater ponatur habere virtutem activam in generatione proles, illa et potentia activa patris concurrunt ut duae causae partiales, ordinatae quidem, quia altera perfectior reliqua; non tamen imperfectior recipit suam causalitatem a causa perfectiore, nec tota illa causalitas est eminenter in causa perfectiore, sed aliquid addit causa imperfectior, in tantum quod effectus potest esse perfectior a causa perfectiore et imperfectiore quam a sola perfectiore.” “[n. 495] Para exemplificar como se deve entender esta concorrência causal, distingo os modos pelos quais várias causas diferentes podem concorrer para produzir um mesmo efeito. [n. 496] Algumas causas concorrem de modo equivalente (*ex aequo*), por exemplo, dois indivíduos que deslocam um mesmo corpo. Outras há, contudo, que não concorrem de modo equivalente (*non ex aequo*), mas à maneira de causas essencialmente ordenadas entre si; e isto pode se dar de dois modos: [1] ou a causa superior move a inferior, tal que esta não atue senão enquanto movida por aquela; e, neste caso, a causa inferior, por sua vez, [a] ou recebe da causa superior a força ou a forma que a capacita a atuar, [b] ou não, e então, a causa inferior recebe da superior somente o impulso atual para produzir seu efeito; [2] ou ainda, a causa superior não move a inferior, nem lhe comunica a força pela qual esta move, mas a causa superior tem por si uma capacidade de ação mais perfeita, enquanto a inferior tem uma capacidade de ação menos perfeita. Um exemplo do primeiro concurso de duas

rebate a bola, (2) o bastão utilizado para fazê-lo, e (3) a própria bola, e o resultado deste conjunto de causas, i.e., seu efeito, não é senão o movimento da bola. Como se pode ver, cumprem-se absolutamente todos os requisitos até então vistos de uma série de *ceo*, porque: a) seu contexto engloba, pelo menos, duas causas (visto haver aqui três), além do efeito; b) suas causas ordenam-se umas às outras de modo próprio, uma vez que; c) cooperam entre si para causar o efeito (cf. 2.2.2). Diante disso, como se pode entender então os componentes das *ceo*?

Primeiramente, é importante dizer que este exemplo é muito significativo para entender que Scotus tem em mente ao conceber as *ceo*; em segundo, e precisamente por isso, pode-se saber o porquê de certo desinteresse de sua parte em dizer que são os membros da série de *ceo*. Com efeito, ao suscitar um caso tão corriqueiro, e com elementos absolutamente comuns, pode-se rever com mais cautela a concepção das *ceo* como pertencentes exclusivamente a contextos de ordem inteligível.

Deve-se, pois, também ter atenção ao motivo que leva Scotus a aplicar a mesma noção a contextos que parecem tão diferentes, mas que, em seu entendimento, evidentemente, têm algo em comum. De fato, o exemplo do movimento da bola está a indicar que, apesar de ser correto dizer que Scotus se volte aos membros de ambas as séries causais dando particular atenção às suas características, é, contudo, mais exato acrescentar que as características destes mesmos membros lhe interessam, principalmente, não enquanto são estes ou aqueles e pertencem a certa ordem inteligível, por exemplo, mas, sobretudo, na medida em que

causas não equivalentes [1] é a força da mão, que move o bastão, o qual, por sua vez, move a bola. Um exemplo do segundo modo [2] é o seguinte: se se admitir que a mãe tem poder ativo na geração dos filhos, seu poder ativo e a potência ativa do pai concorrerão como duas causas parciais, e realmente ordenadas, pois uma é mais perfeita do que a outra. No entanto, a causa menos perfeita não recebe sua causalidade da mais perfeita, tampouco a causalidade total está eminentemente contida na causa mais perfeita, pois a causa menos perfeita acrescenta algo, de modo que o efeito causado, ao mesmo tempo, pela causa mais perfeita e pela causa menos perfeita será mais perfeito do que se resultasse unicamente da ação da causa mais perfeita” (Esta tradução serve-se, em parte, da tradução do professor Raimundo Vier (in SCOT, 1989, nota 31, p. 47), em parte, da tradução de Gérard Sondag (DUNS SCOT, Jean. L’Image (Ord. I d. 3 p. 3 qq. 1-4). Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1993), de modo que as eventuais divergências entre estas e o texto aqui apresentado devem-se a ligeiras adaptações feitas por mim).

Quanto aos exemplos aqui mencionados, i.e., o sobre dois indivíduos que deslocam dada carga e o sobre a reprodução, estes mesmos casos são mencionados – ainda que sem se indicar o *locus* scotista de sua origem – in . ed. FW, *Commentary*, p. 83. Com efeito, estes autores falam, respectivamente, de uma carga deslocada por duas mulas (que não são senão dois indivíduos de mesma espécie) e também da reprodução de cães, que envolve dois indivíduos de mesma espécie, mas que são diferentes entre si (sendo um macho e o outro fêmea), de cuja concorrência resulta outro ser. Note-se que este último exemplo se refere às *ceo*, enquanto o primeiro diz respeito às *cao*. Quanto ao exemplo do bastão segurado por alguém para rebater a um outro objeto (uma bola ou pedra, p. ex.) ele também é usado como referencial para a série de *ceo* por O’CONNOR, 1993, p. 23.

Além disso, é interessante observar que as características descritas neste texto sobre o ato cognoscitivo sobre a ordenação essencial, são as mesmas expostas no *TPP* (em especial no primeiro capítulo, cf. *supra* nota 157 *in medio*).

constituem entre si relações próprias de séries causais, e cuja ordenação ocorre de modo essencial ou accidental.

Com isso em mente, percebe-se que a ausência de um desenvolvimento mais extenso, da parte de Duns Scotus, sobre os referentes das duas séries de causas, indica que sua maior preocupação não está nos entes aos quais faz referência por meio daqueles conceitos. Ao contrário, o frade franciscano centra sua atenção especificamente tanto no vínculo por meio do qual as *ceo* se relacionam entre si, quanto no vínculo que as *cao* mantêm entre si, bem como no vínculo de qualquer destas duas séries para com a Causa Primeira. Em outras palavras, realmente importante para o seu propósito é o modo como estas causas se ordenam entre si, sendo secundário e, portanto, de pouca relevância, se os entes em questão são “naturezas”, “essências” ou “indivíduos” – ainda que ele tenha tomado o cuidado de mencioná-lo.

Em suma, é preciso ter presente que, embora se possa encontrar uma designação mais adequada aos referentes das *ceo*, bem como ser um ponto pacífico quais são os referentes das *cao*, o que realmente constitui uma preocupação para o propósito scotista não é apontá-los como estes ou aqueles, ou designá-los deste ou daquele modo, mas ter clareza quanto às relações que os membros de ambas as séries mantêm, quer no interior de seus respectivos âmbitos, quer de uma série com a outra, quer para com a Causa Primeira.

Feito este esclarecimento preliminar, cabe então desenvolver estas relações e inter-relações mantidas pelas *ceo* e pelas *cao*, iniciando com os dois primeiros pontos – dos cinco mencionados (cf. 3.1) – e que se pautam pelas características individuais de atuação dos componentes de ambas as séries, e depois com os três restantes, onde se desenvolvem as relações das séries entre si e para com a Causa Primeira, bem como desta para com aquelas. Retitere-se, que neste percurso é seguida de modo muito próximo a argumentação scotista, sobretudo a partir da *Ordinatio*, mas recorrendo – quando necessário e mais esclarecedor – aos textos paralelos e pertinentes de suas outras obras.

3.1.2 As Características dos Respectiveiros Membros das Duas Séries Causais ou As Três Diferenças entre *ceo* e *cao*

No que precede, muitas referências foram feitas a esta tripla diferença que Scotus traça entre as *ceo* e as *cao* em seu argumento teísta e em textos afins²⁶³. Isto, contudo, não ocorre por acaso, visto que elas têm importante papel no mesmo, pois, além de constituir o início do desenvolvimento em que a primeira objeção deverá ser refutada, também contribuem para as três proposições que lhe seguem, nas quais se faz uso e remissão às informações aqui apresentadas. Sendo assim, é oportuno ter presente que trazem elas, para saber como auxiliam na argumentação scotista, em especial no tocante à causalidade.

Em primeiro lugar, porém, faz-se relevante recordar uma das características já indicadas das séries causais, relativa ao seu número, e, em segundo, cabe ter presente que as noções de anterioridade e de posterioridade se aplicam tanto às *ceo*, quanto às *cao*.

De fato, em qualquer uma das duas séries causais, a comparação feita entre seus respectivos membros leva em conta pelo menos duas causas, além de um efeito. Além disso, é preciso considerar que na ordenação entre estas duas causas – se se tratar de apenas duas – (quer no âmbito das *ceo*, quer no das *cao*) uma é anterior à outra, e, conseqüentemente, esta última é posterior àquela, de modo que ambas, quando consideradas conjuntamente, permanecem como anteriores ao efeito que lhes é decorrente. Desse modo, tomados separadamente, em sua respectiva atuação, tanto os membros das *ceo*, quanto os das *cao*, ao atuar e causar seu(s) respectivo(s) efeito(s), fazem-no de modo a estabelecer entre si certas relações, as quais ocorrem de modo diverso em cada uma das séries, e são destas relações que se ocupam mais detidamente estas três diferenças que Scotus sempre faz questão de citar.

3.1.2.1 Dependência

O primeiro traço pelo qual Duns Scotus distingue ambas as séries causais se refere à dependência presente em seus respectivos processos de atuação. Leva-se em conta, portanto, quão dependentes são os membros de ambos os conjuntos causais quanto ao exercício de sua

²⁶³ Cf. *supra* nota 169.

ação causal. E, da mesma forma que as ordens são diferentes, também o são os modos pelos quais sua causalidade é exercida.

Sendo assim, ao se considerar as *ceo*, a segunda causa, i.e., o elemento posterior, depende da primeira, i.e., do elemento anterior, para produzir o efeito decorrente de sua coatuação. Todavia, apesar de este efeito poder ser resultado da cooperação daqueles dois elementos entendidos enquanto causas, também existe a possibilidade de o primeiro anterior ser, de fato, uma causa, ter causado o elemento posterior e, ambos, concorrendo essencialmente, ser os reponsaveis pela existência daquele efeito.

Com efeito, observe-se que o contexto das *ceo* compreende aqui dois casos: de acordo com o primeiro, o efeito decorre da concorrência de duas causas enquanto tais; de acordo com o segundo, o primeiro anterior já atuara enquanto causa para dar origem ao elemento posterior, e, além disso, concorreu com este para que ambos causassem aquele efeito, de tal modo que o elemento posterior dependeu do anterior neste processo. Quanto ao primeiro caso, trata-se de uma relação causal complexa, onde há duas causas, mas quanto ao segundo, mais exato seria afirmar que o elemento mais anterior é, de fato, causa, enquanto o outro é condição do efeito – embora não haja nenhum impedimento que ambos sejam tomados como anteriores em relação ao efeito e, neste sentido, sejam causas do efeito.

Quando, porém, se tomam em apreço as *cao*, o quadro é outro, pois aqui a causa posterior não depende de sua causa anterior para causar seu efeito, posto que a ação causal de uma única *cao* é suficiente para produzi-lo. No entanto, apesar de nas *cao*, quanto à sua causalidade, haver “independência” da causa em relação à sua anterior, precisa-se considerar que houve dependência em relação a esta anterior imediata para que aquela pudesse existir. Além disso, é preciso poderar que talvez haja outro(s) sentido(s) em que exista alguma outra forma de dependência para a atuação de qualquer *cao*. A propósito, vê-se no processo de geração um exemplo de como as *cao* atuam independentemente de seu anterior imediato. Com efeito, apesar de um “filho” depender de seu “pai” para passar a existir, quando se trata de ele, por sua vez, tornar-se “pai”, i.e., exercer sua ação causal no âmbito generativo, o mesmo é plenamente capaz de fazê-lo, quer seu “pai” esteja vivo, quer não, independentemente, portanto, neste aspecto preciso, de concorrência com sua respectiva causa imediata.²⁶⁴

²⁶⁴ Cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 18 (ed. WA: 260): “Prima differentia est quod in causis per se et essentialiter ordinatis causa secunda, in quantum causat, dependet a prima; in accidentaliter ordinatis non sic dependet in causando licet in esse vel in aliquo alio dependeat. Filius enim licet secundum esse dependeat a patre, non tamen in causando, quia patre mortuo potest agere sicut ipso vivo.”; cf. **Ord.** I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 49 (ed. Vat. II: 154): “Prima differentia est quod in per se ordinatis secunda in quantum causat dependet a prima, in per accidens non,

A partir disso, pode-se notar o primeiro ponto em que os processos causais de ambas as séries diferem, tendo presente que aqui se considera a atuação dos membros de cada uma das ordens na relação que mantêm com seus pares. Vê-se, portanto, que a principal característica da causalidade de *ceo* é a ação da causa (ou elemento) posterior ser completamente dependente da causa anterior, de modo que aqui as causas cooperam em sentido próprio, i.e., essencialmente, uma vez que é essencial à realização deste processo a cooperação dos elementos que o integram.

No caso das *cao*, também há dependência do membro posterior em relação ao seu anterior imediato, onde este é responsável pela existência daquele. No entanto, ao se analisar o ato causal de um posterior, não se pode dizer o mesmo, pois uma *cao* posterior não depende de sua causa anterior para dar origem a um efeito. Com base nisso, começa-se a entender a accidentalidade que caracteriza o processo das *cao*. Ora, sua cooperação é accidental, porque há dependência parcial entre seu(s) anterior(es) e seu(s) posterior(es), pois, por um lado, cada *cao* depende de sua anterior imediata para passar a existir, enquanto, por outro, cada uma das mesmas independe de sua anterior imediata em sua ação causal (ainda que possa haver dependência sob outro aspecto).

Vice-versa, entende-se também por que se pode afirmar que entre as *ceo* a ordenação se dá essencialmente. Sem dúvida, neste contexto, há um vínculo essencial entre os membros que o compõem, porque aí uma causa precisa de outra para causar, uma vez que a posterior depende da anterior para o desempenho de sua causalidade e para a produção do efeito, o qual, por sua vez, decorre da cooperação destas duas – se o número de causas for apenas este – para passar a existir. Dito de outro modo, no âmbito das *ceo*, há dependência total e em sentido próprio, quer do ponto de vista do efeito (que surge única e exclusivamente como consequência da cooperação de suas causas – ou elementos – essenciais), quer do ponto de vista das causas (as quais só dão origem ao efeito se estiverem ordenadas uma à outra, de tal

licet in esse vel in aliquo alio dependeat.”; cf. *TPP* c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 48, p. 127): “Prima differentia est, quod in per se secunda, in quantum causat, dependet a prima; in per accidens non, licet in esse vel in aliquo alio dependeat.”; cf. *QM* II qq. 4-6 n. 82 (OPh. III: 260): “Prima est: quod per se ordinarum secunda, in quantum causat, dependet a prima causa; per accidens non, quantum ad rationem causandi, licet quantum ad aliquid aliud”; cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 46 (ed. Vat. XVI: 128): “Prima differentia est quod una causa per se dependet ab alia ut causat aliquem effectum; non sic in causis accidentaliter ordinatis ad unum effectum. Unde una causalitas unius causae accidentaliter ordinatae sufficit ad productionem unius effectus, non autem causalitas unius causae essentialiter ordinatae”. Quanto à condicionalidade, cf. *supra* nota 157 et *infra* 273.

forma que uma dependa da outra). Assim, parece correto dizer que as *ceo*, em relação ao seu(s) efeito(s), são causas totais²⁶⁵.

Desse modo, quando se reúnem todos esses dados, pode-se dizer que as *cao* são, na verdade, causas parciais em relação aos seus respectivos efeitos, uma vez que, embora possam causar sem depender diretamente de seu anterior imediato, dependem-lhe indiretamente para causar – posto que sem ele sequer existiriam, além de ser possível que haja dependência em outro(s) aspecto(s).

Em síntese, de acordo com a primeira diferença, a causalidade das *ceo* se dá de modo que a causa – ou elemento – posterior depende de um anterior para causar seu efeito, dependência esta que é total e, portanto, essencial para o processo causal chegar a seu termo, além de poder refletir, ou uma relação entre duas causas, ou entre uma causa e uma condição do efeito que lhes é decorrente. Já nas *cao*, a causalidade também ocorre de forma que haja dependência, mas aqui a causa posterior, por um lado, é dependente da anterior no que se refere à sua existência, mas, por outro, é-lhe independente, no estrito caso de sua atuação causal, pois uma *cao* pode causar, quer sua própria causa exista, quer ela não exista, o que configura uma dependência causal parcial, traço próprio de membros ordenados acidentalmente entre si no desempenho da causalidade que lhes é própria.

3.1.2.2 Perfeição Essencial

Outra característica que Scotus estabelece como um traço distintivo entre as duas séries causais diz respeito ao grau perfectivo-essencial de seus respectivos membros. De fato, este dado se mostra de grande importância porque interfere no que diz respeito a ambas as séries tomadas no que as constitui intrinsecamente e, por conseguinte, porque repercute no modo como desempenham sua atividade causal.

²⁶⁵ Cf. *QM* II qq. 4-6 n. 94 (OPh. III: 263): “[...] tunc dicuntur causae per se ordinatae, quia in causando ordinantur et faciunt omnes unam causam sufficientem.” (para a citação completa deste n., cf. *supra* nota 241). O que Scotus chama aí de “causa suficiente” equivale ao que no corpo do texto se chamou de “causa total”, expressão esta que também se encontra nos textos scotistas. De fato, para a noção de “causa total” de um efeito, cf. também *Rep.* I-A d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 36 (ed. WA: 274-276), onde Scotus trata tanto a hipótese de haver duas Causas Eficientes Primeiras, as quais constituiriam duas causas totais de um mesmo efeito, quanto das consequências de se assumir esta tese. Note-se, ademais, que a discussão sobre haver dois primeiros também ocorre in *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn.71-3 (ed. Vat. II: 171-3), onde o frade franciscano prova a necessidade e a unicidade da Causa Primeira, suscitando hipóteses como a existência, respectivamente, de duas Naturezas Primeiras Necessárias, de duas Naturezas Eminentes Primeiras, e de duas Naturezas Finais Últimas (cf. também in *TPP* c. 3 concls. 15-9 (ed. SCAPIN: §§ 69-78, pp. 149-63).

Assim, de acordo com a segunda diferença, que é consequência da primeira, cada membro das *ceo* é de certa ordem ou natureza, i.e., pertence a certa espécie, ou razão. Em outras palavras, esta série é composta por causas ou elementos de diferentes classes perfectivo-essenciais, i.e., diferem quanto ao grau perfectivo-essencial que cada qual possui e que lhe é próprio. Percebe-se, pois, que a atuação das *ceo* envolve causas ou elementos que são essencialmente distintas(os) entre si, em virtude de seus respectivos graus em termos de perfeição essencial. Por isso, pode-se dizer que a causa anterior assume aqui o papel de causa superior, e, por conseguinte, a causa (ou elemento) posterior assume o de inferior, de tal forma que tanto sua superioridade quanto sua inferioridade são determinadas por quão mais ou por quão menos perfeitas(os) elas(es) forem, enquanto atuam cooperativamente na produção de seu efeito. Portanto, quanto mais perfeita(o) uma causa (ou um elemento) for, tanto mais anterior ela(e) será, e, conseqüentemente, quanto menos perfeita(o) uma causa (ou um elemento) for, tanto mais posterior ela(e) será no mesmo processo causal.

Ora, pôde-se observar que na primeira diferença a anterioridade e a posterioridade das causas em questão também eram determinadas por um critério distintivo, a saber, o grau de dependência entre os respectivos membros de ambas as séries causais, e algo similar ocorre aqui. Com efeito, se lá, no âmbito das *ceo*, quanto mais anterior certo elemento fosse, tanto menos dependente ele seria, aqui, onde o critério é o grau de perfeição essencial, quanto mais perfeito um membro das *ceo* for, tanto mais anterior ele será.

Assim, da mesma forma que é possível identificar dado integrante das *ceo* como essencialmente mais perfeito do que outro, pode-se também considerar este outro como essencialmente menos perfeito do que aquele, sendo-lhe, ademais, dependente. Leve-se em conta, ainda, que este critério se estende a todos os membros da (ou de uma) série de *ceo*, onde a maior anterioridade está diretamente relacionada à maior perfeição ou maior superioridade essencial em termos perfectivos, da mesma forma que a maior posterioridade está diretamente ligada à maior inferioridade em termos de perfeição e dependência essenciais. Este é o modo, portanto, pelo qual as *ceo* levam seu processo causal a termo.

Como se vê, nas *ceo* ocorre uma cooperação entre membros essencial e perfectivamente diferentes entre si. Note-se, contudo, que esta característica dos membros desta série tem imediata consequência sobre o efeito decorrente de seu processo. De fato, ao se ponderar sobre um contexto de atuação causal cujos membros sejam perfectivamente diversos entre si, não há como seu efeito ficar incólume, e, assim, deixar de também diferir perfectivamente. Em outras palavras, se as causas têm graus de perfeição essenciais diferentes,

de modo que uma seja mais perfeita essencialmente do que a(s) outra(s), seu efeito também terá um grau perfectivo-essencial distinto, e, portanto, menor do que o de suas causas.

Como se pode explicar isso? A princípio, ao se reunir os seguintes dados. Em primeiro lugar, tenha-se claro que as causas que integram este processo são diferentes do ponto de vista perfectivo-essencial, precisamente porque uma depende de outra para causar, de modo que elas têm de cooperar em seu ato causal. Em segundo, cada causa contribui com um pouco de si, i.e., de sua perfeição essencial, para a produção do efeito, uma vez que seu conjunto é o responsável por formar a causa total, tal que cada uma é apenas causa parcial da realização de todo o processo de que resulta o efeito. Em terceiro, e conseqüentemente, de causas cuja perfeição essencial é diferente só pode se originar um efeito de perfeição essencial diversa, e, portanto, um efeito cujo grau de perfeição essencial é menor do que o de suas causas. Acresça-se, ainda, que esta propriedade caracteriza o processo de causas equívocas, i.e., de causas que produzem efeitos diferentes de si. Desse modo, as *ceo* são causas equívocas, visto originar-se destas efeitos que lhes são perfectivo-essencialmente diferentes.²⁶⁶

Passe-se, agora, à segunda diferença relativamente às *cao*. Neste âmbito, porém, as coisas se dão de outra forma. Com efeito, os membros desta série causal são de mesma ordem/espécie/razão, i.e., são essencialmente idênticos uns aos outros, e, portanto, aqui as causas pertencem à mesma classe essencial ou quiddativa e têm o mesmo grau perfectivo-essencial. Em virtude disso, a causalidade, i.e., o poder de atuação causal, é o mesmo entre todas as *cao*, porque, do ponto de vista perfectivo, quaisquer destas são essencialmente iguais, e assim, no tocante à ação causal, todos os seus membros se equiparam.

O motivo deste *modus operandi* é um dado inerente às próprias *cao*, porque uma causa de mesma razão/ordem/classe perfectiva essencial, para desempenhar a ação que lhe é própria, não depende *essencialmente* de nenhuma causa anterior que lhe seja *essencialmente distinta*, uma vez que para causar um efeito essencialmente idêntico a si, seu poder causal é plenamente suficiente. Com efeito, a realização deste processo depende tão-somente de uma causa *essencialmente idêntica*, ou seja, de uma causa essencialmente tão perfeita quanto a que lhe deu origem. E, portanto, não se faz necessária a concorrência de uma causa com outra que

²⁶⁶ Cf. *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 30 (ed. WA: 268): “[...] in ordine essentiali causarum essentialium semper est causa aequivoca respectu sui effectus, quia est alterius ordinis ab effectu. Causa enim aequivoca semper est nobilior suo effectu, cum non potest esse aeque perfectum nec minus perfectum [...]”. Observe-se, ademais, que esta passagem constitui a prova da *Rep. I-A* da primazia eminente (cf. *supra* nota 87), mas permite identificar como um dado intrínseco das *ceo* uma disparidade em relação ao seu efeito. De fato, o grau perfectivo deste é menor do que o de suas causas exatamente porque estas também diferem quanto aos seus respectivos graus de perfeição essencial.

lhe difira do ponto de vista perfectivo-essencial, i.e., não é necessária a concorrência entre causas essencialmente diferentes, onde uma tenha de ser mais perfeita do a(s) outra(s).

Observe-se, ademais, que a segunda diferença reitera que o processo causal das *ceo* precisa de intermediários (i.e., de outras causas essencialmente diferentes quanto ao seu grau de perfeição) para que, juntas, possam causar seu efeito, enquanto uma *cao* relaciona-se diretamente com seu efeito, dado que não precisa senão de si para causá-lo, dependendo, portanto, apenas de sua própria causalidade para fazê-lo.

Tenha-se presente, ainda, que, de acordo com a mesma diferença, nas *ceo* a posterior se ordena essencialmente, quer à causa com a qual ela concorre e que lhe é anterior, quer ao efeito resultante da concorrência de ambas. Já quando se trata das *cao*, cada causa ordena-se essencialmente somente ao indivíduo produzido por ela, o que implica que, neste âmbito, cada causa reúne os aspectos de causa e efeito em sentido accidental. Assim, a accidentalidade, à que sua designação faz referência, fica mais clara ao se reunir o exemplo aqui apresentado por Scotus para as *cao* à sua explicação alhures sobre em que diferem as *ceo* das causas *per se* (cf. 2.2.2).

Com efeito, se se pensar em “avô”, “pai” e “filho”, entendendo-os como causas e efeito de acordo com o caso, não há como negar, por exemplo, que tanto o “avô” quanto o “pai”, individualmente considerados e em relação aos seus respectivos efeitos, atuam de modo próprio, i.e., enquanto autênticas causas essenciais ou *per se*. No entanto, ao se considerar a questão do ponto de vista do vínculo que “avô” e “pai” estabelecem com o “filho”, vê-se que esta ordenação é accidental, porque o vínculo do “avô” com o “pai” é o de uma causa *per se* com seu efeito, mas o vínculo do mesmo “avô” com o “filho” já não é igualmente *per se*, mas *per accidens* ou accidental, porque a existência deste não depende diretamente daquele.

Assim, apesar de o “avô” e o “pai” ter a função de causas (anteriores) em relação ao “filho” (posterior), a maneira como eles desempenham esta causalidade e o papel que a mesma tem na geração deste são consideravelmente diferentes. (E é precisamente o vínculo entre todos eles, i.e., sua ordenação, que mais interessa ao presente estudo neste momento, na medida em que se explica o processo de atuação da série das *cao*.) De fato, o “pai” estabelece com o “filho” um vínculo próprio, mas o “filho” estabelece com o “avô” um vínculo meramente accidental do ponto de vista generativo, pois o “pai”, para causar, não dependeu do “avô” essencialmente, mas só accidentalmente, na medida em que o “avô”, mesmo sendo causa da existência do “pai”, não tem influência sobre sua ação causal. Este raciocínio, a propósito,

aplica-se igualmente às relações entre todos os anteriores e posteriores acidentalmente ordenados, i.e., a todos os membros das *cao*.²⁶⁷

Vê-se, então, que a acidentalidade das *cao* deve-se basicamente a dois motivos. Em primeiro lugar, ao fato de a existência de uma *cao* depender de outra causa da mesma série. Em segundo, ao dado segundo o qual cada um de seus membros é causa e efeito em sentido acidental. Por quê? Por um lado, o vínculo que duas *cao*, enquanto tais, mantêm entre si, não é determinante para sua atuação, sendo-o tão somente a ação causal de uma das duas para a existência da posterior; por outro, o vínculo de ambas as causas (enquanto anteriores) com o efeito (seu posterior) é diferente. De fato, nas *cao*, o vínculo forte, “essencial” pode-se dizer, é de um membro anterior com seu posterior *imediato*. Desse modo, se este posterior se tornar uma causa – caso em que há uma “causa mais anterior”, uma “causa menos anterior” e o “posterior” – a relação da “causa mais anterior” com o “posterior” implicará mínima dependência deste em relação àquela, dependência restrita à existência do posterior, e nula dependência do “posterior” em relação à “causa mais anterior” no que se refere à atuação causal do mesmo.

Note-se, ademais, que como nas *ceo*, nas *cao* o grau perfectivo essencial das causas também tem impacto sobre a perfeição de seu efeito. De fato, naquela série o grau perfectivo dos membros é diferente, e esta diferença é transmitida ao efeito, de modo que este também difere-lhes por ser menos perfeito. Todavia, na série de *cao*, também há a transmissão do grau perfectivo essencial ao efeito, mas aqui não há diversidade perfectivo-essencial entre os componentes da série, uma vez que uns são tão essencialmente perfeitos quanto os outros.

²⁶⁷ Cf. **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 19 (ed. WA: 260): “Secunda differentia est quia in per se et essentialiter ordinatis est causalitas alterius rationis et alterius ordinis, quia superior causa est perfectior eo quod eius virtute causat secunda; sed non sic est in accidentaliter ordinatis, quia ita potest filius generare sicut pater, nec dependet in causando nisi a causa eiusdem rationis, non a causa perfectiori”; cf. **QM** II qq. 4-6 n. 83 (OPh. III: 260): “Alia differentia est quod diversa est ratio causalitas in per se ordinatis, eadem in per accidens ordinatis. Sequitur haec ex prima. Et iuxta hanc dicitur quod causae per se ordinatae sunt diversae speciei; per accidens eiusdem. Sed non oportet, quia diversus modus habendi formam eiusdem speciei, sicut ignis habet calorem et alia, sufficit forte ad ordinem per se causarum”; cf. **Ord.** I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 50 (ed. Vat. II: 154-5): “Differentia secunda est quod in per se ordinatis causalitas alterius rationis et alterius ordinis, quia superior est perfectior, in accidentaliter autem ordinatis non; et differentia haec sequitur ex prima, nam nulla causa a causa eiusdem rationis dependet essentialiter in causando, quia in causatione alicuius sufficit unum unius rationis”; cf. **TPP** c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 48, p. 127.129): “Secunda est, quod in per se ordinatis est causalitas alterius rationis et ordinis, quia superior est perfectior; in accidentaliter non: sequitur ex prima. Nam nulla causa a causa eiusdem rationis dependet essentialiter in causando, quia in causatione alicuius sufficit unum unius rationis.”; cf. **Lect.** I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 47 (ed. Vat. XVI: 128): “Et ex hoc sequitur secunda differentia, quod in causis essentialiter ordinatis non est causalitas unius rationis, nec sub eadem ratione respiciunt effectum; sed causalitas in causis accidentaliter ordinatis est unius rationis, quia immediate possunt respicere eundem effectum”; cf. também **QM** II qq. 4-6 n. 96 (OPh. III: 264): “Iuxta secundam differentiam, in per accidens tantum habet ordinem respectu individui ab eo producti, in quo coniunguntur duae rationes causae et causati ab illo per accidens”.

Desse modo, se nas *ceo* as causas são equívocas – já entre si e também – em relação ao seu efeito, nas *cao* as causas são unívocas, visto que da ação causal de um anterior resulta um posterior que lhe é essencial e perfectivamente idêntico, ou seja, a causalidade das *cao* se dá de tal forma que ao atuar a causa transmite ao seu efeito o mesmo grau de perfeição essencial que ela própria possui. Portanto, se, de uma parte, a atuação causal das *ceo* se caracteriza pela equivocidade, de outra, a atuação das *cao* se caracteriza pela univocidade, no que se refere à transmissão do grau perfectivo essencial da causa para o efeito.

A partir de todos esses dados, fica evidente que a atuação de uma causa está diretamente relacionada à série de que ela faz parte, e, conseqüentemente, ao seu grau perfectivo essencial em relação à(s) outra(s) causa(s), quer se trate de *ceo*, quer de *cao* – embora em ambos os casos o processo causal se dê diferentemente. Com efeito, por um lado, em dado conjunto causal, uma única causa é insuficiente para efetivar, sendo preciso concorrer em sentido próprio com outra(s) para fazê-lo – este é o caso das *ceo*. Ora, isso não se deve senão ao seu grau perfectivo-essencial, o qual é menor na causa mais dependente e maior na causa de que ela depende ou na causa menos dependente, i.e., o grau de perfeição essencial é menor na causa posterior do que na que lhe é anterior, e com a qual aquela tem de coatuar para causar o efeito (onde o número de causas pode ser maior do que dois). Além disso, desta disparidade perfectivo-essencial também se segue a equivocidade destas causas em relação ao efeito oriundo de sua cooperação.

Por outro lado, nas *cao*, conforme a primeira diferença, se uma única causa é suficiente para produzir seu efeito, esta característica também se deve, conforme a segunda diferença, ao seu grau perfectivo-essencial. Todavia, aqui, diferentemente do outro contexto causal, a causalidade em questão pode ser considerada completa ou perfeita quanto à sua atuação. De fato, neste âmbito, uma causa não atua na produção de um efeito que lhe seja essencialmente diferente, como ocorre naquele, mas produz algo que lhe é perfectiva e essencialmente idêntico. Para levar a cabo o processo por meio do qual uma causa produz um efeito essencialmente idêntico a si, i.e., que lhe seja perfectivamente idêntico, não se requer senão uma só causa, sendo desnecessária(s) outra(s) causa(s) essencialmente distinta(s), com a(s) qual(is) a primeira teria de concorrer. Ademais, como neste processo as causas são unívocas, porque transmitem integralmente seu grau perfectivo-essencial ao efeito, ambos se equiparam perfectivo-essencialmente.

3.1.2.3 Tempo

Esta última diferença, não fugindo à regra, segue-se, por sua vez, da segunda, e leva em conta o tempo na atuação causal de ambas as séries em estudo. De acordo com ela, o processo operativo das *ceo* exige que todas estejam presentes necessária e simultaneamente na unidade de atuação que formam para causar seu efeito. Caso contrário, ou seja, se todas as *ceo* não atuar simultaneamente, faltará ao efeito a causalidade essencial que a(s) causa(s) ausente(s) é(são) capaz(es) de lhe proporcionar.

Como se sabe, quando trata das *ceo* em seu argumento teísta, Duns Scotus não está muito preocupado em exemplificá-las, ainda que se possam identificar certos casos (cf. 3.1.1), mas dizer que o faz em pormenores não seria exato. Todavia, fato é que a noção de *ceo* é a mesma independentemente do contexto em que for corretamente aplicada²⁶⁸. Assim, se o objetivo for tornar mais claro, nas *ceo*, o terceiro traço que as diferencia das *cao*, parece proveitoso recorrer a um exemplo.

Em virtude disso, pode-se retomar aqui a atuação causal na constituição do composto hilemórfico. Embora este caso já tenha sido mencionado, seu propósito e sua função diferem aqui e acolá. Com efeito, quando utilizado alhures (cf. 1.3.3), tinha-se em mente desenvolver os motivos da imperfeição intrínseca, i.e., inerente, ao “ente finito”. Como se vê, não é casual que de maior interesse agora seja precisamente o mesmo processo, mas agora este processo será considerado tendo em vista, sobretudo, a terceira das diferenças traçadas por Scotus entre as duas séries causais. No entanto, a fim de compensar a ausência de exemplo para as *ceo* nas duas primeiras diferenças, quer no tratamento scotista, quer na exposição anteriormente feita das mesmas, a cooperação causal própria ao composto hilemórfico, além de servir para exemplificar a terceira diferença, também levará em conta as duas anteriores.

Assim, em primeiro lugar, devem ser considerados os elementos que compõem este exemplo de *ceo*; e, em segundo, tratar-se das diferenças indicadas por Duns Scotus entre esta e a outra série causal, ainda que isto seja feito mais em função da última das diferenças. Com efeito, a operação de que resulta o composto de matéria e forma, de acordo com o entendimento scotista (cf. 1.3.3), compreende os seguintes elementos: causa final, causa eficiente, causa material e causa formal. Observe-se desde já que esta relação é pautada pelo caráter dependente de seus componentes, uma vez que a causa eficiente é levada a atuar

²⁶⁸ Cf. *supra*, por exemplo, nota 262. Note-se, contudo, que, com base na proposição “b” (cf. 3.1.3.2), talvez se possa falar em um tipo especial de *ceo* (cf. O’CONNOR, 1993, p. 25) para o caso do argumento teísta de Scotus.

porque, metaforicamente falando, ama o bem representado pela causa final; por isso, atua sobre a forma e a matéria para que estas se unam, e então o composto hilemórfico passe a existir. Está aqui a primeira diferença.

Ademais, percebe-se que há, em função da dependência, diferença quanto ao grau perfectivo-essencial das causas responsáveis por esta composição. Sem dúvida, o fato de a atuação da causa eficiente depender da causa final, i.e., do fim que ela representa, deve-se à perfeição essencial que este fim possui, e que é, portanto, maior do que a perfeição essencial da eficiência. Do mesmo modo, a atuação da causa eficiente sobre a forma e a matéria está a indicar sua maior perfeição essencial em relação a estas, ou seja, as causas material e formal são essencialmente menos perfeitas do que a causa eficiente.

Tenha-se em conta, ainda, o modo como neste contexto Duns Scotus expressa a distinção perfectivo-essencial vigente entre esses elementos. De fato, o frade escocês não apenas entende a eficiência como essencial e perfectivamente superior à materialidade e à formalidade, mas também insere aí a finalidade e, em função do grau perfectivo essencial que estas causas têm em sua atuação, chama as causas eficiente e final de “extrínsecas”, e as causas material e formal de “intrínsecas”. Aqui está a segunda diferença.

Desse modo, ainda que se possa falar, a partir das duas diferenças indicadas, em anterioridade e posterioridade, quer do pronto de vista da dependência, quer do da perfeição essencial, fato é que quando se considera o tempo neste processo, não há como estabelecer anterioridade e posterioridade, porque todas estas causas têm de atuar ao mesmo tempo, i.e., simultaneamente. Aliás, seria realmente estranho que a ação causal que leva à efetivação do composto hilemórfico se desse em etapas sucessivas, pois o surgimento deste requer a cooperação de todas as causas responsáveis por trazê-lo à existência, caso contrário, o processo não chegaria ao seu devido termo.

Com efeito, se ocorresse de se reunir, por exemplo, apenas três das quatro causas necessárias à sua existência, simplesmente não passaria a existir o composto de que se está tratando. Por isso, é perfeitamente lógica e compreensível a razão pela qual esta composição – bem como qualquer processo em que haja coisas essencialmente ordenadas – tem de se dar de tal maneira que seus elementos atuem simultaneamente, uma vez que é a concorrência simultânea de suas causas que lhe permite vir a ser sem que lhe falte nenhuma causalidade essencial à sua composição.

Veja-se agora como o tempo influencia a atuação das *cao*. Diga-se, em primeiro lugar, que neste âmbito não há a exigência de uma ação simultânea entre as causas envolvidas em

seu processo, mas aqui vige a sucessividade. Em segundo, e conseqüentemente, ainda que ao se tratar de causas ordenadas, possa-se levar em conta o critério geral de considerar pelo menos duas causas e seu efeito (cf. 2.2.2), este critério se aplica mais propriamente ao processo das *cao*, pois a atuação das *cao* se dá com efetiva ênfase ao vínculo existente entre a causa e o efeito produzido por ela, e não tanto entre as duas causas anteriores e este efeito (cf. 3.1.2.2 *in medio et fine*).

Sem dúvida, neste processo também estão presentes a dependência, e o grau de perfeição essencial. Com efeito, como se apontou ao expô-los, cada *cao*, quanto ao exercício de sua causalidade, atua sem depender de sua causa imediata (ainda que seja-lhe dependente para poder existir), o que influencia seu grau perfectivo-essencial, pois todas as *cao* têm-no equivalente, de modo que tanto seu próprio poder causal quanto o de seu efeito são idênticos. Pois bem, quando, diante desses dados se procura pensar o fator temporal, não há como não ser a sucessão. Pode-se, aliás, ver mais claramente este processo através de um exemplo – o mesmo empregado para esta série ao tratar das outras diferenças (ainda que nesta Duns Scotus não o mencione ao falar das *cao*).

De fato, ao se considerar a geração, é possível entender mais facilmente que em seu processo não há lugar para a simultaneidade na atuação de suas causas, mas tão-somente para a sucessão temporal. Ao se tomar então como exemplo das *cao* “avô”, “pai” e “filho” é possível perceber que a ordem em que eles aparecem, i.e., passam a existir, é sucessiva, de modo que primeiro teve de vir o “avô”, em seguida o “pai”, e após este o “filho”, e assim por diante. Desse modo, cada um dos membros das *cao* é causado sucessivamente ao longo do tempo, vindo, portanto, um depois do outro.²⁶⁹

²⁶⁹ Cf. *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 20 (ed. WA: 262): “Tertia differentia est quia omnes causae per se et essentialiter ordinatae simul necessario requiruntur ad causandum effectum; quia, si non, aliqua causalitas essentialis et per se deesset effectui; sed talis simultas non requiritur in accidentaliter ordinatis, sed successive una post aliam.”; cf. *QM* II qq. 4-6 n. 84 (OPh. III: 260): “Tertia differentia sequitur ex secunda, scilicet quod causae per se ordinatae omnes necessario requiruntur simul ad effectum causandum, alioquin aliqua propria ratio causalitatis deesset effectui; in per accidens una sufficit.”; cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 51 (ed. Vat. II: 155): “Tertia est quod omnes causae essentialiter et per se ordinatae simul necessario requiruntur ad causandum, alioquin aliqua causalitas essentialis et per se deesset effectui; in accidentaliter autem ordinatis non est sic, quia non requiritur simultas earum in causandum.”; cf. *TPP* c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 48, p. 129): “Tertia sequitur, quod omnes causae per se ordinatae simul necessario requiruntur ad causandum; alioquin aliqua per se causalitas deesset effectui; non requiruntur simul accidentaliter ordinatae”; cf. *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 48 (ed. Vat XVI: 128): “Ex hoc etiam sequitur tertia differentia, quod causalitates omnium causarum essentialiter ordinarum concurrunt simul ad productionem effectus, quia ad productionem effectus oportet quod omnes eius causae necessariae concurrant; sed omnes causae essentialiter ordinatae sunt causae necessariae; igitur omnes causae essentialiter ordinatae actu concurrunt ad productionem effectus. Sed hoc non oportet in causis accidentaliter ordinatis, quia qualibet habet suam perfectam causalitatem sine alia respectu sui effectus, et sunt eiusdem rationis, immediate respicientes effectum.”.

Em suma, a terceira diferença entre as ambas as séries em apreço leva em conta como o tempo se faz presente em seu processo causal. Como se pôde constatar, todos os membros das *ceo* têm de estar presentes e atuar cooperando simultaneamente para a produção do efeito, sob pena de originar um efeito à cuja composição falte algo essencial. Isso também se deve ao fato de a atuação das *ceo* envolver dependência entre as mesmas, a qual acarreta os distintos graus de perfeição essencial, e, portanto, a equivocidade das causas que compõem esta série. Já nas *cao* não é exigida simultaneidade, mas a atuação de seus membros se dá de tal forma que eles passam a existir sucessivamente. Com efeito, aqui cada um possui causalidade perfeita, na medida em que não precisa concorrer com outro(s) essencialmente mais perfeito(s) para realizar sua ação causal; o que, por sua vez, deve-se ao fato de cada um ser essencialmente idêntico ao(s) outro(s) e, portanto, cada qual ser uma causa unívoca, e se relacionar de modo próprio com seu efeito imediato.

Vistas as três diferenças entre *ceo* e *cao*, agora é possível voltar a atenção às proposições formuladas por Scotus a fim de estabelecer que causas podem ser infinitas e que requisitos elas têm de obedecer. Rocorde-se, ademais, que nestas proposições são tratados os três últimos pontos, dos cinco indicados acima (cf. 3.1 *in principio*), ao se fazer alusão aos vínculos que as séries causais mantêm entre si e com a Causa Primeira.

3.1.3 Limites e Sentido da Infinitude nas Causas Ordenadamente Consideradas ou As Três Proposições sobre a Infinitude em Ambas as Séries Causais

Sabe-se que Duns Scotus, em seu argumento referencial da causalidade eficiente, prova que as *ceo* não podem ser infinitas, mas que as *cao* podem-no. O passo inicial desta prova foi dado com as três diferenças entre as duas séries causais, e terá continuidade com o desenvolvimento de três proposições, nas quais se argumenta sobre a infinitude de certas causas e onde mostra por que em uma série ela é possível e como, e por que na outra este não é o caso.

Para tanto, o curso seguido pelo frade escocês fê-lo defender as teses da infinitude das *cao* e da finitude das *ceo* por meio de três proposições, as quais, por brevidade, foram designadas por ele respectivamente pelas três primeiras letras do alfabeto latino. Assim, de

acordo com a primeira, chamada de “a”, “é impossível que as *ceo* sejam infinitas”; já a segunda, “b”, tem em vista provar que “a infinidade de *cao* é impossível, a menos que repouse nas *ceo*”; por fim, a terceira, “c”, defende que “mesmo que se negue a ordem essencial, ainda assim será impossível haver uma série causal infinita²⁷⁰”.

Com esses dados em mente, não resta senão voltar a atenção ao que trazem de modo mais detalhado estas três proposições.

3.1.3.1 Proposição “a”: “É impossível que as *ceo* sejam infinitas”

Esta proposição compõe-se, na verdade, de cinco provas que não são exatamente idênticas quanto ao seu valor e ao seu peso na argumentação. Com efeito, a primeira prova se assenta no princípio segundo o qual quando se trata de causalidade não pode haver algo que esteja ordenado a si; a segunda considera a terceira diferença entre as duas séries causais; a terceira reivindica a noção de acordo com a qual toda anterioridade requer um princípio ou um início; a quarta recorre às três diferenças entre *ceo* e *cao*, ainda que mencione explicitamente apenas a segunda. Já a quinta prova, como Scotus o indica, difere das demais, porque, enquanto aquelas são válidas tanto no contexto da possibilidade quanto no da

²⁷⁰ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 52 (ed. Vat. II: 156-7): “Ex his ostenditur propositum, scilicet quod infinitas essentialiter ordinatorum est impossibilis. Similiter secunda: infinitas accidentaliter ordinatorum est impossibilis nisi ponatur status in ordinatis essentialiter; ergo omni modo est impossibilis infinitas in essentialiter [p. 157] ordinatis. Si etiam negetur ordo essentialis, adhuc infinitas est impossibilis; ergo omni modo est aliquod primum necessario et simpliciter effectivum. – Istarum trium propositionum assumptarum propter brevitatem prima dicatur *a*, secunda *b*, et tertia *c*”; cf. passagem praticamente idêntica in *TPP* c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 49, p. 129).

Observe-se que esta sistematização em três proposições aparece, neste estado, somente na *Ordinatio* e no *TPP*. No entanto, ao se consultar os outros textos, foi possível identificar muitos desenvolvimentos similares, mas que, por integrar outras obras, pertencentes a outros períodos da carreira de Scotus, mostram-se, por um lado, fragmentários, mas, por outro, complementares, em uma comparação com aquelas duas versões – aqui tomadas na conta de referências prioritárias (cf. 1.2.5).

Em virtude disso, estes dados “fragmentários” e “complementares” serão devidamente indicados tanto nas notas de rodapé, quanto no corpo do texto, na medida em que seu conteúdo contribua para o tratamento da temática em questão.

atualidade, esta só o é no âmbito do possível.²⁷¹ Vejam-se agora as cinco provas uma a uma²⁷².

De acordo com a *primeira*, é impossível que as *ceo* sejam infinitas porque sua totalidade requer uma outra causa, dado que esta totalidade, sendo composta por causas dependentes, tem de depender, portanto, de uma outra causa. De fato, todas as *ceo* não podem ser causa de sua própria existência, ao contrário, estas causas têm de ter sido causadas por uma outra causa, que não pertença à mesma série, posto que não há como uma mesma coisa estar ordenada tão somente a si²⁷³. Assim, exclui-se a infinidade de *ceo*, uma vez que esta série causal é incapaz de explicar a própria existência sem que se recorra a uma outra causa, a qual, por seu turno, será a responsável pela existência da série, e que não é senão a Causa Primeira ou o Efetivo Absolutamente Primeiro²⁷⁴.

²⁷¹ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 58 (ed. Vat. II: 164) *apud* PRENTICE, 1965, nota 1, p. 402: “[...] similiter et ipsum potest esse, sicut patet ex prima ubi posita est quinta probatio ad *a*, quae minus videtur concludere et tamen hoc concludit. Aliae autem probationes ipsius *a* possunt tractari de existentia quam proponit haec tertia conclusio, et sunt de contingentibus, tamen manifestis; vel accipiantur *a* de natura et quiditate et possibilitate, et sunt ex necessariis”.

²⁷² Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 53 (ed. Vat. II: 157-9): “Primo *a*, scilicet quod essentialiter ordinatorum infinitas est impossibilis. Probatio, tum quia universitas causatorum essentialiter ordinatorum est ab aliqua causa quae non est aliquid universitatis, quia tunc esset causa sui. Tota enim universitas dependentium dependet, et a nullo illius universitatis. – Tum quia causae infinitae essent simul in actu, essentialiter scilicet ordinatae, ex [p. 158] tertia differentia supra, quod nullus philosophus ponit. – Tum tertio, quia prius est principio propinquius, V *Metaphysicae*; ergo ubi nullum principium, nihil essentialiter prius. – Tum quarto, quia superior causa est perfectior in causando, ex secunda differentia; ergo in infinitum superior est in infinitum perfectior, et ita infinitae perfectionis in causando, et per consequens non causans in virtute alterius, quia quaelibet talis est imperfecte causans, quia est dependens in causando ab alia. – Tum quinto, quia effectivum nullam imperfectionem ponit necessario; ergo potest esse in [p. 159] aliquo sine imperfectione. Sed si nulla causa est sine dependentia ad aliquid prius, in nullo est sine imperfectione. Ergo effectivitas independens potest inesse alicui naturae, et illa simpliciter est prima; ergo effectivitas simpliciter prima est possibilis. Hoc sufficit, quia inferius ex hoc concluditur quia tale efficiens primum, si est possibile, est in re. Et sic quinque rationibus patet *a*”; cf. também *TPP* c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 50, pp. 129.131.133).

Observe-se que sigo aqui a variante adotada por PRENTICE (1965, nota 1, p. 404 *in fine*), que prefere “*effectivitas*”, em lugar de “*effectibilitas*”, como traz a ed. Vaticana.

Considere-se, ademais, que o trecho supracitado reproduz o texto da obra usada como a principal referência. No entanto, nas notas seguintes são indicadas as passagens dos outros textos de Duns Scotus em ideias semelhantes e/ou complementares aparecem.

²⁷³ Cf. *TPP* c. 2 concl. 1 (ed. SCAPIN: § 13, p. 83): “*Prima conclusio. Quia nulla omnino res essentialem ordinem habet ad se. Nam de ordine eminentiae quid est impossibilius quam idem seipsum excedere secundum perfectionem essentialem? De aliis sex ordinibus quid impossibilius quam idem a se essentialiter dependere, quam sine seipso posse esse secundum intellectum huius superius assignatum? [...]*”; cf. também *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 43 *in fine* (ed. Vat. II: 152), supracitado na nota 160 *in principio*. Quanto ao contexto deste capítulo do *TPP*, bem como às outras ordens ali mencionadas (as quais podem ser seis ou sete, dependendo se as duas formas da condicionalidade são tomadas em conjunto ou separadamente), cf. *supra* nota 157 *in medio*.

²⁷⁴ Cf também: *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 nn. 21.24 (ed. WA: 262.264): “[n. 21] Ex prima differentia arguo sic: in causis essentialiter ordinatis, ubi ponit adversarius infinitatem, secunda in quantum causat dependet a prima. Si ergo essent causae infinitae ita quod quaelibet alia – non solum quaelibet posterior – dependet a sua proxima priori, sed universitas causatorum ab alia causa priori, non ab aliqua causa quae est aliquid illius universitatis, quia tunc esset aliqua causa sui. Tota enim universitas dependentium dependet et non ab aliquo illius universitatis, quia quilibet dependet; ergo ab aliquo quod non est aliquid illius universitatis, et hoc voco primum efficiens. Si igitur sunt infinitae, adhuc dependent ab aliqua, quae non est illius infinitatis. [n. 24, p. 264] Ad hoc

A *segunda prova* leva em conta a terceira diferença no contexto das *ceo*. Como se sabe, esta diferença se refere ao tempo, e, no caso das *ceo*, à simultaneidade presente em seu processo causal (cf. 3.1.2.3). Ora – defende a prova – se as causas em questão forem as *ceo*, e se pretender que elas sejam infinitas, tendo presente que as mesmas atuam simultaneamente, afirmar sua infinidade implicaria dizer que há um número infinito de causas simultâneas e em ato que concorrem para a produção de um único efeito, e isto é uma coisa absurda, i.e., contraditória, por ser algo que nenhum filósofo proporia como verdadeiro. Portanto, se houver causas em número infinito, estas só podem ser *cao* e, neste caso, não haverá simultaneidade, mas tão-somente sucessividade em seu processo causal. Sendo assim, também se exclui a suposta infinidade das *ceo*, por haver esta outra contradição interna²⁷⁵.

Na *terceira prova*, considera-se uma característica já indicada (cf. 3.2.1.1) e própria às causas ordenadas, seja essencial, seja acidentalmente, a saber, que em cada série há a anterioridade de uma causa em relação à outra, e a posterioridade desta em relação àquela (veja-se que aqui se está considerando o caso de haver apenas duas causas, mas seu número pode ser maior, cf. 2.2.2). A partir disso, Scotus recorre a Aristóteles²⁷⁶ para deixar claro que

etiam adducuntur duae aliae persuasiones. Prima talis: si sit processus in infinitum in causis essentialiter ordinatis, omnes erunt causatae; ergo ab aliqua causa, et si illa non sit prima, omnes erunt aequaliter mediae causae, nam non ponitur alia prima respectu cuius alia possit dici propinquior vel remotior alia; et sic est verum quod tenet ratio Philosophi, II *Metaphysicae* [scil. ARIST. *Metaph.* II (α) c. 2, 994a 17-9], et est eadem ratio virtualiter cum illa quae accepta est ex prima differentia”; *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 51 (ed. Vat. XVI: 130): “[...] Omnes causae qualitercumque mediae, sive positive sive negative, sunt causatae, tota igitur coordinatio causarum mediarum [scil. causae essentialiter ordinatae] est causata; ergo ab aliquo quod nihil est illius coordinationis –, igitur est primum”; *QM* II qq. 4-6 n. 88 (OPh. III: 261-2): “Notandum quod intendit infinitatem causarum sic ordinarum [scil. essentialiter ordinarum] includere quodammodo contradictionem. Ex ordine enim sequitur primitas, sicut ipse [i.e. Aristoteles] accipit in antecedente maioris quod declarat, et minorem adiungit ‘Infinitorum’ [cf. *Metaph.* II (α) c. 2, 994a 17]. Et conclusionem ex eis sequentem tacet. Sed ex infinitate sequitur nullum esse primum, et ita ex ordine nullam causam esse. Ex hoc infert: ‘Quare si’ [cf. *Metaph.* II (α) c. 2, 994a 18]. Sed tota vis huius [p. 262] rationis est in hoc quod sicut ubi sunt media, id est, causae causatae [scil. essentialiter ordinatae] (sic enim loquitur) habentia primum et ultimum, ibi primum est causa omnium mediorum. Ita universaliter omnium mediorum, id est causarum causarum, oportet unum primum esse causam. Vel, ut brevius dicatur – minus curando de littera Aristotelis –, tota vis eius est in hac propositione: ‘omnium causarum causarum causa est aliquod unum primum’, quae negaretur ponendo infinitatem; semper enim cuiuslibet esset causa aliqua, sed non omnium causarum”.

²⁷⁵ Cf. também: *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 23 (ed. WA: 262): “Ex tertia differentia arguo sic: si causae ordinatae essentialiter in infinitum concurrant ad productionem alicuius effectus, et ex ista differentia omnes causae essentialiter sint simul, sequitur quod infinita actu sunt simul ad productionem hunc effectum, quod non conceditur ab aliquo philosopho”; *QM* II qq. 4-6 nn. 85-6 (OPh. III: 260): “Ex hoc [scil. differentia tripla] sequitur ad propositum quod si esset infinitas causarum per se ordinarum, illa esset necessario in actu et simul. Infinitas causarum per accidens, si est, non oportet quod sit nisi successive, quia numquam simul oportet multas causas esse tales ad productionem effectus. [n. 86] Ex hoc apparet quare causis per accidens ordinatis, ad hoc ut sic causent, non repugnat infinitas; licet forte aliunde repugnet. Causis vero per se ordinatis, ex hoc quod sic causant, repugnat. [...]”; *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 52 (ed. Vat. XVI: 130): “Praeterea, causalitates omnium causarum essentialium simul concurrunt ad causandum aliquod causatum, sicut praeostensum est [scil. ib. n. 48]. Sed infinita non possunt concurrere in unum, non igitur sunt infinitae; est igitur dare primum”.

²⁷⁶ Cf. ARIST. *Met.* V (Δ) c. 11, 1018b 9-11 *apud* PRENTICE, 1965, p. 403.

uma causa anterior deve sua anterioridade precisamente ao fato de estar mais próxima do início, i.e., do princípio de determinada sequência, ou série – como é o caso aqui.

Importa ter presente neste momento que se não houvesse nenhum início ou princípio, i.e., uma Causa Primeira de que todas as outras causas decorressem – como presume a hipótese ao propor que haja uma infinidade de *ceo* – então também não haveria nenhum membro da série das *ceo*, qualquer que seja, que fosse essencialmente anterior a outro, e, evidentemente, não é o que ocorre neste contexto. Com efeito, a anterioridade e a posterioridade entre os membros das *ceo* são consequência da hierarquia vigente entre os mesmos. Ora, é um dado próprio de qualquer hierarquia haver um grau supremo, ao qual todos os demais estão subordinados, de acordo com o critério que a organiza e dispõe seus componentes, de modo que, no presente caso, a suma anterioridade acarreta a suma perfeição. Sendo assim, com base neste raciocínio, pela terceira vez, depara-se com uma contradição na tentativa de se defender a infinidade nas *ceo*, que consiste fundamentalmente em não se levar em conta que dentro de uma hierarquia, como o são as *ceo* aqui em pauta, haja uma que ocupe o posto mais elevado²⁷⁷.

Como dito há pouco, a *quarta prova* considera a segunda diferença entre *ceo* e *cao*, a qual estabelece a equivocidade de uma *ceo* em relação à(s) outra(s), e, portanto, que há maior grau perfectivo essencial daquela em comparação a esta(s) (cf. 3.1.2.2). Pois bem, ao se propor a referida infinidade nas mesmas causas, propõe-se, na verdade, segundo Scotus, a finidade desta série. De fato, note-se que, ao reunir as ideias de “maior grau perfectivo essencial possível” e de “infinidade”, tem-se como resultado uma causa que pode ser

²⁷⁷ Cf. também: *QM* II qq. 4-6 nn. 67.71 (Oph. III: 256-7.257.258): “Aliter formatur ratio ex littera [scil. ARIST. *Metaph.* II (α) c. 2, 994a 11-9] ad solutionem quaestionis quod causalitas causarum mediarum [scil. essentialiter ordinarum] sit ab una causa, quia cuiuslibet causae mediae causalitas est ab aliqua priore essentialiter. Nulla causa est prior essentialiter nisi sit aliqua prima essentialiter, quia ‘prius est quod est principio propinquius’ [cf. ARIST. *Metaph.* V (Δ) c. 11, 1018b 9-11]. [p. 257] Ergo nulla causa potest habere causalitatem nisi sit aliqua prima a qua omnes habent causalitatem suam. [n. 71] Ad primum [scil. ib. n. 62] contra: quod illa consequentia valet ‘si omnes causae sunt mediae, quod omnium causalitas est ab aliquo uno’, si causae sint essentialiter ordinatae. In accidentaliter ordinatis non valet consequentia. Responsio patet ex secundo modo [scil. ib. n. 67]: ordo enim essentialis requirit quod omnium causalitas sit ab uno primo. [n. 75] Ad ultimum [scil. ib. n. 66] quod forma arguendi non valet ‘universitas non est causata, ergo aliqua non est causata’; sed tenet gratia materiae. Quia si totalitas non sit ab una causa prima, non esset aliqua una prima omnium, nec esset inter illas aliqua prior essentialiter aliá, et sic nulla esset causa [essentialis] alterius” (para o contexto dessas passagens cf. *supra* nota 133; além disso, o texto do n. 88, citado na nota 274, também pode ser considerado para esta prova); *QM* V q. 8 n. 7 (Oph. III: 542): “Dicitur quod notificatio est conveniens, tamen aliter convenit prioribus essentialiter et accidentaliter ordinatis. Quia in essentialiter ordinatis nihil causat sine primo simpliciter. Sed accidit hoc in ordinatis accidentaliter, quia accidit huic revolutioni caeli quod alia praecessit, quia potuit fuisse etsi prior non fuisset – per impossibile. Unde entitas talium omnium non est ab uno primo simpliciter, sicut in essentialiter ordiantis sunt omnia ab uno primo et a quo dependent omnia. Unde prius in accidentaliter ordinatis dicitur per comparisonem ad aliquod primum, non simpliciter, sed respectu illius, et hoc per accidens. In essentialiter ordinatis dicitur prius respectu primi simpliciter, quod est causa illius et omnium posteriorum”.

infinitamente superior em termos perfectivo-essenciais e, portanto, infinitamente mais perfeita do ponto de vista essencial. Consequentemente, obtém-se uma causa cuja atuação se dá independentemente de qualquer outra, uma vez que qualquer causa cuja existência e/ou atividade causal se dê em dependência de outra(s) será, necessariamente, uma causa imperfeita, visto dever ou somente sua existência ou, além desta, seu poder causal, a esta(s) outra(s). Ora, esta independência quanto à existência e à atuação não são senão as características da Causa (Eficiente) Absolutamente Primeira – à qual o argumento inicial, i.e., a prova básica da eficiência, já havia chegado²⁷⁸.

Há, contudo, outro modo de ver esta prova. Com efeito, admitindo-se a superioridade perfectivo-essencial de uma *ceo* em relação à(s) outra(s) e que, a partir disso, pode-se entender que sendo infinitas as causas – como quer a hipótese – seria legítimo pensar que também seriam perfeitas (o que não é senão outra forma de unir as ideias de “maior grau perfectivo” e “infinidade”). Todavia, nenhuma causa absolutamente perfeita exerce sua causalidade em virtude de outra(s), como ocorre entre as *ceo*, pois o denuncia a diferença na graduação perfectivo-essencial entre seus membros. Portanto, levando em conta as principais características do Efetivo Absolutamente Primeiro – traçadas na prova básica da eficiência – pode-se concluir que: ou não se trata aqui de *ceo*, dado que a diferença em termos perfectivo-essenciais entre estas causas resulta de seu caráter dependente; ou, se forem *ceo*, não serão infinitas, porque tais causas não somente dependem de outra(s) para causar, mas também para existir. Além disso, é preciso reparar no seguinte: visto que estas causas, supostamente infinitas, causam em virtude de outra(s), é igualmente impossível afirmar que entre elas esteja a Causa Absolutamente Suprema e Perfeita²⁷⁹, mas que esta série se compõe, na verdade, tão-somente de causas causadas e, portanto, imperfeitas.

²⁷⁸ Cf. também: *QM* II qq. 4-6 nn. 90.93 (Oph. III: 262.263): “Confirmatur etiam illud per illud inferius [cf. ib. n. 67] ‘prius est principio propinquius’ sic: perfectius perfectissimo propinquius; aliqua illarum causarum causatarum esset prior et perfectior aliá; ergo aliqua prima [n. 93] Item, causa infinitae perfectionis in causando est omnino independens in causando, et ita prima. Sed si sunt infinitae essentialiter ordinatae, aliqua est infinitae perfectionis in causando. Ergo est independens et prima. Probatio minoris: semper causa superior in per se ordinatis est maioris perfectionis in causando; ergo in infinitum superior in per se ordinatis est in infinitum maioris perfectionis in causando. Sed ex hypothesi [scil. si esset infinitas causarum essentialiter ordinatarum], aliqua est in infinitum superior istá; sic igitur ponit infinita et primum”; *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 53 (ed. Vat. XVI: 130): “Praeterea, causa prior in causando habet perfectiorem causalitatem, et quanto est prior tanto habet perfectiorem causalitatem, igitur causa prior in infinitum habet causalitatem infinitam; sed si sit processus in infinitum in causis essentialiter ordinatis, tunc est causa prior in infinitum; igitur, hoc eodem dato, erit causa habens causalitatem infinitam. Sed habens causalitatem infinitam in causando, non dependet ab alio, et tale est primum; igitur etc.”.

²⁷⁹ Cf. *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 22 (ed. WA: 262): “Ex secunda differentia arguo sic: si causae essentialiter ordinatae sint alterius ordinis, semper causa superior est perfectior; ergo causa in infinitum superior, erit in infinitum perfectior. Si igitur sunt infinitae tales, erunt infinitae causae perfectae. Sed nulla talis simpliciter

Como se pode ver, esta penúltima prova da proposição “a” tem sua importância ao mostrar quão indefensável é a série infinita, uma vez que defender semelhante tese por meio deste argumento, ou conduz à Causa Primeira, ou a negar que, partindo deste raciocínio, se chegue a uma causa primeira, uma vez que suas características são próprias não de uma causa perfeita, mas unicamente de causas imperfeitas.

Já a *quinta prova* de “a” afirma que a efetividade – i.e., a ação própria de uma causa efetiva, e, no presente caso, de uma *ceo* – não implica por si, necessariamente, nenhuma imperfeição. Portanto, é possível que a efetividade exista em alguma natureza sem nenhuma imperfeição. Com efeito, se nenhuma causa existisse sem depender de algo anterior a ela, então em nenhuma natureza estaria presente esta efetividade sem imperfeição. Todavia, não é o que se passa aqui, porque é possível que esta efetividade perfeita exista em alguma natureza, e, assim, é igualmente possível haver um Efetivo Primeiro cuja efetividade seja perfeita, e isto por dois motivos: em primeiro lugar, porque este Ente não dependeu de nenhum outro para existir; em segundo, porque sua própria atuação ocorre de modo independente. Por enquanto, porém, basta a possibilidade de existência deste Efetivo Primeiro, mas será mostrado que, se este Efetivo for possível, então Ele existirá atualmente²⁸⁰.

Como indicado inicialmente, no conjunto das cinco provas, há diferentes pontos de vista a partir dos quais os argumentos são desenvolvidos. Em sentido amplo, constata-se que as três primeiras se voltam diretamente contra a possibilidade de a série das *ceo* ser infinita, levando em conta as próprias características, quer da série, quer de seus membros individualmente considerados. Já as outras duas provas seguem outra linha argumentativa, e

perfecta causat virtute alterius; ergo non sunt essentialiter ordinatae. Dato enim quod causaret virtute alterius, non esset simpliciter suprema et perfecta”.

²⁸⁰ Comp. com: **Rep. I-A** d. 2 p. 1 qq. 1-3 n. 25 (ed. WA: 264): “Secunda ratio est ista: omne effectivum nullam imperfectionem includit; sed quod nihil imperfectionis includit, potest poni inter entia sine imperfectione. Sed si nulla causa est sine dependentia ad aliquid prius, in nullo est sine imperfectione; ergo effectivitas potest inesse alicui naturae, et illa natura est simpliciter prima. Ergo effectivitas simpliciter prima est possibilis et, si potest esse et non ab aliquo alio, ergo a se” (aqui também se prefere “*effectivitas*”, em vez de “*effectibilitas*”, como traz o texto citado, cf. *supra* nota 272; **Lect.** I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 54 (ed. Vat. XVI: 130): “Praeterea, esse effectivum non ponit imperfectionem in entibus; sed quidquid est perfectionis in entibus potest esse in aliquo sine imperfectione; igitur esse effectivum potest esse in aliquo sine imperfectione. Sed hoc non est possibile nisi independenter causat, quod est esse causa prima efficiens; igitur etc.”; **QM** II qq. 4-6 n. 89.92 (OPh. III: 262.262-3): “Probatum autem propositio sic: causare est simpliciter perfectionis; omni causae causatae hoc imperfecte inest, quia in quantum dependet ab alia. Igitur istud [scil. causare] erit in aliquo sine aliqua imperfectione – quidquid enim simpliciter perfectionis est, si in aliquo est imperfecte, est a perfecto secundum illud. Sed illud, in quo est causare sine aliqua imperfectione, non causatur, quia tunc dependeret. Igitur est primum. [n. 92] Aliter arguitur pro eadem propositione: rationabile est supponere nullum gradum cogitabilem simpliciter perfectionis esse impossibilem universo. Perfecte causare sine dependentia est sine [p. 263] causari est gradus cogitabilis simpliciter perfectionis. Ergo non est impossibile in universo. Sed si non est impossibile, est; quia quidquid non est, et est possibile, est causabile. Ergo si est possibile, est”

atacam indiretamente a infinidade causal, de modo que tanto a penúltima quanto a última admitem previamente a existência do Efetivo Primeiro, e então formulam suas refutações à infinidade numérica das *ceo*.

A propósito, especificamente quanto à quarta prova, nota-se que ela parece ir um pouco além de seus limites, na medida em que defende que a suposta série sem fim tem-no, na verdade, precisamente porque acaba no Efetivo Primeiro. Como se vê, o que refuta a infinidade da série de *ceo* é a própria existência do Efetivo Primeiro. Já a quinta prova não chega a estar completa nesta primeira conclusão da causalidade eficiente, porque sua afirmação da existência do Efetivo Primeiro está restrita ao âmbito da possibilidade. De fato, haverá como passar da existência possível à existência atual, e, portanto, provar-se definitiva e apoditicamente a existência do Efetivo Absolutamente Primeiro, mas isto somente ocorrerá na terceira conclusão da eficiência, de modo que, por enquanto, o que se provou foi tão-somente que Sua existência é possível.²⁸¹

3.1.3.2 Proposição “b”: “É impossível que as *cao* sejam infinitas, a menos que esta série se interrompa na das *ceo*”

Nesta proposição, Duns Scotus defende que afirmar a infinidade das *cao* pressupõe que estas dependem das *ceo*, as quais já se provou ser finitas e culminar no Efetivo Absolutamente Primeiro. Assim, por um lado, “b” estabelece que, caso não haja este Efetivo, então uma série infinita de *cao* será impossível; mas, por outro, propõe que, se este existir, então será possível conceber uma série infinita de *cao*, pois aquele Efetivo é capaz de mantê-la existindo. Note-se, ademais, que enquanto desenvolve toda a argumentação da proposição “b” Scotus parece ter em mente o pressuposto teológico da criação desde a eternidade – o que não significa que Deus, a Causa Primeira, tenha criado desde todo o sempre – mas que a única forma de admitir uma série infinita decorrente da criação desde a eternidade seja através da existência e do poder de manutenção de Deus.²⁸²

Desse modo, a série de *cao* não constitui a negação da existência de um Efetivo Primeiro, posto que a infinidade desta série só se torna possível precisamente pela existência

²⁸¹ Cf. PRENTICE, 1965, p. 404.

²⁸² Cf. id., ib., pp. 404-5.

daquele Efetivo.²⁸³ Aliás, como será possível indicar a seguir, é exatamente esta dependência – que se pode entender como carência e mesmo como deficiência – própria às *cao*, que serve de base para a argumentação desenvolvida nesta proposição, a qual, em seu conjunto, pode ser entendida como o “Argumento da Dependência Essencial das CAO”²⁸⁴. De fato, Duns Scotus a articula levando em conta certos passos: em primeiro lugar, as características das *cao*, e, assim, inicialmente, a anterioridade, depois a sucessividade, e, sobretudo, a identidade perfectivo-essencial dos membros desta série; em segundo, projeta neste contexto a infinidade; e, em terceiro, extrai as consequências da reunião de todos esses elementos.

Desse modo, dentre as características já indicadas das *cao*, considere-se o fato de um anterior neste âmbito causal poder exercer sua causalidade, quer seu anterior imediato exista, quer não exista, como se constata no caso do “pai” que pode causar o “filho” sem contar com a cooperação do “avô” (cf. 3.1.2.1). Além disso, tenha-se presente que o processo causal dos componentes desta série é sucessivo, e, portanto, não simultâneo (cf. 3.1.2.3), e que os mesmos têm idêntica perfeição essencial.

Pois bem, ao se pensar em uma infinidade de *cao*, tem-se de concebê-la como sucessiva, ou seja, onde cada elemento é causado depois de outro, e de tal forma que um posterior não dependa de seu anterior para causar – o que se segue da primeira diferença indicada logo acima. Ademais, ao tomá-las como infinitas é preciso admitir que serão sucessivas e de mesma classe em termos de perfeição essencial.²⁸⁵

No entanto, ao se reunir o dado da sucessividade ao da infinidade tem-se uma conjunção impossível, segundo Scotus, porque as *cao*, tendo um processo de produção sucessivo, não podem ser numericamente infinitas, exceto se esta infinidade não depender exclusivamente de seus componentes, mas de algo permanente e que não faça parte daquela sucessão.²⁸⁶ Com efeito, nenhum caso de deformidade²⁸⁷, i.e., de continuidade dos membros

²⁸³ Cf. Id., ib., p. 405.

²⁸⁴ Cf. O’CONNOR, 1993, p. 25; e ID. ‘From First Efficient Cause to God: Scotus on the Identification Stage of the Cosmological Argument’ (pp. 435-54). In: HONNEFELDER, Ludger *et al.* (Eds.). **John Duns Scotus: Metaphysics and Ethics**. Leiden, New York, Köln: E. J. Brill, 1996, p. 436.

²⁸⁵ Cf. O’CONNOR, 1993, p. 25 *in fine*; e PRENTICE, 1965, p. 405.

²⁸⁶ Cf. O’CONNOR, ib., p. 26 *in principio*; e PRENTICE, ib.

²⁸⁷ Ao se referir ao sentido do termo “*deformitas*”, empregado por Scotus na *Ordinatio* (cf. nota *infra*), Prentice o menciona em termos de “deficiência”, “defeituosidade”, “defectividade” (cf. PRENTICE, 1965, p. 405) pelo fato de a dependência para existir indicar, de fato, menor perfeição do dependente em relação àquele de que ele depende. Se, porém, se considerar certas traduções em edições de Wolter, ver-se-á que a “*deformitas*” (ou “*disformitas*”, conforme a *Rep. I-A*) scotista expressa a mudança de forma da potencialidade para a atualidade (cf., para os textos traduzidos da *Rep. I-A*: a) ed. WA: 267; b) ed. FW: 49; c) ed. WB: 121; para o texto da *Ordinatio*, cf. a p. 43 de: DUNS SCOTUS, John. **Philosophical Writings: A Selection**. Indianapolis/Cambridge: Hackett Publishing Company, 1987; para o texto do *TPP*, cf. a p. 48 de: DUNS SCOTUS, John. **A**

desta série com as características que lhes são próprias, pode se perpetuar, senão em virtude de alguma outra natureza que dure infinitamente e da qual dependa a manutenção, quer de toda a sucessão, quer de cada um de seus membros.

Assim, a dependência, quer de toda a série, quer de cada um de seus componentes em relação a esta natureza de duração infinita não se dá senão porque esta natureza é essencialmente anterior àquela série e a seus membros, e, conseqüentemente, pertence à outra ordem. Ora, pertencer a outra ordem significa que ela tem um modo de causar diverso do vigente entre os membros da série de *cao*, diversidade esta que se deve ao fato de esta natureza ser essencialmente mais perfeita quanto ao seu poder causal, em relação à toda a sucessão e a cada um de seus membros. Fica evidente, portanto, que unicamente desta forma se explica como as *cao* podem ter continuidade *ad infinitum*.²⁸⁸

Como se pode ver, o que caracteriza profundamente esta série é sua dependência, não só no sentido em que a expressa a primeira diferença, pois se se prestar atenção às outras duas, ver-se-á que tanto a transmissão do grau perfectivo essencial, quanto a sucessividade, não são senão outras formas de dependência.

Em virtude disso, é impossível que os próprios membros sejam capazes de explicar a existência de toda a série. Daí decorre, portanto, que só se torna admissível a infinidade das *cao* pela ação de uma Causa Essencialmente Primeira, porque só uma causa com tamanho poder pode ser responsável pela coordenação das causas disformes, i.e., pelas causas que passam a seus efeitos os mesmos traços que elas possuem. Observe-se, ainda neste contexto,

Treatise on God as First Principle. 2.ed. Chicago: Franciscan Herald Press, 1982). Parece que seguindo este último entendimento, que não constitui uma negação do primeiro, o professor Raimundo Vier também interpreta “*deformitas*” como “mudança ou sucessão de formas” ou “o processo de vir-a-ser e deixar-de-ser” (cf. SCOT, 1989, nota 36, p. 48). Já O’Connor parece interpretar a “deformidade” com o sentido de “continuidade da característica da não-simultaneidade de um membro das *cao* para outro” (cf. O’CONNOR, 1993, p. 25). Como se vê, comum a todas as interpretações indicadas está o fato de se entender “deformidade” como a transmissão de uma característica do anterior ao posterior durante o ato causal que lhe deu origem, quer isso signifique a transmissão da imperfeição (como quer PRENTICE, *loc. cit.*), quer a passagem da potencialidade à atualidade (como pensa WOLTER, *loc. cit.*), quer a transmissão do dado da não-simultaneidade (como quer O’CONNOR, *loc. cit.*). Por isso, tenham-se em conta estas variantes para o mesmo termo, uma vez que exprimem-lhe o sentido a partir de diferentes ângulos.

²⁸⁸ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 54 (ed. Vat. II: 159-60): “*b* probatur, scilicet quod infinitas in accidentaliter ordinatis sit impossibilis nisi ponatur status essentialiter ordinatorum, quia infinitas accidentaliter si ponitur, hoc non est simul, patet, sed successive tantum, ut alterum post alterum, ita quod secundum aliquo modo fluit a priore. Non tamen dependet ab ipso in causando; potest enim causare illo non existente sicut illo existente, sicut filius generat patre mortuo sicut ipso vivo. Talis infinitas suc-[p. 160]-cessionis est impossibilis, nisi ab aliqua natura infinite durante, a qua tota successio et quilibet eius, dependeat. Nulla enim deformitas perpetuatur nisi in virtute alicuius permanentis quod nihil est illius successionis, quia omnia successiva illius successionis sunt eiusdem rationis; sed est aliquid prius essentialiter, quia quilibet successionis dependet ab ipso, et hoc in alia ordinatione quam a causa proxima quae est aliquid illius successionis. Patet ergo *b*”; cf. também *TPP* c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 51, p. 133).

que cada causa disforme, i.e., cada *cao*, é responsável por manter esta deformidade (esta mudança de forma) em relação a seu(s) posterior(es) imediato(s), mas a continuidade ao infinito deste curso disforme, ou seja, a possível perpetuação infinita de outras causas com as mesmas características deve-se, em verdade, àquela Causa Essencial Primeira, que não pertence a esta ordenação causal. Em virtude disso, para que as *cao* possam seguir sucessivamente *ad infinitum*, têm de estar assentadas nesta Causa Primeira da qual, em última instância, todas e cada uma dependem. Portanto, o que depender de uma *cao* depende mais essencialmente ainda da Causa Esencialmente Primeira.²⁸⁹

Tem-se disso um exemplo no processo de geração das *cao*, como o constituído formado por “filho”, “pai”, “avô” e bisavô”. De fato, percebem-se aqui todos os dados apontados, como o tipo de dependência quanto à existência, mas não quanto à ação causal, e que evidenciam o forte vínculo do anterior com seu posterior imediato; além disso, a identidade quanto ao grau perfectivo-essencial, característica de uma causa unívoca, i.e., dar origem a um efeito perfectivo-essencialmente idêntico a si; e a sucessividade, ou seja, a continuidade ao longo de intervalos de tempo e um depois de outro. Diante deste quadro,

²⁸⁹ Cf. também *Lect.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 55 (ed. Vat. XVI: 130-1): “Item, si ponitur infinitas in causis accidentaliter ordinatis, sequitur ‘statum’ esse in causis essentialiter ordinatis: illae enim causae accidentaliter ordinatae sunt in individuis eiusdem speciei. Tunc sic: nulla deformitas est perpetua nisi a causa perpetua perpetuante – extra istam coordinationem [scil. quod stat extra coordinationem causarum accidentaliter ordinatarum] – istam deformitatem. Probatio: nihil huius coordinationis potest esse causa totius perpetuae deformitatis, quia in talibus accidentaliter ordinatis unum est tantum causa unius; igitur ultra istam coordinationem deformem oportet ponere aliquam causam primam et essentialem per-[p. 131]-petuante. Unde deformitas est a causa deformi, sed uniformitas perpetua istius deformitatis erit a causa extra istam coordinationem; et ita, si sit processus [in infinitum] in accidentaliter ordinatis, erit status ad aliquam causam primam essentialem a qua omnes accidentaliter ordiantae dependent”; *Rep. I-A* d. 2 p. 1 qq. 1-3 nn. 26-7 (ed. WA: 264.266): “Sed dices quod istae rationes [scil. ib. nn. 24-5] non concludunt supponendo ordinem essentialem causarum. Sed negabitur tibi ordo essentialis, et dicitur quod omne quod producitur, producitur sufficienter a causa particulari eiusdem rationis sicut a causa totali, ut filius a patre, et sic in infinitum. [n. 27] Contra: hoc productum aut producitur a causa alterius ordinis, et sequitur ordo essentialis, aut a causa eiusdem rationis, et tunc fuit possibile produci a causa a qua producitur, et ista ab alia et illa ab alia a qua producitur, fuit possibilis produci, et sic in infinitum. Semper enim natura habebit eundem modum essendi in quolibet eiusdem rationis, ita quod, si unum fuit productibile, et quodlibet in infinitum successive. Sed nulla successio potest in infinitum continuari nisi in virtute alicuius permanentis in in-[p. 266]-finitum cum tota successione illa, eo quod nulla difformitas perpetuatur nisi in virtute alicuius uniformis quod non est aliquid illius successione, quia nulla pars successione potest permanere cum tota successione, eo quod tunc non esset pars eius. Ergo est aliquid essentialiter prius tota successione, cum tota successio dependeat ad ipsum. Omne ergo quod dependet a causa accidentaliter ordinata, dependet essentialiter a causa per se et essentialiter ordinata. Immo negato ordine essentiali negabitur ordo accidentalis, quia accidentia non habent ordinem nisi mediante fixo et permanente, et per consequens nec multitudinem in infinitum. Et sic exclusa est prima instantia, scilicet quod non est procedere infinitum in accidentaliter ordinatis nisi fuerit status in essentialiter ordinatis”.

Note-se, contudo, que, apesar de este trecho da *Rep. I-A* iniciar de modo semelhante ao conteúdo da proposição “c”, e não ao da proposição “b”, de aqui se trata, é preciso ter presente dois dados. Em primeiro lugar, a continuidade da mesm passagem está em pleno acordo com “b”; e, em segundo, a própria proposição “c” é construída de modo a considerar a hipótese aventada em “b”, da dependência das *cao* em relação às *ceo*, e, mais especificamente, em relação à Causa Primeira Essencial, que não é senão o Efetivo Absolutamente Primeiro, ou a Natureza Absolutamente Primeira, ou ainda simplesmente a Causa Absolutamente Primeira.

evidencia-se a impossibilidade de esta sequência se perpetuar infinitamente, pois ela é incapaz de explicar a própria origem unicamente através de si e dos traços próprios de seus membros.

Enfim, vê-se que o dado de grande relevância para esta proposição está na dependência essencial que as *cao* têm de uma Causa Essencialmente Primeira. Com efeito, o dado da identidade em termos de perfeição essencial entre os membros das *cao* permite que se vislumbre como única explicação para sua continuidade *ad infinitum* uma outra causa, que não pertença à mesma ordem e que não seja, portanto, de mesma natureza que as *cao*, mas que tenha poder causal infinito, donde decorre que viabilize a infinidade dos membros desta série causal.

Além disso, por meio do “Argumento da Dependência Essencial das CAO”, representado pela proposição “b”, também ficam mais claras as provas da proposição “a”. De fato, estas provas dão particular ênfase à defesa de “um elemento primeiro nas *ceo*”²⁹⁰ e quando vistas a partir da suprema perfeição essencial da Causa Primeira, que “b” se empenha em evidenciar, o tipo de ordenação e superioridade vigente entre as *ceo* parece ser mais facilmente entendido naquelas provas (só não tanto na segunda porque esta se volta mais especificamente à simultaneidade da ação causal). Com efeito, na primeira prova de “a” requer-se não apenas maior perfeição essencial, mas perfeição essencial em sentido absoluto para explicar, por um lado, a dependência das *ceo* de uma Causa Primeira e, por outro, mas consequentemente, a independência em termos de atuação desta em relação àquelas.

Ademais, na terceira prova, a anterioridade e a hierarquia de que ali se fala também podem ser tomadas na conta de reflexos da absoluta perfeição essencial da Causa Primeira; assim também quanto à quarta prova, na qual se menciona explicitamente este dado expresso pela segunda diferença entre *ceo* e *cao*, e se faz referência à independência quanto à existência e à atuação da *Causa Prima*; e o mesmo se pode dizer em relação à quinta prova, onde mais uma vez a efetividade em termos de perfeição essencial absoluta é usada para se defender (aqui, apenas a possível) existência do Efetivo Abolutamente Primeiro.

Como se pode ver, com a proposição “b” realmente se percebe com mais nitidez a característica da perfeição essencial absoluta da Causa Primeira em relação às outras causas, quer estas sejam *ceo*, quer *cao*, e, a partir disso, pode-se compreender a hierarquia constituída entre todas elas em termos perfectivo-essenciais.

²⁹⁰ Cf. O’CONNOR, 1993, p. 25. Considero que a menção à proposição “a” deve-se ao fato de suas cinco provas se ter em vista provar este elemento primeiro das *ceo* enquanto prova-se a finitude desta série; já quanto à proposição “c”, o elemento primeiro das *ceo*, está mais implícito, porque aqui ele é considerado na medida em que esta proposição pressupõe a ordenação essencial entre as causas.

3.1.3.3 Proposição “c”: “Se a ordem essencial for negada, ainda assim a infinidade será impossível”

Agora, Duns Scotus trabalha com uma hipótese que consiste em negar a ordem essencial no âmbito das causas. Como se pôde ver, a ordenação essencial constitui um dado de grande importância, uma vez que ela serve de base para muito do que se estabeleceu na argumentação scotista. Naturalmente, Scotus o reconhece e aproveita esta proposição para excluir o último resquício de alguma forma indevida de infinidade permanecer no âmbito causal, i.e., que não preencha os devidos limites e sentidos em que esta foi admitida no que se refere às causas ordenadas. Veja-se então como esta proposição se desenvolve.

Tenha-se presente, em primeiro lugar, que, de acordo com a prova básica da primeira conclusão da causalidade eficiente, nada vem do nada (cf. 1.3.4), do que se segue que há alguma Natureza Efetiva. Todavia, ao se negar que há uma ordem essencial entre os membros ativos de uma série causal – o que implica imediatamente que não há cooperação entre as causas em sua atuação – nega-se também que aquela Natureza atue cooperando com alguma outra, ou seja, defende-se que ela continua desempenhando sua atividade causal de modo absolutamente independente em relação a qualquer outra causa. Sendo assim, afirma-se algo idêntico ao resultado a que aquela conclusão inicial chega, e, portanto, permanece sem alterações que uma Natureza Efetiva Absolutamente Primeira é perfeitamente possível.

Se, porém, se quiser manter que este Efetivo (cuja ação causal é independente de qualquer outro) é causado, será preciso admitir também que sua ação efetiva existe em alguma outra natureza, a qual não é, contudo, causada – ora, se se chega a esta consequência não se diz outra coisa senão o que o presente argumento tem em vista em relação àquela Natureza, pois se continua afirmando a existência de uma Causa Absolutamente Primeira, cujas existência e atuação independem de qualquer outra coisa.

Entretanto, se ainda assim se insistir que esta Natureza Efetiva é de qualquer modo causada (aliando tal alegação à que a série de causas é infinita), então, estar-se-á incorrendo em contradição. Com efeito, ao negar a ordem essencial (que implica negar a cooperação entre as causas em seu processo de atuação), e ainda se quiser manter, ao mesmo tempo, que estes membros efetivos causados seguem um curso infinito, então estar-se-á dizendo que uma

natureza profundamente dependente pode se prolongar sucessivamente ao infinito, sem contar com o auxílio de uma natureza de duração infinita, externa àquela série e da qual cada um de seus membros, bem como toda a série, dependem. Ora, já houve oportunidade de ver que não se pode afirmar a existência de nenhuma natureza causada – em qualquer âmbito causal que seja – de modo a haver uma ordem accidental sob a mesma, sem que haja uma ordem essencial que aquela constitua com alguma outra natureza (cf. 3.1.3.2). Portanto, é impossível haver infinidade no âmbito das causas, mesmo diante da negação da ordem essencial.²⁹¹

A partir do conjunto argumentativo formado pelas proposições “a”, “b” e “c”, pode-se legitimamente concluir que uma série infinita de *ceo* é impossível, do mesmo modo são-no as *cao*, sem que esta série dependa da das *ceo*, cuja Causa Primeira responde por sua possível continuidade *ad infinitum*; além disso, ainda que se negue a ordem essencial, a infinidade permanece absolutamente impossível, exceto no caso das *cao* e, mesmo aí, circunscrita aos limites expostos na proposição “b” e reiterados na “c”. Observe-se, contudo, que permanece pendente a apoditicidade da quinta prova da proposição “a”, a qual so se poderá obter mediante a conclusão que prove a atualidade da Natureza Primeira, i.e., da Causa Eficiente Primeira. Desse modo, cabe ainda dedicar algumas palavras aos últimos passos do argumento teísta de Duns Scotus.

3.1.4 As Características da Causa Primeira em Relação às Ordens Causais ou A Continuidade da Argumentação Scotista

Como previamente indicado, a prova básica do argumento teísta do Doutor Sutil juntamente com as três diferenças entre as duas séries causais e as proposições “a”, “b” e “c”

²⁹¹ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 55 (ed. Vat. II: 160-1): “Probatur etiam *c*, quod scilicet si negetur ordo essentialis, adhuc infinitas est impossibilis. Probatio, quia cum ex prima ratione hic [p. 161] adducta, scilicet quod a nullo nihil potest esse, sequatur quod aliqua natura sit effectiva, si negatur ordo essentialis activorum ergo illa in nullius alterius virtute causat; et licet ipsa in aliquo singulari ponatur causata, tamen in aliquo est non causata, quod est propositum de natura; vel, si in quolibet ponatur causata, statim implicatur contradictio negando ordinem essentialem, quia nulla natura potest poni in quolibet causata ita quod sit ordo accidentalis sub ipsa sine ordine essentiali ad aliam naturam”; cf. também *TPP* c. 3 concl. 2 (ed. SCAPIN: § 52, pp. 133.135). Observe-se que na *Rep.* I-A as proposições “b” e “c” seguem-se aos dois “*argumenta persuasiva*”, que são, ali, um complemento às três provas dedicadas a cada uma das três diferenças entre ambas as séries causais (e que estão muito próximas a três, das cinco, provas da proposição “a”), pois, como já indicado (cf. *supra* nota 289 *in fine*), os conteúdos de “b” e “c”, na *Ordinatio* – ainda que complementares – estão separados, enquanto na *Rep.* I-A os mesmos estão reunidos.

constituem a totalidade da primeira conclusão da primazia causal eficiente – que servirá de referência para as demais – e que visa demonstrar que a existência de um Efetivo Absolutamente Primeiro é possível. Os passos seguintes do desenvolvimento desta primazia são as outras duas conclusões, sendo que na segunda se tem em vista provar Sua incausabilidade, e, na terceira, a atualidade de Sua existência, e alguns outros dados exclusivos da Causa Primeira em sua relação com as demais.

3.1.4.1 Incausabilidade

Vista em detalhes a primeira conclusão, pode-se agora voltar a atenção às outras duas. Todavia, a argumentação da segunda conclusão já foi longamente desenvolvida, referida e retomada (cf. 1.3.3 e 3.2.1.3), porque se aqui tal prova tem a função de defender a incausabilidade da Natureza Primeira, alhures, com outro fim, permitiu a Scotus tratar a questão da relação entre as diferentes causas que se ordenam essencialmente de modo mais pormenorizado. Todavia, a fim de indicar seu papel no presente contexto, ela será brevemente tratada.

De fato, o Efetivo Primeiro possível é incausável, não apenas do ponto de vista da eficiência, mas também a partir da perspectiva de qualquer outra forma causal; portanto, este Efetivo não tem uma outra causa eficiente, nem final, nem material, nem formal, não sendo, conseqüentemente, efetível, nem finível, nem materiável, nem formável (cf. *ib.*).

Recorde-se que ficou assentado na prova básica do argumento da eficiência que, se o efetivo a que se chega não for o primeiro, então é preciso continuar a indagação e chegar a um que o seja. Pois bem, uma vez tendo-se chegado àquele que é Primeiro, i.e., ao efetivo inefetível, este também será infinível. De fato, a ação causal do fim, i.e., da causa final, consiste em mover, metaforicamente falando, a causa eficiente a realizar a ação que lhe é própria, i.e., efetivar. Portanto, se o Efetivo Primeiro não tem causa eficiente, também não terá causa final, devido ao estreito vínculo que a atuação de ambas pressupõe. Além disso, pode-se acrescentar, resumidamente, que a ação da causa eficiente tem poder sobre o processo das causas material e formal. Sendo assim, dado que não há eficiência anterior à do Efetivo Primeiro, tampouco poderá haver materialidade e formalidade que o antecedeam, posto que

estas dependem da eficiência para realizar a causalidade própria a seu âmbito de atuação.²⁹² Como já se teve ocasião de indicar, a anterioridade natural das causas eficiente e final (extrínsecas) em relação às causas material e formal (intrínsecas) deve-se à maior perfeição daquelas em comparação a estas.

3.1.4.2 Existência verdadeiramente atual

Sabe-se, portanto, a partir da segunda conclusão, que, na medida em que o Efetivo Primeiro é incausável, não pode vir a existir pela ação de outro; sabia-se, ademais, por meio da primeira conclusão, que este Efetivo é possível. Desse modo – e agora de acordo com a terceira conclusão – pode-se afirmar que o mesmo Efetivo existe atualmente por si, uma vez que, caso não existisse, não haveria como ser possível, posto que nenhuma outra causa teria poder para fazê-Lo existir. Portanto, pode-se dizer que o Efetivo Primeiro existe atualmente, e que a quinta prova de “a” está, então, apoditicamente provada.²⁹³

Assim, chega-se ao resultado que o Efetivo Primeiro não somente é anterior a qualquer outro efetivo, mas sua anterioridade é tal que ao se conceber qualquer outro como anterior a Ele, incorre-se imediatamente em contradição. Portanto, do modo como é primeiro tem de existir.²⁹⁴

²⁹² Para as referências aos textos scotistas, cf. *supra* nota 154. E para o contexto da passagem do *TPP*, cf. *supra* nota 157.

²⁹³ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 58 (ed. Vat. II: 164-5): “Tertia conclusio de primo effectivo est ista: primum effectivum est in actu existens et aliqua natura vere existens actualiter sic est effectiva. Probatio istius: cuius rationi repugnat esse ab alio, illud si potest esse, potest esse a se; sed rationi primi effectivi simpliciter repugnat esse ab alio, sicut patet ex secunda conclusione; similiter et ipsum potest esse, sicut patet ex prima ubi posita est quinta probatio ad *a*, quae minus videtur concludere et tamen hoc concludit. Aliae autem probationes ipsius *a* possunt tractari de existentia quam proponit haec tertia conclusio, et sunt de contingentibus, tamen manifestis; vel accipiantur *a* de natura et quiditate et possibilitate, et sunt ex necessariis. Ergo effectivum simpliciter primum potest esse ex se. Quod non est a se non pot[est] esse a se, quia tunc non-ens produceret aliquid ad esse, quod est impossibile, et adhuc, tunc illud causaret se et ita non esset incausabile omnino. – Illud ultimum, scilicet de existentia primi effectivi, aliter declaratur, quia inconveniens est universo desse supremum gradum possibilem in essendo”; cf. também *TPP* c. 3 concl. 4 (ed. SCAPIN: § 54, pp. 135.137). Compare-se a última parte deste trecho da *Ordinatio* com as passagens da *Lectura* e das *QM*, supracitadas na nota 280. Note-se, ademais, que sigo aqui a variante adotada por PRENTICE, 1965, nota 2, p. 408, que prefere “*sic*” em lugar de “*sicut*”, como traz a ed. Vat.

²⁹⁴ Cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 59 (ed. Vat. II: 165): “Iuxta tres conclusiones ostensas de effectivo primo nota corollarium quoddam, quod quasi continet tres conclusiones probatas, quod scilicet primum effectivum non tantum est prius aliis, sed quo prius aliud esse includit contradictionem, sic in quantum primum existit. Probatur ut praecedens; nam in ratione talis primi maxime includitur incausabile, probatur ex secunda [conclusione]; ergo si potest esse (quia non contradicit entitate, ut probatur ex prima), sequitur quod potest esse a se, et ita est a se”; cf. também *TPP* c. 3 concl. 4 (ed. SCAPIN: § 55, pp. 137.139).

3.1.4.3 Primazia absoluta no âmbito da eficiência, necessidade e unicidade

Teve-se oportunidade de observar, que Duns Scotus formula o argumento-base da causalidade eficiente no âmbito da possibilidade (cf. 1.3.4). No entanto, poderia tê-lo formulado desde o início no âmbito da atualidade²⁹⁵, o que tê-lo-ia feito considerar a relação causa eficiente-efeito para defender que ‘se algum sujeito é mudado, e, portanto, passa a existir, isto não se deve senão a uma causa eficiente’; e, a partir da mesma relação, seria plenamente viável o argumento no âmbito atual, de modo a chegar à existência de uma Causa Primeira Eficiente. Todavia, entre os inconvenientes que semelhante abordagem traria, está a elaboração de uma prova meramente contingente, que se restringiria a este fato contingente, e que levaria a tomar toda a prova em termos exclusivamente contingentes.

Observe-se, portanto, que mesmo válido, o argumento concebido em termos atuais não lhe permitiria o que lhe permitiu o formulado em termos possíveis, i.e., partir de premissas cuja contingência eleva-as à necessidade, as quais tomam como referência a natureza ou quiddidade do efeito para se provar a existência (naquele instante, possível) da causa. É precisamente isto que Scotus tem mente ao partir de um dado intrínseco do efetível, ou seja, ao considerar a possibilidade de mudança de estado (da mera potencialidade do efeito à sua possível atualização) e perceber que isto se deve à própria natureza do efeito, que tanto pode passar a existir – em caso de sofrer a ação da causa – quanto pode permanecer em estado potencial.

Além disso, este mesmo dado permite constatar que é próprio da natureza do efetível que alguma outra natureza o produza, i.e., se há alguma natureza efetível, então tem de haver alguma natureza efetiva. Portanto, é intrinsecamente necessária à existência do efetível a existência de algum efetivo, que seja reponsável pela efetivação daquele.

Desse modo, pode-se entender que Scotus não está preocupado com a efetivação contingente de dado efetivo, o qual, por sua vez, permita-lhe chegar a um Efetivo Primeiro que explique o fato contingente inicial. Ao contrário, posto que ele parte da natureza do efetível, e esta requer um efetivo que a realize, importa mesmo atentar à efetivação realizada pelo Efetivo Primeiro atualmente existente. E é em virtude disso que todo e qualquer efetível – o que significa dizer, quer *ceo*, quer *cao* – requer um efetivo que não seja efetível, i.e.,

²⁹⁵ Para as referências dos textos em que Duns Scotus formula ou reformula seu argumento principal, quer em sentido atual, quer em sentido possível, cf. *supra* nota 160 *in fine*.

causado por outro efetivo, e cuja efetibilidade seja independente da ação de qualquer outro efetivo. Este é, portanto, o Efetivo Abolutamente Primeiro, a Causa Abolutamente Primeira.

Vê-se, então, que a atuação do Efetivo Primeiro é realmente absoluta e independente no sentido preconizado pela prova básica do argumento da eficiência. Ademais, a título de menção diga-se que Duns Scotus prova a necessidade do Efetivo Abolutamente Primeiro, bem como a unicidade do mesmo. No primeiro caso, prova a necessidade por meio da incausabilidade do Efetivo Primeiro, e, no segundo, prova a unicidade através de Sua necessidade²⁹⁶.

3.2 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Ao considerar exclusivamente as *ceo* e as *cao* é preciso ter presente que se está tratando de membros de séries que têm relação com a Causa Primeira. No entanto, antes de qualquer coisa, impõe-se dizer que, embora se possa pensar que as *ceo* contituam-se de “naturezas” ou “essências”, enquanto as *cao* componham-se de indivíduos de mesma espécie, Duns Scotus dá menos importância a indicar os referentes de cada série causal do que em entender o modo como se relacionam, quer entre seus respectivos pares, quer entre si, quer para com a Causa Primeira. Assim, pode-se passar, inicialmente, à descrição dos dados relativos aos membros das séries causais, os quais não são senão as três diferenças entre *ceo* e *cao* tão enfatizadas pelo frade escocês.

Em primeiro lugar, é importante dizer que há anterioridade e posterioridade entre os membros de ambas as séries. Desse modo, conforme a primeira diferença, cujo critério é a

²⁹⁶ Como sugere PRENTICE (1965, nota 1, p. 412), quanto a este ponto, o texto do *TPP* é um pouco mais claro que o paralelo da *Ordinatio*, embora ambos tragam substancialmente a mesma doutrina. Estes textos não são aqui citados explicitamente porque seu detalhamento ultrapassa o presente propósito. Assim, para o caso da prova da necessidade através da incausabilidade, cf. *TPP* c. 3, concl. 5 (ed. SCAPIN: § 56, p. 139), cf. também *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 n. 70 (ed. Vat. II: 170-1); para a prova da unicidade por meio da necessidade, cf. *TPP* c. 3, concl. 6 (ed. SCAPIN: § 57, p. 141), cf. também *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 71-3 (ed. Vat. II: 171-3).

Observe-se, ademais, que, apesar de seus conteúdos ser praticamente idênticos, a sequência do tratamento na *Ordinatio* e no *TPP* é diferente. Com efeito, na *Ordinatio*, Duns Scotus procede assim: inicialmente, desenvolve em detalhes a argumentação pertinente às três conclusões da causalidade eficiente (cf. *supra* notas 48-50), retomando resumida e remissivamente suas ideias fundamentais na primazia final (cf. *supra* notas 51-3) e na de eminência (cf. *supra* notas 54-6); depois disso, volta-se à unidade da Natureza Primeira, i.e., que as três primazias pertencem a uma natureza (cf. *Ord.* I d. 2 p. 1 qq. 1-2 nn. 68-9; ed. Vat. II: 168-9); e só então se dedica à Sua necessidade (cf. *ib.* n.70; ed. Vat. II: 170-1) e à Sua unicidade (cf. *ib.* nn. 71-3; ed. Vat. II: 171-3). No caso do *TPP*, a sequência é esta: primeiro vem a causalidade eficiente e o equivalente às três conclusões da *Ordinatio*, mas que aqui são distribuídas em maior número, e contemplam a prova da necessidade e da unicidade da Natureza Primeira (cf. *supra* nota 112); em seguida, vêm a primazia final (cf. *supra* nota 113) e a eminente (cf. *supra* nota 114); e só depois deste ponto Scotus discute a unidade daquela Natureza (cf. *supra* nota 115).

dependência na ação causal, as *ceo* atuam de modo que a posterior depende da anterior para levar o ato causal a termo (dependência esta que pode ser de uma causa em relação à outra, ou de uma condição em relação à sua causa para que de ambas resulte o efeito), dependência esta, ademais, que é total e imprescindível à realização do mesmo ato. Já nas *cao*, a causa posterior não depende da anterior para causar, porque pode produzir seu efeito, quer sua anterior exista, quer não, embora dependa-lhe para existir e talvez em outros aspectos, de modo que se constata aqui uma dependência causal parcial, própria de membros que se ordenam acidentalmente.

Quanto à segunda diferença, que decorre da primeira, e cujo critério é o grau perfectivo-essencial, as *ceo* têm-no diferente entre si, de modo uma tem de ser essencialmente mais perfeita do que outra (se forem apenas duas as causas ou os elementos em questão) para que, da cooperação destas causas equívocas surja o efeito, o qual também é diferente em termos perfectivos, i.e., menos perfeito do que suas causas, ou do que os elementos que lhe deram origem. As *cao*, por sua vez, têm o mesmo grau perfectivo-essencial e, porque seu efeito tem-no igual ao da causa, podem ser chamadas de causas unívocas.

A terceira diferença, que é consequência da segunda, leva em conta o tempo no processo causal. Como se pôde constatar, todos os membros das *ceo* têm de estar presentes e atuar cooperando simultaneamente para a produção do efeito, sob pena de originar um efeito ao qual falte algo essencial. Já nas *cao* seus membros atuam sucessivamente. Com efeito, aqui, cada um possui causalidade perfeita, na medida em que não precisa concorrer com outro(s) essencialmente mais perfeito(s) para realizar sua ação causal.

A seguir, cabe dar atenção a três proposições que se servem dos dados dos membros das ordens causais e que permitem que as mesmas sejam caracterizadas enquanto séries. A propósito, na primeira, chamada de “a”, defende-se a finitude das *ceo*; na, “b”, a dependência essencial das *cao* em relação às *ceo*, mas sobretudo a respeito da Causa Essencial Primeira, e, na terceira, “c”, mantém-se a impossibilidade de causas infinitas mesmo que se negue a ordem essencial entre as mesmas.

A proposição “a” é desenvolvida através de cinco provas: (1) que as *ceo* dependem de uma causa que só pode ser o Efetivo Absolutamente Primeiro; (2) que, segundo a terceira diferença, as *ceo* são simultâneas e seria absurdo concebê-las em ato e em número infinito para causar um único efeito; (3) que, ao se falar em *ceo*, tem-se de considerar seus dados expressos nas três diferenças destas com as *cao* e, além disso, que estas pertencem a uma hierarquia, o que impõe que haja uma Causa Essencial Primeira; (4) que, se se unir

“infinidade” e “maior perfeição essencial” de acordo com a anterioridade da causa, ou se chega, na verdade, a uma causa infinitamente perfeita – que equivale à Primeira, ou se constata que se as causas em questão não forem perfeitas, então são dependentes e, portanto, entre elas, i.e., as *ceo*, nenhuma é a Causa Primeira; (5) que é possível haver alguma natureza efetiva em que não tenha nenhuma imperfeição e esta possa ser a Causa Efetiva Absolutamente Primeira.

A proposição “b” reúne todos os dados das *cao* e insere-os no contexto da infinidade para então chegar ao resultado que para semelhante série causal poder seguir *ad infinitum* tem de haver uma Causa Essencial Primeira, que dure infinitamente. Note-se, ademais, que esta proposição, ao levar em conta todos os dados das *cao*, permite ver mais claramente a segunda diferença, a saber, a referente à absoluta perfeição essencial da Causa Primeira, e, por isso, pode-se considerar “b” como constituindo o “Argumento da Dependência Essencial das CAO”, pois estas dependem essencialmente da *causa prima* para seguir infinitamente. Além disso, esta proposição lança luz sobre o modo como se deve entender as *ceo*, tão enfatizadas em “a”, sobretudo a partir da perfeição essencial da Causa Primeira.

Quanto a “c”, a partir da prova básica da primeira conclusão da eficiência, sabe-se que nenhuma coisa é causada pelo nada, e, assim, existe uma Natureza Efetiva (Primeira). Todavia, caso se negue a ordem essencial entre as causas – cuja principal consequência é a ausência de cooperação entre as mesmas – isto não alterará o fato de aquela mesma natureza continuar a atuar independentemente de qualquer outra. Se, porém, se afirmar que em alguma natureza existe enquanto causada, nada impede que outra exista enquanto incausada – de modo que permence válida, mais uma vez, a consequência segundo a qual há aquela natureza efetiva. Caso se insista em dizer que aquela natureza é causada, negando-se a ordem essencial, então imediatamente incorrer-se-á em contradição, porque, como se provou em “b”, nenhuma natureza pode ser causada de modo que haja uma ordem accidental sob ela sem haver uma ordem essencial que esteja acima dela e com a qual ela se relacione. E, portanto, mantém-se a existência possível do Efetivo Primeiro ou da Natureza Efetiva Primeira a que a primeira conclusão da eficiência permite chegar.

Resta, portanto, dizer algo sobre as outras duas conclusões e a respeito de alguns dados exclusivos da Causa Primeira. Assim, de acordo com a segunda conclusão a incausabilidade do Efetivo Primeiro deve-se à sua própria natureza e às características das outras formas causais, porque, como a eficiência depende da finalidade e a este Efetivo nenhum é anterior, então ele não tem nenhuma causa final e é, portanto, inefetivo. Sendo

inefetível, conseqüentemente, será informável e imateriável, i.e., não terá nenhuma causa formal, nem material, porque é próprio destas causas depender da eficiente, mas como a natureza em questão não tem causa eficiente alguma, tampouco será efeito destas últimas.

Quanto à terceira conclusão, relativa à existência atual do Efetivo Primeiro, é preciso considerar que, de acordo com a primeira conclusão este Efetivo é possível, e conforme a segunda, é incausável. Ora, se ele não fosse atual, não seria possível, até porque nenhuma outra causa teria poder para trazê-lo à existência. Desse modo, além de se provar a atualidade deste Efetivo Primeiro, prova-se também a quinta prova de “a”, referente à necessária existência de um Efetivo Absolutamente Perfeito. A propósito, desta suma perfeição segue-se a independência quanto à sua atuação, e, por conseguinte, que qualquer outra causa (*ceo* e *cao*) tem de ser necessariamente dependente, de acordo com os dados anteriormente apontados. Além disso, diga-se que este Efetivo é necessário, porque incausável, e único, porque necessário.

CONCLUSÃO

Após analisar todos esses dados do argumento teísta de Duns Scotus pode-se dizer que há no mesmo uma teoria causal, cujos principais traços podem ser brevemente retomados do seguinte modo.

Tomando como referência a versão da *Ordinatio*, vê-se, a princípio, que o argumento teísta de Duns Scotus é formulado nos termos da causalidade eficiente (primazia esta que serve de referência para as primazias final e eminente, e cujo conjunto constitui três ordens, as quais, no fim das contas provar-se-ão dizer respeito a uma natureza una, incausável, necessária e única). A eficiência é exposta por Scotus em três conclusões, como ele as chama, das quais, presentemente, a mais importante é a primeira, porque nesta se visa provar que pode haver “algum Efetivo Absolutamente Primeiro, que não é efetível, nem depende de outro para efetivar”. Duns Scotus defende esta conclusão partindo da natureza do efetível, que não é senão um traço intrínseco daquilo que é passível de ser efetivado, i.e., do que pode ou não sofrer uma ação de outro por meio da qual passe a existir. Do mesmo modo, o argumento considera o efetivo, i.e., aquele que atua de modo a causar o efetível, trazendo-o, assim, à existência.

Note-se que, ao considerar o efetível, considera-se também o efetivo, porque, pela lei dos correlativos, ao se constatar a existência do efetível – ou ainda que somente sua possibilidade – também há meios para se afirmar, conseqüentemente, a existência do efetivo – ou, igualmente, ao menos sua possibilidade. Todavia, apesar de, com este raciocínio, se poder chegar à existência de algum efetivo, o argumento scotista, como supramencionado, não tem como objetivo chegar apenas a um efetivo que exista pela ação de outro e/ou cuja ação se deva a outro, mas sim a um Efetivo Absolutamente Primeiro, cujas existência e ação causal independam de qualquer outro.

O raciocínio subjacente à passagem de um efetível para o Efetivo Absolutamente Primeiro o evidencia ao se questionar de que maneira pode ocorrer a realização do ato causal que dá – ou pode dar – origem ao efetível. Com efeito, diz Scotus, algum ente é efetível. Diante disso, três são as hipóteses para explicar como o efetível passa (ou pode passar) a existir: ou (a) esta ação se deve ao próprio efetível, que seria responsável por sua existência; ou (b) ao nada; ou então (c) a algum outro. Claramente (a) e (b) são impossíveis, uma vez que algo que não existe, e passa (ou pode passar) a existir, não pode ser responsabilizado pela

própria existência; igualmente absurdo é algo decorrer da ação do próprio nada, uma vez que o que nada é, nada pode causar. Resta, portanto, a última hipótese (c), segundo a qual o efetível vem (ou pode vir) a ser em virtude de outro.

Denomine-se este “outro” como (A). Se (A) for o Efetivo Absolutamente Primeiro, chegou-se ao que o argumento tinha em vista. No entanto, se (A) não o for, significa que tanto sua existência quanto seu poder causal devem-se a algum outro efetivo, que pode ser chamado de (B). Pois bem, se se fizer o mesmo questionamento, em relação ao efetivo (B) que se fez a respeito de (A), duas podem ser as consequências: ou (i) se procede ao infinito, tal que para cada efetivo a que se chegue sempre haverá outro que ser-lhe-á anterior; ou então (ii) se interrompe a busca ao se chegar ao Efetivo Absolutamente Primeiro. Dado que ascender infinitamente é impossível, então pode haver um Efetivo Absolutamente Primeiro, porque como ele não tem nenhum anterior, não será posterior em relação a nenhum elemento que lhe seja posterior, visto não haver circularidade entre as causas. Esta é a prova básica do argumento do Efetivo Primeiro ou da causalidade eficiente de Scotus.

Deste argumento-base é preciso reter o tema do regresso ao infinito e ter claro(s) seu(s) sentido(s) no argumento scotista. Note-se que, a princípio, este regresso aparece na referida prova básica como uma alternativa à (ii), onde (i) e (ii) são, portanto, dois membros de uma disjunção, de modo que a negação de um implica a afirmação da outro. Como se não bastasse esta aparição, o regresso infinito volta a ser mencionado por Duns Scotus logo em seguida, mas então com um lugar de maior destaque na forma da primeira objeção, que é formulada levando em conta o pensamento de autores como Aristóteles e Averróis (além desta – sempre conforme a *Ordinatio* – há outra objeção relativa à contingência presente no mesmo argumento).

Assim, parece correto apontar os seguintes sentidos para o regresso infinito no presente contexto: (1) como um reforço argumentativo à consequência disjuntiva apenas negada na prova básica; (2) como a resposta scotista à primeira objeção; e, conseqüentemente, (3) como uma questão em separado, dado o longo e complexo desenvolvimento que ela recebe. Destas alternativas, é oportuno dar maior ênfase à (3), sem, contudo, desconsiderar o contexto expresso por (1) e (2), porque é este conjunto que permite entender não só este tema em particular, mas o que há de fundamental em termos de causalidade neste argumento, i.e., que há uma Natureza Absolutamente Primeira segundo a Eficiência, a Finalidade e a Eminência, que existe e atua de modo independente.

Sendo assim, cabe agora considerar uma vez mais o desenvolvimento que o regresso ao infinito recebe no argumento teísta do frade franciscano. Diante da hipótese de as causas ser infinitas, Duns Scotus defende ser preciso dizer que esta infinidade atribuída às causas, a partir do pensamento daqueles filósofos, só pode se referir às causas acidentalmente ordenadas (*cao*), mas não às causas essencialmente ordenadas (*ceo*), mas tanto estas como aquelas não são a mesma coisa que as causas *per se* ou essenciais e as causas *per accidens* ou acidentais. Desse modo, para se saber de que causas se está tratando será preciso, em primeiro lugar, diferenciar as causas *per se* e *per accidens*, de um lado, das *ceo* e *cao*, de outro; em segundo, diferenciar as *ceo* e as *cao*, explorando suas características para saber como estas últimas podem ser infinitas, para então dar seguimento à argumentação. Basicamente, estes dois pontos, decorrentes de tratamento scotista à temática do regresso causal infinito, constituem o trabalho realizado por Duns Scotus em torno da causalidade em sua prova da existência de Deus.

Em relação ao primeiro ponto, é oportuno ter presente que tanto Aristóteles quanto Avicena têm influência, quer sobre a noção scotista de causa *per se*, quer sobre a de *ceo* e de *cao*. Do primeiro, Scotus traz a noção básica de causa *per se* como aquela que exerce a atividade que lhe é própria, i.e., essencial, porque atua de acordo com sua natureza (visto que a noção de causa *per accidens* não tem nenhuma função relevante em seu argumento). Do segundo, o frade escocês traz as noções de fins essenciais (*fe*) e de fins acidentais necessários (*fan*), das relações que estes mantêm entre si e como fim supremo.

Quanto ao conceito aristotélico, Scotus o transfere do âmbito da Física para o da Metafísica, pois tem em vista um contexto causal mais abrangente, com o que contribuem os conceitos avicenianos. Com efeito, o filósofo persa igualmente enfrenta com seus conceitos o problema da infinidade, o qual ele também resolve por meio da diferenciação entre as noções causais com que pretende trabalhar, atribuindo finidade numérica aos *fe*, infinidade aos *fan*, estabelecendo entre ambos um vínculo necessário, usando esta forma causal (neste caso, a finalidade) como referencial para as demais, além de outros pormenores. Diante destes dados, Scotus, ao pensar, sobretudo, as *ceo* e as *cao*, ao que se sugere, a partir dos *fe* e dos *fan* acrescentar-lhes uma descrição minuciosa das características individuais e coletivas de suas causas, além se pensá-las em sentido ordenado entre si e com a Causa Primeira.

Sobre as causas *per se* e *per accidens* em relação às *ceo* e às *cao*, com base nos textos do Doutor Sutil, três diferenças podem ser indicadas: (1) a atuação das causas *per se* e *per accidens* compreende somente dois termos (a causa e seu efeito), enquanto a das *ceo* e a das

cao compreende, pelo menos, três (i.e., pelo menos duas causas, além do efeito); conseqüentemente, (2) o modo de ordenação das causas *per se* e *per accidens* caracteriza-se por ser uma relação causal simples, visto envolver apenas dois termos, enquanto as *ceo* e as *cao* constituem, cada uma, relações causais complexas ou séries causais, uma vez que seu processo causal conta com, no mínimo, duas causas; por fim, e conseqüentemente, (3) o tipo de ordenação das causas *per se* e *per accidens* faz com que seus elos constituam relações causais individuais, porque cada um de seus indivíduos relaciona-se estritamente a um outro, enquanto nas *ceo* e nas *cao* o tipo de ordenação é serial, posto que sua atuação requer que as causas cooperem entre si para produzir o efeito, de modo a formar uma série. Mencione-se, ademais, que os dados referentes à distinção entre causas *per accidens* e *cao* foram obtidos por dedução do que os textos scotistas trazem da distinção entre causas *per se* e *ceo*. A propósito, ainda quanto às causas *per se*, cabe dizer que são elas que compõem, quer as *ceo*, quer as *cao*, porque, em sentido geral, em ambos os processos, as causas têm de atuar de acordo com o que lhes é essencial – o que é característico de causas *per se* – e, em sentido específico, o que as difere, mais do que somente as causas em questão, é o modo como elas se ordenam entre si e, portanto, se relacionam.

O segundo ponto dá continuidade ao tratamento scotista da causalidade em seu argumento teísta, mostrando em detalhes, primeiro, as características individuais das *ceo* e das *cao*, a seguir, como elas se relacionam coletivamente uma com a outra, i.e., enquanto séries, e já neste mesmo contexto, começa-se a falar da Causa Primeira, tanto a partir das *ceo*, quanto das *cao*, para então rematar a primeira conclusão da eficiência, relativa à existência possível de um Efetivo Absolutamente Primeiro, fazendo-se seguir a outra sobre a sua incausabilidade, depois a conclusão sobre sua atualidade, e, por fim, os argumentos relativos à sua unidade, à sua necessidade e à sua unicidade.

Inicialmente, pois, Scotus descreve as características dos membros das duas séries causais, dizendo que a atuação das *ceo* ocorre mediante dependência de um membro menos anterior (que tanto pode ser uma causa quanto uma condição) em relação a um mais anterior; que aquele é, conseqüentemente, menos perfeito do ponto de vista essencial do que este (e, portanto, quaisquer deles atuam como causas equívocas); e de modo que ambos os elementos anteriores (no caso se ser apenas dois) cooperam simultaneamente. Quanto às *cao*, o membro menos anterior não depende do mais anterior para causar o efeito (embora tenha-lhe sido dependente para existir e talvez ainda dependa em algum outro sentido); além disso, os anteriores, quaisquer que sejam, têm o mesmo grau perfectivo-essencial entre si e o

transmitem ao efeito, o que os faz ser causas unívocas; por fim, seu processo causal ocorre sucessivamente ao longo do tempo, tal que cada elemento passa a existir depois de outro.

A seguir, vêm três proposições que se ocupam com as características das *ceo* e das *cao*, tomando-as enquanto séries e iniciando o tratamento de seu vínculo com a *Causa Prima*. A primeira, “a”, prova por meio de cinco argumentos que as *ceo* são numericamente finitas. Seu primeiro argumento leva em conta o tipo de dependência presente em seu processo, o qual remete a uma outra causa, que responda pela existência desta série; o segundo parte da terceira diferença entre as duas séries, indicando a contradição em infinitas causas simultâneas e atuais cooperar para produzir um só efeito; o argumento seguinte, retoma as três diferenças para dizer que as *ceo* pertencem a uma hierarquia, à cuja noção é próprio ter um elemento primeiro; conforme o penúltimo, propor uma infinidade de *ceo* implica afirmar um primeiro, porque, pela segunda diferença, ou se chega a uma causa infinitamente perfeita, i.e., à Primeira, ou, se estas causas não forem perfeitas, serão dependentes e, portanto, entre elas não está a Primeira (o que pode remeter ao primeiro argumento); já o quinto argumento, propõe que haja uma natureza que exista sem nenhuma imperfeição, que não é senão a Natureza Efetiva Absolutamente Primeira, aqui chamada de Efetivo Absolutamente Primeiro, mas esta proposta está restrita ao campo da possibilidade, sendo definitivamente provada somente quando o for a atualidade deste Efetivo.

A proposição seguinte, “b”, discute os dados das *cao* no âmbito de uma possível infinidade, e chega à conclusão que a existência de tais causas em número infinito só pode ser mantida por uma causa permanente e que dure infinitamente, uma causa essencialmente anterior, quer aos membros, quer à própria série de *cao*. Por isso, este é chamado de o “Argumento da Dependência Essencial das *CAO*”²⁹⁷, porque, apesar de aqui se levar em conta as três diferenças entre ambas as séries, a segunda tem particular importância neste contexto. Com efeito, é maior perfeição essencial, aliás, a absoluta perfeição essencial, decorrente da Causa Essencialmente Primeira, que garante a possível existência desta série e de seus membros *ad infinitum*, pois por meio de seu consideravelmente limitado poder causal, como vistos nas três diferenças, os componentes desta ordem não teriam como se perpetuar infinitamente. Note-se, ademais, que esta anterioridade essencial enfatizada em “b” também lança luz sobre “a”, cujo primeiro argumento também a presume.

²⁹⁷ Cf. O’CONNOR, 1993, p. 25.

Já “c” trabalha com a hipótese da negação da ordem essencial. A princípio, recorda que a partir da prova básica da eficiência o nada não pode causar o efetível de que ali se trata, e, portanto, pode existir um Efetivo Primeiro. Pois bem, ao se negar a ordem essencial entre os membros causais ativos, nega-se que haja cooperação entre as causas, mas tal investida não afeta em nada o fato de continuar existindo uma Natureza Primeira de ação e existência independentes. Caso se insista em dizer que esta Natureza existe em certo membro enquanto causada, ainda assim ela pode existir em outro como incausada. Se, porém, se insiste em seu caráter causado, por meio da negação da ordem essencial, está-se a defender que a existência de uma natureza causada, que tem uma ordem accidental sob si, sem ter uma ordem essencial sobre si e com a qual estabeleça certa relação. Todavia, isto é evidentemente contraditório, porque precisamente esta tese foi refutada em “b”.

Postos estes dados da primeira conclusão, onde se chega à possível existência de um Efetivo Primeiro, é preciso passar às conclusões restantes. Com efeito, na segunda, prova-se a incausabilidade daquele Efetivo pela natureza da eficiência, a qual depende da finalidade, mas este Efetivo não tem nenhum anterior; portanto, nenhuma causa final o antecede; e, por conseguinte, como as causas formal e material dependem da eficiência, este Efetivo também não poderá ser efeito de nenhuma delas. Desse modo, o Efetivo Primeiro é incausável.

Além disso, e de acordo com a terceira conclusão, ele também é atual. De fato, se não fosse atual, não poderia ser possível, mas ele é possível, portanto, tem de ser atual (note-se que esta conclusão também confere apoditicidade ao quinto argumento de “a”). Sendo assim, da sua suma perfeição, segue-se a sua atuação completamente independente, e, *per consequens*, que qualquer outra causa (quer *ceo*, quer *cao*) seja-Lhe necessariamente dependente. Por fim, este efetivo é necessário, porque incausável, e único, porque necessário.

Como se pôde ver, Duns Scotus permanece fiel ao seu plano original exposto na prova básica da eficiência, i.e., de provar a existência de Deus (aqui entendido como Efetivo Absolutamente Primeiro) através do efetível. Com efeito, as principais características deste Efetivo são sua existência e atuação independentes de qualquer outro efetivo. Todavia, como se indicou previamente, Scotus não parte das propriedades absolutas de Deus, mas de suas propriedades relativas, entre as quais estão a eficiência, a finalidade e a eminência (i.e., perfeição); e, por meio da noção de causa *per se* ou essencial formula seus conceitos de *ceo* e de *cao*, os quais não são senão, as possíveis formas sob as quais os entes que existem (ou que podem existir) expressam as relações causais que mantêm, quer com seus pares (*ceo* com *ceo*;

cao com *cao*), quer com outros diferentes (*ceo* com *cao*), quer com a Causa/Natureza Primeira.

Desse modo, todo o trabalho scotista empreendido na descrição das *ceo* e das *cao*, seja enquanto indivíduos, seja enquanto séries, seja na medida em que se relacionam com a *Causa Prima*, têm a função de mostrar, através de uma complexa rede de relações causais, expressa em termos gerais por estas duas séries (uma cujos termos se ordenam essencialmente, e outra cujos componentes se ordenam acidentalmente), que as características tanto individuais quanto coletivas destes elementos, como o tipo de dependência e o grau de perfeição essencial que possuem, também estão presentes em uma Natureza que é sua causa. De fato, observa-se que os elementos pertencentes às duas séries causais, em virtude dos dados minuciosamente elencados, não teriam como ter causado a própria existência, ou como causar outros a partir tão-somente do poder causal que possuem.

Ou seja, a partir de quaisquer das ordens causais, que representam os entes existentes e/ou que podem existir e, portanto atuar, quer através da causalidade eficiente, quer da final, quer da eminência, sempre, em qualquer destes casos, tem de haver um elemento primeiro que responda pela existência e pelo seu poder ativo, o qual não é senão o Efetivo Absolutamente Primeiro, se se tratar da eficiência, o Fim Supremo ou Absoluto, se se tratar da finalidade, ou o Eminente Absolutamente Primeiro, se se leva em conta a eminência. Em suma, Duns Scotus prova, através das características dos entes que se ordenam acidental e essencialmente que as próprias limitações que este possuem remete, em última instância à existência de uma Natureza Absolutamente Primeira, que, além de congregar estas três primazias (eficiência, finalidade e eminência) e ser, portanto, una, também é incausável, atual, necessária e única.

Por fim, diga-se que neste trabalho se procurou apreender e expor os conceitos causais scotistas de modo tão claro quanto possível. Todavia, por mais que se faça, sempre há algo a fazer, um outro dado a considerar, um esclarecimento maior em relação a certa passagem etc. Por isso, embora obras como a organizada por Thomas Williams, citada nas Referências Bibliográficas (mas especialmente as pp. 69-80 do cap. 1 e todo o cap. 6, i.e., pp. 245-99, segundo a recente tradução para o português), além de outras duas de Richard Cross (CROSS, R. **Duns Scotus**. New York: Oxford University Press, 1999 e ID. **Duns Scotus on God**. England/ USA: Ashgate Publishing/ Asghate Publish Company, 2005) não ter sido exploradas aqui para o tema da causalidade no argumento teísta de João Duns Scotus, talvez possam contribuir para pesquisas posteriores, que levem em conta a mesma problemática, ou outra que lhe seja próxima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

ARISTÓTELES. **Física**. Introducción, traducción y notas de Guillermo R. de Echandía. Madrid: Editorial Gredos 2002.

AVICENNA LATINUS. **Liber de Philosophia Prima sive Scientia Divina V-X**. Édition critique de la traduction latine médiévale par S. Van Riet. Introduction doctrinale par G. Verbeke. Louvain/Leiden: E. Peeters/E.J. Brill, 1980.

BEKKER, I. (Hrsg.): *Aristotelis Opera*, 5 Bde. Berlin 1831-1870 (Bde. I, II: griech. Text; Bd. III: lat. Renaissance-Übersetzungen; Bd. IV: Scholia; Bd. V: Fragmente).

DUNS SCOTI, R. P. F. JOHANNIS, DOCTOR SUBTILIS. **Opera Omnia**. Lugduni: sumptibus Laurentii Durand, 1639.

DUNS SCOTUS, JOANNIS, DOCTOR SUBTILIS, ORDINIS MINORUM. **Opera Omnia**. Parisiis: apud Ludovicum Vivès, 1891-1895.

DUNS SCOTUS, I. **Commentaria Oxoniensia**. Ad Claras Aquas [Quaracchi]: Collegii S. Bonaventurae, 1913-1914.

DUNS SCOTI, Ioannis. **Ordinatio: Prologus**. Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis. 1950. (vol. I).

DUNS SCOTI, Ioannis. **Ordinatio Liber Primus: distinctio prima et secunda**. Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis. 1950. (vol. II)

DUNS SCOTI, Ioannis. **Lectura in Librum Primum Sententiarum - prologus et distinctiones a prima ad septimam**. Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis. 1960. (vol. XVI).

DUNS SCOTO, Giovanni. **Il Primo Principio degli Esseri**. Introduzione, traduzione e commento a cura di Pietro Scapin. Padova: Liviana Editrice, 1973. (Collana di Testi e Saggi: 4)

DUNS SCOT, John; OCKHAM, William of. **Seleção de Textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1989. (Coleção Os Pensadores).

DUNS SCOT, João. **Tratado do Primeiro Princípio**. Edição bilingue latim-português. Traduzido por Carlos Nougué. Apresentação de Sidney Silveira. São Paulo: É Realizações, 2015. (Coleção Mediaevalia: 3).

DUNS ESCOTO, JUAN. ‘Apéndice: *Lectura* I d. 2 p. 1 q. 1’ (pp. 183-223). In: ID. **Tratado acerca del Primer Principio**. Edición bilingüe. Versión, Introducción y Notas por Félix Alluntis. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1989.

DUNS SCOT, Jean. **L’Image** (*Ord.* I d. 3 p. 3 qq. 1-4). Introduction, traduction, et notes par Gérard Sondag. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1993. 269 p. (Bibliothèque des Textes Philosophiques)

DUNS SCOTI, B. Ioannis. ‘*Quaestiones in librum Porphyrii Isagoge*’ (pp. 1-245) et ‘*Quaestiones super Praedicamenta Aristotelis*’ (pp. 247-645). In: ETZKORN, Girard (General Editor). **B. Ioannis Duns Scoti Opera Philosophica I – Quaestiones in librum Porphyrii Isagoge et Quaestiones super Praedicamenta Aristotelis**. St. Bonaventure, N.Y.: The Franciscan Institute Publications, St. Bonaventure University, 1999.

DUNS SCOTI, B. Ioannis. ‘*Quaestiones in libros Perihermenias Aristotelis*’ (pp. 41-254), ‘*Quaestiones super librum Elenchorum Aristotelis*’ (pp. 255-566) et *Theoremata*’ (pp. 567-767). In: ETZKORN, Girard J.; GREEN, Romuald; NOONE, Timothy B. (Editores Generales). **B. Ioannis Duns Scoti Opera Philosophica II - Quaestiones in libros Perihermenias Aristotelis’, ‘Quaestiones super librum Elenchorum Aristotelis’ et Theoremata’**. St. Bonaventure, N.Y.; Washington, D.C.: The Franciscan Institute Publications, St. Bonaventure University; The Catholic University of America, 2004.

DUNS SCOTI, B. Ioannis. ‘*Quaestiones super libros Metaphysicorum Aristotelis (Libri I-V)*’. In: ETZORN, Girard J. (General Editor) **B. Ioannis Duns Scoti Opera Philosophica III - Quaestiones super libros Metaphysicorum Aristotelis Libri I-V**. St. Bonaventure, N.Y.: The Franciscan Institute Publications, St. Bonaventure University, 1997.

DUNS SCOTUS, John. **Questions on the Metaphysics of Aristotle**. Translated by Girard J. Etzkorn and Allan B. Wolter, O.F.M. vol. I, Books one-five. St. Bonaventure, NY: The Franciscan Institute Publications, St. Bonaventure University, 1997.

DUNS SCOTI, B. Ioannis. ‘*Quaestiones super libros Metaphysicorum Aristotelis (Libri VI-IX)*’. In: ETZORN, Girard J. (General Editor) **B. Ioannis Duns Scoti Opera Philosophica IV - Quaestiones super libros Metaphysicorum Aristotelis Libri VI-IX**. St. Bonaventure, N.Y.: The Franciscan Institute Publications St. Bonaventure University, 1997.

DUNS SCOTUS, John. **Questions on the Metaphysics of Aristotle**. Translated by Girard J. Etzkorn and Allan B. Wolter, O.F.M. vol. II, Books six-nine. St. Bonaventure, NY: The Franciscan Institute Publications, St. Bonaventure University, 1998.

DUNS SCOTI, B. Ioannis. '*Quaestiones super Secundum et Tertium De Anima*'. In: NOONE, Timothy B. (Editor Generalis). **B. Ioannis Duns Scoti Opera Philosophica V - Quaestiones super Secundum et Tertium De Anima**. Washington, D.C.; St. Bonaventure, N.Y.: The Catholic University of America Press; The Franciscan Institute Publications, St. Bonaventure University, 2006.

DUNS SCOTI, Ioannis. **Opera omnia, Editio Minor**. Alberobello: AGA Arti, 1998-2003.

DUNS SCOTUS, John. **A Treatise on God as First Principle**. 2.ed. A Latin text and English translation of the *De Primo Principio* by Allan B. Wolter. Chicago: Franciscan Herald Press, 1982.

DUNS SCOTUS, John. **Philosophical Writings: A Selection**. Translated, with Introduction and Notes by Allan B. Wolter, O.F.M. with a Foreword by Marilyn McCord Adams. Indianapolis/ Cambridge: Hackett Publishing Company, 1987.

DUNS SCOTUS, John. **The Examined Report of The Paris Lecture – Reportatio I-A**. Latin text and English translation by Allan B. Wolter and Oleg V. Bychkov. New York: The Franciscan Institute Publications, St. Bonaventure University. 2004 (vol. I), 2007 (vol. II).

DUNS SCOTUS, João. '*Tractatus de Primo Principio – Capítulo II*' (pp. 91-117), tradução e comentários em notas por Luis Alberto De Boni. In: DE BONI, Luis Alberto; PICH, Roberto Hofmeister. (Orgs.). João Duns Scotus (1308-2008). **Veritas**. Porto Alegre, v. 53, n. 3, jul./set. 2008.

DUNS SCOTUS, John. **The Reportatio of the Paris Lecture – Reportatio IV-A**. Latin text and English translation by Oleg V. Bychkov and R. Trent Pomplun (vol. I, parts 1 and 2). New York: The Franciscan Institute Publications, St. Bonaventure University, 2016.

DUNS ESCOTO, Juan. **Obras del Doctor Subtil: Cuestiones Cuodlibetales**. Edición bilingüe. Introducción, resúmenes y versión de Félix Alluntis, O.F.M. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1968.

DUNS ESCOTO, João. **Tratado do primeiro princípio**. Tradução e nótula introdutória por Mário Santiago de Carvalho. Lisboa: Edições 70. 1998. (Coleção Textos Filosóficos: 43)

FRANK, William A.; WOLTER, Allan B. 'Parisian Proof for the Existence of God' (chapter three; Latin-English text, pp. 40-73). In: ID.; ID. **Duns Scotus, metaphysician**. West Lafayette, Indiana: Purdue University Press, 1995.

MUELLER, Marianus (O.F.M.). **Joannis Duns Scoti Tractatus de Primo Principio**. Friburgi Brisgoviae: Herder, 1941.

WOLTER, Allan B.; ADAMS, Marilyn McCord. 'Duns Scotus' Parisian Proof for the Existence of God' (pp. 248-321). In: **Franciscan Studies**, vol. 42, 1982.

Fontes Secundárias

ANDREWS, R. 'The *Notabilia Scoti in Libros Topicorum*: An Assessment of Autenticity' (pp. 65-75). In: **Franciscan Studies**, vol. 56, 1998.

BALIĆ, C. **Les Commentaires de Jean Duns Scot sur les quatre livres des Sentences**. Bureaux de la Revue, 1927.

_____. 'De Collationibus Ioannis Duns Scoti, Doctor Subtilis ac Mariani' (pp. 185-219). In: **Bogoslovni Vestinik** 9, 1929.

_____. (ed.). **Ioannes Duns Scotus Doctor Immaculatae Conceptionis: Textus Auctores**. Roma: Academia Mariana Internationalis, 1954.

_____. 'The Life and Works of John Duns Scotus' (pp. 1-27). In: BONANSEA, B. (org.). **John Duns Scotus 1265-1308**. Washington: The Catholic University of America, 1965.

DE BONI, Luis Alberto. 'Sobre a vida e a obra de Duns Scotus' (pp. 7-31). In: IDEM; PICH, Roberto Hofmeister. (Orgs.). **João Duns Scotus (1308-2008)**. **Veritas**. Porto Alegre, v. 53, n. 3, jul./set. 2008.

FRANK, William A.; WOLTER, Allan B. 'Life and Works' (chapter one, pp. 1-16). In: ID.; ID. **Duns Scotus, metaphysician**. West Lafayette, Indiana: Purdue University Press, 1995.

_____. 'Parisian Proof for the Existence of God' (chapter three: commentary, pp. 74-107). In: ID. **Duns Scotus, metaphysician**. West Lafayette, Indiana: Purdue University Press, 1995.

HÖFFE, Otfried. **Aristóteles**. Traduzido por Roberto Hofmeister Pich. Porto Alegre: Artmed, 2008, 296 p.

HONNEFELDER, Ludger. **João Duns Scotus**. Traduzido por Roberto Hofmeister Pich. São Paulo: Edições Loyola. 2010. (Coleção Leituras Filosóficas)

KRAML, H.; LEIBOLD, G.; RICHTER, V. 'Einleitung' (pp. ix-xxxii). In: KRAML, H.; LEIBOLD, G.; RICHTER, V. (Org. e trad.). **Johannes Duns Scotus: Über die Erkennbarkeit Gottes**. Texte zur Philosophie und Theologie. Lateinisch-Deutsch. Hamburg, 2000.

LEIBOLD, Gerhard. "Zur Kontroverse zwischen den Philosophen und Theologen in der ersten Quaestio des Prologs der ‚Ordinatio‘ von Johannes Duns Scotus" (pp. 629-636). In: AERTSEN, J.; SPEER, Andreas (Orgs.). **Miscellanea Mediaevalia (band 26)**. Was ist Philosophie im Mittelalter?/ Qu'est ce que la philosophie au Moyen Âge?/ What is Philosophy in the Middle Ages? Berlin, New York: Walter de Gruyter, 1998.

MERINO, José Antonio. **Juan Duns Escoto: Introducción a su pensamiento filosófico-teológico**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2007. (Estudios y Ensayos BAC Teología)

MODRIC, L. 'I testi di Duns Scoto sulla dimostrazione di Dio in una strana edizione' (pp. 312-44). In: **Antonianum**, vol. 65, 1990.

O'CONNOR, Timothy. 'Scotus on the Existence of a First Efficient Cause' (pp. 17-32). In: **International Journal of the Philosophy of Religion**, 33, Kluwer Academic Publishers, Netherlands, 1993.

_____. 'From First Efficient Cause to God: Scotus on the Identification Stage of the Cosmological Argument' (pp. 435-54). In: HONNEFELDER, Ludger; WOOD, Rega; DREYER, Mechthild. (Eds.). **John Duns Scotus: Metaphysics and Ethics**. Leiden, New York, Köln: E. J. Brill, 1996.

PATRES EDITORES. 'De Ordinatione I. Duns Scoti. Disquisitio Historico-Critica' (pp. 3*-329*). In: DUNS SCOTI, Ioannis. **Ordinatio: Prologus**. Civitas Vaticana: Typis Polyglottis Vaticanis. 1950 (vol. I).

PINI, G. 'Notabilia Scoti super Metaphysicam: Una testimonianza ritrovata dall'insegnamento di Duns Scoto sulla "Metafisica"' (137-80). In: **Archivum Franciscanum Historicum**, vol. 89, 1996.

_____. 'Duns Scotus' Commentary on the Topics: New Light on his Philosophical Teaching' (pp. 225-43). In: **Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen-Âge**, vol. 66, 1999.

PRENTICE, Robert (OFM). 'Primary Efficiency and Its Relation to Creation, Infinite Power and Omnipotence in the Metaphysics of John Duns Scotus' (pp. 395-441). In: **Antonianum**, vol. 40, 1965.

_____. ‘The One and Unique Nature Possessing the Four Primacies of Efficiency, Eminence, Finality and Exemplarity according to the *Reportata Parisiensia* of Duns Scotus’ (pp. 278-98). In: **Antonianum**, vol. 41, 1966.

_____. **The Basic Quidditative Metaphysics of Duns Scotus as Seen in his *De Primo Principio***. Roma Paa - Edizioni Antonianum. 1997. (Spicilegium Pontificii Athenaei Antoniani 16)

RICHTER, V. ‘Textstudien zum Prolog des Oxforder Sentenzenkommentars von Johannes Duns Scotus’ (pp. 24-65). In: **Zeitschrift für Katholische Theologie**, 110, 1988.

RICHTER, W. **Stutien zum literarischen Werk von Johannes Duns Scotus**. München: Bayerische Akademie der Wissenschaften, 1988.

RODLER, K. **Die Prologe der *Reportata Parisiensia* des Johannes Duns Scotus. Untersuchung zur Textüberlieferung und kritische Edition**. Innsbruck: Universitätsverlag, 2005.

SCAPIN, Pietro (OFMConv.). ‘La causalità nel pensiero di Scoto’ (pp. 103-146 [355-400]). In: **Rivista Miscellanea Franciscana**. Contributi Scotistici: Storia, Dottrina, Spiritualità. Roma, t. 66, 1966.

_____. ‘Introduzione’ (pp. 5-55). In: DUNS SCOTO, Giovanni. **Il Primo Principio degli Esseri**. Introduzione, traduzione e commento a cura di Pietro Scapin. Padova: Liviana Editrice, 1973.

SÖDER, Joachim R. **Johannes Duns Scotus – Parisier Vorlesung über Wissen und Kontingenz**. Freiburg: Herder, 2005.

VERBEKE, G. ‘Une Nouvelle Théologie Philosophique’ (pp. 1*-114*). In: AVICENNA LATINUS. **Liber de Philosophia Prima sive Scientia Divina V-X**. Édition critique de la traduction latine médiévale par S. Van Riet. Introduction doctrinale par G. Verbeke. Louvain/Leiden: E. Peeters/E.J. Brill, 1980.

WILLIAMS, Thomas. ‘Introduction: The Life and Works of John Duns Scotus’ (pp. 1-14). In: ID. (Ed.). **The Cambridge Companion to Duns Scotus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____. (Org.). **Duns Scotus**. Traduzido por Cassiano Terra Rodrigues. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2013. (Cf. “Bibliografia Scotística em Língua Portuguesa” (pp. 493-523))

WOLTER, Allan. **The transcendentals and their function in the metaphysics of Duns Scotus.** Nova York: The Franciscan Institute St. Bonaventure, 1946.

WOLTER, Allan B., O.F.M. 'Introduction' (pp. ix-xxiii). In: DUNS SCOTUS, John. **A Treatise on God as First Principle.** 2.ed. A Latin text and English translation of the *De Primo Principio* by Allan B. Wolter. Chicago: Franciscan Herald Press, 1982.

_____. 'Introduction' (pp. xiii-xxxiii). In: DUNS SCOTUS, John. **Philosophical Writings: A Selection.** Translated, with Introduction and Notes by Allan B. Wolter (O.F.M.), with a Foreword by Marilyn McCord Adams. Indianapolis/ Cambridge: Hackett Publishing Company, 1987.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria Acadêmica
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: proacad@pucrs.br
Site: www.pucrs.br/proacad